

ORLINDA MARIA DE FÁTIMA CARRIJO MELO

**A INVENÇÃO DA CIDADE:
LEITURA E LEITORES**

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CAMPINAS - 2002

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

A invenção da cidade: leitura e leitores

Orlinda Maria de Fátima Carrijo Melo

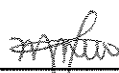
Orientadora: Márcia Azevedo Abreu

**Este exemplar corresponde à redação final
da tese de Doutorado defendida por Orlinda
Maria de Fátima Carrijo Melo e aprovada
pela Comissão Julgadora**

Data 18/12/2002

Assinatura: 
Orientadora

Comissão Julgadora:







2002

200327901

UNIDADE	CRB
Nº CHAMADA	UNICAMP M491i
V	EX
TOMBO BCI	55329
PROC.	16-124103
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	21/08/03
Nº CPD	

CM00188029-0

BIB ID 297148

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8º/5447

Melo, Orlinda Maria de Fátima Carrijo.
M491i A invenção da cidade : leitura e leitores / Orlinda Maria de Fátima Carrijo Melo. -- Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador : Márcia Azevedo Abreu.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Leitura. 2. Leitores. 3. Cidades e vilas. 4. Modernidade. 5. Imaginário. I. Abreu, Márcia Azevedo. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

02-219-BFE

RESUMO

Nesse trabalho, analisam-se as práticas e representações de leitura na cidade de Goiânia, no período de 1933 a 1959. A partir da narrativa da transferência da capital de Goiás, são levantadas algumas questões: por onde circulava a leitura nesse período? quem lia? como lia? o que lia? onde lia? quando lia? em que medida o material impresso (livros, revistas, jornais, almanaques, folhetins) influenciava o imaginário social e o processo educativo da época? que representações e imagens os leitores tinham da leitura? O conjunto dessas questões, tendo por base a História Cultural, levou a uma reflexão sobre os valores atribuídos à leitura e às instituições de leitura em uma cidade planejada de acordo com os preceitos da modernidade, do progresso e da cultura urbana.

ABSTRACT

In this thesis, the reading practices and representations in the city of Goiânia are analyzed within the period of 1933 to 1959. From the narrative of the transfer of the capital of Goiás, some questions are raised: where were there reading circles in that period? Who used to read? How did people use to read? What did they use to read? When did they use to read? To what extent did the amount of printed material (books, magazines, newspapers, almanacs, pamphlets) influence the social imaginary and the educational process of that time? What representations and images did the readers have of the reading? These set of questions based on the Cultural History led the author reflect on the values attributed to reading and to the reading institutions in a city planned according to its vision of modernity, progress and urban culture.

Ao Luzimar, presença marcante no percurso desse trabalho, pela interlocução, pela paciência e pelo carinho. O meu amor.

Aos nossos filhos, Juliana, Rafael e Danilo, por tornarem a minha vida mais feliz.

Às leitoras e aos leitores entrevistados –
protagonistas da cidade inventada: Dona
Julieta, Dona Mena, Dona Sebastiana, Dona
Maria, Dona Rilda, Dona Lalá, Dona Diná,
Dona Belmira, Dona Lucília, Sr. Geraldo, Sr.
Gesco, Sr. Gildo, Sr. Bráulio, Sr. Gil, Sr. José,
Sr. Miro.

AGRADECIMENTOS

À Professora Márcia Azevedo Abreu, minha orientadora que, acreditando nas minhas possibilidades, tornou possível esse trabalho. A minha amizade e gratidão.

Ao Professor Ezequiel T. da Silva, pela orientação de leituras pertinentes aos meus estudos e minhas pesquisas há muitos anos. O meu respeito.

À Professora Lílían L. da Silva, com quem compartilhei, durante o curso de Doutorado, reflexões e questionamentos, pelas valiosas sugestões no momento do Exame de Qualificação.

À Professora Margareth B. Park, pelas riquíssimas contribuições a esse trabalho, provocando novos percursos.

À Juliana, filha leitora, pelo incentivo e pela troca de “muitas leituras”.

À minha irmã, Adriana, ao meu cunhado Ozasco e aos meus sobrinhos Alan e Guilherme, uma gratidão imensa pela presença nos momentos adversos e pela ajuda na organização da tese.

À Monique, professora da FE/UFG, que durante os últimos meses, ajudou-me a reorganizar o meu trabalho acadêmico, o que possibilitou mais tempo para a redação da tese.

Aos Professores Luís Carlos Aguillar e Ana Luiza B. Smolka, pelo apoio e pela compreensão no momento certo.

Aos Professores e Colegas do Grupo de Pesquisa ALLE, pelo convívio agradável e pelas discussões enriquecedoras durante os seminários e os encontros realizados na FE/UNICAMP.

Às Professoras Marlene Faleiro, Simei, Tânia e Eliana, pelos calorosos estímulos.

Às funcionárias da FE/UNICAMP, Vanda, Nadir e Cidinha, pelo apoio amigo e assessoramento na parte acadêmica, em todos os momentos necessários.

À funcionária Kátia do Departamento de Teoria Literária do IEL/UNICAMP, pelo atendimento sempre gentil e eficiente.

Às funcionárias da FE/UFG, Maria Antônia e Andréa, pela dedicação e disponibilidade em resolver a burocracia institucional para mim.

Ao Axel, pela ajuda de última hora, na digitação da tese.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
O começo de tudo.....	2
De história e histórias	7
Em busca das pistas: o percurso metodológico	13
 CAPÍTULO I – A TEIA DOS DISCURSOS: DA CIDADE DECADENTE À CIDADE EM CONSTRUÇÃO	19
A cidade decadente	20
A cidade em construção	39
O progresso chegando	40
Lugar: o contorno da cidade.....	46
Identidade da cidade: o nome.....	52
Pedra sobre pedra: nas leituras cruzadas, nasce a cidade.....	53
No planejamento e na instalação da cidade, as instituições de leitura	59
 CAPÍTULO II – “LUGARES” DA MODERNIDADE: AS INSTITUIÇÕES DE LEITURA ..	62
O espaço da leitura	63
Instituições de leitura públicas e formais	63
Instituições de leitura particulares e formais.....	99
Instituições de leitura informais	111
Leitura através dos vários impressos.....	116
Leitura nas instituições culturais públicas e privadas	118
 CAPÍTULO III – LEITORES: VALORES E REPRESENTAÇÕES	125
A leitura, ilustração herdada da família	127
A leitura, ilustração herdada da escola.....	132
A leitura de vida dupla	138
A leitura, “ilustração” técnica para o trabalho	149
A leitura feminina, tarefa doméstico-pedagógica	152

A leitura masculina	161
A leitura, consumo da modernidade.....	165
A outra margem da leitura. Ou “da leitura sem leitores”	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
BIBLIOGRAFIA	183
ANEXOS	197
CADERNO FOTOGRÁFICO	212

INTRODUÇÃO

O começo de tudo...

Há muito tempo, o meu trabalho com as histórias de leitura dos alunos das escolas públicas e também da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás tem me levado a partilhar com os educadores uma preocupação intensa com os discursos sobre leitura, leitores e livros: “Os alunos não lêem”. “Nas bibliotecas, não há livros”. “Os professores só lêem livros de suas disciplinas”. “Ninguém lê”. “Não há espaço para leitura”. Essas vozes têm ressoado não só entre os estudantes, mas também entre as pessoas mais velhas, intelectuais ou não, alastrando-se pela mídia, pelas escolas, universidades e secretarias de educação.

Esses discursos baseados no senso comum, que só têm identificado “não-leitores” e “não-leitura”, levaram-me a pesquisar, há tempos atrás, a história de leitura e de escrita de um grupo de trabalhadores rurais e da construção civil do Estado de Goiás, com o objetivo de reconstituir essa história, não do ponto de vista dos discursos oficiais, mas daqueles cuja palavra tem sido silenciada (Melo: 1997).

Essa história, no entanto, não parou aí. A leitura continuou a ser tema dos meus trabalhos na Universidade, através do contato com os alunos que, em sua maioria, afirmavam estar passando por uma “crise de leitura”. Contaminados ou manipulados pelo discurso da “não-leitura”, representavam-se como “não leitores”, porque só liam jornais, gibis, revistas e livros indicados (muitas vezes, obrigados) para disciplinas do curso. Às vezes, liam outros livros – de sucesso ou de auto-ajuda. Os clássicos, eles os leram para a escola e não mais os retomaram. Liam, portanto, leituras não legitimadas pelos cânones oficiais.

De acordo com Abreu (1999: 142), essas vozes têm ecoado, aqui no Brasil, desde a época colonial

nos textos de viajantes, pois não apenas eles foram os primeiros a falar sobre a questão, mas também fundaram um modo de interpretar o país que se mantém, em grande medida, até hoje. Estes viajantes eram europeus, freqüentemente muito cultivados, que tomavam a alta cultura européia como parâmetro para suas avaliações.

Na visão européia, ser leitor significava ler muitos livros, principalmente, os que falavam das ciências e das artes e possuir biblioteca particular ou, ainda, estar sempre presente em bibliotecas. Nesse sentido, ser leitor era, portanto, ler os clássicos. Se havia

práticas diferentes de leitura, é porque não havia leitura – “mantém-se o discurso da ausência de leitura, como parte central da idéia de uma carência cultural brasileira” (op. cit., p. 148).

As considerações acima reafirmam a idéia de “falta”, de “carência” de livros, de leitores, de bibliotecas, de interesse pela *verdadeira leitura*, tão presente ainda nos discursos atuais. Configura-se, assim, uma representação social de carência cultural que se fortalece com as várias imagens de não-leitura e não-leitores que, historicamente, têm sido produzida sobre as práticas da leitura no Brasil.

Para mim, se tornou urgente, nesse momento, desenvolver o processo de sistematização desses discursos do senso-comum sobre leitura e leitores para adentrar nessa realidade e compreendê-la. Ou seja, situar as práticas leitoras dos meus alunos nos vários discursos sobre a leitura. Comecei a me indagar: A leitura dos meus alunos me autoriza a dizer que eles são leitores? O que é ser leitor? E não-leitor? Percebi que essas indagações não poderiam ficar restringidas ao contexto da Universidade, uma vez que ser “leitor” ou “não-leitor” implicava inserções em outros contextos, tais como: família, escolas anteriores, igreja, trabalho, lazer, etc. A formação do leitor é esculpida a partir do entrecruzar de várias leituras que, sofrendo influências sócio-culturais, constituem a singularidade de cada leitor. Nesse sentido, ampliei as questões: Havia leitores em Goiânia? O que liam? Onde liam? Quando liam? Por que liam? Como liam? Por onde, enfim, começar a buscar os leitores (ou não-leitores) dessa cidade?

Nesse contexto, uma história de leitura de uma aluna que afirmava ser leitora, “devoradora de livros”, encaminhou o meu trabalho para outras questões. A aluna relatava que pertencia a uma família de leitores que, em sua maioria, morara na Cidade de Goiás, a velha capital do Estado de Goiás, onde a prática da leitura fazia parte do cotidiano de várias pessoas. Já antes da mudança da capital de Goiás, havia um Gabinete Literário¹ que emprestava livros aos sócios e também as bibliotecas do Colégio Santana e da Faculdade de Direito e muitas bibliotecas particulares com livros de autores nacionais e estrangeiros.

¹ A respeito do Gabinete Literário da Cidade de Goiás, ver BRETAS, Genesco F. *A História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1991.

Essa história me fez refletir sobre outras questões: se a maioria dos moradores da antiga capital se mudou para Goiânia, onde se esconderam os leitores que existiam neles? Foram apagados? E os livros? E as bibliotecas? Será que não existiam mais leitores? A transferência definitiva da capital do Estado de Goiás, da Cidade de Goiás para Goiânia, em 1937, destruiu os leitores? Se havia práticas de leitura, como atestam os vários locais e objetos de leitura na velha capital, como essas práticas desapareceram ou se esconderam na nova capital?

Lembrei-me, então, dos meus vizinhos em Goiânia. Muitos vieram das cidades do interior de Goiás e uma grande maioria veio da Cidade de Goiás, quando ainda da construção da capital, a partir de 1933. No Centro, principalmente, na rua 20, foram construídas as primeiras casas residenciais de Goiânia. Aí também se instalaram, em 1937, a sede provisória do governo e vários órgãos oficiais. Muitas casas ficaram famosas porque possuíam bibliotecas particulares, como a do jornalista e crítico literário Oscar Sabino de Freitas, a do Professor Colemar Natal e Silva, 1º Reitor da Universidade Federal de Goiás, fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e da Academia Goiana de Letras, sediada, hoje, na antiga casa do Professor Colemar, a da Professora Celme Mendonça, a do Professor de Direito, Dr. Pereira Zeca, a da Faculdade de Direito, a do Liceu de Goiânia, e uma muito especial, perto da rua 20, a do bibliófilo, Dr. Altamiro de Moura Pacheco que, após seu falecimento, foi doada à Academia Goiana de Letras com um acervo riquíssimo de livros regionais, nacionais e estrangeiros.

Os questionamentos levantados sobre os leitores e/ou não-leitores de Goiânia e as minhas lembranças dos livros e das bibliotecas particulares instigaram-me a investigar não só as práticas de leitura em Goiânia, reconhecidas, esquecidas ou desconhecidas, mas também os modos como a leitura se constituiu na vida dos leitores dessa cidade planejada e “civilizada”. A explicitação desses modos me levaria, assim, à reconstituição das diferentes maneiras como os leitores se apropriavam dos textos nos espaços que os constituíram historicamente. Gestos, posturas, espaços, hábitos manifestam as representações e as emoções dos leitores com suas leituras. Segundo Goulemot (In: Chartier, 1996: 92) há “uma instituição do corpo lendo”. Assim, decidi reconstituir as práticas e os modos da leitura na cidade de Goiânia, a partir da sua fundação em 1933 até o ano de 1959.

Pensei que, ao percorrer esse caminho, pudesse também reconstituir o processo de formação dos leitores e a relação desses leitores com o mundo do impresso. Nesse sentido, levantei algumas questões: por onde circulava a leitura nesse período? quem lia? como lia? o que lia? quando lia? em que medida o material impresso (livros, revistas, jornais, almanaques, folhetins) influenciava o imaginário social e o processo educativo da época? que representações os leitores tinham da leitura? O conjunto dessas questões me levaria a uma outra questão central: quais os valores atribuídos à leitura e às instituições de leitura em uma cidade planejada de acordo com os preceitos da modernidade, do progresso e da cultura urbana?

Estas questões foram se constituindo ao longo do curso de doutorado na FE/UNICAMP, especificamente, através da minha participação em cursos e seminários do Grupo de Pesquisa ALLE (Alfabetização, Leitura e Escrita) da Faculdade de Educação da UNICAMP e se consolidaram no “I Congresso de História da Leitura e do Livro no Brasil”, em Campinas, em 1998. Congresso que reuniu pesquisadores brasileiros e estrangeiros, “provenientes de diferentes áreas do conhecimento envolvidos com trabalhos que tematizam a questão da leitura e das formas como ela se realiza” (Anais do Congresso, 1998: 5).

Nesse Congresso, a palestra do Professor Roger Chartier e uma entrevista informal com ele, foram de fundamental importância para o andamento da minha pesquisa. Esse autor (1996: 19) enfatiza que

por um longo período, a leitura parece não ter colocado qualquer questão: não é ela o resultado mais universalmente partilhado da aprendizagem escolar? Não implica sempre uma relação íntima entre o leitor solitário e o livro ou o jornal que é a sua leitura? Uma prática cultural, portanto, mas que naturalmente é a de (quase) todos e para todos idêntica.

Chartier chama a atenção para as pesquisas e estudos que têm atestado “tanto o manuseio de textos eruditos por leitores que não o são, quanto a circulação, nem exclusiva e, talvez, nem majoritariamente popular dos impressos de grande difusão”. Ou seja, os mesmos livros são lidos e interpretados por grupos sociais diferentes. O livro, por várias razões que discutirei mais adiante, vai além de uma divisão sócio-cultural e, assim sendo, é necessário “acrescentar, portanto, ao conhecimento das presenças dos livros, aquele das maneiras de ler” (op. cit., p.79).

Rastrear essas maneiras de ler significa desvendar também as práticas e os objetos da leitura de uma determinada época. Significa descobrir os seus leitores na urdidura de suas leituras. Significa mais ainda: enveredar pelos traços e pelas representações da leitura dos leitores e descobrir os tipos de convivência desses leitores com o mundo do impresso; convivência que desvelaria a importância que as práticas de leitura assumem na configuração dos valores da modernidade e do progresso. É um trabalho inesgotável, ao se pensar que a reconstituição da história das práticas de leitura data de pouco tempo e há muito por se fazer. Por outro lado, é um trabalho instigante na medida que pesquisadores de várias áreas vêm debatendo em congressos e universidades, a questão da leitura como uma prática cultural que tem influenciado o modo de ser e de pensar de vários povos. Assim, as práticas de leituras mudam conforme mudam as sociedades e marcam a história das maneiras de ler.

Este trabalho se inscreve na perspectiva da História Cultural, que aprofundarei mais adiante, a partir dos trabalhos de Chartier, Cavallo, Darnton, Ginzburg, Hébrard, Abreu, Moysés, Silva, Lajolo, Zilberman, entre outros, que têm na leitura seus objetos de pesquisa. Esses autores têm dado uma grande contribuição para o conhecimento dos leitores, dos modos e das práticas de leitura até então investigados e não investigados. Aos autores já citados, outros, como Certeau, Elias, Barthes, Bourdieu, Bakhtin, Benjamin, Sevcenko, Ianni, Rago, Miceli, Bosi, Ortiz, etc, agregam indispensáveis reflexões teóricas que permitem o estudo da articulação das práticas e representações de leitura com a cidade configurada como moderna e civilizada. Além desses, historiadores locais, Campos, Botelho, Chaul, Pereira, Souza, Carvalho, Coelho, entre outros, através de estudos sócio-históricos e culturais, presentes em livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos em revistas especializadas fazem o contraponto a outros historiadores locais, contemporâneos do período em estudo, que aderem ao discurso governista como Monteiro, Carvalho, Rebello, Teles, Bretas, Brito, Borges, Sabino. Contraponto que contribui, ao longo dessa pesquisa, para o entendimento da recriação do espaço social – a cidade planejada com suas práticas, suas representações e seus valores de leitura. Portanto, as práticas de leitura, como uma das práticas culturais desse espaço social, teriam muito a revelar no período delimitado para a pesquisa – 1933 a 1959.

Nesse processo, acredito que devo buscar a história das práticas, dos modos e dos objetos de leitura de Goiânia para desvelar as representações e os valores atribuídos à leitura e às instituições de leitura dessa cidade. Assim, o meu estudo inicia-se em 1933 – ano que marca

o lançamento da pedra fundamental de Goiânia, com o início da construção das obras principais para a mudança da capital do Estado de Goiás, da Cidade de Goiás para a nova capital. Mudança que consolida uma estratégia de governo para atingir fins políticos, econômicos e sociais. O corte desse estudo dar-se-á no final da década de 1950. Ir além dessa década significaria reconstituir também as influências de Brasília – cidade planejada e mesclada por várias culturas – e da Universidade Federal de Goiás, Universidade Católica de Goiás e Universidade de Brasília sobre as práticas leitoras de Goiânia.

Brasília, inaugurada em 1960, traz não só para Goiânia, mas também para todo o Estado, expectativas de desenvolvimento econômico, social e também cultural, uma vez que desencadeia um movimento de interação (planejado ou não) dos pólos de desenvolvimento das duas cidades, influenciando (uns mais, outros menos) os seus habitantes.

A década de 1960 e seguintes representam um outro momento da pesquisa, que pretendo ainda investigar.

De história e histórias...

Convocar leituras e leitores possíveis e impossíveis na cidade de Goiânia, no período de 1933 até o final da década de 1950, tem me levado a produzir uma interlocução não só com as vozes, os documentos e os monumentos dessa época, mas também com os autores que têm me dado uma sustentação teórica para a construção desse percurso de leituras.

Presenças, ausências, momentos e lugares devem ser reconstruídos quando se quer conhecer uma realidade social. É, necessário, pois, identificar “o modo como em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990: 16-17). É certo que um trabalho dessa natureza supõe a opção por um caminho teórico e metodológico. Assim, a História Cultural apresenta-se, nesse momento, como o caminho de interlocução possível para desvendar os contrastes, os estranhamentos dos leitores e das leituras da cidade de Goiânia no período enfocado.

Ligada ao movimento da história nova difundido, a partir de 1929, pela Escola dos Annales, com Febvre, Bloc, Braudel, Mandrou, Le Goff, entre outros, surge a História Cultural para fazer frente ao paradigma tradicional, segundo o qual a escrita da história diz respeito,

essencialmente, aos fatos políticos e objetivos dos grandes estadistas e à narrativa dos acontecimentos, baseados em documentos, sem a preocupação com a análise das estruturas econômicas e sociais. Contra essa história vista e escrita “de cima”, a História Cultural representa uma nova perspectiva de escrita da história vista “de baixo”, uma vez que há o deslocamento da análise dos feitos e fatos dos grandes homens – governantes, generais e eclesiásticos – para os feitos e fatos dos homens e mulheres comuns, nas suas práticas cotidianas.

Esse percurso é o que vai ser seguido por vários historiadores que, acreditando em uma nova maneira de interpretar a realidade, incorporam novos objetos (os gestos, a moda, a pintura, o vestuário, a fotografia, o livro, etc.) e novos temas de pesquisa (as mentalidades, a infância, a morte, a loucura, os sentimentos, o carnaval, a leitura, a mulher, a velhice, o odor, etc.) até então excluídos da história. Novos temas, novos objetos levam a história, através de um processo interdisciplinar, a dialogar com outras áreas do conhecimento, como: a antropologia social, a psicologia, a literatura, a economia, a sociologia, a arte, etc. O objeto ou tema de estudo não seria mais analisado somente por sua especificidade, mas também por sua multiplicidade, suas práticas e representações já que é agora concebido “como uma *construção social*, sujeito a variações, tanto no tempo quanto no espaço (...). A base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (Burke, 1992: 11).

Desse modo, reconstruir a realidade social implica desnudar os seus pontos fragilizados, abandonando

os falsos debates desenvolvidos em torno da partilha, tida como irredutível, entre a objetividade das estruturas (que seria o terreno da história mais segura, aquela que manuseando documentos seriados quantificáveis, reconstrói as sociedades tais como eram na verdade) e a subjetividade das representações (a que estaria ligada uma outra história, dirigida às ilusões de discursos distanciados do real). (Chartier, 1990: 17-18)

Questionando-se, portanto, a objetividade da história, questiona-se a visão de história escrita do ponto de vista do vencedor, para se vislumbrar uma outra história – entre outras – que contemple também o tempo e o espaço das pessoas comuns numa dada sociedade.

Incertezas e certezas, até desconfianças devem fazer parte dessa “história outra”, como diz Perrot (1988: 121), que não estabelece um sentido único, parafrástico, para a escrita

da história, mas procura a polissemia e a polifonia – tão almejadas por Bakhtin (1986) – presentes nas práticas culturais excluídas da história.

A caça aos sentidos possíveis e impossíveis rompe, portanto, com a história tradicional de sentido único, legitimada, sacralizada, porque escrita, porque autorizada. A reflexão sobre a história, enfatiza Chartier (1990: 27), pressupõe versões diferentes sobre os

processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único – o qual a crítica tinha obrigação de identificar –, dirige-se às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo.

Insatisfações e críticas também acompanham o percurso da História Cultural na suas várias fases. Os novos temas e os novos objetos de investigação são abordados de maneira marcadamente presa à análise sócio-econômica e demográfica, tornando as práticas culturais simples reflexos da estrutura social e econômica. Chartier traduz essas insatisfações, alertando que o seu livro *História Cultural – entre práticas e representações* (1990: 13), “com oito ensaios publicados entre 1982 e 1986, constitui-se como resposta à insatisfação sentida frente à história cultural francesa dos anos 60 e 70, entendida em sua dupla vertente de história das mentalidades e história serial, quantitativa”.

A crítica ao peso da análise social e econômica nos temas investigados instiga os historiadores culturais ao

retorno a uma das inspirações fundadoras dos primeiros *Annales* dos anos 30, a saber, o estudo das *utensilagens* mentais que o domínio de uma história dirigida antes de mais para o social tinha, em certa medida, relegado para segundo plano. Sob a designação de *história das mentalidades* ou de *psicologia histórica* delimitava-se um novo campo; distinto tanto da antiga história intelectual literária como da hegemônica história econômica e social. (Chartier, 1990: 14-15)

Com efeito, os questionamentos sobre a rigidez da abordagem da história predominantemente sociológica levam os historiadores a reafirmar também a importância das representações, das idéias e das mentalidades no processo de constituição e construção das práticas culturais: “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelas quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua

concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (Chartier, op.cit, p. 17). Além disso, segundo esse autor, é preciso desmistificar os falsos dilemas acerca dos contrastes e das oposições: erudito/popular, realidade/ficção, criação/consumo, etc. A preocupação deve-se voltar para as práticas culturais compartilhadas por vários grupos uma vez que é “impossível estabelecer relações exclusivas entre formas culturais específicas e grupos sociais particulares” (Burke, 1997: 98-99).

No contexto dessa pesquisa, ficou claro para mim que somente a busca pelas práticas de leitura compartilhadas e representadas pelos vários grupos sociais é que poderá recriar os espaços e os tempos para a narração da história de leitura da cidade de Goiânia.

Vale dizer com Certeau (1994: 202-203-311) que “espaço” é aqui ressignificado como “lugar praticado” por “operações” do sujeito histórico nos “tempos” construídos pelo imprevisto, pelo descontínuo, pela falha, pelo lacunar. Daí que “eliminar o imprevisto ou expulsá-lo como acidente ilegítimo e perturbador da racionalidade, é interdizer a possibilidade de uma prática viva e ‘mítica’ da cidade”. A narrativa das práticas, segundo esse autor, realiza operações que, em um tempo reencontrado, transformam “lugares em espaços e espaços em lugares”. Incessantemente. A leitura seria, assim, “o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – o escrito”. Por que não a constituição da arte do ler na arte do fazer e do pensar?

Dar a voz a essas pessoas que viveram esse tempo (reencontrado ou não) em um espaço de práticas de leitura significa desvelar não só os fatos registrados, oficializados para o confronto – vozes e fatos. Significa muito mais: buscar, na historicidade de sua produção, as apropriações, as práticas, as representações e os valores da leitura dessa cidade.

Práticas plurais. Práticas contraditórias. Práticas imprevistas e descontínuas. Rompem, todas elas, com a concepção de sujeito universal, porque é preciso “reconhecer, contra a antiga história intelectual, que as inteligências não são desencarnadas e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas”. Os objetos pretensamente naturais, não o são. É preciso relacioná-los com “todas as práticas datadas e raras que os objetivam”. Não a partir do discurso único, mas a partir de todas as práticas que os significam. Impõe-se, pois, buscar, sob as práticas exercidas ou conscientes, “a gramática escondida ou imersa (como escreve Veyne) que a explica” (Chartier, 1990: 27- 65-66).

Essa explicação, no entanto, só é possível se houver rupturas com a concepção de que a cultura forma um nível à parte da realidade social e que representa um campo particular das produções e práticas da camada elitista da sociedade. De acordo com Chartier (op.cit., p. 66-67): “Pensar de outro modo a cultura e, por consequência, o próprio campo da história intelectual, exige concebê-la como um conjunto de significações que se enunciam nos discursos ou nos comportamentos aparentemente menos culturais”.

Há, assim um alinhamento dessa concepção à de Geertz (1973) que concebe cultura como um corpo de significados expressos “em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as suas atitudes perante a vida.”

Se as práticas culturais são apropriadas, o que significa essa apropriação no percurso da história cultural? A noção de apropriação é esclarecida por Chartier que, diferentemente de Foucault (1986, 1996) – que utiliza o termo como confisco e expropriação do discurso do dominado pelo poder para subjugar-lo, para discipliná-lo – a concebe como parte intrínseca das práticas culturais construídas historicamente. “A apropriação, tal como o entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (Chartier, 1990: 26).

Para esse autor, há de se ter claro ainda a compreensão das representações que os homens fazem do mundo social – como o pensam e o transpõem – alicerçadas no jogo de posições e interesses confrontados e significados na realidade social.

Assim, não só a história da leitura ganha importância, mas também a história do livro. No dizer de Darnton (1990: 171) “livros não se limitam a relatar a história: eles a fazem”. Por isso, a leitura tem uma história que não é a mesma em todos os tempos e lugares. Mundos diferentes, a partir de seus esquemas interpretativos e culturais variados, suscitam também leituras de sentidos variados. Por isso, o tempo da leitura procura incessantemente os sentidos presentes nesse mesmo tempo.

De fato, a história da leitura e do livro, com todas as suas implicações sociais e culturais, é tão importante quanto a história do pensamento. Darnton (op.cit., p.172), então, questiona: “como leitores mutáveis interpretam textos variáveis? (...) Pense na frequência com que a leitura alterou o curso da história – a leitura de Paulo por Lutero, a leitura de Hegel por

Marx, a leitura de Marx por Mao”.

No intuito de se estudar a leitura como uma prática cultural plural, autores como Chartier, Hébrard, A. M. Chartier, Darnton, Ginzburg, Manguel, Cavallo², entre outros, desenvolvem, por caminhos variados, estudos e pesquisas no sentido de desmistificar os discursos e as representações sobre as práticas de leitura e de leitores. Esses estudos contribuem, sobremaneira, para o desvelamento das contradições e representações supostas na história das práticas de leitura, permitindo que práticas outras se manifestem – as não permitidas, as não convocadas.

A neutralidade da leitura é, enfim, colocada em questão: as diferentes leituras são gestadas de acordo com as formas de inserção na cultura e atravessadas pelos fatores culturais, sociais, políticos e econômicos. Daí, o ressurgir das práticas leitoras plurais e contraditórias, evidenciando novas possibilidades de interpretação da história da leitura e do livro.

No Brasil, dentro dessa perspectiva, é importante ressaltar, entre outros, os trabalhos meticulosos de Lajolo e Zilberman (1996, 1999) que dão uma contribuição importantíssima para os estudos da formação da leitura no Brasil; as pesquisas de Abreu (1999, 2001) que destacam a presença significativa de leituras e leitores no Brasil-Colônia que, contrastando com as imagens e representações de leitura e de leitores idealizados pelos cânones oficiais, são desqualificados como não-leitura e não-leitores; Moysés (1995) que estuda as imagens e representações de leitura no Brasil, no século XIX; Park (2001) que apresenta um valioso estudo sobre a leitura e os leitores de almanaques populares de farmácia, reconhecendo-os no universo cultural das práticas de leitura e de leitores; Silva (1991, 1995) que se insere como importante marco nas reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil; Silva (1984, 2001) que, através de trabalhos sobre histórias de leitura de alunos e professores, oferece um campo vasto sobre a formação de leitores; Moraes (1996) que se destaca pela pesquisa sobre as leituras femininas na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX.

Enfim, é como diz Certeau (1994: 265), “apesar de tudo, a história das andanças do homem através de seus próprios textos está ainda, em boa parte, por descobrir”. E é por isso que esse meu trabalho se inscreve como parte, ainda que pequena, dessa caravana que busca, por voltas e atalhos, a descoberta de leituras e leitores possíveis.

² Os livros e artigos desses autores, que pesquisam a leitura como uma prática cultural, estão relacionados na bibliografia dessa tese.

Em busca das pistas: o percurso metodológico

Por onde começar? Pelos leitores, documentos ou livros?

Uma pista no jornal, “O Popular”, de 20/07/1998, foi um dos pontos de partida do percurso de buscas dos leitores da cidade em construção: existia o Instituto Goiano do Livro, em Goiânia. Se existia o Instituto Goiano do Livro, deveria existir também a história do livro e do leitor. Engano!

O Instituto Goiano do Livro, segundo sua diretora, à época, Yêda Schmaltz, havia sido criado recentemente como uma unidade da Agência Goiana de Cultura, cujos objetivos eram promover concursos literários e organizar a seleção de obras das coleções Pali Pala, Aldebarã, Supernova, Karajá, Bolsa de Publicações Cora Coralina e outras coleções a serem criadas. Schmaltz me explicou que o Instituto estava em fase de organização e que lá não havia documentos ou mesmo livros relativos aos leitores do período pesquisado. Relatou-me também que vários livros foram publicados no período de 1933 a 1959 e citou alguns escritores que viveram nesse tempo em Goiânia.

Resolvi procurá-los. Em um primeiro momento, surgiu uma dúvida que me fez desconfiar do rumo enveredado: estava à procura de leitores da cidade em construção; pessoas que liam os vários impressos que deveriam circular na cidade. Percebi que quando indagava pelos leitores, as pessoas sempre me indicavam os escritores da época. Evidentemente escritores são também leitores e escrevem para leitores. Com certeza era importante conhecer a história da leitura de Goiânia através dos trabalhos desses escritores. Mas, não só deles. Precisava buscar também a história oral³ de outros possíveis leitores que viveram a construção e a instalação da cidade de Goiânia.

Ao mesmo tempo, a busca pela documentação da época nos arquivos e bibliotecas públicas e particulares enriqueceram sobremaneira as informações obtidas pelos depoimentos orais gravados durante as entrevistas.

³ LANG et al. (1998: 10), a respeito da história oral destacam que: “Vemos a História Oral, antes como uma *encruzilhada de disciplinas*, para usar a feliz expressão de Jorge Eduardo Aceves Lozano, para quem a História Oral consiste em um ponto de confluência multidisciplinar, um ponto de contato e intercâmbio entre as várias ciências sociais, em suas palavras, *uma encruzilhada de caminhos e ofícios* (Lozano, In: Ferreira & Amado, 1996).”

Trabalho de idas e vindas, o percurso foi assim construído: entrevistas gravadas com leitores da época, análise dos documentos escritos e estudo de referenciais teóricos, entre eles, a História Cultural.

Assim, a rede de falas foi tecida pelos leitores. Uns indicavam os outros, que através das entrevistas deram corpo a esse trabalho.

Quem são os leitores entrevistados? São pessoas da elite intelectual, pessoas que produziram valores que deveriam ser disseminados através da leitura e das instituições de leitura. Assim, professores e professoras, escritores e escritoras, funcionárias e funcionários públicos e uma empregada doméstica criaram imagens e representações de leitura dentro de uma configuração de época em que os valores sociais estavam ligados ao progresso, à cultura urbana e à modernidade. São eles⁴: Dona Julieta – n: 1909, professora e diretora do Grupo Escolar Modelo; Dona Mena – n: 1909, funcionária pública; Sr. Geraldo – n: 1909, professor e advogado; Sr. Gesco – n: 1912, professor; Sr. Gildo – n: 1917, professor; Dona Sebastiana – n: 1917, empregada doméstica e benzedeira; Dona Maria – n: 1921, professora; Sr. Miro – n: 1921, professor e escritor; Dona Rilda – n: 1924, funcionária pública; Dona Lalá – n: 1925, funcionária pública; Dona Diná – n: 1924, professora; Sr. Bráulio – n: 1928, professor; Sr. Gil – n: 1930, professor e escritor; Dona Belmira – n: 1930, professora; Sr. José – n: 1934, professor e escritor; Dona Lucília – n: 1935, professora.

Por que uma empregada doméstica, que é também benzedeira, compõe esta pesquisa? Se o critério de escolha das pessoas era ser considerado leitor ou leitora na época enfocada, essa empregada doméstica o era. Ela, através de seu trabalho, lê os livros dos patrões e por isso suas leituras são similares às da elite intelectual. Ao mesmo tempo, lê também a Bíblia e a vida de santos para o ofício de benzedeira. Tradição e modernidade mesclam a vida dessa senhora que se localiza na “periferia” da elite intelectual goianiense, aderindo, portanto, ao seu discurso. Elias (1980: 144-145) explica que os elos de interdependência criam uma rede em que “o comportamento de muitas pessoas separadas (...) sejam por questões econômicas ou sociais (...) enreda-se de modo a formar estruturas entrelaçadas”.

⁴ As entrevistas foram feitas entre 1997 e 2002. Vários leitores foram entrevistados mais de uma vez. Nesse trabalho, os leitores entrevistados serão identificados pelo nome ou pelo apelido. A letra **n** significa ano de nascimento.

Por que esses sujeitos sociais e não outros? É importante lembrar que o saber ler e escrever supostamente cria uma das condições do ser leitor e, nessa época, a cidade de Goiânia convivia com uma alta taxa de analfabetismo. Assim, eu só poderia tecer a rede de dados com pessoas que fossem consideradas leitoras; e, por serem leitoras e possuírem livros ou freqüentarem os espaços de leitura da cidade foram consideradas, nesse trabalho, integrantes da elite intelectual, independentemente da sua situação econômica e social. Assim, 7 homens e 9 mulheres formaram o grupo de 16 entrevistados distribuídos da seguinte maneira: 12 professores, 3 funcionárias públicas, 1 empregada doméstica e benzedeira. A categoria “professor” englobou 3 escritores e 1 advogado⁵.

É importante registrar que a partir do momento em que me identifiquei para os leitores entrevistados como professora da Universidade, percebi que o passado que eu queria pesquisar já vinha elaborado, atravessado por discursos representativos daquilo que esses leitores pressupunham que eu queria ouvir. Houve uma tentativa, consciente ou não, por parte deles, de alinhamento dos discursos. Do deles com o meu. Ou seja, naquele momento, houve uma suposta relação em que “um intelectual falava para outro intelectual” sobre as práticas de leitura de Goiânia.

Considero esse primeiro momento um impasse. De impasses, então, foi feito esse trabalho: deveria penetrar nesse mundo para sair dele ou estabelecer nesse percurso o confronto que poderia provocar o desvelamento das práticas e representações de leitura dos leitores de Goiânia? Fui em frente e, na esteira de Chartier (1990: 27), procurei, o tempo todo, o cotejo das fontes: “a reflexão efetuada (...) não foi de modo nenhum anterior à escrita dos estudos (...) caminhavam as duas, lado a lado, num diálogo constante entre a confrontação com o documento e a exigência da elucidação metodológica”.

Nesse contexto, instaurei-me como ouvinte-narradora. Mas narradora que narra as histórias de leituras contadas pelos leitores. Narradora que procura indícios, representações e práticas de leitura. A reflexão e a análise permearam todo esse percurso.

Nesse caminho de interlocução, a fala livre, sem censura, foi surgindo num ambiente onde se instaurou o diálogo. Diálogo fruto da escuta, da provocação e do confronto.

⁵ Os 3 professores-escritores tinham como atividade profissional principal o magistério, porque não poderiam sobreviver da venda de seus livros. A maioria dos livros vendidos vinham de fora do Estado.

A partir de perguntas provocadoras sobre as práticas de leituras, os leitores entrevistados contaram suas histórias de leitura entrelaçadas com a história de leitura da cidade.

Momentos intensos. Paixões, saudades, tristezas, alegrias, cumplicidades. Ações e sentimentos abriram as trilhas da memória. Segundo Bosi (1994:55), o olhar para o passado implica não em revivê-lo, “mas refazer, reconstituir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”. As lembranças seriam, então, imagens construídas “pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto das representações que povoam a nossa consciência atual”.

Memória coletiva. Memória individual. Memória afetiva. Enlaçadas, elas construíram o percurso. A minha história de leitura adentrou as histórias desses leitores, tornando-se ora muito distante, ora muito próxima. Surgiram identificações e diferenças que nem por isso interromperam as histórias de leitura dos leitores. A cada provocação, a memória florescia, às vezes, até buscando em fotografias, revistas, jornais, documentos oficiais e livros da época, o respaldo para o fato lembrado (ver Caderno Fotográfico)⁶.

É interessante observar que a entrevista instaura uma relação. Ela constitui o entrevistado que “pára e reflete sobre sua vida (...) se vê como ator social e ‘criador da história’. Essas pessoas se tornam sujeitos pois percebem (...) seu projeto de vida nesse processo” (Le Ven et. al., 1997: 220-221). A relação instaurada pelo entrevistado tem a sua contrapartida no outro e, por isso, envolve também o entrevistador que penetra no espaço recriado através das representações e dos valores imaginados. O entrevistado, muitas vezes, tenta “capturar” o entrevistador através da sua narração. Um leitor da época, o Sr. José, diz que tem “saudade daquele tempo em que Goiânia tinha 5.000 habitantes, mas já tinha um ambiente cultural refletido em muitos livros”. Essas informações suscitaram o meu interesse de tal maneira que me apropriei dessas leituras o mais rápido possível.

Além disso, o Sr. José, com muita “tática”, lembrando Certeau (1994), através do processo de “captura”, fez-me o seguinte convite: “Eu a convido a ler meus livros, onde relembro Goiânia e suas personalidades históricas”. Nesse momento, vi-me não só “recolhendo” a história de Goiânia, mas também comecei a compartilhar a memória recriada.

⁶ O Caderno Fotográfico é composto por fotocópias de fotografias, revistas e jornais fornecidos pelos leitores entrevistados.

A relação nessa entrevista, e não só nessa, provocou uma “intimidade histórica” entre mim e o leitor entrevistado, apesar de possuímos olhares diferentes sobre a leitura e a cidade planejada. Lembrei-me, então, de Benjamin (1985:203-205) que insiste que narrador e ouvinte são companheiros na viagem através das narrativas; as marcas das suas histórias “estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata”. Narrador e ouvinte compartilham, pela relação estabelecida na entrevista, os fatos narrados.

Nessa mesma linha de pensamento, Le Ven et. al. (op. cit., p.221) afirmam que a entrevista “produz um efeito no entrevistador (...) a partir do depoimento do outro. Os diferentes pontos de vista (...) proporcionados pelo entrevistado” deslocam novas reflexões, podendo-se dizer que as pessoas criam novas sensibilidades após a realização desse tipo de entrevista. No caso dessa pesquisa, essas sensibilidades não embotaram o percurso a ser seguido; pelo contrário, aguçaram ainda mais a minha percepção de que os leitores não só oscilam “entre duas épocas distintas, mas também tropeçam entre lugares remotos e lugares presentes” (Lucena: 1997: 226). E nessas oscilações e nesses tropeços tentam capturar o outro pelas imagens das lembranças recriadas. Vale dizer com Certeau (op. cit., p.163), que “a memória vem de alhures” e se desloca taticamente entre os espaços e os tempos, a partir de “sua inquietante familiaridade”.

A pesquisa, através da tentativa de rigor com que procurou conhecer a história da leitura da cidade de Goiânia, produziu também momentos prazerosos, fecundos, inesquecíveis. Momentos repetidos de recriação da interlocução, principalmente quando os fatos nos documentos escritos levantavam incertezas em relação à memória, ou quando a memória levantava dúvidas em relação aos documentos.

Por isso, as idas e vindas ao referencial teórico, aos documentos sobre a cidade e aos depoimentos produziram novas conversas com os leitores, provocando a inclusão de novos dados nos seus depoimentos.

Esses momentos foram riquíssimos para o entendimento dos processos com os quais os entrevistados buscavam o passado. Assim, a recomposição dos discursos desses leitores produziram as imagens e representações das práticas de leitura pelo viés das lembranças significativas em que o “eu” e o “nós” entrelaçaram-se, configurando a cidade planejada, tendo como referência a cidade decadente. Remeto-me novamente a Bosi (1994:

413) que, na esteira de Halbwachs, chama a atenção para o fato de que “a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual”.

Nesse contexto, essa busca pela produção do saber, entre práticas e representações, foi dando corpo aos capítulos que se seguem.

O primeiro capítulo desse trabalho, “A Teia dos Discursos: da Cidade Decadente à Cidade em Construção”, analisa os discursos que produziram o processo de mudança e de instalação da cidade de Goiânia, processo que considero motivador de leitura e de escrita. Algumas questões são buscadas através da narrativa: para que projeto político é importante planejar e construir uma cidade nova, moderna e “civilizada”, no sertão do Brasil, na década de 1930; durante o planejamento e instalação da cidade qual foi a preocupação do discurso do poder com as instituições de leitura, tendo em vista a busca da cultura urbana, do progresso e da modernidade; nesse processo, quais as instituições de leitura em funcionamento na cidade, nas décadas de 1930, 1940 e 1950?

No segundo capítulo, “‘Lugares’ da Modernidade: As Instituições de Leitura”, investigo o percurso das instituições de leitura públicas e formais, das instituições de leitura privadas e formais, das instituições de leitura informais e também das instituições culturais públicas e privadas que promoviam práticas de leitura. Estudo as relações dos leitores com as instituições mais citadas pelos leitores entrevistados através das práticas de leitura ali desenvolvidas. Práticas essas, entre outras, que revelam as representações e as imagens da modernidade que levariam à consolidação da cidade planejada como progressista.

No terceiro capítulo, “Leitores: Valores e Representações”, como o próprio nome diz, analiso as representações e os valores atribuídos à leitura pelos leitores numa cidade planejada, inserida no projeto de modernização e interiorização do Brasil, no período de 1933 a 1959.

CAPÍTULO I

A TEIA DOS DISCURSOS: DA CIDADE DECADENTE À CIDADE EM CONSTRUÇÃO

A Cidade Decadente

Mais de duzentos anos se passaram e a cidade, modorrando, não quis galgar a encosta. Preferiu permanecer sonhando (...) Jamais pensou ela que o ouro que lhe garantia a majestade um dia poderia fugir-lhe das mãos, ao sopro de tempos novos que haveriam de vir. Os clarins de inevitável renovação acordaram-na. Mas já era tarde, muito tarde... Longe, na planície de horizontes largos, nascia sua única filha – Goiânia...

Venerando de Freitas Borges

Investigar as práticas, os modos e os objetos de leitura da cidade de Goiânia leva-me a situar essa cidade em um lugar determinado para conhecer seus habitantes e, através de suas vozes, seus documentos e monumentos, tornar possível uma história da leitura ainda pouco conhecida. Pouco conhecida na medida em que muitas vozes da cidade em construção dizem que “havia dificuldades para ler, a cidade não oferecia ainda condições” (Dona Diná). Havia outras preocupações dos novos habitantes: “prioridades de primeira necessidade como construção de casas, abastecimento de energia elétrica e água, meios de comunicação e de transporte deficitários, compras de alimentos” (Dona Mena). Ao mesmo tempo, outras falas dizem: “apesar das dificuldades, havia muita leitura nos primeiros tempos” (Dona Julieta); “na Biblioteca Pública, havia muitos livros, eu lia lá” (Sr. Gil).

Entender porque se constrói uma cidade implica entender as funções e as estratégias políticas, sociais e econômicas de seus governantes para tal ato. A esse respeito, Le Goff (1988: 29) escreve:

o que significa que, se pensarmos na longa duração, se formos além mesmo do caso de Paris, as funções essenciais de uma cidade são a troca, a informação, a vida cultural e o poder. As funções de produção – o setor secundário – constituem apenas um momento da história das cidades, notadamente no século XIX, com a Revolução Industrial, visível sobretudo nos subúrbios situados na periferia. Elas podem desfazer-se; a função da cidade, no entanto, permanece.

Se essas funções apontadas por Le Goff estavam claras ou não para os governantes que teceram, ao longo dos anos, a idéia de uma nova capital para o Estado de Goiás, são questões importantes para serem consideradas no desvelamento da história de leitura da cidade Goiânia. A vida cultural, como diz Le Goff, faz parte de uma cidade e, como tal, os vários tipos de impressos que circulam, buscam leitores que, de uma maneira ou de outra, podem aceitar, refutar ou ressignificar as idéias veiculadas, sejam elas, de ordem política, econômica e social ou mero entretenimento.

Nesse processo, estão em jogo as configurações e as redes de interdependências constituídas pelos leitores dessa época. Segundo Elias (1980: 142), uma configuração é uma formação social de tamanho variável, uma cidade, uma escola, um jogo de cartas, um tabuleiro de xadrez em que existe uma cadeia de dependências recíprocas entre os indivíduos que a compõem. Nela deve haver um equilíbrio flutuante de tensões que permita a perpetuação dos valores dessa configuração. Quando esse equilíbrio é rompido porque um indivíduo ou grupo torna-se mais poderoso, surge uma outra configuração assentada em um novo equilíbrio de forças e, assim, uma nova “rede de interdependências de aliados ou de adversários” se impõe.

Goiânia, cidade “inventada”, constitui uma nova configuração não só no contexto do Estado de Goiás, mas também no “sertão” do Brasil. Cidade que desconstrói o equilíbrio da antiga configuração – a tradicional Cidade de Goiás – criando novas redes de interdependências de aliados (os mudancistas) e de adversários (os antimudancistas), atores fundamentais na representação desse cenário.

Com efeito, modernidade, urbanização e progresso são processos que geram representações, imagens e valores que têm se espalhado mundialmente e, como não poderia deixar de ser, atingem também países periféricos como o Brasil e, na periferia do Brasil, “o sertão goiano”. Assim, a representação de “sertão civilizado⁷”, em contraposição à de “sertão inculto e selvagem”, é uma constante nos discursos não só dos leitores entrevistados mas também de muitos historiadores e escritores, contemporâneos ou não da mudança da capital,

⁷ Nobert Elias (1994: 64-111-112) considera que o conceito de *cortesia* na Idade Média, ligado às formas de comportamento da sociedade de corte foi substituído pelo conceito de *civilidade* que, a partir do séc. XVII, deu origem ao conceito de *civilização*. “E a consciência de sua própria superioridade, dessa *civilização*, passa a servir, pelo menos às nações que se tornaram conquistadoras de colônias e, por conseguinte, um tipo de classe superior para grandes segmentos do mundo não-europeu, como justificativa de seu domínio, no mesmo grau em que antes os ancestrais do conceito de civilização, *politesse* e *civilité*, serviram de justificação à aristocracia de corte”.

que aderem ao discurso mudancista dos governos estadual e federal da época. Representações múltiplas da decadência e do atraso da Cidade de Goiás começam a ser gestadas já no período do declínio do ouro, criando estigmas que, desde então, passam a fazer parte do imaginário goiano. Bourdieu (1989:124-125) explica que a anulação de tais estigmas significa a busca

da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenham em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima.

Assim, a negação dessas representações que criam os estigmas provocam, num processo dinâmico, a reorganização dos elos de interdependência de uma dada configuração, levando à certificação da positividade de novos valores. No imaginário dos chamados países civilizados, o Brasil é representado também como “sertão” em relação ao mundo europeu. Imaginário aqui, de acordo com Queiroz. (1993: 77), é visto como imagens e representações que “têm o poder de sugerir aos indivíduos de um grupo, de maneira viva e marcante, objetos e idéias”. Nesse sentido, Amado (1995: 149) destaca as seguintes idéias de sertão: “Se para um habitante de Lisboa, o Brasil todo era um ‘grande sertão’, para o habitante do Rio de Janeiro, a partir do século XVI, ele começaria logo além dos limites da cidade (...); para o bandeirante paulista (...), o sertão eram os atuais Minas, Mato Grosso e Goiás”.

Nesse processo, para se igualar às populações européias através do pertencimento à civilização ocidental, o litoral brasileiro necessita construir a imagem de “um outro símbolo de atraso que não a própria região. Um ‘outro’ que elevasse o Brasil à condição de civilizado. O ‘outro’ imaginado, pelas suas próprias características – atrasado, desconhecido, longínquo – passou a ser, então, o Brasil interior” (Pereira, 2002: 36). E, nesse, o sertão goiano.

No Brasil, no bojo das transformações que acontecem em nível mundial, a preocupação com “a formação de um Estado-Nação que pressupõe a unificação nacional e a centralização do poder, mostra-se contrária à manutenção de diversidades regionais e culturais”, porque ocasionaria conflitos com o poder central ou ainda a falta de controle político-ideológico sobre essas regiões (Ibidem, p.15). É nesse sentido que o “sertão goiano” busca seu pertencimento à nação brasileira através das imagens e representações que engendram sua afirmação enquanto região que se pretende “moderna e civilizada”.

Nessa direção, a elite intelectual brasileira, nas suas reflexões sobre a constituição do Estado brasileiro, toma como referência as transformações iniciadas na Europa pela burguesia ascendente, com o advento da Revolução Industrial e da Revolução Francesa (Ibidem, p.16-17). Estes acontecimentos gestam os processos de urbanização e de industrialização que definem os novos paradigmas de modernidade tendo em vista a criação de uma nova sociedade. Assim é que:

As transformações acontecidas na Europa repercutiram no Brasil, onde os intelectuais dividiam-se entre o cosmopolitismo e o localismo: enquanto a elite “ilustrada” que participou do movimento de Independência buscava a civilização em suas heranças européias (...), os nacionalistas românticos pretendiam construir o caminho original da nação brasileira na marcha da humanidade. (Ibidem)

Para Sevcenko (1983:82-83), esse nacionalismo, “base ideológica de formação do Estado-Nação”, teria na produção cultural embebida pelas teorias raciais, “a sua justificação e encontraria no militarismo o seu meio de auto-afirmação”.

Com efeito, não basta só remodelar o Estado e construir a Nação. Um outro discurso, segundo Sevcenko (Ibidem), revela o temor de invasão do Brasil pelas grandes potências européias em fase expansionista. Temor que criará esse outro “tipo peculiar de nacionalismo”, o militarista, apontado por Sevcenko, que pode ser exemplificado com a atuação política e intelectual de Olavo Bilac que cria a Liga de Defesa Nacional, e de Euclides da Cunha que adverte sobre a necessidade de se conhecer o Brasil e de “colonizar o sertão”. Há assim uma aproximação dos intelectuais com o Estado, principalmente, a partir da chamada “regeneração” das instituições nacionais. Sevcenko (op. cit., p.94) ainda destaca que a figuração do intelectual-político contribuirá para a representação de uma sociedade “austera” e “ilustrada” que poderia romper com a “profunda crise intelectual e moral, marcada pela mais atroz decadência cultural”, em função do “vazio de idéias” e de ideais que a tecnologia e a ciência da vida moderna impõem.

O que se percebe é que os valores mudam em função da nova ordem instaurada pela modernidade. Modernidade que, segundo Ortiz (1991: 267)

não conhece fronteiras ou nacionalidades. Ela traz consigo os germens de uma ordem planetária. Não exclusivamente econômica, mas de um tipo de cultura que se expressa no lazer, na indústria cultural, no consumo, nas

idades. Transformações que requerem uma nova concepção de espaço e de tempo mundiais.

Assim, os valores da modernidade são disseminados no litoral, especificamente, no Rio de Janeiro e também em São Paulo. O eixo Rio-São Paulo torna-se, nesse contexto, paradigma da modernidade para o Brasil e, principalmente, para o “sertão goiano” que quer se livrar do estigma de atrasado e inculto. Há, desse modo, um empenho desmesurado, segundo Ortiz (op. cit., p.32-33), de “esculpir o retrato do Brasil condizente com o imaginário civilizado”. Na esteira desse empenho, o “sertão” tenta, com todas as suas forças políticas e sociais, ser reconhecido, não como “apêndice atrasado” do litoral, mas como uma região promissora, que acolhe os valores da modernidade, da urbanização e do progresso. E, é nesse cenário, portanto, em que se digladiam tradição e modernidade, que os leitores entrevistados, na metáfora do jogo de cartas, apontado por Elias (op.cit., p.142), escolhem as cartas para a sustentação dessa nova configuração. No caso dessa pesquisa, a partir de uma provocação da memória, os jogadores-leitores “jogam” com a carta das práticas de leitura na cidade construída; elaboram as representações de leitura e os valores a ela atribuídos na sustentação da cidade que se quer moderna, civilizada e urbanizada. Leitores, como o Sr. Geraldo, num discurso ufanista, evoca imagens celebrativas da nova ordem que se instaura com a mudança da capital: “motivado pela leitura metódica e atualizada, o goianiense das décadas de 1930 – 1940 – 1950 aspirava, sonhava e aprendia, para não mais sentir inveja alguma de ninguém qualquer e de lugar nenhum de sua Pátria”. Discurso complementado por Queiroz (1969: 109), para quem Goiás “acorda” para fazer parte do “Brasil grandioso”:

Getúlio gritou Goiás, e Goiânia respondeu. Goiás acordou e corre, sob a música das botas de Bernardo Sayão, que derrubou matas, derrubaremos o Analfabetismo. Ensinou a tratorar, ensinaremos a Ler. Levava um machado, levaremos um Livro; (...) nós viveremos, até morrermos, construindo Goiás para o Brasil.

Assim, os leitores entrevistados e os autores não só recriam a cidade planejada mas também a cidade decadente, a partir da teia dos discursos circulantes sobre modernidade e tradição.

A análise dos livros, dos documentos escritos e das entrevistas com os leitores do período em estudo sugere que o impresso corria na velha capital, a Cidade de Goiás, antiga

Vila Boa⁸, buscando os leitores para uma causa simbolizada como “nobre e urgente” para os governantes: a mudança da capital; e, após a mudança, os impressos continuaram a buscar mais e mais leitores. De um lado, a busca se deve em função do descontentamento de alguns moradores da antiga capital que se sentiram prejudicados em seus interesses e de funcionários obrigados pelo serviço público a se aventurarem na nova capital e, de outro, em função da esperança daqueles que vislumbravam na nova capital a concretização dos sonhos que a *Urbs* poderia lhes oferecer.

O cenário estava montado: entre a velha e a nova capital, o percurso foi construído com muita euforia pelos adeptos da mudança da capital e com muito rancor pelos antimudancistas. É certo que esse percurso necessita ser recriado, segundo Rago (1997: 20):

menos para conhecer o passado do que para entender como foi interpretado. Como se lia, que verdades foram produzidas (...) como se escreveu a história (...), que mitos foram criados, que atores suprimidos, que verdades foram inventadas e não reveladas (...), a que vem o conhecimento do passado? (...) de que passado precisamos?

Para responder a essas questões penso que há necessidade de fazer uma incursão crítica e desconfiada nas narrativas já existentes sobre a cidade que ilustram e reiteram o imaginário social. As percepções do social, no dizer de Chartier (1990: 17),

não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Com efeito, o discurso dos mudancistas, para atingir seus objetivos, ao impor “a sua concepção do mundo social, os valores (...) e o seu domínio” (Ibidem), é apropriado e refigurado por outros discursos sobre a cidade, como os da academia, da imprensa, da

⁸ Em 27 de junho de 2001, a Unesco concedeu à Cidade de Goiás, o título de Patrimônio da Humanidade. “Edifícios construídos no estilo colonial brasileiro, outros neoclássicos, outros ecléticos, outros com elementos do art-nouveau até mesmo um exemplar neogótico fazem da Cidade Goiás, um exemplar raro das cidades coloniais. O conjunto das casas que ‘cochicham’ (no dizer poético de Cora Coralina) é uma das atrações da Cidade de Goiás. (...) Cochicham porque são todas umas coladas às outras, com suas janelas e portas para rua (...). O casario revela o que se convencionou chamar de arquitetura vernacular, caracterizada pela simplicidade e pela beleza decorrente da volumetria e das proporcionais simétricas” (“O Popular”, 28/06/01, p. 8).

literatura, da escola, da família, da igreja que criam e recriam representações e imagens da nova cidade, como moderna e civilizada. É interessante notar que tais discursos e os relatórios de Pedro Ludovico – principal idealizador da nova capital – produzem esse imaginário antes mesmo de Goiânia se consolidar como realidade – são os discursos fundadores da cidade inventada.

De acordo com Oliveira (1999: 164), uma das principais características do discurso mudancista é a “linguagem antitética” que refigura a cidade:

Os adjetivos da nova capital, *moderna, dinâmica, nova, centro de progresso*, só têm sentido quando contrapostos aos adjetivos aplicados pejorativamente à Cidade de Goiás, *tradicional, estática, velha, centro de atraso*. Além disso, esses discursos são hiperbólicos, isto é, as características *metropolitanas* de Goiânia são bastante exageradas.

No caso dessa pesquisa, vale retomar Rago (op. cit., p.20), quando reitera que é preciso “desconstruir” os discursos cristalizados dos historiadores e “não apreender a ‘realidade’ que supostamente escrevem”. Há necessidade de ir além para perceber como essa realidade foi e continua sendo interpretada.

A partir dessas reflexões, acredito que é possível entender a trama do jogo das motivações e interpretações que sustentaram o processo de mudança e de construção da nova capital.

As bases que instauraram esse processo estavam centralizadas na Cidade de Goiás, fundada em 26 de julho de 1727, por Bartolomeu Bueno da Silva, filho de Anhangüera. Mudar a capital do Estado de Goiás não foi uma proposta nova. A idéia fora lançada pela primeira vez em 1830 pelo Marechal Miguel Lino de Moraes, 2º. governador de Goiás, no Império. Idéia que não agradou a população da histórica Cidade de Goiás. Em 1863, José Vieira Couto de Magalhães, 16º. governador de Goiás, no Império, refere-se também, no seu livro, *Primeira Viagem ao Araguaia*, à emergência da mudança da capital (Monteiro, 1938: 2).

Desde então, falava-se na necessidade da transferência da sede do governo para outro ponto do Estado. A própria Constituição Estadual previa esse fato, como se vê em seu artigo 5º., título I: “A Cidade de Goiás continuará a ser capital do Estado, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso” (op. cit., p. 3-4).

Os leitores da Cidade de Goiás conviviam, desde muito tempo, com defesas e controvérsias a respeito da mudança da capital para um outro local. Os jornais, “Correio Oficial”, “Voz do Povo”, “Democrata”, “A Razão”, nos seus vários artigos, instigavam os leitores a uma fervorosa discussão em torno do assunto. Carlos Pinheiro Chagas, empossado Interventor Federal em Goiás, logo após a Revolução de 1930, também teceu argumentos favoráveis à mudança, cujas motivações foram bastante discutidas quando Pedro Ludovico assumiu o governo do Estado, como Interventor Federal, em 22 de novembro de 1930.

Com efeito, havia um desejo de mudança representado pelas motivações políticas e econômicas que fizeram parte do imaginário mudancista que alimentou o movimento liderado por Pedro Ludovico.

É importante ressaltar que o quadro político goiano revela desde 1910 uma alternância de oligarquias que se revezaram no poder. Aos Bulhões, sucederam os Caiados que arrebanharam os grandes proprietários da capital e de grande parte do interior do Estado, ligando-se ao governo central, através do Pacto Oligárquico Coronelístico, fundado no controle da terra. Monopolizaram o processo eleitoral, de 1912 a 1930, usando a violência física contra aqueles que ameaçavam o domínio coronelístico ou questionavam o direito de propriedade.

Dissidências, no entanto, começaram a surgir diante do poder centralizador do caiadismo e da propalada estagnação política e econômica do Estado de Goiás. Configurou-se, nessa época, uma oposição entre os grupos oligárquicos ligados à Cidade de Goiás – os Caiados – e os grupos oligárquicos ligados ao sul e sudoeste. De acordo com Silva (1982: 130-138) que pesquisou a Revolução de 1930 em Goiás, na sua tese de doutorado:

Estes, além de uma participação política que correspondesse ao seu poder econômico, queriam que o Estado acionasse mecanismos que permitissem uma maior mercantilização dos produtos goianos. Aqueles, encastelados no poder, não faziam concessões, nem eram capazes de adequar o Estado às novas necessidades de acumulação em Goiás (...); na medida em que as regiões Sul e Sudoeste tornaram-se economicamente as mais dinâmicas do Estado, aumentaram também suas pretensões políticas.

Os políticos do sul e sudoeste, em função do poder político dos Caiados, diziam-se impedidos de ter uma representação política consistente, em nível federal.

Pela grande quantidade de publicações da época, principalmente, jornais, o que se percebe é que esse processo foi motivador de leitura e de escrita. Os leitores participaram não só através da leitura dos jornais marcadamente situacionistas, mas também dos jornais que foram criados com a finalidade de suscitar uma leitura oposicionista aos Caiados. É bom lembrar que uma grande parcela da população não sabia ler e escrever, o que indicia que a leitura, através da imprensa, dizia respeito somente às pessoas que tiveram acesso à escola.

Na Cidade de Goiás, essa leitura oposicionista ficou por conta de Mário Caiado; juiz de Direito que, apesar do sobrenome, era um opositor ao governo, criando em 1927, o jornal, “Voz do Povo”, em que conclamava o povo a repudiar o governo central para recuperar, assim, “os valores perdidos da Justiça e da Moral”. A dissidência do sudoeste era representada por Pedro Ludovico Teixeira, médico, nascido na Cidade de Goiás, mas residente na cidade de Rio Verde. Fundou os jornais, “O Sertão” e “O Sudoeste” (Chaul, 1988).

Os Caiados, através do jornal, “O Democrata”, na Cidade de Goiás, tentavam neutralizar todos os ataques oposicionistas. Assim é que, em função de sua sólida base coronelística, ganharam ainda as eleições de 1928.

A solução para a deposição dos Caiados veio em nível nacional com as dissidências goianas – agora mais centralizadas em torno de Pedro Ludovico Teixeira – alinhadas à Aliança Liberal que encampou os dissidentes de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, da Paraíba e do Rio de Janeiro. Crises políticas e econômicas propiciaram, no contexto brasileiro, o movimento armado que culminou na chamada Revolução de 1930, levando Getúlio Vargas ao poder⁹.

É certo que a Revolução de 1930 deu força política aos dissidentes goianos. Pedro Ludovico, numa tentativa de tomar o poder dos Caiados, organizou um levante, penetrando pelo sudoeste, mas foi detido pelas forças caiadistas que demonstraram mais uma vez seu poder. Agora, diante do governo de Vargas. A situação se modificou com a intervenção de

⁹ A respeito da Revolução de 1930, ver entre outros: DE DECCA, Edgar. 1930 – *o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981; BORIS, Fausto. *A revolução de 30*. São Paulo: Brasiliense, 1978; IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971; CARONE, Edgar. *A república nova (1930–1937)*. São Paulo: Difel, 1976; SILVA, Ana L. da. “A revolução de 1930 em Goiás”. USP. Tese de Doutorado. 1982.

tropas mineiras, comandadas por Quintino Vargas, que libertou Pedro Ludovico, colocando-o como Interventor Federal no Estado de Goiás.

Segundo Canesin e Loureiro (1994: 73):

A ascensão de Pedro Ludovico e o seu discurso progressista e moralizador traduziam os anseios dos grupos econômicos da região sul e sudoeste que aspiravam, de há muito, destruir a hegemonia da oligarquia caiadista. Após 1930, o argumento passou a ser a mudança da capital, a criação da cidade de Goiânia, que deveria trazer o progresso e desenvolvimento para o Estado de Goiás.

A mudança da capital estava, portanto, em perfeita sintonia com os interesses de expansão do capitalismo nacional, aqui representado por Vargas, na sua “Macha para o Oeste”. Vale dizer também que retirar a administração estadual da Cidade de Goiás, colocando-a na nova capital significaria confinar os Caiados à cidade decadente.

Chaul (1988: 76-77) afirma:

a idéia da mudança não era apenas de Pedro Ludovico. Era também um desejo de Vargas, era uma necessidade do capitalismo. Era uma dinamização da economia goiana, incorporando-se mais e mais à economia nacional. Era, enfim, a meta política das oligarquias do Sul e Sudoeste. Assim, os ataques contra a Cidade de Goiás não simbolizavam apenas ataque à cidade decadente, mas sim ao centro de poder da oligarquia que se desejava apear, de uma vez por todas, da liderança política do Estado. Atacar Goiás era uma forma de atacar os Caiados; era uma maneira de atacar o núcleo de poder da Primeira República.

Essa representação dos valores positivos da mudança da capital desdobrou-se em vários discursos de apoio a Pedro Ludovico. Assim, os chamados discursos mudancistas presentes nas obras de autores como Monteiro (1938), Sabino (1960), Ferreira (1963), Borges (1980), Pimenta Neto (1983), Costa (1985), entre outros, refiguraram os discursos de Pedro Ludovico na sua trajetória política. Discursos que, através dos elos de interdependência, reataram a legitimação das motivações políticas, sociais, econômicas e também sanitárias que impulsionaram a mudança: o declínio do ciclo do ouro, provocando a decadência e o atraso da Cidade de Goiás, a riqueza de outras regiões do Estado que desenvolviam técnicas modernas de agropecuária, o comércio escasso em função do difícil acesso à cidade encravada,

entre as serras, o decréscimo populacional, a falta de saneamento básico gerando doenças incontroláveis. Como sugerem esses autores, a cidade morria aos poucos pela sua situação de isolamento do resto do país.

Nesse processo, Pedro Ludovico simbolizava a figura do “empreendedor” que iria viabilizar “um projeto político de cunho modernizante (...), propulsor do progresso” (Pereira, op. cit., p. 48). Ao mesmo tempo, a construção da nova cidade representaria, para os governistas, condição essencial para o pertencimento do “sertão goiano” à Nação brasileira, uma vez que atenderia economicamente à política de interiorização do Estado Novo, através da chamada “Marcha para o Oeste”, visando a expansão capitalista rumo à Amazônia.

A “Marcha para o Oeste” significou a concretização de uma política de interiorização com o objetivo de neutralizar as tensões sociais nas cidades, através da ocupação de terras, direcionando as populações de baixa renda, desempregadas, para o sertão brasileiro. Ela recriou o mito do bandeirante, com Cassino Ricardo, um dos ideólogos do regime autoritário, produzindo uma relação positiva entre o bandeirantismo e o Estado Novo, “sugerindo uma relação justa e afetuosa entre líderes e liderados e, por isso, geradora de uma democracia social e racial herdada por Getúlio Vargas” (Pereira, 2002: 30-31).

A própria escolha da palavra “marcha”, segundo Lenharo (1986: 72-74), sutilmente, sugere “a propaganda do regime que foi despejando dispositivos de participação militarmente concebidos. A marcha compreende um movimento orientado, cadenciado, disciplinado (...). Mas, acima de tudo, disciplina”. Nessa “marcha voraz, antropofágica”, haveria o encontro do sertão com o litoral, numa convivência harmoniosa, fraterna, necessária “à fundação da nova qualidade da Nação” (Ibidem).

O discurso mudancista sugere que a nova capital seria um campo aberto à unificação das oligarquias do sul e sudoeste representadas por Pedro Ludovico, dissidentes do caiadismo. E ainda mais: significaria a busca da “modernidade” através do “progresso” que “irradiaria” riquezas para todo o centro-oeste.

Percebe-se pela leitura do imaginário dos autores mudancistas que Goiânia representava o símbolo da parte “positiva” da modernidade. O processo de mudança é simbolizado sem conflitos, em perfeita harmonia, como se não houvesse os transtornos próprios de uma cidade em construção, ou mesmo não houvesse um discurso oposicionista. A historiografia mudancista refere-se muito pouco a esses problemas e aos ataques da oposição,

que tinham como um dos principais representantes o deputado Alfredo Nasser. O seu discurso, de 17 de junho de 1933 (Câmara, 1973), em que contesta os argumentos a favor da mudança capital é muito pouco lembrado pelos autores mudancistas. Os historiadores preocuparam-se em mistificar a figura de Pedro Ludovico, “enquanto figura heróica e fantástica”, silenciando verdades e suprimindo muitos atores sociais (Rago, op. cit., p.22) que participaram desse momento histórico.

Imbuído dessa áurea mistificadora, Pedro Ludovico levou adiante o seu projeto mudancista, montando também o cenário da higiene, da eugenia, da saúde pública como corolário de uma cidade civilizada e moderna.

Entra em cena, nesse momento, a representação do médico – se não Deus, mas aquele que possui o saber que determina os limites entre a vida e a morte. Aquele que prescreve através das motivações higienistas, sanitaristas e ambientalistas. Motivações claras no relatório de 1933 de Pedro Ludovico enviado a Vargas:

A verdade indestrutível é que os conceitos de Rodolfo Gustavo da Paixão, hoje como em 1890, identificam e retratam com precisão flagrante o que era e continua a ser a cidade de Goiás – um ajuntamento desordenado de casas anti-higiênicas e anti-estéticas, apertando-se violentamente umas às outras, dentro da estreitíssima área acidentada, em torno da qual, comprimindo-a, asfixiando-a quase, se erguem morros e serras de todos os lados. Hoje como, em 1890, as habitações da cidade de Goiás, que ainda são as mesmas, aberram de todos os princípios de higiene e de todas as utilidades de conforto. 98% da população da capital dorme em alcovas bafientas, que nunca receberam sol e em que jamais entra luz ou ar diretamente do exterior. (IBGE, 1942)

Pedro Ludovico era médico e usou de todos os seus conhecimentos científicos, além dos políticos, para fundamentar a tese da mudança da capital. Le Goff (1998: 62) enfatiza a importância que a cidade confere ao saber médico ao longo da história social. Diz ele:

Os teólogos e os juristas eram personagens importantes, mas os mais inovadores na história das idéias e na história social foram talvez os médicos. Digo história social, e não história da saúde: esses médicos eram sábios que tratavam mais com o livro do que com uma verdadeira ciência.

Pode-se dizer que o relatório de Pedro Ludovico foi embasado no *livro*, aqui ressignificado pelas leis, pelos regulamentos da Saúde Pública, relatórios e artigos de jornais

dos adeptos da mudança. Pedro Ludovico fez-se representar, neste contexto, como o arauto da mudança, do bem-comum e da respeitabilidade.

A falta de água potável, a inexistência de rede de esgotos e a impossibilidade de sua construção devido à característica rochosa do subsolo da cidade, o “flagelo” das doenças que assolavam a Cidade de Goiás transformaram-se num forte argumento mudancista cujos suportes estão nos discursos higienistas presentes no cenário brasileiro.

Marques (1994: 19) destaca que, no Brasil, as imagens e representações criadas pelo discurso eugênico para “homogeneizar” a população formada pela diversidade racial, social e econômica fortalecem a crença na marcha da civilização “calcada no progresso e na superioridade moral dos indivíduos”. Através da eugenia, como técnica de poder e de controle social, a população atingiria “o progresso biológico e, então, [passaria] a desfrutar do progresso social”. Nesse processo, o grande desafio seria “constituir essas populações como sujeitos higiênicos, eugenizados, passíveis de intervenção de um poder que penetra todas as esferas da existência – da família ao trabalho, dos comportamentos sexuais aos políticos”. Os discursos sobre eugenia e higiene representam instrumentos coercitivos e, para tanto, “incorporam a cidade e a população à esfera do saber médico (...), atendendo aos desígnios da civilização e do progresso” (Ibidem).

Nesse sentido, os eugenistas, sob o argumento da necessidade de “branquear” a população, afirmam a inferioridade de todos “não-brancos”, abrindo assim brechas para a legitimação de sistemas autoritários (nazismo, fascismo) que selecionam “a população em diversas classes, a partir do sangue”, ou seja, da cor da pele (Ibidem).

É na esteira desses discursos higienistas que Pedro Ludovico, como médico, estrategicamente, esquadrinha as doenças e a população da Cidade de Goiás, tendo como contraponto, a idealização da nova capital como a cidade higiênica e sadia – representação do progresso do sertão. No seu já citado relatório de 1933, adverte:

como pode uma cidade ser limpa, higiênica, habitável sem possuir um sistema de galerias subterrâneas para o escoamento dos detritos, águas servidas e matérias fecais? (...) Desprovida de bom sistema de esgotos, capaz de evitar o uso prejudicialíssimo das latrinas perfuradas nos terrenos, onde as matérias fecais sem escoamento entram em rápida decomposição e exalam deletérios miasmas e absorvidas pelo sub-solo, bastante permeável, comunicam-se com os poços de serventia (...) verdadeiros focos de infecção,

a decadente Vila Boa hospeda em seu seio, poderosos agentes de destruição, que hão de, em breve, transformá-la em vasta Necrópole, onde a morte campeie com todo o seu cortejo de horrores (...). Febres palustres, valentemente auxiliadas pela terrível “influenza” e por outras enfermidades vieram provar a razão do asserto.

Ao mesmo tempo, nesse mesmo relatório, Pedro Ludovico volta seu olhar médico (e por que não, político) para a cidade inventada:

Entre inverter os recursos do povo na remodelação impossível de uma cidade velha inafeiçãoável às conquistas e às utilidades da vida moderna e aplicá-los na construção de uma capital nova que seja verdadeira metrópole do progresso – o senso das realidades, o interesse comum e o futuro do próprio Estado gritam ao administrador bem intencionado qual a resolução que lhe cumpre adotar. Aí, não há como ter hesitação.

Com efeito, o olhar médico toma a forma pluridimensional e capta todas as “sensações” do corpo biológico e do corpo social. Foucault (1989: 86) percebe esse olhar como um “olhar que toca, ouve e, além disso, não por essência ou necessidade, vê”. Essa sensibilidade aguçada do “olhar médico, lançado do alto sobre a cidade, assemelhar-se-á ao olhar do ‘espectador noturno’”, aquele que é representado por Rétif de la Bretonne no livro, *Le nuits de Paris*. O “espectador noturno”, enquanto “paradigma do sujeito do conhecimento”, com seu olhar vigilante, percorre as ruas da cidade, todas as noites, e conhece suas mazelas e suas doenças, o que o leva a propor soluções para a saúde pública e para o saneamento urbano (Rocha, 1995: 49-57).

No cenário do jogo de motivações para a mudança da capital, os discursos higienistas e nacionalistas encontram um campo fértil para seu desdobramento. Campo, há muito tempo, “cultivado” por Pedro Ludovico com o apoio de Vargas. Interiorizar o Brasil significa não só colonizar o “sertão” para o “bem” da Nação brasileira, mas também sanear, higienizar, expulsar as doenças para esquadrihar a população, o que permitirá à “maquinaria do poder” (Foucault, op. cit., 202-203) produzir homens fortes, saudáveis e disciplinados para o sistema produtivo e, ao mesmo, mantê-los sob o olho vigilante do “espectador noturno”.

No esteio dos discursos nacionalistas como os de Rui Barbosa, Monteiro Lobato, Euclides da Cunha, Manoel Bonfim, Olavo Bilac, Cassiano Ricardo, entre outros,

solidifica-se o discurso mudancista de Pedro Ludovico que elabora imagens de um sertão harmonioso, exportador de produtos agrícolas, preparado para ser o celeiro do Brasil, através do processo de interdependência com outros estados ou países. Sevcenko (1983: 81-82) matiza esse cenário, desconstruindo-o – nem sempre “os parceiros econômicos estavam em condições iguais de efetuarem uma troca”. Perde, nesse jogo de trocas, o mais fraco. Apesar disso, Pedro Ludovico, símbolo do “sujeito do conhecimento”, produz uma rede de dependências que sustenta as representações imaginárias que permitirão a construção da cidade inventada.

Se de um lado, a Cidade de Goiás, nessa época, é representada como decadente, por outro lado, a vida cultural e social, paradoxalmente, revela imagens que têm “algo de caricatura resultante da imitação apressada de outras realidades ou configurações históricas” (Ianni, 1996: 46). Nesse caso, como já foi visto, a europeização foi o paradigma para criação dos valores cosmopolitas que foram disseminados não só litoral brasileiro, mas também no sertão goiano, como atesta Mendonça (1981: 15-20):

À míngua, em vias de comunicação, essa região, mais do que as outras do litoral brasileiro, esbarrava com verdadeiros obstáculos ao progresso. Mas o anseio de progredir, de desenvolver-se e crescer no plano cultural animava o povo goiano, que reagia para não permanecer no atraso. Vemos famílias mais abastadas mandando seus filhos estudar na Europa ou em bons colégios da Corte, de onde regressavam trazendo maneiras elegantes e fidalgas. Seus habitantes cultivavam as artes, o latim e a retórica. O francês era a língua do bom-tom: todos a falavam em sociedade (...) seus habitantes cultivavam e ainda cultivam a música em suas diversas formas e dela se irradiam para as outras cidades do Estado, o amor à divina arte da música e o incentivo para o seu estudo e sua prática.

Desse modo, novas sensibilidades são reveladas no imaginário coletivo da Cidade de Goiás. O desejo de progredir e de não ficar à margem da civilização leva as famílias ricas a “uma atitude cosmopolita desvairada”, como diz Sevcenko (1993: 36), para conduzir suas vidas pela imagens e representações de Paris, considerada “o coração do coração do mundo”. O “desejo de ser estrangeiro” produz novas sociabilidades que vão desde os estudos dos filhos na Europa até o falar “francês em sociedade”.

Nesse contexto, a leitura de revistas e jornais, principalmente, os estrangeiros, faz parte do cotidiano da elite intelectual da velha capital. O Sr. Gesco evoca lembranças do

Gabinete Literário¹⁰ da Cidade de Goiás: “o exemplo mais notável de biblioteca pública foi, sem dúvida, o Gabinete Literário Goiano que ainda hoje existe na velha capital, e que possui nas suas estantes três a quatro mil volumes de bons livros”. Lembranças essas presentes também no livro de Bretas (1991: 537):

As moças, nessa época demonstravam muita sensibilidade aos movimentos culturais. Liam mais que os homens. E isto foi possível (...) a partir do regime republicano (...) Nos novos tempos saíam mais, (...) iam às ruas acompanhadas de amigos, (...) ao Gabinete Literário para tomar livros emprestados (romances, principalmente), os quais liam avidamente. As poucas que freqüentavam o Liceu abriram esse caminho. Com isso, ilustravam-se, desinibiam-se. Não faltavam às reuniões literárias que ali se realizavam (...) E com essa desinibição e ilustração, começavam a ensaiar seus próprios passos na literatura, escrevendo e publicando seus poemas, suas crônicas, seus discursos. Essa abertura para as letras é que possibilitou o surgimento de uma Cora Coralina que, 1909, era já conhecida como poetisa e oradora inteligente e culta. (...) Para essa plêiade de moças representantes da inteligência feminina goiana, o Gabinete Literário era a instituição mais importante da Capital.

Como se pode ver, mulheres com “desinibição e ilustração” são refiguradas com as cores matizadas da liberdade que já se instaurara nessa configuração, a partir dos modelos importados: mulheres que até escreviam e publicavam – mesmo que com pseudônimos. Mulheres que até “liam mais que os homens”. E como símbolo dessa “liberdade feminina”, o autor apresenta Cora Coralina, poetisa goiana respeitada no mundo literário.

Nas representações imaginárias da elite intelectual, as bibliotecas particulares, símbolos da ilustração, estavam presentes em muitas casas, como assegura a escritora Maria Paula Fleury de Godoy (1985: 18-19), que escrevia sob o pseudônimo de Marilda Palínea. Ao falar de sua mãe, Augusta de Faro Fleury Curado, “mulher culta”, “educada em Paris”, a autora tece uma rede de interdependência em que as práticas de leitura matizam os valores da cultura letrada dessa época:

¹⁰ Machado de Assis também se refere ao Gabinete Literário de Goiás, segundo Gilberto Mendonça Teles (1995: 416-417), em 1866, em uma crônica inédita em livro, mas que foi divulgada na *Revista do Livro*, nº 11, de 1958. Segundo Teles, Machado de Assis elogia o Gabinete e comenta a sua dificuldade de sobrevivência pela falta de “verba especial” para seu funcionamento: “Veio a notícia em questão pelo correio de Goiás (...). Goiás possui uma sociedade literária, criada há pouco menos de um ano, e sustentada pela vontade enérgica dos seus iniciadores (...) [sua função se reduz] por enquanto a oferecer leitura fácil e animar as vocações literárias...”

Quando não havia visitas, o que era raro, papai deitava-se na rede do escritório, onde lia os jornais do Rio e de São Paulo, começando pelo “Jornal do Comércio” de que sempre fora assinante. A seu lado, numa poltrona, mamãe também lia. Minha mãe era mulher de fina sensibilidade, uma inteligência aguda, e a sua cultura enriquecida pelas viagens aos grandes centros e pelo convívio com belos espíritos. Tinha verdadeira paixão pela leitura e isto, por certo, teria contribuído não pouco para o aformoseamento de seu espírito. Meu pai possuía, talvez, a maior e a melhor biblioteca particular da Cidade de Goiás, naquele tempo. Livros para todos os gostos; poesia e romance, sociologia e medicina, filosofia e religião, além da ampla coleção de obras de Direito, porque, sendo advogado, acompanhava a evolução jurídica do país, assinando revistas e lendo tudo quanto pudesse lhe interessar nesse setor. Recebia seguidamente da Livraria Briguiet, do Rio, as novidades da França e minha mãe, que passara anos na Europa, e falava e escrevia francês tão bem quanto o português, tinha sempre renovados estímulos para seu aprimoramento intelectual.

O texto da autora desvela “segredos” desses leitores para além da história. Isso me remete a Ianni (op. cit., p.46) quando afirma que: “não há dúvida de que a história seria irreconhecível sem o imaginário. Alguns segredos da sociedade se revelam melhor precisamente na forma pelo qual aparece na fantasia. Às vezes, a fantasia pode ser um momento superior da realidade”.

É nesse sentido que o texto de Godoy (op. cit., p. 18-19) oferece momentos de “fantasia” que permitem a captura dos segredos dos leitores dessa configuração – a Cidade de Goiás. Fantasias que também permitirão, como se verá adiante, entender os valores atribuídos à leitura e às instituições de leitura na nova capital, para onde a maioria dessa elite intelectual se mudará, carregando todos os símbolos representativos da “ilustração” adquirida na velha capital.

Dona Diná, leitora entrevistada, busca lembranças da Cidade de Goiás, recriando práticas de leitura :

as escolas primárias e secundárias, públicas e privadas, e as Faculdades de Direito e de Farmácia que tinham no seu corpo docente grandes leitores e até escritores. Vários impressos, locais, nacionais e estrangeiros como jornais, revistas e livros circulavam, atendendo às expectativas dos leitores ávidos por informações.

Percebe-se que as imagens dessas lembranças revelam “leitores ávidos” por leitura em um mundo que “fervilha” em impressos, apesar da representação da decadência que o

discurso mudancista propaga.

A recomposição dos discursos desses leitores entrevistados e dos autores citados – contemporâneos do período em estudo e alguns, antigos moradores da Cidade de Goiás – quer sejam mudancistas ou não, produzem imagens de uma cidade que, mesmo decadente, insiste em revelar uma efervescência de leituras e leitores que, quem sabe, neutralizaria as imagens negativas da cidade.

Por isso, Ondina Bernardes, antiga moradora da velha capital, adere a esses discursos, desdobrando-os no seu livro, *Reminiscências* (1992: 16-17), onde também recria, pelas “reminiscências”, entre outras práticas, as práticas de leitura da Cidade de Goiás:

Apesar dos fatos ocorridos, a Cidade de Goiás, quase que isolada do resto do mundo, era o pólo da civilização e da cultura do Centro-Oeste. Era vanguardeira, com um curso jurídico instalado em 24 de fevereiro de 1903 (...) O Liceu, equiparado ao Colégio Pedro II (...) Colégio Santana (...) dirigido por irmãs dominicanas francesas (...) Escola Normal, anexa ao Liceu, cujo funcionamento data de 1847 (...) Circulavam semanalmente na cidade, o “Goyaz” e o “Lidador”, este último pertencente ao clero. “A Rosa”, com colaboração de Cora Coralina, Leodegária de Jesus, Albertina Póvoa, Alice Santana, Heitor Fleuri, Rosa Godinho, etc (...) Os pequenos jornais “Nova Era” e “Era Nova” eram editados esporadicamente. Cidade – berço de escritores e poetas de alto vãos: Hugo de Carvalho Ramos, Cora Coralina, Joaquim Bonifácio, Gastão de Deus, Emílio Póvoa, Vicente Miguel, Sebastião Fleury Curado, Luiz do Couto, Nathanael Póvoa, Pedro e Constâncio Gomes, Professor Ferreira, Cilineu de Araújo e minha avó Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto.

E Ondina Bernardes continua seus escritos, buscando a leitura nas práticas inusitadas da avó leitora, Jacintha Luiza, mãe de Cora Coralina:

Desligada das lidas domésticas, dedicava-se inteiramente à literatura (...) em seu banco, um assento baixo, de um a dois palmos de altura, passava os dias em intermináveis leituras, com jornais esparramados pelo chão, era seu modo de ler. Assinante constante de jornais “O Paiz”, “O Jornal” e o “Correio da Manhã”. O seu quarto, o seu mundo, sempre em desordem (...) A vovó auxiliava-me nos estudos (...) nas versões do português para o francês. Aconselhava-me boas leituras.

E também nas lembranças da mãe que: “Tinha sorriso triste, pouco estudo mas muita leitura e idéias avançadas”.

Dona Julieta, leitora entrevistada, alinhava os elos da cadeia dos discursos de Mendonça, Bernardes, Godoy, Bretas e do Sr. Gesco recriando-os na sua percepção do imaginário cultural da Cidade de Goiás:

Lá em Goiás, havia uma intensa atividade cultural e educacional e isso veio para Goiânia com os moradores. Havia o Gabinete Literário, e algumas bibliotecas. Se lá as pessoas liam, quando transferidas para cá elas, naturalmente, continuaram a ler. Goiás Velho influenciou muito no hábito de leitura e na parte cultural de Goiânia, principalmente, nos primeiros anos. Havia mulheres que escreviam lá e continuaram a escrever aqui nos jornais, usando pseudônimos como Maria Paula Fleury, usava o pseudônimo de “Marilda Palínea”; Mariana Fleury Curado usava “Nita”. Os homens escreviam mais que as mulheres. Vários moradores possuíam bibliotecas particulares e eram grandes leitores, como Joaquim Taveira, com uma biblioteca com quase 3 mil livros e Castro Costa, que possuía em torno de 800 livros. A vida cultural e social era, portanto, intensa e se espelhava nas apresentações cinematográficas, musicais e teatrais, declamação de poesias. As festas tradicionais envolviam os moradores de modo geral, uns festejando, outros trabalhando. Festas religiosas tradicionais nos levam até à Cidade de Goiás até hoje.

Dona Julieta, vilaboense, mas mudancista convicta, projeta na cidade planejada, a efervescência da vida cultural e intelectual da velha capital: “Goiás Velho influenciou muito no hábito de leitura e na parte cultural de Goiânia (...) Se lá as pessoas liam, quando transferidas para cá (...) continuaram a ler”. Ao mesmo tempo, suas lembranças retomam as festas tradicionais¹¹ da Cidade de Goiás, principalmente, as religiosas, que fazem renascer *a tradição inventada*¹² “que forma um sentimento de identidade, uma identidade sertaneja, peculiar às regiões interioranas do país, opostas à dos moradores das grandes cidades do litoral” (Queiroz, 1993: 66).

Nessas condições, a Cidade de Goiás e muitas outras do interior do Brasil, no esforço de se perceberem civilizadas conservam, mesmo de forma precária, a cultura ocidental, através da “tradição preservada nos saraus de música, nas representações teatrais, nos encontros literários e

¹¹ As principais festas da Cidade de Goiás, Canto da Verônica, Procissão do Fogaréu, Festas de Reis, Cavalhadas, apesar de possuírem características da cultura local, são manifestações cuja origem, muitas vezes, remontam à Idade Média (Pereira, 2002: 42).

¹² HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.9. “Por ‘tradição inventada’, entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.

no culto à língua francesa” (Pereira, op. cit., p.43). Talvez, por isso, as representações imaginárias desses leitores entrevistados e também de alguns autores indiciem sentimentos ambivalentes em relação a um tempo fugidio e também, parafraseando Queiroz (op. cit., p.67), um “descompasso entre o real vivido e o preservado como verdadeiro na memória”.

A representação da “efervescência” cultural e intelectual da velha capital não abala as bases dos discursos mudancistas. Políticos e intelectuais, imbuídos das motivações políticas, econômicas, sociais e sanitaristas oferecem a sustentação necessária à ação do poder, simbolizado por Pedro Ludovico, de levar adiante a mudança da capital do Estado de Goiás.

Modernidade e cultura urbana, paradigmas de novos tempos, deveriam viabilizar o progresso do sertão, reconhecendo-o perante a Nação. Com esse intuito, Pedro Ludovico lança a pedra fundamental da nova capital em 24 de outubro de 1933, na localidade de Campinas, (hoje, bairro goianiense), depois de um estudo da comissão técnica composta para tal fim. Em 20 de novembro de 1935, é instalado o município de Goiânia quando já começam a ser transferidos vários órgãos oficiais para a nova capital. A transferência definitiva da capital da Cidade de Goiás para Goiânia dá-se em 23 de março de 1937. O batismo cultural, de que falarei mais adiante, só ocorre em 5 de julho de 1942, quando Goiânia já começa a se estruturar, nas “asas do progresso”, idealizada como uma cidade “moderna”, vislumbrando esperanças.

A Cidade em Construção

Da luta furiosa e sem clemência surgiu
Goiânia, esplêndida e vibrante, em revide
aos tabus da decadência.

Francisco Bento, 1942.

Assim funciona a Cidade-conceito, lugar
de transformações e apropriações, objeto
de intervenções mas sujeito sem cessar
enriquecido com novos atributos: ela é, ao
mesmo tempo, maquinaria e o herói da
modernidade.

Michel de Certeau, 1994.

O progresso chegando...

O lançamento da pedra fundamental da cidade representa mais que o início da construção de uma cidade. Representa um ritual que é marcado “pela domesticação do espaço natural-selvagem pelo espaço humano-cultural” (Boixadós: 1994. In: Souza, 2002: 99). Metáfora de novos tempos em que se configuram novas forças políticas dentro de uma mesma ordem oligárquica, asseguradas pelo Estado Novo, tendo em vista a política de interiorização da Nação brasileira. Além disso, a representação de desenvolvimento que essas novas forças políticas projetam, levaria ao superamento do “velho” que “passa, simbolicamente, a ser associado à antiga capital do Estado, que, pejorativamente”, começa a ser chamada de “Goiás Velho” (Pereira, op. cit., p.53).

A imprensa goiana e a de outros estados celebram a construção de Goiânia como o símbolo de uma nova história do Estado de Goiás. O jornal “Correio Oficial”, de 27 de outubro de 1933, da Cidade de Goiás chama a atenção dos leitores, noticiando o acontecimento com a seguinte manchete:

Nova capital do Estado – as solenidades da cravação da pedra fundamental – O discurso do Dr. Interventor Federal – Outras notas.

A data de 24 de outubro teve entre nós, este ano, especial comemoração. Além da sua remarcada significação, como data nacional, assumiu ela na história do nosso Estado, grande vulto. Eis que nesse dia foi dado início à maior conquista que contaremos no século atual – a construção da nova capital do Estado – marco de uma nova era (...).

O jornal, “O Araguari”, de 20 de novembro de 1935, de Minas Gerais destaca que:

Goiânia é hoje uma metrópole onde se aquartela um grande exército de homens de negócio. Onde há idealismo. Trabalho. Progresso. E o visitante que regressa dessa moderníssima capital vem trazendo na sua alma uma imagem diferente, uma impressão forte como essas que são produzidas pelas mais belas criações de arte. Ele sente que conheceu ali muita coisa moderna em arquitetura (...). Goiânia, dentro em breve, será uma das mais encantadoras cidades que influenciará todo o país.

Antigo morador de Campinas, o Sr. Antônio Filizzola, (Entrevista, 1997), relata que:

A edição desse jornal esgotou-se rapidamente. Foi até para fora de Goiás. Todo mundo que não foi à festa queria ler a notícia. Quem não sabia ler, pedia o outro para ler para ele. Mesmo quem foi lá ver, queria ler para confirmar o que viu; gente importante estava lá para dar novo rumo a Goiás, com a cidade que ia mudar o sertão. O progresso estava chegando...

Nas suas andanças pelo interior de Goiás, Levi-Strauss (1955: 119) também chama atenção dos leitores sobre a fundação de Goiânia:

De um dia para o outro, os jornais foram cobertos por manchetes nas primeiras páginas. Nelas se anunciavam a fundação da cidade de Goiânia; em redor dum plano pormenorizado, como se a cidade fosse já centenária, eram enumeradas as vantagens concedidas aos habitantes: arruamentos, caminhos de ferro, água canalizada, esgoto, escolas e cinemas.

Levi-Strauss apreende, na sua fala, as representações imaginárias dos discursos circulantes sobre a cidade planejada: “os jornais foram cobertos por manchetes nas primeiras páginas” que anunciavam a fundação de Goiânia, diz ele. Esse autor insinua também que a cidade é tratada com honras “de cidade centenária”, tal a propaganda que se faz em torno “das vantagens concedidas aos habitantes”. Já o Sr. Antônio Filizzola faz crer que a modernidade “ia mudar o sertão”. A esse discurso, juntam-se as notícias dos jornais, “Correio Oficial” e “O Araguari”: o primeiro, com um ufanismo patriótico, noticia que a construção de Goiânia representa a “maior conquista do século atual”. O segundo percebe na cidade “uma imagem diferente”, como “uma das mais belas criações de arte”, que trará o progresso e a modernidade não só ao sertão, mas “influenciará todo o país”.

É possível afirmar que as representações e as imagens da cidade planejada vão além daquelas de rompimento com a velha ordem política, social, econômica e cultural existentes no sertão. Para além disso, os discursos circulantes apontam a “ação civilizadora” da nova capital. Nela, portanto, deveriam ser investidos todos os esforços para a criação de uma “cidade moderna”, cujo desenvolvimento sócio-econômico e cultural a igualaria às outras capitais do Brasil. A sua ação civilizadora, através dos “elos de interdependência” (Elias, op. cit., p.142), atingiria todos os rincões do sertão, destruindo o “velho” e construindo o “novo”.

O discurso de Benedito Silva, intelectual político ligado a Pedro Ludovico, desdobra essa representação da cidade civilizadora:

Para nós, Goiânia é o marco de civilização de amanhã erguida no Planalto da Terra da Promissão!

Plutarco disse, certa vez que “a cidade é a mestra dos homens”. Goiânia, fadada a ser mestra não apenas dos homens e dos costumes do Centro-Oeste, constitui uma aplicação do ensinamento de Deffontaines, segundo o qual o problema urgente do Brasil é a conquista dos seus próprios espaços [que] será a incorporação à cultura brasileira, da extensa parte do território pátrio, sobre a qual Goiânia exerce, com intensidade crescente, a sua influência civilizadora. (Teixeira, 1973: 210)

Desse modo, a nova cidade – símbolo da negação do “sertão inculto” – pelos caminhos da modernidade e da urbanização, traria o progresso, ao ser idealizada como a capital do “sertão civilizado”. Sertão, nesse momento, recriado pelos intelectuais políticos como o paraíso do “homem cordial” e também como o espaço geográfico, política e economicamente delimitado, onde haveria a retomada da “campanha dos construtores da nacionalidade dos bandeirantes e sertanistas. (...). Imagens ricamente elaboradas e pensadas como operadores simbólicos [que] constituíram um dos recursos largamente utilizados pelos intelectuais do Estado Novo” (Lenharo, op. cit., 54-56), e também pelos intelectuais da nova capital para definir os limites geográficos e políticos da Nação.

De acordo com Mota (1977: 289-290), os intelectuais brasileiros sempre mantiveram relações com o poder de Estado; provinham de classe média e ocupavam altos cargos no governo, ao mesmo tempo “tinham um pé na propriedade privada paterna”. Muitos foram “assessores de governadores e ministros, nos anos quarenta, ou ministros nos anos 50 e 60. Ou quando menos, professores”¹³.

No sertão goiano, também os intelectuais ligados a Pedro Ludovico integram o bloco de sustentação da nova ordem instaurada, uma vez que têm voz na política local. Nessas circunstâncias, têm como missão criarem formações discursivas imaginárias acerca dos valores positivos da modernidade e do progresso, de fácil apreensão pelo povo. Muitos deles

escondiam o fazendeiro por trás do profissional liberal. O médico, o advogado, o farmacêutico, o engenheiro, o bacharel etc., quase todos ligados à estrutura fundiária (...) faziam crer que o ‘velho’ – os grupos políticos

¹³ Mário de Andrade em *Elegia de Abril*, 1941, citado por Carlos Guilherme Mota (1977: 290) escreve: “E tempo houve, até o momento em que o Estado se preocupou de exigir do intelectual a sua integração no corpo do regime, tempo houve em que, ao lado de movimentos mais sérios e honestos, o intelectual viveu de namorar com as novas ideologias do telégrafo. Foi a fase serenatista dos simpatizantes”.

depostos – tinha cedido lugar a uma nova ordem, de novos homens, entre jalecos e leis, remédios e construções e que, assim, dirigiam o Estado orientados por uma nova mentalidade: mais progressista, mais moderna, mais dinâmica. (Chaul, 2001: 229-230)

Para Miceli (1979: 146-148), o poder desses intelectuais reside no fato de que a sua atuação política e intelectual transforma-os em símbolos “da excelência social da classe dirigente da época, enquanto suas obras se convertem em paradigma do pensamento político no país”. Esse reconhecimento “intelectual e ético” abre -lhes as portas do poder. O lugar de honra destinado à maioria desses intelectuais deriva “das eleições para Academia Brasileira de Letras e para o Instituto Histórico e Geográfico, das designações para o desempenho de representações oficiais no exterior (...) das comendas e outros sinais de deferência” (Ibidem, p.148).

Nessas condições, os intelectuais políticos tornam-se os guardiães da memória oficial que, ao contrário da memória coletiva ou individual, é enquadrada, estruturada, não sofrendo flutuações quando evocada. “É uma memória politicamente constituída que legitima as datas oficiais, os grandes acontecimentos, os grandes vultos, que são gravados na memória do povo e onde o conflito só aparece com relação a um outro extremo” (Silva, 1997: 25). Para Ortiz, essa memória, que ele chama de nacional, diferenciando-a também da memória coletiva,

se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza nos seus cotidianos (...), não expressa a vivência imediata dos grupos particulares (...). Ela é construída por uma instância exterior às consciências individuais, o Estado, e integra um campo do poder (...). A memória nacional é do campo do poder.

A literatura como missão de escamotear as tensões sociais é um dos grandes trunfos dos governos do período de 1933 a 1959. Não é menos conhecido o fato de que o poder público sempre cria “instâncias próprias de consagração de autores e obras” no sentido de ampliar “as garantias para a continuidade da política cultural” (Miceli, op. cit., p.193). Assim, os valores difundidos pela política do nacionalismo de Vargas, através de um processo de mitificação, são refigurados pela política nacional-desenvolvimentista de JK, alicerçados nas práticas de leitura na família, na escola, na igreja e em outros lugares.

Segundo Barbosa (1994: 24-25) a leitura de muitos autores, como, por exemplo, Olavo Bilac, Monteiro Lobato, pelos valores que projetam, recebem o reconhecimento da sociedade, principalmente durante a escolaridade, o que lhes faculta também a imagem de “autores-heróis”, “construtores da nacionalidade”. São cultuados, sacralizados como mitos que não podem ser esquecidos, mesmo que suas obras não sejam lidas. São verdadeiros “monumentos” que perdurarão enquanto houver o equilíbrio de tensões no jogo de interesses político-sociais.

Em Goiânia, os intelectuais políticos¹⁴ são de fundamental importância para o processo de mudança da capital. A produção intelectual por eles produzida, através de artigos em jornais e revistas e de livros, e o acesso às carreiras e aos postos burocráticos em todas áreas do serviço público permitem-lhes trânsito livre nas várias instâncias do poder, contribuindo “para tornar a elite burocrática uma força social e política, com autonomia relativa” (Miceli, op. cit., p. 132) para interferir nos interesses políticos e sociais do Estado. Assim, eles interpretam e reinterpretam a história da mudança de acordo com a força política que emerge do jogo do poder.

Ancorando na intelectualidade goiana que propaga, no imaginário social, a idéia do progresso como consequência da urbanização, Pedro Ludovico continua a enfatizar, no citado relatório a Getúlio de 1933, que o Estado necessita de uma “capital acessível que irradie o progresso e a modernidade” (IBGE, 1942).

Para Chauí (1982: 84-85), a modernidade, como a locomotiva do progresso, como desenvolvimento, se traduz na

ideologia burguesa que tende a explicar a história através da idéia de progresso. Como a burguesia se vê a si mesma como uma força progressista,

¹⁴ Miceli (op. cit., p. 178) faz uma diferença entre “escritores-funcionários” e “funcionários-escritores”. A origem social e o tipo de “diploma superior dificilmente conversível no mercado federal de mercado” representam diferenças que levam à ocupação de postos diferenciados. Como exemplo, Miceli cita Augusto Meyer, Rodrigo de Mello Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade que são “escritores-funcionários” e “mantinham laços de amizade com os políticos estaduais em Minas que haviam liderado o movimento revolucionário em 1930, sendo que alguns desses homens políticos se tornam dirigentes de primeiro escalão no novo regime (...)”. Enquanto os “escritores-funcionários” “se transferiram para o Rio de Janeiro a chamado dos chefes políticos do novo regime”, os outros, os “funcionários-escritores”, “eram migrantes sequiosos de encontrar um lugar ao sol”. Carlos Drummond começa sua “escalada nos aparelhos do Estado como chefe de gabinete do Ministro da Educação e Saúde Pública”. Já, “Oswaldo Orico, Herman Lima, Peregrino Jr., por uma vez, ‘funcionários-escritores’, iniciam suas carreiras na capital federal, sem contar com o apoio de uma panela bem situada que pudesse lhes garantir empregos e oportunidades complementares”.

porque usa as técnicas e as ciências para um aumento total do controle sobre a natureza e a sociedade, considera que todo o real se explica em termos do progresso. O historiador ideólogo constrói a idéia de progresso histórico concebendo-o como a realização no tempo, de algo que já existia antes de forma embrionária e que se desenvolve até alcançar seu ponto final necessário (...) e todas as ações se realizam em nome do progresso.

A idéia de progresso, como negação do atraso e do passado, cria um “imaginário salvacionista”, que veio a ser a “marca do projeto brasileiro de modernidade, traduzido na concepção demiúrgica de Estado” que, através do planejamento, procura adotar uma política para “a questão social, garantindo, desse modo a unidade e identidade nacional” (Chaul, 2001: 160).

As imagens da modernidade como “salvação da pátria” revelam um espaço urbano sereno, sem conflitos. Segundo Berman (1990: 13-18), a modernidade atinge o dia a dia da sociedade, modificando as sensibilidades e produzindo novas sociabilidades. “As suas repercussões, a sua penetração nos múltiplos espaços político, social, econômico, dizem muito das relações de poder existente. Efetivamente, é um processo contraditório, cria conflitos, destrói valores, inventa concepções de mundo e de vida”.

Pedro Ludovico, a partir do “imaginário salvacionista” que o processo de modernidade elabora, representa, no sertão, a figura do arquiteto da cidade moderna. Por que não dizer, um herói, um mito que cria sobre o rastro da destruição do passado? Os discursos circulantes dão conteúdo a essa mitificação porque o mito, segundo Barthes (1989: 131-139), é uma fala, é um discurso que sustenta o imaginário social. Ortiz (1991: 191) complementa, afirmando que “o mito só é durável enquanto existir um relativo consenso em torno de sua veracidade”. Por isso, para ter existência, o mito deve corresponder aos desejos da sociedade que o criou, porque só assim o seu poder será reforçado – garantia do não esquecimento.

No sertão civilizado, Pedro Ludovico, mito fundante da cidade moderna é, desse modo, realimentado pelo efeito simbólico das suas ações que geram os discursos que o perenizam. Em um artigo do jornalista Austiclínio Brandão do jornal, “A Tarde”, de Ribeirão Preto, de 12 de fevereiro de 1937, o sertão goiano é simbolizado como uma grande *taba*, e Pedro Ludovico mitificado como o novo *Anhangüera*:

Vejo-o diariamente , emergindo do cenário bruto do sertão, coberto de poeira das labutas estafantes, dirigindo a obra ciclópica da edificação de Goiânia, aquela *taba* que ele soube iluminar com os fulgores de nossa ideologia, vestindo-a com os esplendores do progresso que foi buscar nas metrópoles. A sua audácia, no seio da terra bravia de Goiás, nas *ocas* higienizadas pelo sol do civismo, lembra a teimosia dos primeiros desbravadores da capitania, entre eles, o legendário *Anhangüera*.

O discurso ufanista do jornalista refaz não só a figuração do mito, mas também as imagens da cidade “higienizada” pela saúde pública e também pelos “raios de luzes” produzidos pelo civismo. Cidade limpa, povo moralizado e disciplinado. Eis a cidade inventada.

Que lugar poderá, então, abrigar a cidade inventada – projeto embrionário da urbanização e da modernidade?

Lugar: o contorno da cidade

Ainda ontem apenas buritis vigiavam o viajar dos ventos e dos bichos na campina em que, raro, errava o rastejar do homem.

Bernardo Élis.

Jornais de Goiás, como “Correio Oficial” e outros continuavam a noticiar os andamentos políticos e econômicos para a construção de uma cidade para a capital do Estado; o jornal, “Correio da Noite”, do Rio de Janeiro, deu um destaque especial à mudança da capital, quando da visita de Pedro Ludovico a essa cidade, em 1º. de novembro de 1933:

O chefe do governo do grande estado do Planalto Central veio resolver vários problemas de vulto, que constituem o seu programa administrativo. Entre eles, destaca-se a construção de uma cidade para a nova capital do Estado.

Goiás é uma das unidades da federação onde a sede do governo carece de todos os requintes para a higiene, os transportes e o progresso geral.

A sua capital data das descobertas bandeirantes de Bartolomeu Bueno e foi construída às margens do rio, em uma região demasiadamente montanhosa, o que dificulta, sobretudo, o progresso e os meios de comunicação da cidade (...).

– Desde que empreendemos fazer a mudança da Capital, fá-la-emos para uma cidade construída, especialmente, para esse fim (...) Antes de mais nada será nomeada uma comissão, composta de médicos, comerciantes, engenheiros, etc. para escolher o lugar mais apropriado. (Monteiro, 1938: 97)

Em 1932, o Interventor Pedro Ludovico nomeou uma comissão para estudo e escolha do local da nova capital¹⁵.

Foram fixados como critérios básicos para definição do local da nova cidade: abundância de água, proximidade da via férrea, bom clima e topografia adequada. Depois de muitos estudos, a cidade de Campinas preencheu esses requisitos: “a região às margens do córrego Botafogo, no município de Campinas, compreendida nas fazendas denominadas Criméia, Vaca Brava e Botafogo, seja acolhida para nela edificar a futura capital do Estado” (IBGE, 1942).

Armando Godói, urbanista do Rio de Janeiro convidado para analisar o trabalho da comissão, confirma a escolha do município de Campinas, em seu relatório de 24 de abril de 1933. Além disso, opina sobre as vantagens da cidade moderna que deve funcionar como uma grande escola “educando” para o “progresso”:

Hoje, graças à evolução social e à circunstância de ter a Humanidade entrado francamente na fase industrial, a cidade moderna é um centro de trabalho, uma grande escola em que se podem educar, desenvolver e apurar os principais elementos do espírito e do físico do homem e uma fonte de poderosas energias sem as quais os povos não progridem e não prosperam. É das cidades modernas que partem impulsos coletivos e é nelas que se faz a coordenação dos movimentos e das atividades de uma nação civilizada. (IBGE, 1942)

O discurso apologético de Godói reafirma a concepção de modernidade como um processo que consolidaria a “Nação civilizada”. Elias (1994: 61) esclarece essa ânsia de civilização e progresso ao estudar a evolução, ao longo dos séculos, do conceito de civilização.

¹⁵ Decreto nº 2737, de 20 de dezembro de 1932. Fizeram parte dessa comissão: Bispo de Goiás, D. Emanuel Gomes de Oliveira; engenheiro e urbanista, João Argenta; Colemar Natal e Silva, advogado; Cel. Antônio Pirineus de Souza, oficial superior do exército; Laudelino Gomes de Almeida, chefe do Serviço Sanitário do Estado; Antônio Augusto de Santana e Gumercindo Ferreira, comerciantes e Jerônimo Fleuri Curado, engenheiro do Estado. Monteiro destaca (1938: 32) que a presença do bispo tinha um sentido conciliador já que existia ainda oposição à proposta de mudança da capital. O bispo haveria de acalmar os ânimos dissidentes mais exaltados da população que, em sua maioria, eram católicos. (IBGE, 1942)

Afirma que quando as nações *civilizadas* consideram “o processo de civilização terminado em suas sociedades”, elas empreendem a tarefa de “como porta-estandartes da civilização em marcha” ou existente, conquistar novos horizontes considerados tradicionais ou arcaicos.

Na esteira desse autor, as imagens das cidades de Paris, Londres, Nova Iorque impunham-se como representações de civilização e modernidade. Essas cidades, com seus processos inovadores, eram, por excelência, espelho das transformações que aconteciam no mundo, principalmente nas áreas de arquitetura, urbanismo e cultura urbana.

Assim é que o jornal do governo, “Correio Oficial”, de 03 de maio de 1936, consagra a carreira profissional de Armando Godói, com o discurso da modernidade e da técnica, informando que: “Godói havia percorrido os Estados Unidos, em viagem de pesquisa, e mantinha-se em contato com os centros americanos, no sentido de buscar soluções urbanísticas já comprovadas na prática”.

Mas não só os centros americanos são referências para o projeto urbanístico da nova capital. Paris encanta e seduz. Sua reforma pelo barão Haussmann, em 1859, simbolizando a “destruição criativa” do passado, sensibiliza Walter Benjamin (2000: 21) que alerta: “E como cresceram desde então com as grandes cidades, os meios que as podem destruir”. Paris reformada, higienizada, controlada, a partir do imaginário político, social e econômico da época vem ao encontro da construção da cidade planejada, na convergência da negação do passado, do “velho”. Avenidas, bulevares destroem as ruas estreitas, curvas, sujas, perigosas. As ruas largas, de acordo com Michel Ragon, citado por Ortiz (op. cit., p. 203), são “as veias sanguíneas” que constituem a circulação do corpo urbano. “É a rua que domina a cidade e não a habitação, que se torna secundária”.

Como se percebe, a viabilização da cidade planejada implica na importação dos discursos circulantes sobre urbanismo e modernidade. Nesse sentido, também a importação dos detentores desses discursos é requerida como suporte técnico e cultural para as obras da cidade. “Engenheiros, arquitetos, urbanistas, mestres-de-obra, políticos, filósofos, jornalistas” são chamados para “conferir à cidade a modernidade” que mudaria o desenho do espaço sertanejo. Importam-se também “idéias, estéticas, hábitos, costumes, mentalidades e materiais para a construção da cidade” (Bernardes, 1998: 145).

A análise do mencionado relatório de Godói (IBGE, 1942) revela as suas “ponderações” acerca da criação da cidade moderna. Lembra que Belo Horizonte “não obstante haver surgido em pleno sertão, atraiu vultosos capitais, inúmeras indústrias e é hoje um grande

centro comercial e de cultura, sendo de notar que a antiga capital mineira, Ouro Preto, continua viver como outrora (...). Mostra que a execução fiel ao plano das obras produz uma valorização crescente dos terrenos, já que haverá um aumento rápido da população e das indústrias e, assim, serão angariados “os recursos necessários para a execução das obras principais e dos edifícios públicos”. Considera de importância vital a organização do plano da cidade que deveria ser harmonioso, tendo em vista a unidade e também salientou a importância dos meios de propaganda, entre eles, a rádio difusão, o teatro, o livro, o jornal, o cartaz, etc. Cita como exemplo, a propaganda feita em torno da construção da cidade de Magnitogorsk, pela Rússia: “Trata-se de uma cidade industrial que surgiu em zona deserta (...) uma cidade moderníssima que, não obstante ter sido iniciada há menos de 5 anos, já conta com duzentos mil habitantes”.

Filiando-se à concepção urbanística de Ebenezer Howard que projetou a cidade de Letchworth, na Inglaterra, Godói expõe, segundo Bernardes (op. cit., p.147), a sua “concepção funcionalista de cidade, presente nas suas diretrizes para estrutura viária, controle e expansão da cidade, tributação e propaganda” para atrair moradores. O princípio funcionalista concebe a sociedade “não apenas pelo seu caráter sistemático”, funcional, mas também pelo seu aspecto harmonioso. Os conflitos são percebidos como “elementos preparatórios para uma ordem cada vez mais compreensiva” e dinâmica. Assim, através, de elementos metafóricos, esse urbanista representa “a cidade como um verdadeiro ser vivo (...). Entre elementos urbanos também se observam relações de dependências, exercendo cada uma sua função e a ação de todos convergindo para o mesmo fim” (IBGE, 1942).

Sem se preocupar com os discursos oposicionistas, geradores de conflitos, mas apreendidos pelos mudacistas “como elementos preparatórios” para a “harmonia” da nova capital, Pedro Ludovico reafirma Campinas como a sede da cidade imaginada¹⁶. Faz contatos com o urbanista francês, Alfred Agache, para elaborar o plano definitivo da nova capital. Segundo Mello (1996: 42ss) Agache fora contratado em 1927 para fazer um plano para a cidade do Rio de Janeiro; plano que não foi executado porque

a administração, instalada na cidade do Rio de Janeiro após a revolução de 30, não queria dar continuidade a uma proposta originada na administração anterior (...) A vinda do urbanista francês, no entanto, foi positiva no sentido de contribuir para a formação de arquitetos e urbanistas brasileiros.

¹⁶ Decreto-Lei nº 3359 de 18 de maio de 1933 - IBGE, 1942.

Pedro Ludovico não desiste. A busca pelos modelos europeus o faz contratar o urbanista Atílio Correia Lima, nascido em Roma, formado pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, onde também fora professor, com mestrado no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, cujo tema foi a proposta de um plano-piloto para Niterói.

Mello (op. cit., p. 46) destaca que a análise dos planos de Goiânia e de Niterói propostos por Atílio Correia Lima evidencia semelhanças com a linha de atuação de Agache, já que ambos tiveram formação francesa:

ambos procuravam tirar partido de espaços que favoreciam a formação de grandes perspectivas, propiciadas por avenidas largas e praças com circulação, geralmente, em *rond points*. Existia, ainda, uma mútua preocupação em prever generosas áreas verdes em seus planos, uma estratégia que visava a salubridade e a beleza.

Atílio Correia Lima projeta as imagens de um centro administrativo para a cidade, “como um núcleo irradiador, uma idéia conveniente à capital que carecia, antes de tudo de afirmação política” (Ibidem, p. 42). Nesse sentido, o contexto político e cultural geram símbolos e representações através dos discursos que influenciam no desenho da cidade. É bom lembrar que os discursos são, assim, de fundamental importância para sustentação do mito e das ações imaginadas por ele. Fato que me remete a Certeau (1997: 200-201), ao comentar o discurso “competente do poder” para atingir seus objetivos:

Já há muito tempo o poder político sabe produzir relatos a seu serviço (...) Os próprios urbanistas tentaram produzi-los artificialmente nos novos conjuntos (...) Sem eles, os bairros novos permanecem desertos. Pelas histórias de lugares, eles se tornam habitáveis. Habitar é narrativizar.

E Atílio Correia Lima soube “narrativizar” muito bem no seu relatório apologético de 10 de janeiro de 1935, enviado a Pedro Ludovico, em que justifica, no traçado da cidade, a importância devida ao centro administrativo como “irradiação” de uma nova era política, calcada na “modernidade”:

O traçado da cidade obedece, de maneira geral, à configuração do terreno, à necessidade do tráfego e do zoneamento. Da topografia tiramos partido também para obter efeitos de perspectivas, com o motivo principal da cidade,

que é o centro administrativo. Domina este a região e é visto de todos os pontos da cidade e, principalmente, por quem nela chega. As três avenidas mais importantes convergem para o centro administrativo, *acentuando-lhe assim a importância em relação à cidade, que na realidade deve-lhe a existência* (grifos meus). Guardando as devidas proporções, o efeito monumental procurado é o do princípio clássico adotado em Versailles, Karlsruhe e Washington (...) O zoneamento da cidade é feito procurando satisfazer as tendências modernas de localizar os diversos elementos da cidade nas zonas demarcadas a fim de não só obter a melhor organização dos serviços públicos, como também para facilitar certos problemas técnicos, econômicos e sanitários, não falando aqui na estética. (IBGE, 1942)

A cidade, nessa configuração, constitui-se a partir do centro administrativo. Nasce dele. O poder executivo ali representado, “irradia” imagens de controle através de normas e diretrizes que esquadrinham a cidade e todo o sertão goiano. Campos (2002: 179) enfatiza que o eixo representativo do controle da cidade moderna rompe com as velhas cidades que nascem em volta das igrejas e das capelas que as dominam.

Por esse plano, a cidade é dividida em cinco zonas: centro administrativo, centro comercial, zona industrial, zona residencial e zona rural para atender a uma população estimada, aproximadamente, em 50.000 habitantes. As instituições de leitura ficam distribuídas pelo centro comercial e zona residencial e algumas na zona rural, como as escolas, por exemplo. A partir do final da década de 1940, várias escolas são criadas em todas as zonas, em função do crescimento populacional e conseqüente demanda por matrícula. Campinas, considerada “cidade-satélite” de Goiânia, desde a década de 1920, já contava com algumas instituições de leitura como o Colégio Santa Clara que possuía uma biblioteca, a escola primária e a Igreja Matriz com seus livros religiosos e didáticos, usados no processo de evangelização e educação que os padres redentoristas desenvolviam com a comunidade.

Em 1935, assume o trabalho de planejamento da nova cidade, o urbanista Armando Godói, que também já trabalhara com Agache. Inspirando-se nas cidades-jardins de Ebenezer Howard¹⁷, Godói dá um novo direcionamento ao plano urbanístico de Goiânia. A

¹⁷ O inglês Ebenezer Howard (1850-1928) definiu toda uma era de construção de cidades com suas *towns countries* (ou *garden city*) na Inglaterra, após a publicação do seu livro *Tomorrow*, em 1898. (...) Todavia, só após 1945 é que a idéia tornou-se uma obsessão nacional na Inglaterra, onde mais de 30 cidades-jardins foram construídas. Essa idéia não era novidade no Brasil pois, a partir de 1912, na cidade de São Paulo foram edificadas “o pioneiro Jardim América e todos os Jardins subseqüentes” (Unes, 2001: 70-71).

tendência Art Déco, de que falarei adiante, predomina na construção de prédios públicos e de muitas casas de Goiânia. Faz modificações no zoneamento da cidade, redefinindo bosques e parques. Pode-se dizer que Atilio Correia Lima e Armando Godói marcaram a construção de Goiânia, conferindo a ela a configuração arquitetônica que lhe dá identidade.

Identidade da cidade: o nome

Dar o nome à cidade! Por que não um concurso? O periódico, “O Social”, da Cidade de Goiás, de 5 outubro de 1933, iniciou o concurso destacando como manchete:

GRANDE CONCURSO ‘D’O SOCIAL’: COMO SE DEVE CHAMAR A NOVA CAPITAL?

As respostas deverão ser escritas em papel comum, à máquina ou em caligrafia legível e remetidas a esta Redação, devidamente assinadas, declarando-se o lugar da residência dos concorrentes. Todas as pessoas podem tomar parte neste concurso, independentemente de idade, sexo ou nacionalidade.

Serão consideradas válidas as respostas recebidas até 60 dias depois da publicação deste. O vencedor do concurso terá direito a uma assinatura ‘D’O Social’, por dois anos. (Monteiro, 1938: 198)

Dona Julieta lembra-se de vários leitores que participaram do concurso, pessoas comuns, escritores, políticos e estudantes. O jornal publicou as sugestões para o conhecimento dos leitores. A primeira sugestão, publicada em 12 de outubro, foi assinada por Léo Lynce, poeta goiano que optou pelo nome “Petrônia”. Além da sugestão do nome, os concorrentes, na maioria das vezes, justificavam a sua escolha.

Dona Julieta recria esse momento:

Os leitores buscavam no jornal as várias sugestões. Deliciavam-se com os nomes sugeridos: Petrolândia, Goiânia, Bartolomeu Bueno, Araguaiana, Liberdade, Helionópolis, Crisópolis, Anhangüera, entre outros de que não me lembro. As pessoas recortavam a página do jornal em que aparecia esse assunto para discutirem nas ruas, nas praças, nas escolas e nas casas de famílias, a escolha do nome. Os leitores induziam as pessoas que não liam, ou por falta de acesso ao jornal ou porque não sabiam ler, a optar por esse ou por aquele nome. Caravanas de todos os pontos de Goiás começaram a se deslocar para a pequena cidade de Campinas. Queriam conhecer o local da nova capital.

Goiânia é o nome escolhido para a nova capital. Sugestão de Caramuru Silva do Brasil, pseudônimo do Professor Alfredo de Castro¹⁸ que justificou o nome no jornal “O Social”, de 19 de outubro de 1933:

Haverá, é certo, copiosa lista de denominações para a nova urbs. Nenhuma, porém, conservará o sabor histórico, a cor local, o significado regional desta palavra, curta, sonora que reflete com serenidade a idéia de nossa origem (...). Goiânia – Nova Goiaz, prolongamento da histórica Vila Boa, monumento grandioso que sensibilizará a glória da origem de todos os goianos. (Goiaz, 10.10.33).

Dona Julieta recorda-se ainda que houve problemas quando o nome escolhido, “Goiânia”, foi divulgado. Diz ela: “esse não foi o nome que recebeu mais votos, mas foi o nome escolhido pelo Sr. Interventor. Goiânia é um nome muito parecido com Goiás”. A fala de Dona Julieta indicia o jogo do poder de Pedro Ludovico: ao escolher o nome, “Goiânia”, significando “Nova Goiaz, prolongamento da histórica Vila Boa”, projeta representações positivas no imaginário social dos moradores da velha capital, que teriam, assim, a sua continuidade histórica “cunhada” no nome da cidade moderna. Nas representações imaginárias dos moradores, o passado não seria de todo destruído. A carta do jogo estava, portanto, escolhida.

Joaquim Carvalho Ferreira (1980: 140-141), no entanto, enfatiza que:

Convém recordar que **Goiânia** teve seu nome tirado de um poema de Carvalho Ramos – **Goiânia** – nome que era também dado à famosa pedra que se encontrava no alto da Serra Dourada e que alguns denominavam **Pedra Goiana**, quando realmente ela se chama **Pedra Goiânia**.

Pedra sobre pedra: nas leituras cruzadas, nasce a cidade...

A cidade tem nome – Goiânia. Contornos delineados em um corpo ainda vazio. Impõe-se definir uma tendência arquitetônica para as construções da nova capital.

Construção iniciada. Goiânia busca na tendência Art Déco inspiração para os seus edifícios públicos. Tendência que também se irradia para as construções do setor privado.

¹⁸ “Em carta, datada de 8 de julho de 1942 e publicada no “Correio Oficial” de 14 de julho de 1942, o Prof. Alfredo de Faria Castro esclarece que, efetivamente, fora ele o autor da sugestão vencedora do concurso”. (SABINO, 1980: 212)

Mello (1996: 64) faz algumas considerações sobre o Art Déco:

O termo Art Déco é relativamente recente, seu uso foi generalizado após a exposição realizada em Paris, em 1966, *Os Anos 25*, sobre Art Déco, Bauhaus, Stijl e Espírito Nouveau, no Musée des Arts Décoratifs. No ano de 1925, a tendência, hoje denominada Déco, havia sido lançada na capital francesa na *Exposition des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*, uma feira mundial que fez de Paris um pólo irradiador desse estilo para o mundo, principalmente para os Estados Unidos. O Art Déco é difícil de ser definido, seja nas artes ou na arquitetura.

Segundo essa autora (op. cit, p. 65), recebeu influências das “vanguardas do início do século, tais como o cubismo, o construtivismo russo e o futurismo italiano”. Motivos egípcios, esculturas de tribos africanas, lacas japonesas, motivos decorativos de culturas antigas, o impacto da máquina “ajudaram a formar o vocabulário Déco”. Os primeiros edifícios Déco surgiram na França e, depois, nos Estados Unidos onde os “arranha-céus em forma de torres, tais como o Chrysler e o Empire State”, são considerados “verdadeiras obras-primas do estilo”.

Por que o Art Déco se faz presente no projeto urbanístico de Goiânia?

Num primeiro momento, há de se sair do sertão goiano para se visualizar os cenários internacional e brasileiro onde o Art Déco inicia sua atuação.

O processo de industrialização, ao provocar novas formas de organização do espaço urbano, impõe modificações na política de urbanização que se traduz nos debates e embates que tomam conta de revistas e jornais dos meios artísticos e acadêmicos (Coelho, 2002: 103-106).

É nesse contexto que o Art Déco aparece como “evolução ou substituição do Art Nouveau”, já bastante saturado na Europa. É bom lembrar que poder e arquitetura de monumentalidade sempre andaram juntos ao longo dos tempos. Assim, palácios, igrejas, templos, edifícios públicos, através de sua monumentalidade, tornaram-se símbolos do poder¹⁹. Nessa direção, o cenário arquitetônico desse período é representado, por um lado,

¹⁹ Conforme Coelho (2002; p.110), “repensando esses momentos, podemos encontrar os Arcos do Triunfo, os palácios egípcios e mesopotâmicos e, mesmo na atualidade, os edifícios projetados por Albert Speer por encomenda de Adolf Hitler, considerandos como a representação arquitetônica do nazismo ou ainda os edifícios-sede das grandes corporações econômicas como, Rockefeller Center e Chrysler”.

pelo modernismo de Le Corbusier, como a arquitetura do comunismo e, por outro, “a arquitetura mais próxima das linhas do Art Déco”, é associada aos regimes autoritários, como o fascismo e o nazismo (Ibidem).

No Brasil, no período dessa pesquisa, principalmente nas décadas de 1930 e 1940, o Art Déco encontra grande receptividade em quase todos os estados brasileiros. O governo Vargas dá grande apoio a esse estilo, cuja monumentalidade atende perfeitamente aos objetivos do “progresso” e da “modernidade”, tão presentes no imaginário social da época.

Como não poderia deixar de ser, a cidade planejada deveria configurar um cenário diferente daquele da tradicional arquitetura colonial portuguesa da Cidade de Goiás. Nesse contexto, o Art Déco apresenta-se como o estilo da modernidade “que se presta à representação do poder autoritário do governo Vargas e de seus representantes estaduais, impostos por uma interventoria ditatorial” (Ibidem). Goiânia, projeto dessa representação autoritária e símbolo do “sertão civilizado”, insere-se dentro da monumentalidade do Art Déco.

Assim, os primeiros edifícios públicos construídos em Goiânia, nas décadas de 1930 e 1940, já seguem a orientação Déco, alguns ainda sob o comando do urbanista Atílio Correia Lima. Mello (1996: 70-71) salienta a monumentalidade do conjunto dos edifícios da Praça Cívica em que se destaca o Palácio do Governo. Cenas de garimpo, de atividades agropecuárias e industriais, presentes nos vitrais são uma referência vernácula da tendência Art Déco, aliando-se aos grandes vazios que caracterizam esses edifícios. São características ainda do estilo Art Déco, nos primeiros edifícios institucionais de Goiânia, as fachadas austeras, simétricas, o jogo de volumes, colunas proeminentes nas fachadas, curvas ondulantes. O Cine-Teatro Goiânia, na avenida Tocantins, construído entre 1937 e 1938, é considerado uma obra-prima do estilo Déco. Outros edifícios, como o Grande Hotel (1934) e a Estação Ferroviária, na avenida Goiás, o Liceu de Goiânia (1937), na rua 21, o edifício do Departamento de Imprensa e Propaganda (1946) hoje, Museu Zoroastro Artiaga, o edifício dos Correios, o coreto – esses, na Praça Cívica, são exemplares raros desse estilo, que é encontrado também, “nos equipamentos urbanos da cidade, no desenho dos bancos e luminárias que circundavam as fontes, inseridas nos grandes espelhos d’água na Praça Cívica e no coreto (...); no passeio central da avenida Goiás, a começar pelo grande relógio” (Ibidem).

Nessa Goiânia das décadas de 1930 e 1940, algumas famílias que possuíam recursos financeiros também optaram pelo estilo Déco. A residência mais representativa dessa época é a do Interventor Pedro Ludovico, próxima à Praça Cívica, construída na década de 1930, que possuía uma biblioteca com um rico acervo de livros. Hoje, sede do Museu Pedro Ludovico Teixeira.

Na rua 20, no centro, também foram construídas algumas residências nesse estilo; hoje, muitas delas desapareceram dando lugar a lojas comerciais ou a edifícios residenciais. Preservada, lá ainda está, a residência do Professor Colemar Natal e Silva, atualmente, sede da Academia Goiana de Letras.

É verdade que o Art Déco, eleito como estilo representativo de Goiânia, uma vez que orientou a construção dos primeiros edifícios públicos, não é a única manifestação estilística em Goiânia, na época de sua construção e nas décadas seguintes. As chamadas *casas-tipo* foram também construídas para solucionar o déficit de moradia para os funcionários públicos que vieram para Goiânia, a partir de 1935. Mello (op. cit., p. 113), alerta que: “Em nível de agenciamento espacial não existe nada de revolucionário nessas casas. Porém, se comparadas ao padrão goiano, calcado no esquema colonial, as soluções eram inovadoras”.

Ferreira (1980: 162) afirma que, em 1937, as principais repartições públicas já estavam funcionando regularmente. “As condições de habitação eram normais, isto é, comum às demais cidades goianas”. Os prédios públicos, quase concluídos e as residências particulares, num ritmo acelerado, iam sendo construídas por seus proprietários ou pelo governo, quando se tratava de família de baixa renda.

É interessante notar que tanto os leitores entrevistados como os autores e historiadores contemporâneos dessa época celebram a cidade construída como a mais moderna e progressista de que se tem notícias. Ausência de conflitos é uma característica nos textos e discursos dessas pessoas, mesmo sabendo-se que a cidade foi construída basicamente com recursos estaduais, o que várias vezes ocasionou a interrupção das obras e o atraso no pagamento dos trabalhadores. Além disso, de acordo com o Sr. Gesco, “os trabalhadores moravam em acampamentos ou barracos ao lado do córrego Botafogo, esperando ganhar uma casa do governo. Mas, o governo precisava construir os prédios públicos primeiro para a cidade ter o centro administrativo e a sede do governo”.

A memória coletiva e individual dos moradores recriam os momentos prazerosos, interditando os lapsos inconvenientes que poderiam embotar as imagens positivas da cidade. Assim é que o Sr. Gesco deixa fluir da memória a vida de exclusão dos trabalhadores mas, ao mesmo tempo, sugere que concorda com as ações priorizadas pelo governo. Ou seja, os trabalhadores deveriam esperar.

Entre as décadas de 1930 e 1950 surgem também as residências normandas e neo-coloniais habitadas pelas famílias abastadas que buscam no eixo Rio-São Paulo, modelos estéticos diferenciados para suas residências. Representação imaginária da ilustração e da cultura européias.

Arquitetos como Le Corbusier, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa foram modelos que influenciaram, de maneira decisiva, os arquitetos goianienses dessa nova fase da cidade, como Eurico Godói e Elder Rocha Lima. Outros também, dentro do padrão estético modernista, destacaram-se como Ariel Costa Campos, Silas Varizo, Luís Osório. (Mello, op. cit., p.89).

O conteúdo imagético dos trabalhos dos arquitetos, urbanistas e de pessoas ligadas às artes, nas décadas de 1930, 1940 e 1950 revela um grupo que, buscando os paradigmas da modernidade, participava de práticas de leitura de livros, revistas e jornais especializados, para discutirem o Art Déco e as idéias modernistas que, tardiamente, começavam a florescer no campo goianiense.

O Sr. Geraldo recria as representações e as imagens desses encontros: “O pessoal da arquitetura não ficava atrás dos arquitetos do Rio e de São Paulo. Eram modernistas e estudavam muito. Sempre com trabalhos inovadores que chamaram a atenção até de Oscar Niemeyer”.

Os discursos circulantes no Brasil e no exterior sobre urbanismo e cultura urbana são apropriados na cidade planejada não só pelos profissionais dessa área, mas também pelos moradores com boa situação financeira que, ao construírem suas residências, procuravam orientações de arquitetos.

A arquitetura, mais que qualquer outra forma de expressão cultural, nas representações imaginárias dos construtores de Goiânia, simbolizava a locomotiva do “progresso” que romperia com o tradicionalismo e com tudo aquilo que ele representava. Goiânia e, em seguida, Brasília vislumbraram para os seus construtores políticos e ideológicos a era da modernidade – inspiração do “Brasil Grande”, do futuro brilhante.

A análise dos dados do IBGE (1940, 1950, 1960) permite perceber o desenvolvimento de Goiânia em relação ao seu crescimento populacional e educacional. Em 1934, a cidade já contava com 800 habitantes; em 1937, ano da transferência da capital, a população atingiu 9.000 habitantes. Em 1940, 47.727 habitantes, desses, numa população de 5 anos e mais, 14.304 eram alfabetizados e 12.066 não sabiam ler e escrever. Já em 1950, dos 53.389 habitantes, 45.076 tinham idade de 5 anos e mais, e desses sabiam ler e escrever 26.185 contra 18.891 que não sabiam ler e escrever. A porcentagem de alfabetizados, nesse ano, foi de 58%. No ano de 1960, a população atingiu 126.558 habitantes com um total de 87.297 alfabetizados e de 34.645 de pessoas que não sabiam ler e escrever. Os dados do IBGE demonstram também um crescimento das instituições de ensino primário, secundário e superior ao longo da década de 1950, fator que explicaria o crescimento do índice de alfabetização, apesar de a cidade abrigar ainda um grande contingente de pessoas analfabetas.

A nova capital – a sua própria construção e o imaginário político, social, econômico e sanitário que a precederam – revelou-se, portanto, como o “centro irradiador” da afirmação política de Pedro Ludovico que, fortalecido, elegeu-se governador do Estado, em 1934, no Período Constitucional da Era Vargas. Com o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo, tornou-se novamente Interventor Federal até 1945, continuando a garantir o poder das oligarquias dissidentes do caudismo. Com a queda de Getúlio Vargas, Pedro Ludovico afastou-se do governo do Estado. De 1945 a 1947, o Estado de Goiás foi governado por: Eládio Amorim, Felipe Antônio Xavier de Barros, Belarmino Cruvinel, Joaquim Machado de Araújo; de 1947 a 1950, Jerônimo Coimbra Bueno; de 1950 a 1951, Hosaná de Campos Guimarães. Pedro Ludovico retornou ao governo nas eleições de 1951, completando seu mandato em 1954. Nos anos seguintes, o Estado de Goiás foi governado por Bernardo Sayão, em 1955; José Ludovico de Almeida, parente de Pedro Ludovico, de 1955 a 1959.

Em 1954, Pedro Ludovico deixou o governo do Estado e elegeu-se senador, já no governo de Juscelino Kubitschek. Em outubro de 1960, seu filho, Mauro Borges Teixeira, foi eleito governador, sendo cassado, em 1964, pelo governo militar. Cassação que também atingiu o fundador de Goiânia.

Com efeito, de 1930 a 1964, a história política, econômica e social de Goiás revela uma alternância de oligarquias com opção pelo avanço do capitalismo. Cada uma lutando pelo

seu espaço. É certo que os Ludovicos e as oligarquias dissidentes dos Caiados tiveram como carta de apresentação e de afirmação, a construção da nova capital – Goiânia. Nela, práticas culturais foram se constituindo, entre elas, as práticas de leitura que traduzem o imaginário político e social da época.

É tempo, pois, de buscar nas práticas culturais de Goiânia, os espaços dessas leituras. Descobrir seus leitores.

No planejamento e na instalação da cidade, as instituições de leitura

Planos e projetos antecederam a construção de Goiânia. A preocupação com uma cidade planejada que desse conta da modernidade, em seus vários sentidos, estava bastante explícita nos documentos e depoimentos referentes a essa época. No imaginário político, como já foi visto, a cidade em construção deveria “desbravar” o sertão abrindo as trilhas do desenvolvimento político, econômico e social.

Considerando que o processo de desenvolvimento implica também na constituição das práticas culturais e se, nesse trabalho, as práticas de leitura são compreendidas como práticas culturais, é importante retomar as questões levantadas no início dessa pesquisa. Quem lia nesse período? Como lia? Onde lia? O que lia? Em que medida o material impresso (livros, revistas, jornais, almanaques, folhetins) influenciava a convivência social e o processo educativo da época? Que representações os leitores tinham da leitura? No planejamento e na instalação da cidade, quais os valores atribuídos às instituições de leitura? Que importância elas tiveram em comparação aos outros espaços culturais, cinemas, teatros?

Para responder a essas questões é necessário localizar, em um primeiro momento, as instituições de leitura dessa cidade. Ou seja, os espaços, “os lugares praticados”, como diz Certeau (1994: 203), desvelando assim os leitores com seus modos, práticas e representações de leitura.

Nesse sentido, os documentos e os depoimentos se cruzam na localização desses espaços, provocando outras questões. Durante o planejamento da cidade, houve preocupação do governo com as instituições de leitura (escolas, bibliotecas, livrarias, gabinetes literários, etc)? No período de instalação da cidade e décadas seguintes que instituições de leitura existiam?

A análise dos documentos e depoimentos demonstra uma expansão da mais tradicional instituição de leitura – a escola. Não só na nova capital, como também em todos os Estados brasileiros. Fazia parte da estratégia do governo federal e do governo de Goiás implementar uma política educacional voltada para os seus interesses político-econômicos²⁰, tendo em vista os programas da “Marcha para o Oeste”. Ou seja, formar quadros políticos, administrativos e burocráticos para o Estado e também mão-de-obra necessária aos novos projetos na área de agricultura, já que Goiás seria, além de consumidor dos produtos manufaturados, também o novo celeiro das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Goiânia, a partir de 1937, já possuía os seguintes estabelecimentos de ensino públicos: o Grupo Escolar Modelo, o Jardim de Infância, o Liceu de Goiânia, a Escola Normal Oficial, hoje, Instituto de Educação de Goiás, a Faculdade de Direito, além de outras escolas já instaladas em Campinas antes da mudança da capital. Escolas particulares estavam presentes também nessa época, como o Colégio Santa Clara, das irmãs franciscanas no bairro de Campinas, o Curso de Madureza Americano do Brasil, a Escola Primária Maria Camargo, o Colégio Santo Agostinho, a Escola Primária Santana, entre outras.

De 1940 até o final da década de 1950, segundo dados do IBGE (1940, 1950, 1960) houve um crescimento significativo do ensino primário, através dos Grupos Escolares instituídos pelo governo e também do ensino secundário, não só na cidade de Goiânia como também no interior. A iniciativa privada também participou desse crescimento. Surgiram o Colégio Dom Bosco e o Instituto Maria Auxiliadora da ordem salesiana, o Externato São José, o Instituto França, o Instituto Araguaia, o Educandário Goiás, o Ginásio Professor Ferreira, assim como, o SENAC, o SESC, entre outros. A expansão do ensino primário e secundário foi relevante nesse período e décadas seguintes, apesar da presença de alta taxa de analfabetismo.

Duas universidades foram criadas em Goiânia: a Universidade Católica de Goiás, em 17 de outubro de 1959 e a Universidade Federal de Goiás, em 14 de dezembro de 1960. Esta incorporou faculdades isoladas, umas públicas, outras particulares.

²⁰ Para estudo das relações escola e capitalismo ver SNYDERS, Georges. *Escola, classe e luta de classes*. Lisboa: Moras Editores, 1979; ROMANELLI, O. de O. *História da Educação no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1982; MACHADO, L.R. de S. *Educação e divisão social do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1982; FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1989; ENGUITA, N. F. *A face oculta da escola*. Rio de Janeiro: Graal, 1989; BRANDÃO, C.R. *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1981; ARAPIRACA, J.O. *A USAID e a educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 1982; CUNHA, L.A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978; entre outros.

De fato, numa cidade moderna não bastam somente escolas. Impõe-se buscar no imaginário social, a representação da “riqueza cultural” da Cidade de Goiás, com suas revistas e peças teatrais, com seus livros e jornais, com ressonâncias positivas entre os goianos, principalmente, entre os anti-mudancistas. A cidade moderna não poderia ficar aquém da cidade decadente. A cidade moderna, no imaginário mudancista, estrategicamente, teria que propiciar a reconstrução das práticas culturais dos seus novos habitantes (vindos não só da Cidade de Goiás, mas também de outras cidades do Estado) e, ao mesmo tempo, a construção de novas práticas de leitura. Processos indispensáveis ao equilíbrio de tensões dessa nova configuração.

Será que é possível dizer que também outras instituições ou eventos de leitura programados pelo governo seriam mais uma estratégia política para a legitimação da nova capital? Por que não apagar imagens e representações da cidade que se deixou para trás?

É preciso, pois, buscar as instituições de leitura, com suas práticas e representações. De acordo com as entrevistas, os livros e os arquivos sobre a cidade, na nova capital, a partir de 1935, como já se viu, já havia a presença de instituições de leitura. Fruto de uma caça, entre idas e voltas, elas foram aparecendo sob várias formas. Assim, eu as mapeei com a ajuda dos leitores: instituições de leitura públicas e formais, instituições de leitura privadas e formais, instituições de leitura informais, e também algumas instituições culturais públicas e privadas, que promoviam práticas de leitura, conforme se vê no Anexo I, desse trabalho.

Na cidade nova, simbolizada como o “despertar da modernidade” no Centro-Oeste do Brasil, pode-se dizer que tanto a iniciativa governamental como a privada, cada uma com suas representações (que o digam os leitores) produziram espaços de leituras. Espaços formais e informais. Alguns efêmeros, outros duradouros. Todos eles constituíram práticas e representações de leitura que, se reveladas pelos leitores, poderão explicitar a direção que imprimiram no imaginário individual e coletivo dos moradores da cidade. Para isso, é necessário adentrar essas instituições que foram mapeadas no capítulo II.

CAPÍTULO II

“LUGARES” DA MODERNIDADE: AS INSTITUIÇÕES DE LEITURA

O Espaço da Leitura

Os leitores já habitam a cidade em construção. Na metáfora do jogo de cartas, ao escolherem as cartas das práticas de leitura para a representação da modernidade e do progresso da nova capital, recriam os espaços do jogo. Espaços aqui ressignificados, lembrando Certeau (1994:202-311), como “lugares praticados”, por “operações” dos atores sociais nos “tempos” construídos pelo imprevisto, pelo descontínuo. No percurso do imprevisto, do lacunar, do “segredo” e da “fantasia” (Ianni, op. cit., p.48), é possível apreender as representações imaginárias que revelam as relações dos leitores com esses “lugares praticados”, onde jogam com as cartas das práticas de leitura das instituições que povoam seus depoimentos.

É pois, na direção desses “lugares praticados” – as instituições de leitura – que procuro os leitores com suas práticas e representações de leitura.

Nesse capítulo, proponho-me a analisar as instituições de leitura mais evocadas no imaginário coletivo dos leitores entrevistados. Dessas, selecionei, para análise, as que foram lembradas por todos os leitores nas entrevistas. Os dados para análise foram pesquisados nas entrevistas dos leitores, nos jornais da cidade, nos livros dos historiadores locais, nos documentos escritos do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e do Arquivo Histórico de Goiás e também nos acervos da Biblioteca Pública Municipal de Goiânia e da Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás.

As outras instituições existentes na cidade, no período desse estudo, estão relacionadas no Anexo I desse trabalho e poderão tornar-se temas de futuras pesquisas.

A partir de um mapeamento, as práticas de leitura deslocam-se entre as instituições públicas e privadas, formais e informais e, ainda percorrem algumas instituições culturais, motivadoras de leitura. É, portanto, a partir desses deslocamentos que pretendo trançar os fios das práticas de leitura na cidade em construção.

Instituições de Leitura Públicas e Formais

Os leitores buscaram, nas suas lembranças, as instituições de leitura públicas e formais. Nelas passaram “um bom tempo”, como relembra o Sr. Gildo. Entre idas e vindas,

elas foram, assim, selecionadas: Biblioteca Pública Municipal de Goiânia, Liceu de Goiânia, Escola Normal Oficial e Grupo Escolar Modelo.

Nas lembranças de um leitor entrevistado, o Sr. Gesco, essas instituições situam-se como “centros culturais e literários de igual valor aos do eixo Rio-São Paulo”. De modo geral, essas quatro instituições fizeram parte da vida do Sr. Gesco e dos outros leitores entrevistados, ao se transformarem em espaços figurativos dos estudantes goianienses. Uns estudaram no Liceu, outros na Escola Normal Oficial, outros no Grupo Escolar Modelo e ainda freqüentaram a Biblioteca Pública para pesquisas ou retirada de livros. Muitos dos leitores entrevistados, além de alunos, tornaram-se também professores das instituições escolares citadas.

A Biblioteca. Especificamente a Biblioteca Pública Municipal de Goiânia²¹. Lugar para “reunir e dispersar (...) entre limitações e liberdade”, diz Chartier (1998:75-115). É nesse “lugar praticado” de “reunir” livros e leitores que as leituras se “dispersam”, difundindo as imagens e representações da Biblioteca Pública na cidade em construção.

A partir dos dados coletados, a BPMG foi criando forma, apesar da opacidade de muitas informações sobre ela que ainda requerem mais estudos.

Na primeira visita à Biblioteca Pública, conversei com uma funcionária sobre o objetivo do meu trabalho. Ela, educadamente, disse-me que a bibliotecária responsável pelo turno não estava presente e que ela mesma não sabia onde encontrar esses documentos. E se eu quisesse dar uma “olhada”, não teria problema; procurei, então, pelos catálogos da Biblioteca no período de 1936 a 1959. Se existiam antes, agora estão desaparecidos. O esforço de “reunir” para “organizar” não deixou muitas marcas na Biblioteca.

Um segundo retorno à Biblioteca causou-me um certo desespero: a Biblioteca estava sendo encaixotada! O deslocamento se fazia em função da reforma do prédio. Iria “acampar” num salão da igreja católica na Vila Nova. Portanto, não pude entrar.

Dias depois, voltei à Biblioteca, já no novo local, onde a encontrei ainda “encaixotada”. Iria ficar “encaixotada”, segundo a funcionária, enquanto durasse a reforma do prédio. Estavam disponíveis para consulta apenas livros didáticos e jornais. Não desisti. Perguntei pelos documentos que contavam a história da Biblioteca. A resposta é que o novo

²¹ BPMG – esta sigla denominará, nesse trabalho, a Biblioteca Pública Municipal de Goiânia.

diretor não estava e que quem realmente poderia me dar essas informações seria a antiga diretora, Zilma Ayres de Carvalho. Tentei marcar uma entrevista com a ex-diretora, mas estava viajando e só voltaria depois de um mês.

Desânimo. Retornei à Biblioteca “encaixotada” para pedir informações às outras pessoas que trabalhavam lá. Fui atendida pela funcionária, Maria do Carmo Borges que, com muita disposição, começou a procurar os arquivos também “encaixotados”. Conseguiu achar algumas pastas com a minha ajuda. Em uma delas estava um grande achado: o Regulamento da Biblioteca de 1949. Perguntei pelos catálogos, pelos livros dos usuários, pela atas das reuniões do período em estudo. Ela respondeu-me que nunca havia visto esses documentos relativos ao período da pesquisa, nos 10 anos em que trabalhava lá. Tirei cópias do Regulamento e de alguns documentos sobre questões administrativas. Juntas, também, organizamos essas pastas por ano, e as colocamos nas caixas.

Analisei o Regimento e depois de alguns meses, voltei à Biblioteca que ainda estava “deslocada”. A funcionária, Maria do Carmo Borges, com boa vontade, havia selecionado uma caixa para eu pesquisar. Nela encontrei: ofícios ao Instituto Nacional do Livro, 1º relatório da Direção da Biblioteca de 12 junho de 1979, documentos sobre a reformulação da estrutura administrativa da Biblioteca, planejamento para futura divisão e distribuição de tarefas para os funcionários, histórico da Biblioteca, notícias de jornais sobre a Biblioteca e sobre o acervo. Com exceção de um pequeno histórico sem muitos dados, todos esses documentos, misturados, eram relativos ao período entre 1955 a 2001. Considerei importante analisá-los porque poderiam me dar pistas dos anos anteriores. Ledo engano! Realmente eu senti uma lacuna em relação ao período pesquisado.

Novo retorno à BPMG. Da nova “dessarrumação e arrumação” dos documentos surgiu o Regulamento da BPMG de 20 de agosto de 1984, da época da diretora Zilma Ayres de Carvalho. A análise desse documento mostrou grandes semelhanças com o Regulamento de 1949, somente algumas palavras foram mudadas. Minha busca continuou nos livros dos historiadores locais e nos jornais da época. Com muita surpresa encontrei notícias sobre a inauguração da BPMG em um jornal e a ata registrada no já citado livro de Ofélia S. do N. Monteiro, de 1938.

Cotejando as fontes, documentos escritos encontrados, livros, entrevistas do leitores e depoimentos das funcionárias, procurei refazer o percurso da Biblioteca, tentando recriá-la no espaço e no momento em que o imaginário social da cidade celebrava os valores e

as representações da modernidade, da cultura urbana e do progresso. Assim, apropriei-me da história da sua origem, dos seus deslocamentos, das suas práticas de leitura de interdições e de liberdade.

A história da BPMG começa com a notícia de sua inauguração no jornal, “Correio Oficial”, de 13 de agosto de 1936, que traz a seguinte manchete:

GOIÂNIA CAMINHA PARA O PROGRESSO: A INAUGURAÇÃO DE UMA BIBLIOTECA NA CIDADE-MENINA.

Goiânia teve, na noite de 8 de agosto, uma noite de glória, porque se inaugurou – e de modo deslumbrante – a sua biblioteca. O bom gosto pelos livros é manifestação divina das “almas dos artistas”. Cidade da Arte, Goiânia, possui também elementos caracterizados por esse sopro maravilhoso dos deuses (...) Cidade maravilhosa – Goiânia lembrará a misteriosa Constantinopla no templo de Justiniano. Ela possuiu a sua biblioteca e era a maior e a mais rica naquele tempo. A de Goiânia será um encanto e uma eterna festa para as almas de bom gosto, dada a fina cultura tão própria de todos aqueles que tomaram parte naquela gloriosa iniciativa (...). Estavam presentes S. Excia, o Dr. Governador Pedro Ludovico, o Prof. Venerando de Freitas Borges, prefeito, altas autoridades civis e militares, convidados da alta sociedade (...). Seguiu-se animado baile que se prolongou até alta madrugada (...) Goiânia caminha sempre para o progresso.

Da inauguração da Biblioteca foi lavrada a ata que se encontra registrada no livro, *Como nasceu Goiânia*, de Ofélia S. N. Monteiro (1938:529-530). A ata informa sobre as pessoas presentes à inauguração: “Governador do Estado, seus auxiliares de governo, altas autoridades civis e militares, senhores, senhoras e gentis senhoritas (...)”; os discursos proferidos; a comissão organizadora que ficaria encarregada da propaganda e das normas de funcionamento da biblioteca e também da aquisição de livros. Na ata, ainda há elogios à “plêiade de moças que imaginou e realizou o centro literário de Goiânia, que tem à frente S. Excia. Dr. Pedro Ludovico Teixeira”.

A “plêiade de moças” a que se refere a ata são: Maria das Graças Fleury, Maria do Rosário Fleury, hoje conhecida por Rosarita Fleury, Maria Félix de Souza, Virgínia e Tuniche Vieira. Rosarita Fleury recorda-se:

Para tanto, organizamos o baile do livro, cujo ingresso para os senhores era um livro. Lembro-me de haver escrito a muitos amigos e conhecidos explicando nossos planos e solicitando um livro (...). Dessa forma, iniciou-se a biblioteca com 78 volumes.

Na noite de inauguração, apesar de a biblioteca haver sido idealizada e fundada por elementos do sexo feminino (...) ouvimos, um tanto assustadas, que para dirigir a biblioteca tinha sido eleito Dr. Joaquim Câmara Filho, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, cabendo a nós fundadoras, pequenas funções de auxiliares. Que as mulheres são discriminadas é um fato gritante que precisa terminar logo. (Memória Cultural, 1985: 166-167)

Rosarita Fleury informa que os livros e as estantes foram para o Departamento de Imprensa e Propaganda “de onde rumaram para a Prefeitura Municipal. Acredito que esses livros tenham sido a semente da atual Biblioteca Municipal” (op. cit. p. 167).

“Como uma cidade moderna poderia ficar sem uma biblioteca. Que imagem passaríamos para os que vieram de fora?” Essa é uma preocupação de Dona Julieta que desdobra os discursos celebrativos do ambiente cultural da cidade.

As narrativas da inauguração da BPMG revelam uma cerimônia-ritual encenada pelo Estado. O jornal divulga ufanisticamente o fato, corroborando o texto da ata que reconstrói “o mito empreendedor”, na figuração do governador que garante o poder controlador do regime autoritário sobre a cultura e a educação. A esse respeito, Miceli (1979: 131) comenta:

O regime Vargas se diferencia, sobretudo, porque define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma “intelligentzia” e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico.

O cenário de celebração da Biblioteca Pública da cidade reconstitui os discursos conclamativos da modernidade. Se a Cidade de Goiás representa uma “Necrópole”, em função de seus problemas econômicos e sanitários, como diz Pedro Ludovico (1973), Goiânia, no conteúdo imagético do jornal, através do “sopro maravilhoso dos deuses”, transforma-se na “Cidade da Arte”, comparada à cidade de “Constantinopla, no templo de Justiniano (...) com a maior e a mais rica biblioteca” naquele tempo. O cenário mitológico, com seus deuses e templos, instala-se na cidade inventada e alimenta, cada vez mais, os valores positivos do progresso.

Percebe-se, nesse contexto, que os mitos povoam o imaginário não só da cidade planejada mas que eles surgem também em toda Nação brasileira, como consequência das

formações discursivas instauradas pelos governos de Vargas, JK e pelos outros subseqüentes. Operando em nível simbólico, a força da narrativa mitológica provém “dos seus símbolos e da competência dos seus enredos e personagens” (Amado et. al., 1995:54-55). Nesse sentido, os discursos governistas explicam o real, nos seus próprios termos, “oferecendo aos que neles acreditam uma identidade, um lugar no mundo” (Ibidem).

Nessas condições, Goiânia, para ter a face da modernidade, do progresso e da cultura urbana e, assim, garantir o seu pertencimento à nação civilizada, precisa reforçar e divulgar os mitos que lhe consagrariam essa posição. Com certeza: as práticas de leitura na BPMG, como uma das cartas do jogo, entrelaçam-se com práticas outras de leitura existentes nas instituições citadas, para a sustentação desse cenário letrado.

É importante notar que a BPMG, projetada para ser “pública”, exclui o “público” da inauguração: a composição do cenário festivo inclui “autoridades civis e militares” e “senhores, senhoras e gentis senhoritas da alta sociedade”. Pessoas que têm acesso, necessariamente, para a sua representação de “ilustração”, a livros e a outros símbolos culturais. Nesse caso, os discursos celebrativos da BPMG seriam, então, desdobrados pelos colaboradores representativos do governo que, com certeza divulgariam para os “outros”, o público excluído, os valores atribuídos a uma biblioteca. Daí, porque constituir uma “comissão de propaganda²²” da BPMG, composta por pessoas representativas do discurso governista, tendo como presidente, Venerando de Freitas Borges, prefeito da cidade.

Em um primeiro momento, a “propaganda” da BPMG não sensibilizou o Sr. Gesco que se representa como “leitor assíduo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”, quando lá morava. Segundo ele, a notícia da criação da BPMG fora estampada em vários jornais do Brasil e ele tomara conhecimento dela através de um jornal do Rio – fato que o alegrou já que, por motivo de trabalho, deveria se transferir para a nova capital:

Transferei-me como funcionário do IBGE em 1942, (...) poucos dias depois, lembrei-me de conhecer a Biblioteca Pública de Goiânia (...) Era uma repartição pública, e perguntando aos funcionários desta repartição em que sala estava instalada a biblioteca, levaram-me a um canto de uma sala e mostraram-me armários praticamente vazios, um *mero depósito de livros empoeirados* (grifos meus). (...) umas dúzias de volumes encadernados,

²²Fizeram parte dessa comissão: Celso Hermínio Teixeira, Venerando de Freitas Borges, Zoroastro Artiaga, Ofélia S. do N. Monteiro, Eleusa Rossi.

alguns ainda em brochura, com aspecto de já terem sido usados longamente e doados à Biblioteca de Goiânia. Com grande decepção, verifiquei que a nossa Biblioteca Pública estava deslocada; não possuía ainda, nem casa, nem livros (...) bibliotecas particulares dos amigos supriam a falta de livros da Biblioteca Pública. Mas mesmo assim, acho que isso não lhe tirou o mérito, porque ela teria condições de crescer e, realmente cresceu para atender às necessidades do povo da cidade.

A fala do Sr. Gesco ressignifica biblioteca²³ como “depósito”, como o lugar de coisas velhas e inutilizáveis. Esse fato me remete a Chartier (1998: 123), quando chama a atenção para as bibliotecas municipais francesas no final do século XVIII, afirmando que embora na França haja uma história da leitura pública, em um primeiro momento, há a constatação da “incapacidade de as bibliotecas municipais no sentido de assegurar a leitura como uma atividade pública (...) estas bibliotecas ficavam apenas entreabertas, *empoeiradas*; eram afinal *depósitos inertes*” (grifos meus).

Esse autor mostra ainda que, a partir daí, outras bibliotecas surgiram para suprir a função das bibliotecas públicas, como por exemplo, a Biblioteca dos Amigos da Instrução Pública, “abertas àqueles que não ousam ou não querem atravessar as portas da biblioteca municipal” (Ibidem). Em Goiânia, também, a falta de livros na Biblioteca Pública, no início da década de 1940, incentivou a prática de outras formas de acesso à leitura: o empréstimo de livros, a sua compra pelo reembolso postal ou de vendedores ambulantes.

É bom lembrar que o Gabinete Literário da Cidade de Goiás imprimira uma imagem de ilustração nos leitores que o freqüentavam, sendo lembrado por eles como o “templo” da cultura letrada da época (Bretas, 1991: 408). A cidade em construção deveria, portanto, superar, em todos os sentidos, a cidade decadente, pelos motivos já analisados no capítulo anterior.

A falta de verbas e a necessidade de espaço que abrigasse o acervo que se pretendia aumentar suscitaram vários deslocamentos da Biblioteca. Deslocamentos de espaço e de identidade. A força das representações imaginárias sobre os valores da manutenção de uma biblioteca na cidade revela a encenação dos deslocamentos que foram impostos à BMPG e aos seus leitores.

²³ Em relação às diferentes acepções dadas ao termo biblioteca, ver CHARTIER, R. *A ordem dos livros*. Brasília: Editora da UnB, 1994, p. 67 e seguintes.

Sua primeira sede foi nas dependências do Departamento de Imprensa e Propaganda, situado no Museu Antropológico Zoroastro Artiaga, na Praça Cívica, com o nome de Biblioteca Pública de Goiânia. Por ocasião do Batismo Cultural de Goiânia, em 1942, recebeu o nome da Biblioteca Pública Dr. Pedro Ludovico Teixeira²⁴, sendo transferida para a Rua 1, esquina com a Avenida Goiás e, logo em seguida, para a Avenida Anhangüera, próximo à Alameda Botafogo. Em 20 de julho de 1947, passou a se chamar Biblioteca Pública Municipal²⁵. O seu acervo foi constituído pela incorporação das obras dos acervos da Biblioteca Pedro Ludovico Teixeira e da Academia Goiana de Letras e também pelas doações dos órgãos, delegações e participantes do “VII Congresso Brasileiro de Educação” e das “Assembléias dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística”, que aconteceram na nova capital, em 1942.

Essas andanças da biblioteca pela cidade revelam sua incessante busca pela organização espacial, necessária a qualquer prática nela exercida, quer dos leitores, quer dos funcionários. Ao mesmo tempo, expõem a fragilidade dos discursos populistas do poder sobre a criação de espaços de leitura e sua incapacidade de dotá-los de políticas públicas consistentes de formação de leitores e também a tolerância dos leitores, que cansados dos lugares adaptados, esperam um espaço de prazer e adequação para suas leituras. Schapochnik (1999: 10) constata que as bibliotecas e os gabinetes de leitura do Rio de Janeiro, no séc. XIX, por ele pesquisados, “tiveram uma existência crítica pela cidade do Rio de Janeiro”, ocupando desde as dependências de hospitais e quartéis até quartos de hotéis e casas particulares. Os funcionários e administradores “se viam obrigados a encaixotar os livros e desmontar parte do mobiliário para depois realizar a operação inversa, remodelando a biblioteca de acordo com as novas instalações”. Essas queixas generalizadas também fizeram parte da vida dos funcionários da BPMG.

Em 1936, ano de sua fundação, a Biblioteca dispunha de 78 livros (Monteiro, 1938: 528). Com as doações do Instituto Nacional do Livro e de particulares e a incorporação do acervo de pequenas bibliotecas chegou ao final de 1950, com um acervo de aproximadamente 4.500 volumes, segundo Dona Julieta. Esses dados foram obtidos com o 1º.

²⁴ Relatório da Direção da Biblioteca – 12 de julho de 1979.

²⁵ A partir de 1987, passou a chamar-se Biblioteca Municipal Marieta Telles Machado; está situada desde 1968, na Praça Universitária.

diretor da BPMG, José Peres Fontinelle²⁶ que orientou Dona Julieta na organização da Biblioteca do Grupo Escolar Modelo, onde era diretora.

Através dos depoimentos orais, as práticas de leitura foram aparecendo, revelando também algumas maneiras de ler. Leitores irrequietos que cochichavam ao lado de leitores introspectivos, perturbados pelo barulho nesse ambiente reservado ao silêncio. “Uns pediam ajuda aos funcionários, para as suas leituras e consultas, outros já iam direto às estantes, onde havia o livro pretendido e liam em pé diante da estante, como se já pretendessem retirar o próximo livro, ou então vigiá-lo para ninguém pegar”, diz Dona Sebastiana.

O acervo da BPMG, segundo Maria do Carmo Borges (Entrevista, 2002), foi se constituindo ao longo dos anos. À medida que se fazia necessário “criava-se uma seção determinada, como foi o caso da Seção de Goiás, com livros de autores goianos”. A partir de 1950, o acervo já era classificado da seguinte maneira: Seção de Referência composta por enciclopédias, dicionários, almanaques e Atlas; Seção Infantil: obras de literatura e revistas infantis; Seção de Goiás: obras de autores goianos e revistas científicas publicadas no Estado; Seção de Periódicos: jornais, revistas e publicações periódicas, em geral; Acervo Geral: obras de Filosofia, Religião, Psicologia, Direito, Ciências (Matemática, Física e Química), Arte, História, Geografia; Seção de Literatura: brasileira, regional e estrangeira; Seção de Reservas. Havia o predomínio de obras em língua portuguesa, com poucas obras em inglês, francês e espanhol. É bom lembrar que o francês era a língua requerida para aquele tempo; a língua do “bom-tom” que todos deveriam falar, portanto uma das representações dos padrões europeus. A explicação possível para a falta de livros em francês era o seu alto custo para uma Biblioteca que sobrevivia de minguadas verbas e de doações.

A análise do Regulamento de 1949 da BPMG²⁷ permitiu situá-la no contexto da cidade construída. No Regulamento citado, suas finalidades são, entre outras: “registrar, classificar, guardar e conservar obras nacionais e estrangeiras de todos os setores da cultura que estejam identificadas com as doutrinas político-sociais do país, e também trabalhos técnicos e estatísticos sobre a vida nacional”. Ou seja, existia uma filtragem ideológica para a seleção de livros. Leituras consideradas “clandestinas” que pudessem inspirar padrões de comportamentos

²⁶ Ficou no cargo de diretor da Biblioteca até 1962. Hoje está falecido.

²⁷ Promulgado pelo Decreto-lei nº 87, da Câmara Municipal de 8 de abril de 1949.

que ameaçassem a ordem instaurada e livros que atentassem contra os costumes e a moral vigentes, com certeza não seriam selecionados. A partir de 1930, é bom lembrar, instaurou-se no Brasil o período autoritário com Vargas no poder. Foi uma época, como já foi visto, em que a intervenção vigilante do Estado se fazia presente nas áreas de Educação e Cultura. O Regulamento prevê, assim, censura nos livros infantis: “A BPMG manterá, com suas obras devidamente selecionadas e censuradas, uma seção destinada às crianças”.

Pode se supor que no acervo da BPMG deveria haver obras “censuradas”, guardadas pelo diretor: “As obras contrárias aos bons costumes só serão dadas a consulta a pessoas maiores de vinte e um anos, mediante autorização do Diretor” (Regulamento da BPMG, 1949). Ou seja, o diretor e os funcionários tinham acesso à “leitura censurada” para decidir a vida ou a morte do livro. Ou ainda, a vida ou a morte da leitura do leitor, ávido por essa leitura.

O Regulamento também especifica o horário de funcionamento: de 2^a. a 6^a. feira, das 13 às 17 horas e das 19 às 23:00 horas, e aos sábados, das 8 às 11 horas e das 13 às 16 horas. Como se nota não havia expediente no período matutino, nos dias úteis: os leitores ou estavam estudando ou trabalhando. Por outro lado, ela abria aos sábados beneficiando outros leitores que, por vários motivos, não poderiam freqüentá-la nos dias úteis.

Dona Julieta explica que a Biblioteca era bastante freqüentada pelos estudantes das escolas primárias e secundárias, principalmente aos sábados, devido à falta de bibliotecas nas escolas e de lazer na cidade. Informa, ainda, que universitários, professores, donas de casas, funcionários públicos e crianças acompanhadas pelos responsáveis faziam parte da comunidade leitora da BPMG. Não há registro do quantitativo de leitores cadastrados no período analisado. Dona Julieta ainda se recorda:

Tínhamos na escola um programa de visitas a lugares culturais. A biblioteca era um deles. Levávamos uma turma de cada vez. As crianças tinham um roteiro a seguir: conhecer o funcionamento de uma biblioteca e pesquisar determinado assunto previamente explicado pela professora. O trabalho era feito em grupo. Os alunos ficavam numa mesinha na sala de consultas. Não podiam falar alto. No final do ano, tínhamos levado todas as turmas do Grupo Escolar. Antes eu explicava qual era o valor da biblioteca para a nossa cultura e o nosso progresso. Falávamos também das bibliotecas antigas, da grande e suntuosa biblioteca da Alexandria. Era uma verdadeira aula de cultura como não se vê hoje em dia.

Dona Julieta lembra-se da Biblioteca a partir do seu “hoje”. O que é narrado “é praticamente uma reconceitualização do passado de acordo com o momento presente (...) as pessoas aproveitam para passar a limpo o passado e construir um todo coerente, onde se mesclam situações reais e imaginárias” (Kenski, 1993: 109). O que é interessante notar é que a BPMG leva Dona Julieta “à grande e suntuosa biblioteca da Alexandria”. A respeito disso, Chartier (1998:117) comenta:

Desde Alexandria, o sonho da biblioteca universal excita as imaginações ocidentais. Confrontadas com a ambição de uma biblioteca onde estivessem todos os textos e todos os livros, as coleções reunidas por príncipes e particulares são apenas uma imagem mutilada e decepcionante da ordem do saber.

Com o objetivo de controlar os livros, o Regulamento prevê organizar o catálogo-dicionário, fazendo a catalogação de todos os seus livros de acordo com o código da Biblioteca Apostólica Vaticana (Nome per il catálogo degli stampati, Vaticano) de uso internacional. A classificação obedecia ao Sistema Decimal de Melvil Dewey com as adaptações decorrentes. Como já foi dito, os catálogos do período em estudo não foram encontrados.

De acordo com Dona Lalá, Dona Sebastiana, Sr. Gil, Dona Belmira, Sr. Gesco, leitores da Biblioteca, o maior número de consultas que eles faziam, eram na Seção de Literatura, de Referência, de Periódicos e também no Acervo Geral. Os gêneros mais procurados por eles para empréstimo eram o romance e a poesia, principalmente de autores românticos. Eles citaram, de modo geral, os seguintes autores brasileiros e alguns livros: José de Alencar, Machado de Assis, Castro Alves, Raimundo Corrêa, Guerra Junqueiro, Gustavo Corção, Guimarães Rosa, Cecília Meirelles, Manoel Bandeira, Raquel de Queiroz, Carlos Drummond de Andrade. Autores goianos: Hugo de Carvalho Ramos, Léo Lynce, Bernardo Élis, Regina Lacerda. Literatura estrangeira: *Biblioteca dos séculos* – novelas completas, da Editora Globo, *O pequeno príncipe*, de Saint Exupéry, Cronin, *O velho e o mar* e *As vinhas da Ira* de Ernest Hemingway, Walt Whitman, Pablo Neruda, Eça de Queiroz, Zola.

O Regulamento da BPMG (1949) prevê também que “só podiam ser emprestados de uma vez, dois livros no máximo, duas revistas, dois jornais. O prazo do empréstimo era de 20 dias para os livros e 10 dias para os periódicos”. Havia previsão de multas para o atraso na devolução dos livros.

Os jornais, “Folha de Goiaz” e “O Popular”, já eram disponibilizados para os leitores a partir de 1940. Muitos tinham o hábito de ler os jornais na Biblioteca: “eu não podia comprar jornais e aí eu lia na biblioteca. Muitos homens também liam lá todos os dias. Não precisava pagar”, diz Dona Sebastiana, enfatizando a gratuidade como um dos incentivos para a sua formação como leitora.

Os direitos e os deveres dos alunos eram afixados em um quadro de informação, destacando-se como deveres: “atender às disposições do regulamento; ter cuidado com o material utilizado, deixar sobre as mesas, as obras consultadas para efeito de elaboração estatística da Biblioteca”. Os direitos: “utilizar as obras gratuitamente; ter acesso direto ao catálogo-dicionário e às estantes; reclamar de mal atendimento” (Regulamento da BPMG, 1949). Não há registro de atividades de entretenimento e nem dados relativos ao catálogo-dicionário, no período de 1936 a 1959. O que se pode supor é que havia livros de entretenimento devido à frequência maior, aos sábados de crianças e jovens criando talvez novas formas de sociabilidades.

O regulamento da BPMG (1949), na letra “q”, § 1º, 2º, 3º e 4º, evidencia uma preocupação com a leitura que poderá ser uma “distração saudável” ou ainda uma atividade disciplinadora, instrutiva e educativa. Nessa “obra” educativa, o dever da Biblioteca era “colaborar assídua e intelectualmente com os poderes públicos, na obra da educação popular, para cujo fim foi criada”. A educação é considerada uma “obra” que molda os espíritos e, por isso, para ser construída, deve ser disciplinada. Para esse fim, a BPMG concorrerá

despertando o gosto pela boa leitura e pela boa linguagem; formando o hábito de procurar nos livros, motivos de recreação para as horas de lazer; favorecendo a aquisição de bons costumes; concorrendo ainda para a formação de boas maneiras de cooperação, ordem, disciplina, economia, solidariedade, recolhimento, responsabilidade, respeito pelos direitos e propriedades alheios; estendendo ao lar a sua ação educativa” (Regulamento da BPMG, 1949)

É possível supor, e de certa forma os depoimentos orais vêm confirmar, que entre o lar e a Biblioteca não deveriam existir rupturas na formação intelectual e cívica do leitor. Por isso, ele encontrará no interior da BPMG as leituras que irão proporcionar-lhe não só a “ilustração”, mas também a educação pautada nos princípios dos bons costumes, presentes nas

representações imaginárias da época. Ou seja, a busca de vários saberes era permitida e até incentivada. Os anseios de civilização e modernidade, como já foi visto, eram disseminados pela educação, pautados nos preceitos da Escola Nova, tão difundidos a partir da década de 1920. No entanto, esses saberes não poderiam incentivar práticas de leitura clandestinas como as consideradas “subversivas” e “comunistas”. Essas leituras eram vigiadas pelo Diretor, através dos “funcionários-vigilantes”. A figura do Diretor da Biblioteca é representada no Regulamento, como aquele que detém o poder sobre o livro e a leitura, na medida em que a sua relação administrativo-funcional “era direta” com o Prefeito da cidade de Goiânia que lhe delegava vários poderes: “decidir sobre quais livros comprar, inclusive sobre aqueles considerados corruptores de mentes”, “impor penas disciplinares aos funcionários” e “cassar o registro dos leitores” inconvenientes (Regulamento da BPMG, 1949).

O poder se instaura na BPMG através dos parágrafos e das letras do Regulamento. Foucault, (1986: 171) analisa esse poder – para ele, microfísico: “principalmente os poderes centralizados que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico, organizado no interior de uma sociedade”. Esse autor enfatiza que o poder é uma relação, uma prática que se exerce sem limites, através de uma rede microfísica de mecanismos de repressão e de cooptação que se infiltra na estrutura social. Se há poder, há também resistência que nasce no interior do próprio poder. É possível, portanto, supor que a vigilância da Direção da BPMG estaria na interdição de leituras que pudessem provocar resistências no nível mais elementar, provocando rupturas microfísicas na estrutura do poder.

No entanto, o poder para sua sobrevivência, necessita também criar o imaginário das permissões. Assim, o Regulamento da BPMG permite empréstimos, abre à noite nos dias úteis, aos sábados, durante o dia, aceita inscrições de todas as pessoas maiores de 16 anos, permite reclamações, impede a entrada de pessoas doentes para não provocar “contágios”. Os leitores, por esse Regulamento, estavam, portanto, protegidos, “vacinados” e classificados como os livros da Biblioteca.

Freqüentada por seus leitores, a Biblioteca Pública produziu práticas múltiplas de leitura: silenciosa, em seu próprio espaço e oralizada e compartilhada na intimidade dos lares. E por que não em outros lugares?

Dona Maria, morando em uma chácara depois de casada e com muitos filhos, tinha dificuldades em trocar livros com as amigas, por isso, ela os retirava na BPMG.

A Biblioteca Pública era para mim o mundo que eu ainda não conhecia; os livros contavam histórias de amor, de sucesso e também de tristezas. Adorava ler romances de Machado de Assis, Jorge Amado, poesia de Cecília Meireles. Antes de me casar lia muito M. Delly. Meu marido me levava até lá no sábado, com as crianças, para eu ler ou retirar os livros para levar para casa. Isso fazia parte dos nossos passeios com as crianças. Isso eu achei muito importante para a formação cultural deles. Pegava livros para eles também. Quando meu marido precisava fazer alguma coisa, compras para chácara, nos deixava lá. Aí sim, com muita dificuldade eu acomodava os meninos na mesa junto comigo. Eles liam e eu também. Isso me enchia de felicidade. A leitura me unia aos meus filhos. Todos lendo, compenetrados. O ambiente sadio de cultura contaminava a todos que ali estavam. O problema é que eles não ficavam muito tempo em silêncio, os pequenos, por isso eu continuava a leitura em casa. O que eu gostava muito não era só de ler mas de comentar os livros com alguma amiga que eu encontrava lá. Meu marido gostava de ler os jornais.

Dona Maria, de família do interior do Estado de Goiás, fora incentivada pela mãe a “entrar no mundo da leitura”. Como sua mãe, ela também, através das práticas de leitura na BPMG, introduz os filhos no mundo da “ilustração”. “A leitura me unia aos meus filhos”, diz ela. Essa união simboliza a passagem da figura da não-leitura para a leitura que, segundo Simone de Beauvoir, citada por Fraisse et al. (1997, p.20), “é a ocasião para estreitar os vínculos entre os próximos, uma abertura para os outros, mais do que uma introspecção”. A leitura “abre para o mundo” que Dona Maria “ainda não conhecia”. Para ela, a prática de leitura na Biblioteca simboliza “trocas”. Não é “introspecção”. É comentário com a amiga. Não é também interdição. Não lia mais M. Delly, leitura de evasão. Lia Jorge Amado, autor que não fazia parte dos cânones moralistas da época.

Na representação das práticas de leitura na BPMG, Dona Maria recria um ambiente de lazer “sadio”, “familiar”, um ambiente “de cultura que contaminava a todos”. Ela sugere que as práticas de leitura ali desenvolvidas transmitiam uma forma de felicidade contagiante. Felicidade que remete às palavras de Borges (1983: 76): “Quando se proclamou que a biblioteca compreendia todos os livros, a primeira reação foi de uma ‘felicidade extravagante’”. É portanto, a partir dessa “felicidade extravagante” que Dona Maria movimenta as imagens das práticas de leitura na BPMG. É felicidade, é lazer, é gratuidade.

O Sr. Gil afirma que o seu “horizonte de leitura” ampliou-se a partir da BPMG.

Em 1947, eu fazia o 3º ano ginasial, quando fui reprovado por falta; e o motivo é que eu saía das aulas para ler na biblioteca. Ali, eu li os livros de Alexandre Dumas, Zola, que não dei conta de ler todos, Machado de Assis, Eça de Queiroz, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz. Foi a partir dessa biblioteca que comecei a ler a literatura brasileira e estrangeira, os poetas românticos e também os livros de escritores goianos. Não podia comprar livros e lá eles estavam à minha disposição, sem nenhum ônus. A minha diversão era ler na quietude daquele ambiente, e também gostava de indicar livros para os colegas. Na biblioteca, encontrei o caminho para a cultura letrada.

O meu núcleo de leitura vem, a partir de 1947, dessa biblioteca e, é claro, fui formando a minha biblioteca lentamente que foi crescendo e, hoje, tenho em torno de 10.000 volumes (...) O certo é que até 1959, eu tinha uma biblioteca bem formada.

Dona Sebastiana relembra que freqüentava a BPMG: “Uma amiga pegava o livro para mim. Eu não tinha ficha na biblioteca. Pedia a ela que pegasse dois de uma só vez. Era o meu divertimento, à noite, depois do trabalho. Lia até caminhando na rua porque ficava ansiosa para ler o fim. Romances, principalmente”.

Dona Lalá lembra-se também das várias vezes que sua mãe retirava livros, por empréstimo, na BPMG. Segundo ela, somente dois livros poderiam ser emprestados de uma só vez.

Assim, minha mãe retirava um para ela própria e outro para mim. De outras vezes, retirava um para ela e outro para os meninos. Livros de aventuras, como *Terramarear*, para os meninos, M. Delly para meninas e Cronin para ela. Lembro-me desses e também de romances através dos quais todos se divertiam e se emocionavam.

É interessante notar que leitores como o Sr. Gil, professor e escritor, Dona Lalá, funcionária pública e Dona Sebastiana, benzedeira e empregada doméstica, cujas motivações para leitura emergem de realidades e representações diferentes, através das relações de interdependência constituídas na nova capital, encontram-se no mesmo espaço: a Biblioteca Pública Municipal de Goiânia. Que motivações os levam a tal lugar? Que espaço é esse que, mesmo precário, seduz esses leitores da época?

Metáfora de jardins e palácios, a biblioteca, segundo Borges (1985: 5), “é uma extensão da memória e da imaginação” através do livro que a mantém viva. Talvez, adentrando um pouco mais as práticas de leitura desses leitores seja possível responder a essa questão.

Como já se viu, Dona Sebastiana e Dona Lalá, assim como o Sr. Gil são leitores da BPMG. Dona Sebastiana continua sua fala:

Na biblioteca, eu pegava os livros que minha patroa recomendava ou os que eram divulgados na Amplificadora Cultura da avenida Anhangüera. Não podia comprar livros, por isso, a biblioteca foi muito importante para mim. Lá eu conversava com pessoas que já tinham lido os livros que eu queria ler. Perguntava se eram bons. E elas me diziam o que achavam. Fazíamos rodas para ler os livros. Eu gostava de ler em voz alta como na minha casa, mas lá era proibido, tinha que ser em silêncio. Sentia um grande prazer em ler romances. De Rebeca, eu nunca me esqueci. Cronin era minha paixão, principalmente, as histórias sobre médicos que curavam o corpo e a alma. Lía os jornais também. Estava sempre a par das coisas; esse era o meu divertimento, principalmente, aos sábados, quando eu folgava. Levava meus filhos também. Lá tinha muitos livros infantis. Às vezes, eu lia historinhas para eles lá mesmo. Bem baixinho.

Para Dona Lalá, a BPMG era um ponto de divertimento e de prazer:

Apesar de ter biblioteca na minha casa, eu gostava de ler na biblioteca pública. Minhas amigas liam lá também. Gostava, principalmente, dos romances que, às vezes, me levavam às lágrimas. Minha amiga Rilda também lia lá. Era interessante o modo como líamos os livros. Eu lia uma página e ela lia outra do mesmo livro. Rilda era durona, ela quase não chorava quando a história era triste. Eu sempre chorava. As páginas tristes, líamos bem devagar, as páginas alegres, líamos rapidamente. Assim, lemos Madame Sévigné e outros livros dessa maneira. Era uma leitura compartilhada. Ler na Biblioteca era ler em grupos. Ou seja, sentávamos todas numa mesa e líamos os nossos livros. Quando eu e Rilda queríamos ler de duas, íamos para outra mesa para não atrapalhar as outras colegas.

Pelas falas do Sr. Gil, de Dona Sebastiana e de Dona Lalá, é possível perceber três dimensões representativas das práticas de leitura na BPMG: prazer ou sedução pela leitura, gratuidade e lazer. A gratuidade não tem peso nas práticas de leitura de Dona Lalá – possuía biblioteca em casa. O motivo que a levava a esse espaço era o prazer da leitura compartilhada com as amigas, que representava uma das formas de lazer da cidade em construção. Para o Sr. Gil e Dona Sebastiana, a gratuidade da Biblioteca lhes dava acesso tanto ao lazer como ao prazer da leitura. Não podiam comprar livros, mas podiam apropriar-se deles na Biblioteca.

Dona Lalá revela práticas inusitadas de leitura. Lia livros com a amiga Rilda: cada uma lia uma página que lhes proporcionava sentimentos de alegria e de tristeza. “As páginas tristes, líamos bem devagar e as páginas alegres líamos rapidamente”, diz Dona Lalá. Se a Biblioteca pedia silêncio, Dona Lalá e Dona Rilda, com certeza, deveriam ler murmurando, lembrando as práticas de leitura “ruminantes”, de que fala Chartier (1998: 121), que aconteciam “nas *scriptoria* monásticas ou nas bibliotecas das primeiras universidades”, quando se “ouvia um rumor produzido por essas leituras murmuradas”. Chartier (op. cit., p.128) lembra ainda que “compartilhar as práticas de leitura, mesmo quando em silêncio, é estabelecer cumplicidade e convivência, a partir do texto”. Cria-se novas sociabilidades.

Dona Sebastiana, para quem a BPMG representava o espaço social mais importante para o seu reconhecimento social, lia nas “rodas” de leitura, mas em silêncio. Lá, ela não podia ler em voz alta como lia a Bíblia e os livros de benção na sua casa. Práticas contraditórias na cidade moderna. Mas, com certeza, dessas duas práticas, a leitura dos livros de benção é a que lhe garantia o reconhecimento social, mesmo que seja apenas o do próprio bairro. No entanto, Dona Sebastiana queria muito mais; por isso levava também seus filhos à BPMG: lá liam livros infantis. Muitas vezes, ela mesma lia para eles. Leitura “ruminante”, como a de Dona Lalá e a de Dona Rilda. Dona Sebastiana percebe que não pode ler qualquer livro para o processo de reconhecimento social – existe uma seleção. Fraisse et al. (1997:134) destacam que “o prazer de ler está certamente para além do bem e do mal, mas ele passa [também] pela capacidade de seleção (...) pressupõe conhecimento”. Assim, Dona Sebastiana pede indicações de livros às pessoas “reconhecidas” socialmente e até participa das “rodas” de leitura.

O Sr. Gil alia o prazer pela leitura, garantida pela gratuidade, ao reconhecimento social e intelectual que ela lhe traria no futuro – ser um escritor com uma grande biblioteca.

No imaginário desses leitores, a BPMG é o próprio entretenimento. A esse respeito, Lajolo e Zilberman (1999: 16), registram que “em suas formas mais modernas, a propaganda da leitura depende ainda de uma valorização positiva do lazer, já que os livros constituíram uma das primeiras manifestações baratas e acessíveis de entretenimento”.

Para esses leitores da cidade moderna, não há necessidade de propaganda – a leitura, como uma das cartas do jogo, tem um peso valorativo muito grande para o processo de modernização do sertão que eles tanto desejam. Por isso, freqüentam os espaços de leitura.

Se, de um lado, os leitores entrevistados projetam na BPMG as imagens dos “templos literários de ilustração e cultura” representados pelas bibliotecas de Constantinopla e de Alexandria, ao mesmo tempo, produzem os meios necessários para fazer a travessia para esse mundo da leitura. Entra em cena o discurso liberal da escolaridade como um dos caminhos seguros para a “ilustração” desejada – as pessoas, pela educação, alcançariam o degrau da cultura e da ascensão social. As práticas de leitura, como num passe de mágica, teriam, desse modo, a força de transformar o “inculto” em “culto”, o que geraria o progresso não só individual, mas também o progresso social e moral requerido pela modernidade.

Nessa perspectiva, o projeto educacional proposto para orientar a escola absorveu referenciais teóricos europeus e norte-americanos. O evolucionismo de Darwin, o positivismo científico e social de Comte e o organicismo de Spencer estavam presentes no pensamento educacional brasileiro, na sua proposta de valorização da escola. Se o desenvolvimento e o progresso implicavam na difusão da ciência e da tecnologia, haveria necessidade de reconstruir a escola tradicional – antítese da modernidade – para atingir esses objetivos.

As idéias escolanovistas, baseada em Dewey, representaram, no plano político, segundo Sant’Anna (1992: 52), o resgate dos conceitos liberais fundamentados na idéia de progresso que implementariam a modernização da escola. Todos os males seriam solucionados pela educação e “a ela caberia construir e formar simultaneamente a Pátria, a Nação e o Povo (...). Caberia às elites locais introduzir os valores do mundo civilizado nas relações sociais, econômicas e culturais”. (Santos e Monteiro, 2002: 23). Assim, áreas como Didática, Biologia, Psicologia e Sociologia foram consideradas fundamentais para as mudanças na escola.

Com esse objetivo, a educação “moderna” chega também às escolas da cidade em construção, como relembra Dona Lalá:

O Grupo Escolar Modelo foi criado para atender às reformas que estavam fazendo no ensino primário e no Curso Normal. Fiz o Curso Normal, Filosofia e Línguas Neolatinas. Fui professora no Grupo Escolar Modelo e no Curso Normal Oficial, hoje, Instituto de Educação de Goiás. Precisavam de professores que soubessem de Sociologia, Didática e Psicologia. O mundo estava mudado e a educação não poderia ficar atrás. Depois fiz outro concurso público e deixei o magistério.

Que “o mundo estava mudado e a educação não poderia ficar atrás”, como diz Dona Lalá, e que também os processos de urbanização e industrialização necessitavam de mão de obra especializada foram fatos bem equacionados pelos intelectuais políticos do período em estudo, que idealizaram a profissionalização do ensino.

Ao lado, portanto, da educação das elites, surgem as escolas profissionais que deveriam formar “homens qualificados” para a nova ordem que se instaurava no Brasil.

Esse discurso desenvolvimentista e nacionalista atravessa décadas e chega até 1959, projetando os valores redencionistas da escolaridade. E é nesse contexto que se inserem as escolas da cidade planejada com suas práticas e representações de leitura.

Nas lembranças dos leitores da nova capital, o Liceu de Goiânia e a Escola Normal Oficial são representados como “centros literários e culturais”, iguais aos das grandes cidades. Todos os leitores atribuem valores positivos a essas instituições, mesmo os que não estudaram nelas.

À procura de informações sobre o Liceu, marquei uma entrevista com o diretor com quem conversei sobre a pesquisa. Ele me disse que o funcionário que cuidava do arquivo não viera naquele dia, mas que eu poderia conversar com a bibliotecária. Levou-me a uma sala onde havia vários livros espalhados e empilhados porque, segundo a funcionária, a biblioteca mudara recentemente para aquela sala. Perguntei-lhe pelos documentos da biblioteca: relatórios do período de 1937 a 1959, controle de usuários, catálogos, ficha de empréstimos e regulamento. “Nunca vi essa documentação aqui na biblioteca, talvez esteja no “Arquivo Morto” do Liceu, disse ela.

É interessante notar que se a Biblioteca Pública Municipal de Goiânia tem uma história de deslocamentos de prédios e de bairros, a biblioteca do Liceu tem uma história de deslocamentos de lugares dentro da própria escola. Fato que revela uma instabilidade desse espaço dentro da instituição. Fato que revela também a encenação de cultura e de ilustração que a imagem de uma biblioteca representa no contexto não só da nova capital mas de tantas outras cidades, tendo como contraponto as fragilidades das políticas públicas que interditam a sua manutenção. Talvez o discurso governista desconheça que para

as práticas de leitura se cumprirem no bojo de uma sociedade como a brasileira”, (...) não [se] pode dispensar o pressuposto de que o ato de ler se perfaz sobre mercadoria muito específica (livros, revistas, jornais e

similares), resultado de um determinado modo de produção, circulação e consumo. (Lajolo e Zilberman, 1999: 313)

Dias depois, voltei ao Liceu e me encontrei com o Sr. Antônio que já trabalhava no Liceu há muitos anos, e que demonstrou muito interesse em me ajudar a localizar os documentos do período pesquisado. Ele desconhecia esse tipo de documento, dizendo que no Arquivo só havia documentos administrativos de alunos e professores. Perguntei pelas atas da congregação. Havia somente atas de processos contra alunos.

Como recriar um espaço, em um determinado tempo passado, sem ter também documentos escritos dessa época? Continuei a busca novamente nos arquivos do Liceu, fazendo uma “faxina” nos documentos que se encontravam todos misturados. Valeu a pena porque além de outros documentos administrativos, encontrei algumas atas de reuniões de professores, o Decreto-Lei Estadual nº 4 de 27 de novembro de 1937, referente à transferência do Liceu da Cidade de Goiás para Goiânia e o Regimento de 1952. Segundo o funcionário, esse Regimento de 1952 era o que ele supunha que fosse a reformulação do Regimento anterior. O diretor do Liceu não soube dar informações sobre esse período. No Regimento de 1952 havia também as normas de funcionamento da biblioteca.

As entrevistas também indicaram que eu poderia encontrar algum documento no Arquivo Histórico da Cidade de Goiás, já que vários documentos do antigo Liceu foram devolvidos para aquela cidade. Talvez existisse alguma referência ao Liceu de Goiânia, misturada à documentação devolvida.

No meio de tantos documentos do século XIX e início do século XX, encontrei no Arquivo Histórico da Cidade de Goiás, o Regulamento, em conjunto, do Liceu e da Escola Normal de 1906, que não prevê Biblioteca e nem sala de leitura. O que se presume é que o Regimento de 1952 seja realmente uma reformulação do Regimento Interno da década de 1940, ou de décadas anteriores, já que o Liceu de Goiânia já possuía uma Biblioteca desde a sua transferência para Goiânia.

Ao mesmo tempo, comecei a colher informações nos livros de historiadores locais da época, principalmente no livro, *História da Instrução Pública de Goiás*, (1991), de Genesco Ferreira Bretas, que fora diretor do Liceu na década de 1960. Os livros e alguns jornais forneceram-me dados que foram importantes, como já disse Rago (1997: 21), “menos para conhecer o passado, do que para entender como foi interpretado”.

Já na coleta de dados na Escola Normal Oficial, hoje, Instituto de Educação de Goiás, pude recolher informações que me permitiram fazer uma tentativa de recriar essa instituição no tempo e espaço da minha pesquisa. Os documentos encontrados, sem dificuldades, foram: Regulamento da Escola Normal de 1929, Regulamento do Ensino Normal do Estado de Goiás de 1948, documento sobre o Instituto de Educação de Goiás (IEG), elaborado pelo Professor Basileu T. França de 1956, antigo diretor do IEG, e também pastas com registro de notas e frequência de alunas. Os dados foram fornecidos por uma funcionária da secretaria da escola que me pôs em contato com a funcionária da biblioteca que desconhecia a localização de documentos desse período pesquisado. Com esses dados, segui o mesmo percurso desenvolvido no Liceu: procurei informações nos livros dos historiadores locais, nas entrevistas e nos jornais da época.

Foi de fundamental importância, lembrando Chartier (1990: 27), alinhar as informações sobre o Liceu e a Escola Normal cotejando as fontes: entrevistas, documentos escritos, livros de historiadores locais, depoimentos de funcionários mais antigos dessas instituições e o referencial teórico. Os fios trançados das informações fundamentadas na reflexão teórica matizaram o cenário das práticas de leitura nas representações imaginárias da época.

Pelo cotejo das fontes, posso dizer que a história de leitura de Goiânia está intimamente ligada à história do Liceu de Goiânia e da Escola Normal Oficial. O Liceu, nesse ano de 2002, completa 156 anos de criação, dos quais 91 anos instalado na Cidade de Goiás e 65 anos em Goiânia. Fundado pelo Presidente da Província de Goiás, o paulista Ignácio de Ramalho, pela lei nº 9, de 20 de junho de 1846, o Liceu goiano, em ordem de criação é o 17º do país e de instalação está em 12º lugar (Bretas, 1991: 208-426). Em 5 de setembro de 1907, o Liceu foi equiparado ao Colégio Pedro II, criado no Império, em 1837, o qual tornou-se mais tarde, modelo para equiparação para efeito de validade dos certificados dos cursos de outros colégios.

Pelo decreto-lei nº 4, de 27 de novembro de 1937, o Liceu foi transferido da Cidade de Goiás para Goiânia, instalando-se definitivamente no edifício especialmente construído na Rua 21, nº 10, no centro da cidade. Na bagagem da transferência, vieram os alunos, os professores, os arquivos, os livros e por que não dizer toda sua história, fato que feriu os sentimentos dos vilaboenses, contrários à mudança. Em 2001, toda a parte documental

referente à história do Liceu nos seus 91 anos na Cidade de Goiás foi devolvida ao Arquivo Histórico da antiga capital.

Por esse mesmo caminho, passou a Escola Normal Oficial, criada na Cidade de Goiás como apêndice do Liceu, em 1884. Entre altos e baixos – devido à falta de recursos financeiros e de alunos – em 1929, separou-se do Liceu, tornando-se autônoma, tentando seguir rumo próprio. Em 1938, foi transferida para Goiânia. Bretas (1991: 581) relata que:

até a década de cinquenta, teve funcionamento em instalações precárias, o que impediu o seu crescimento. Em 1945, saiu do prédio de Pardal dos Reis (...) e passou a alojar-se, em caráter provisório, no prédio da Faculdade de Direito (...). Em 1946, saiu da Faculdade de Direito e foi para outro sobrado residencial, situado à Rua 4, esquina com a Rua 8, ainda em caráter provisório, enquanto o governo esperava, sem saber como, conseguir um prédio definitivo para ela. Depois foi transferida para Rua 31, só conseguindo funcionar em prédio próprio, em 1955, na gestão do então diretor Basileu Toledo França.

Como se percebe, se o Liceu de Goiânia encontrou um prédio construído especialmente para abrigá-lo, esse não foi o caso da Escola Normal Oficial. Transferida para Goiânia um ano depois do Liceu, viveu de constantes deslocamentos até 1955, quando se instalou, definitivamente, em prédio próprio, na Vila Nova.

O novo prédio, além das 17 salas de aula, possuía salas para administração, professores, laboratórios, um grande auditório e uma sala para biblioteca. Novas construções foram acrescentadas, logo após, como centro de treinamento das alunas normalistas: um grupo escolar, um jardim de infância e também uma escola para crianças portadoras de necessidades especiais.

A partir de 1947, a Escola Normal Oficial passou a chamar-se Instituto de Educação de Goiás, iniciando a sua adaptação à Lei Orgânica de 1947²⁸.

O Liceu e a Escola Normal Oficial representam, portanto, no imaginário da nova capital, o modelo de escolas públicas modernas, que buscavam o ideal civilizador, tendo em

²⁸ Segundo Canesin e Loureiro (1994: 97): “A Lei Orgânica do Ensino Normal, apesar de assinada em janeiro de 1946, foi elaborada no período ministerial de Capanema, portanto, no Estado Novo. Tal como prevista nas leis orgânicas de outros cursos médios, a estrutura do Curso Normal compreendia dois ciclos. O primeiro, com duração de quatro anos, destinava-se a formar o regente de ensino primário e deveria ser ministrado no Curso Normal regional. O segundo ciclo, com três anos de duração, devia preparar professores primários e ser ministrado em Escolas Normais e Institutos de Educação, após o curso ginasial”.

vista a “construção da nação, a modernização do país e a moralização do povo” (Souza, 2000: 11). Idealização de escolas “progressistas” que zelavam pela “formação do homem novo [articulado] às exigências do desenvolvimento industrial e do processo de urbanização” (Ibidem), elas buscaram essas idéias através de congressos de educação e de publicações de livros, revistas e jornais especializados. Esses eventos garantiriam aos alunos e professores iguais condições com as escolas do eixo Rio-São Paulo.

Freqüentadas em sua maioria por alunos da elite goianiense e também por alunos das camadas mais pobres, essas escolas promoveram práticas culturais, entre elas, práticas de leitura, que imprimiram nos seus alunos imagens que, por vários caminhos, os levaram a procurar o impresso que circulava “na cidade, no país e até no estrangeiro”, como diz Dona Lalá.

Em ambas as escolas, nas lembranças dos leitores entrevistados, as práticas de leitura aconteciam nas salas de aula, nos pátios, nas bibliotecas, principalmente, na do Liceu.

A biblioteca do Liceu é lembrada não só pelos seus alunos, mas também pelas alunas da Escola Normal Oficial como um espaço que possuía “livros raros, toda a literatura clássica e livros científicos modernos”. O Sr. Gildo diz-se “freqüentador assíduo da biblioteca” e como professor se ressentia “da falta de regras de funcionamento, fato que ocasionou o desaparecimento de muitos livros e de informações sobre os leitores dessa biblioteca”.

O Regimento Interno do Liceu, de 04 de junho de 1952 prevê no capítulo IX e XIV, respectivamente, as funções do bibliotecário e a organização e o funcionamento da biblioteca. A freqüência à biblioteca era permitida aos alunos, professores e funcionários “nos dias úteis, das 8 às 11 horas e das 13 às 17 horas, e havendo necessidade, a juízo do Diretor, por mais tempo, ou noutro horário”. O empréstimo era permitido somente aos professores e alunos e, excepcionalmente, a “pessoas idôneas”, com prévia autorização escrita do Diretor do Liceu.

O artigo 223 desse mesmo Regimento especifica que: “A biblioteca será formada, de preferência, de livros, mapas, memórias e quaisquer impressos ou manuscritos relativos às matérias professadas no Estabelecimento”. Cotejando os dados do Regimento com os das entrevistas, nota-se que nas representações imaginárias dos leitores, o acervo da biblioteca supera o acervo proposto pelo Regimento. Os leitores, nos seus depoimentos, reconstroem o

acervo como rico, diversificado e atualizado, indo além da sala de aula. O Sr. Gesco relata que:

no acervo havia obras de referência, livros científicos para pesquisas, e uma grande quantidade de romances e de poesias do século XIX – José de Alencar, Machado de Assis, Raimundo Corrêa. Havia também livros de Camões, Molière, Santo Tomás de Aquino, Tolstói, Vitor Hugo. Havia livros clássicos de edição francesa. Os mais importantes desapareceram pela falta de controle. Os livros sumiam sempre. Por compras e doações de livros, a biblioteca foi se formando.

O Regimento Interno do Liceu (1952) prevê também recursos financeiros para aquisição de “novas obras e assinaturas de publicações periódicas nacionais e estrangeiras de real interesse científico e didático-pedagógico”.

Na década de 1950, segundo Dona Belmira:

já havia livros de alguns autores do Modernismo: Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Graciliano Ramos, Mário e Osvald de Andrade, Raquel de Queiroz e de alguns goianos, Léo Lince, Hugo de Carvalho Ramos, Bernardo Élis, Maria Paula Fleury. Fato explicado pela presença de alguns desses escritores como professores no Liceu, como Bernardo Élis, e na Escola Normal, Maria Paula Fleury.

Apesar de o Regimento prever o cargo de bibliotecário, diretamente subordinado ao Diretor, os leitores entrevistados não se lembram de um funcionário especializado fazendo um trabalho sistemático na biblioteca do Liceu. “Vários funcionários e até ‘bedéis’²⁹ fizeram o papel de bibliotecário”, comenta Dona Lucília.

A biblioteca foi, primeiramente, instalada em uma sala do Liceu e depois passou para as dependências de um pavilhão que fora construído para também abrigar salas de aula. As práticas de leitura aconteciam em silêncio, pois o Regimento previa que o bibliotecário devia “fazer observar o maior silêncio na sala de leitura, providenciando para se retirarem as pessoas que perturbarem a ordem, recorrendo ao Diretor ou a Chefe de disciplina, quando não for atendido” (Regimento Interno do Liceu, 1952).

²⁹ Ver Regimento Interno do Liceu, 1952. Bedel é o funcionário que zelava pela disciplina, pelo horário de entrada e saída dos alunos e pelo corte de ponto de professores, entre outras funções.

A esse respeito, Chartier (1998: 119-120) explica que:

Os primeiros textos que impunham silêncio na biblioteca não datam senão dos séculos XIII e XIV. E apenas nesse momento, que entre os leitores, começam a ser numerosos aqueles que podem ler sem murmurar, (...) sem ler em voz alta para eles mesmos a fim de compreender o texto. Os regulamentos reconhecem esta norma e a impõem àqueles que não teriam ainda interiorizado a prática silenciosa da leitura.

Para esse autor (Ibidem) o problema do silêncio se coloca todas as vezes que as pessoas não são formadas ou informadas para estarem em lugares onde ele se impõe. “O silêncio é uma conquista que deve ser recolocada em questão hoje”.

Procurando pelos catálogos da biblioteca do Liceu encontrei, anexado ao Regimento Interno, uma lista de livros (ver Anexo II). Perguntei à funcionária o que ela significava. “Parece-me que é uma relação de livros selecionados para os jovens e para os professores”, respondeu-me ela.

Li a lista. Ela contém livros de aventura, romances adocicados, muitos livros de auto-ajuda e de normas de conduta. Esses últimos são predominantes na lista: *Código de vida feliz*, de O. Rivet; *A educação pelo exemplo*, de Henri Pradel; *Os lazeres como meio de formação*, de Henri Pradel; *O adolescente e o trabalho*, de Rousselet; *25 erros na educação da criança*, de A.L.Rivière; *A felicidade está aqui*, de René Biot; *O despertar religioso da criança*, de Cônego Boyer; *A educação do pudor e do sentimento*, de Viollet; *Você conhece suas tendências*, de Courberive. *Os dez mandamentos dos pais*, de Vérins.

Nessa insistência com as práticas de leitura de livros de educação moral e de normas de comportamento, vale lembrar o conturbado momento histórico brasileiro em que o grande inimigo era o comunismo: mentes crédulas e corpos sadios não infringem as regras prescritas pela sociedade. No imaginário dos leitores, a leitura desses livros educavam e sedimentavam as mentes discordantes, tornando-as dóceis, não impedindo, portanto, o processo de civilização.

Apesar de o Regimento Interno da Escola Normal Oficial (1947) prever uma biblioteca e o cargo de bibliotecário, a biblioteca da Escola Normal Oficial parecia mais uma sala de leitura, cujo funcionamento obedecia ao horário das aulas, das 7 às 11:30 horas e das 13 às 17:30 horas.

Uma funcionária zelava pela entrada e saída de livros através de anotações em um caderno, não havendo, portanto, regras rígidas para o empréstimo. Não se pode dizer, de acordo com as falas dos leitores entrevistados, que a biblioteca da Escola Normal Oficial possuía um acervo sempre atualizado. Livros didáticos, livros científicos, coleções de Machado de Assis, José de Alencar, Monteiro Lobato, Coleção Biblioteca das Moças, autores clássicos da literatura universal, alguns livros de autores goianos, enciclopédias e dicionários: eis a leitura disponibilizada à comunidade de leitores.

Não encontrei documentos escritos mais precisos sobre o acervo e nem informações sobre esse caderno de anotação. Os constantes deslocamentos para lugares inapropriados talvez tenham provocado o desaparecimento da documentação da biblioteca relativa ao período desse estudo e também de muitos livros.

O Professor Basileu Toledo França e o Professor Genesco Bretas – o último, diretor da escola no final da década de 1940 – afirmam que as alunas retiravam livros da biblioteca para lê-los em casa. Assim, também o faziam uns poucos professores. As famílias das alunas também tinham acesso à biblioteca, cujos “livros representavam a literatura exigida e permitida para época”, segundo D. Rilda. Essa leitura permitida era incentivada por duas instituições importantes na vida das alunas da Escola Normal Oficial – a família e a escola. Vale dizer que os livros recomendados pela escola eram valorizados pela família que também os lia. A mãe era a cúmplice principal dessa leitura compartilhada. O cerco em volta da mulher estava fechado: sair do ambiente doméstico significava optar pelo magistério e/ou pelo casamento.

A Escola Normal Oficial desdobrava, assim, através das suas práticas de leitura, a política educacional do governo em formar a professora primária para o atendimento à legislação vigente na época e, ao mesmo tempo, educava a “moça de família” para se portar em público, ser boa mãe e esposa dedicada. Representações e imagens que seduziam naquela época.

É importante notar que a Escola Normal era aberta também aos homens. No entanto, de 1940 a 1959, de acordo com o registro de matrículas³⁰, poucos homens fizeram o curso normal. Representação de profissão feminina, só uns poucos se aventuravam nessa

³⁰ Registro de matrícula de 1940 a 1959.

jornada. “A mulher tem ‘dom’ para lidar com as crianças. Homem tem coisas mais sérias para fazer”, diz Dona Rilda. Essa fala revela imagens estigmatizantes não só do magistério, mas também da própria mulher. Profissão “não-séria”, “coisa de mulher”, “profissão menor” são imagens produzidas por uma mulher sobre o papel da mulher na sociedade configurada. Talvez, por isso, o magistério primário não corresponda à figuração masculina.

O Grêmio Literário Félix de Bulhões do Liceu, recriado como espaço de práticas de leitura, foi fundado em 1934, na Cidade de Goiás, por um grupo de alunos, entre eles, Bernardo Élis. Dona Belmira diz que:

O Grêmio movimentava a parte política, cultural e literária dos estudantes, não só do Liceu, mas também de outras escolas de Goiânia. O Grêmio promovia freqüentes sessões lítero-musicais, nas quais eram declamados pelas alunas, versos de Olavo Bilac, Cassimiro de Abreu, Raymundo Corrêa e Castro Alves. Eram também lidos e discutidos os assuntos que interessavam aos alunos. Naquela época, discutíamos muito sobre o avanço do comunismo no Brasil. Eu ficava receosa com esses assuntos por causa da direção do Liceu que era contra.

Percebe-se que no imaginário individual de Dona Belmira, as práticas de leitura de poesias de poetas românticos do século XIX a empolgavam ao mesmo tempo em que ficava receosa com a discussão de “idéias avançadas para a época”, o comunismo, a luta de classes, consideradas práticas de leituras proibidas na escola e na família. O Sr. José evoca também lembranças da “efervescência cultural” do Grêmio do Liceu: “havia leituras de jornais, revistas, folhetins de informações e até alguns livros proibidos na época, tidos como pornográficos ou comunistas, que passavam de mão em mão, mas não entravam na biblioteca. Era um lugar de muita leitura e discussão”.

Marieta Telles Machado, escritora e ex-aluna da década de 1950, corrobora a fala do Sr. José, celebrando o cenário cultural do Liceu:

Passei a freqüentar uma classe mista, moças e rapazes com idéias avançadas. Houve uma reviravolta na minha cabeça (...) mundo fascinante, onde discutia-se tudo. Muitos pais achavam os alunos do Liceu muito avançados. A turma do Liceu, do Curso Clássico, que deu líderes, políticos e intelectuais era muito unida e amiga. Fundamos o Grêmio Literário Castro Alves, de nossa classe. Além disso, eu era colaboradora do jornal “O Liceu”. (Memória Cultural, 1985: 312)

Marieta sugere um ambiente literário e cultural para o Liceu que inspira desconfianças em muitas famílias. “Muitas delas preferiam colocar suas filhas ou na Escola Normal Oficial ou nos colégios religiosos”, diz Dona Belmira. Estudar no Liceu significaria entrar em contato também com as práticas de leituras proibidas, principalmente, para mulheres. Todos anseiam pela modernidade, mas pela “modernidade permitida” pelos padrões de conduta idealizados pela sociedade da época.

Muitos acontecimentos culturais e literários promovidos pelo Liceu e pela Escola Normal Oficial eram noticiados nos jornais da cidade. Dorita, cronista social do jornal, “O Popular”, destacou, na edição do dia 22 de dezembro de 1938, a formatura da turma de 1938, quando circulou uma edição especial do jornal, “O Liceu”, do Grêmio Literário:

A mocidade estava alegre e otimista. Tal era o contentamento dos formandos do Liceu de Goiânia na noite de 15, que se irradiava pelo salão todo. As valsas, as madrinhas e os padrinhos eram um conjunto de graça e beleza (...) Não posso deixar de registrar o alto nível cultural dos alunos do Liceu: publicaram uma edição especial do jornal, “O Liceu”, para homenagear os formandos. Artigos com o mais alto nível jornalístico, matérias bem elaboradas agradáveis de serem lidas. Com certeza o jornal continuará a movimentar ainda mais esse espaço de cultura e de estudos.

Se, por um lado as imagens do Liceu recriadas pela cronista social e pelos leitores projetam uma “movimentação desvairada” em torno das práticas de leituras ali desenvolvidas, por outro lado, a figuração da Escola Normal Oficial revela um cenário moderado, “bem comportado”, em que as alunas participam das práticas de leitura, orientadas pelos professores, tanto nas salas de aula, como na biblioteca e no Grêmio. Este último publicava um jornalzinho, “Mocidade”³¹, sob a orientação da professora Maria Paula Fleury de Godoy. Dona Rilda lembra-se que:

sob a coordenação da Professora de Português, Maria Paula Fleury de Godoy, escritora e grande leitora, juntamente com outros professores, foi criado o Grêmio Literário. Através do Grêmio, criamos um jornalzinho, “Mocidade”, até pouco tempo, eu tinha ainda um número. O jornalzinho, “Mocidade”, da Escola Normal publicava notícias da cidade e do mundo, trabalhos de alunos, entrevistas com professores e pessoas ilustres da cidade ou de fora. Havia uma parte social reservada para noticiar noivados, casamentos, batizados, primeira comunhão.

³¹ Não encontrei exemplares do jornal “Mocidade”, com as ex-alunas e nem nos arquivos da escola.

Com notícias típicas do ideário católico, esse jornal, da década de 1940, teve a duração de 2 anos mais ou menos, segundo Dona Rilda.

Dorita também não deixou passar em branco a fundação do jornal “Mocidade”. Publicou a notícia no jornal, “O Popular”, de 20 de setembro de 1939:

Foi uma noite alegre a da festa do Grêmio da Escola Normal. As normalistas, em grande atividade, passaram parte do dia providenciando convites, música, preparo de salão... Por isso mesmo, tudo correu bem. Durante a sessão, magnífica orquestra executou lindas peças e durante a execução podia se notar o predomínio da lei dos contrastes. Assim, as normalistas, mocinhas, delicadas, “entreabertos botões, entrefechadas rosas”, como disse o poeta, vivendo essa idade de sonhos, de ilusões e pouco pensar (ah!...que saudade!) formavam verdadeiros contrastes com a gravidade do ato da fundação do jornal, “Mocidade”, cuja manutenção acarreta grandes trabalhos, muitas contrariedades e algumas inimizades, mormente em se tratando de jornal do belo sexo frágil que, por isso mesmo, é dado às guerras (outro contraste). O jornal “O Liceu” tem agora mais motivos para elevar o nível cultural e literário dos seus artigos. A concorrência é agora com o belo sexo frágil. Já é hora de parar com esses artigos desconfortantes sobre comunismo e outras coisas indesejáveis.

O conteúdo da notícia da cronista social alerta os “articulistas” do jornal, “O Liceu”, que eles estavam criando “imagens indesejáveis”, na medida em que também publicavam artigos representados como ofensivos à ordem instaurada. “Já é hora de parar”, sugere ela, desdobrando o discurso da censura que se apoderara do espaço da Cultura e Educação, como já foi analisado nesse trabalho. Sevcenko (1983: 36) destaca que a crônica social é um dos meios de formação de opinião; interfere na moda, na leitura, no comportamento das pessoas, enfim, tudo que “fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio”. Se nas cidades “civilizadas”, havia um movimento contra o comunismo, também na cidade que se quer moderna, Dorita projeta suas representações imaginárias contra as idéias nocivas “à ordem da modernidade”.

Os leitores entrevistados, como alunos e/ou professores, revelam lembranças ufanistas das práticas de leitura dessas escolas:

Por essas duas escolas passaram pessoas que tiveram oportunidade de estudar numa escola pública, onde se aprendia a cultura letrada da época, deixando para trás muitas escolas particulares. Ex-alunos sentem-se orgulhosos de terem estudado nessas escolas e, muitos deles lá continuaram como

professores. Os professores incentivavam a leitura levando os alunos a pesquisarem na biblioteca livros que os colocavam em contato com o mundo moderno. Os livros, normalmente, de pesquisas, eram determinados pelo professor. Atendia à cadeira do professor. (Sr. Gesco-n: 1912, professor)

O desenvolvimento harmonioso da nossa cultura intelectual, física e artística deve-se à nossa formação nessa instituição de cultura – a Escola Normal. Todos os professores transmitiam o que possuíam de melhor e moderno, coisa que não se vê hoje. (...) As leituras do livro didático, das antologias e dos livros de pesquisas nos forneciam conhecimentos sólidos e universais para a nossa formação de normalista. A leitura era feita na sala de aula, em silêncio, quando era para pesquisar. Às vezes, podíamos também consultar o professor. A biblioteca era pouco usada (...). Na escola, trocávamos livros de M. Delly, Madame Sévigné; líamos no pátio ou quando não havia aula de educação física. Minhas lembranças se embaralharam um pouco. Espere! Lembrei-me de umas garotas afoitas que liam livros proibidos e os escondiam embaixo da saia que era pregueada e não deixava ver o volume. Liam nos banheiros e também no pátio, colocando esses livros dentro de outro livro, sempre usado por elas para isso. Leitura moderna que eu gostava era de Drummond. Nossa professora de Português, Maria Paula Fleury também escrevia poesia moderna. O modernismo não era muito usado na escola. Os professores gostavam mesmo dos escritores românticos. (Dona Rilda-n: 1925, funcionária pública)

No Liceu, os professores indicavam o livro didático como leitura obrigatória. Fazíamos os exercícios de gramática tirados dos textos desses livros. Às vezes, o jornal era levado para sala de aula pelo professor que o lia enquanto fazíamos os exercícios do livro. Quando os jornais desapareciam com os alunos, o professor dava uma advertência, porque ele também não podia ler jornais e outros impressos fora do programa curricular, nas salas de aula. (Dona Belmira-n: 1930, professora)

A sala de aula, dependendo do professor, transformava-se em um verdadeiro espaço de leitura e de escrita. Leituras sérias que formavam o nosso ser moral e físico. A biblioteca do Liceu era também muito usada. Eu não tinha muitos livros em casa então pesquisava, à tarde, na biblioteca do Liceu. Muitos alunos tornaram-se leitores e também escritores e esses primeiros ímpetus para leitura começaram nas salas de aula, na biblioteca e no Grêmio Literário do Liceu. (Dona Diná-n: 1924, professora)

Na Escola Normal Oficial, havia uma biblioteca e um anfiteatro onde havia encenação de várias peças teatrais. Os textos eram discutidos na sala de aula no sentido de se conhecer teatro e os autores das peças teatrais. Essas leituras eram feitas em grupo. Pouco líamos na biblioteca, mas retirávamos livros lá para levar para casa. Minha família também podia pegar livros lá. Eu preferia pesquisar na biblioteca do Liceu. Tinha mais livros e revistas. Na sala de aula, a leitura era feita no livro didático, muito bem orientado pela professora; esse livro tinha que ser dado até o final do ano letivo. Fazíamos também concurso de redação e as melhores eram lidas em classe para todos ouvirem. Os temas da redação para o concurso eram normalmente sobre a

Pátria, Família, sobre os valores morais da pessoa e sobre a nova capital. Era mais coisa de Moral e Cívica. Não havia tema livre. O concurso sobre o dia das mães acontecia todo ano cuja finalidade era colocar nas almas das alunas o respeito, a gratidão e o amor às mães. (Dona Lucília-n: 1935, professora)

Pelas falas dos leitores, alunos do Liceu e da Escola Normal Oficial, há uma movimentação “inquietante” de leituras nessas escolas, sugerindo que todos gostavam das leituras propostas pelos professores: leituras dos livros didáticos, leitura de livros da biblioteca selecionados pelos professores para os trabalhos escolares. Registre-se que não há reclamação; as representações e imagens dos leitores conclamam não só as práticas de leitura desenvolvidas, mas também a competência dos professores. “Todos os professores transmitiam o que possuíam de melhor e de moderno nas suas aulas, coisa que não se vê hoje”, argumenta Dona Diná, que é complementada por Dona Lucília: “o livro didático era muito bem orientado pela professora”.

As representações das práticas de leitura, nessas instituições, revelam um mundo mágico e sereno onde havia o “desenvolvimento harmonioso da (...) cultura intelectual, física e artística”, continua Dona Diná. Nesse ambiente harmônico, professores e alunos movimentavam o cenário das práticas de leitura matizado com as cores da civilização e do progresso. Práticas pautadas, principalmente, no livro didático que, conforme destacam Lajolo e Zilberman (1999:121):

é poderosa fonte de conhecimento da história de uma nação, que, por intermédio de sua trajetória de publicações e leituras, dá a entender que rumos seus governantes escolheram para a educação, desenvolvimento e capacitação intelectual e profissional dos habitantes de um país.

O conteúdo imagético do livro didático é projetado nos símbolos que devem ser cultuados pelos alunos e professores para o desenvolvimento “sadio” e “civilizador” da Nação. Nessa perspectiva, as práticas de leitura devem transmitir os valores políticos e sociais que fortaleçam o imaginário de “patriotismo” e de “modernidade”. No sertão civilizado, o Liceu e a Escola Normal, representados como “centros culturais e literários”, não fogem a essa regra, mesmo porque Educação e Cultura, é bom lembrar, a partir de 1930, passam a ser áreas de intervenção e controle da política governamental. A criação do Instituto Nacional do Livro insere-se nessa política que cria a Coordenação do Livro Didático, cuja função é fazer a seleção e o controle dos livros usados nas escolas.

Assim, na busca pelo progresso, muitos valores gestados na década de 1920 são reapropriados na década de 1950, já na época do nacional-desenvolvimentismo. Os discursos políticos são transvestidos com outra roupagem que assegura a essência do nacionalismo desenvolvimentista.

Daí porque Dona Diná evoca imagens “das práticas de ‘leitura sérias’ que formavam o nosso ser moral e físico”. Práticas que expressam os modelos e valores da configuração da época. Os preceitos da moral e do civismo passam a ser o guia de conduta dos alunos e professores. Por isso, não é de se estranhar porque as lembranças de Dona Rilda “embaralharam-se um pouco”, quando lhe perguntei sobre outras práticas de leitura fora da sala de aula. Ela vacilou e disse-me que se lembrava de “umas garotas afoitas que liam livros proibidos e os escondiam embaixo das saias pregueadas”.

Essas práticas de leituras clandestinas são destacadas por Darnton, Zilberman e Lajolo, entre outros, e fazem parte do imaginário moralista e controlador que cria o cenário da interdição. Paradoxalmente, é do processo de interdição que a leitura clandestina sobrevive, capturando os seus leitores. Na cidade inventada, como em outras configurações, essas leituras proibidas sempre existiram e nunca perderam a sua força; aconteceram no interior das instituições escolares e se infiltraram no pátio, na biblioteca, nos banheiros e em outros lugares mais, como se poderá ver no capítulo III.

Ao mesmo tempo em que essas duas instituições – o Liceu de Goiânia e a Escola Normal Oficial – formavam os jovens goianienses, uma escola primária cuidava da educação das crianças – o Grupo Escolar Modelo – referência para os outros grupos escolares que foram surgindo em Goiânia.

A primeira escola primária pública de Goiânia, o Grupo Escolar Modelo, foi instalado em 1º. de fevereiro de 1938, nas dependências do Liceu de Goiânia. Em janeiro de 1938, foi realizado o primeiro concurso público de Goiânia para o magistério. Dona Maria recorda-se que:

Foram aprovadas muitas professoras para o Grupo Escolar Modelo: Maria de Lourdes Teixeira de Almeida, Jandira Hermano, Eunice Nascimento, Elionora Freitas, Augusta Miranda e Silva, Belizária Camargo Sacramento, Delzuita Hermano, Adelaide Roriz, Iara Pires e outras de quem não me lembro mais.

Dona Julieta, nessa época, diretora do Grupo Escolar Modelo, conta que:

em 1940, o Grupo Escolar Modelo passou a funcionar em prédio próprio à Rua 25, nº 05, no centro, com 1200 alunos matriculados. Os grupos escolares criados pelo governo, a partir de 1936 não possuíam salas de leitura ou biblioteca. A prática de leitura era feita nos livros didáticos, em sala de aula, em voz alta e em coro. Exceção à parte era o Grupo Escolar Modelo que possuía uma biblioteca rica e os alunos podiam fazer pesquisas lá.

Formas não institucionalizadas de acesso ao livro, “festas e doações”, fizeram parte da recriação da Biblioteca Modelo do Grupo Escolar Modelo. Dona Julieta seleciona imagens da Biblioteca Modelo, com muito orgulho:

Criamos a Biblioteca Modelo que atendia os alunos e professores da escola. A biblioteca possuía muitos livros. Como eu os conseguia? Através de doações e festas. Eu convidava o Dr. Pedro Ludovico para as festas e vendia os ingressos. Até o Dr. Pedro Ludovico fazia questão de pagar. A presença dele nas festa do Grupo fazia vender todos os ingressos. Com o dinheiro, comprávamos livros. Fizemos a relação dos livros e anotávamos no caderno os empréstimos feitos (...). O prédio passou por reformas e nessas reformas, as coisas foram se perdendo. Não existe documentação dessa época, porque as pessoas não davam muito valor, não guardavam. Mas o certo é que as professoras e os alunos usavam muito a biblioteca. O Sr. Fontinelle, da Biblioteca Pública Municipal é que me orientou na montagem dela (...). Na inauguração teve a presença de autoridades e do governador. Foi bonita, a festa. Várias pessoas doaram livros. Depois, começamos também a comprá-los. Em outras festas, o governador também compareceu; a presença do governador levava as pessoas a fazerem doações para o Grupo.

Filhos da elite goianiense, do período de 1933 a 1959, estudaram no Grupo Escolar Modelo, ao lado de filhos de trabalhadores. As lembranças de Dona Julieta e de outros leitores, como Dona Maria, Dona Diná e Sr. Gildo idealizam o Grupo Escolar Modelo, já o próprio nome diz, como modelo a ser seguido pelos outros grupos escolares que foram sendo criados por Vargas, na sua política populista de alfabetização dos trabalhadores – processo esse considerado pelos intelectuais políticos como fundamental para a industrialização do país.

De ritual em ritual, os leitores vão montando o jogo das práticas de leitura. Como não poderia deixar de ser, na inauguração da Biblioteca Modelo, a cerimônia é ritualizada para cultivar o mito: “As homenagens foram prestadas ao Dr. Pedro Ludovico que tudo fez para a implantação da Biblioteca Modelo”, destaca Dona Julieta. Esse é mais um ato-ritual para

confirmar a representatividade do governador como “mito empreendedor”. Muitas vezes, através da cadeia de interdependência, um mito consagra outro mito para perenizar os seus valores, tendo em vista interesses comuns. Pedro Ludovico (1973: 182), nessa cerimônia e em outras, não perde a oportunidade para conclamar Vargas como o homem que colocou o Centro-Oeste “à altura das outras regiões do Brasil”. Em várias outras comemorações-rituais no Grupo Escolar, “a presença do governador levava as pessoas a fazerem doações para o Grupo”, reitera Dona Julieta.

Nas duas visitas que fiz ao Grupo Escolar Modelo, fui atendida por uma professora que me informou que os dados existentes do período desse estudo referiam-se mais à matrícula e históricos escolares dos alunos. As poucas atas de reuniões dessa época relatavam assuntos administrativos e do planejamento do Grupo Escolar como um todo. No entanto, há indícios, nesses documentos, das práticas de leitura desenvolvidas na sala de aula, a partir da adoção do livro didático.

É importante registrar, novamente, que o cotejo das fontes – entrevistas, livros dos historiadores locais e nacionais, documentos escritos – como exercício de reflexão teórica, possibilitou a recriação, senão completa, mas um pouco mais abrangente das práticas de leitura dessa instituição e também dos leitores que a freqüentavam.

Dona Lalá, professora no Grupo Escolar, nessa época, traz lembranças da biblioteca como um lugar calmo, de muita leitura.

Todas as professoras levavam seus alunos à Biblioteca. Trabalhos de Geografia e História do Brasil eram pesquisados lá. As crianças trabalhavam em grupo, bem quietas; depois das pesquisas, voltavam para sala de aula, onde, em grupos também, começavam a escrever o trabalho que, depois, era lido para os outros colegas. Eram alunos bem comportados, como não se vêem hoje. Eu levava os trabalhos para corrigir em casa. Não havia, basicamente nada sobre Goiânia, por isso a Professora Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro escreveu o livro, *Goiaz, coração do Brasil*³², de 1934, que passamos a adotar na escola. Tinha tudo sobre a mudança da capital. Havia também outro livro didático mais geral.

³² Livro adotado nos estabelecimentos do ensino primário do Estado de Goiás, pelo decreto nº 4349 de 26 de fevereiro de 1934.

A biblioteca, na fala de Dona Lalá é o próprio desdobramento da sala de aula, onde “as crianças calmas, quietas, (...), como não se vêem hoje”, liam e escreviam seus trabalhos. As movimentações e inquietudes próprias de crianças na faixa etária de 7 a 10 anos são “represadas” na memória de Dona Lalá que as representa como bem comportadas. Cunha (1999: 20) explica que:

A nostalgia por épocas passadas talvez se explique pelo fato de que, à distância, sempre projetem uma coerência interna de harmonia: o passado – já atualizado pelas vivências posteriores aos fatos relatados – parece mais harmonioso, mais artístico, menos desordenado que o presente.

Nesse espaço “harmonioso”, o Sr. Miro também se recorda do livro, *Goiás – Coração do Brasil*:

Naquele tempo, 1934, nesse livro havia assuntos de história, geografia, português, tudo nele. Todas essas pessoas ilustres de Goiás, juizes, desembargadores, profissionais liberais passaram por esse livro da Professora Ofélia. Era o único que tinha na escola sobre Goiás e Goiânia. Outros vieram depois.

Esse livro, *Goiás, Coração do Brasil*, reconstrói também a figura mítica das bandeiras e dos bandeirantes. “A invenção do bandeirante cinge-se ao domínio do destino; sem a bandeira, o Brasil não teria existido” (Lenharo, 1986: 68-69). Por isso, Goiás, descoberto pelos bandeirantes, está desenhado no “coração” do Brasil. E, é nesse lugar “cordial”, sertanejo que o Brasil encontrará as suas origens. Nesse cenário, neutralizam-se a exploração do índio, representado como “selvagem”, e os penosos sacrifícios que eram impostos aos componentes das bandeiras. Os fins justificam os meios do “trabalho dividido, penoso e expropriado” (Ibidem). O livro da Professora Ofélia, através de textos celebrativos da história política e social dos “desbravadores” do sertão, propõe-se a ser “um livro de leitura para as classes de 3º e 4º anos dos Grupos Escolares do Estado de Goiás” (Monteiro, 1934: 19). Os valores cívicos e morais que dissemina reeditam a “Marcha para o Oeste”, através da “imagem cinematográfica espetacular de todo um povo unido na construção de si mesmo, respondendo solidariamente a seus problemas e participando da obra de integração” nacional (op. cit., p.73).

Perguntei à Dona Julieta por outras práticas de leitura nessa instituição e ela fez um relato sobre dois jornais da escola:

Dois pequenos jornais, “Tico-Tico”, para os meninos e “Branca de Neve” para as meninas. Os meninos gostavam de outros assuntos, futebol, livros de aventuras e histórias de cavalaria e até de política. As meninas gostavam de assuntos mais amenos, próprios de mulheres; escreviam histórias sobre príncipes encantados, davam notícias sobre as festas da escola, jogos de adivinhações e até de receitas culinárias. Cada jornal tinha os assuntos específicos dos seus leitores. As próprias crianças organizavam e escreviam as matérias, supervisionadas pelas professoras. Esses jornais eram impressos pela Imprensa Oficial e objetivavam incentivar a arte literária dentro dos valores da sociedade.

Os jornais (...) eram bastante lidos não só pelos professores, mas também pelos pais. Nessa escola, estudavam gente de posse e gente pobre. Não tenho exemplares desses jornais. No Grupo Escolar muita coisa foi se perdendo com o tempo. Havia uma escola em São Paulo que já fazia esse tipo de jornal infantil. Por ele, fizemos os nossos. As crianças escreviam também artigos sobre Goiânia, sobre festas, sobre visitas do governador, sobre a classificação dos alunos e concursos de redação, sobre as datas comemorativas. Eles eram distribuídos nos outros grupos escolares também.

O cenário do Grupo Escolar Modelo reitera os valores atribuídos às práticas de “leitura modernas”, pautadas nos “princípios da Didática, Psicologia e Biologia”, como lembra-se Dona Lalá, também professora do Grupo. Além disso, o Grupo Escolar possuía biblioteca, professoras normalistas concursadas e outras até com curso superior. Nas lembranças de Dona Julieta não poderia faltar ao cenário de ilustração o jornal escolar, igual ao de “uma escola em São Paulo”. A modernidade das práticas de leitura do Grupo Escolar Modelo estaria garantida, portanto, não só pela competência dos professores, pelo currículo inovador e pela presença da biblioteca, mas também pelas leituras dos jornais escolares. E ainda mais: no Grupo Escolar não havia apenas um jornal, mas dois jornais – um de meninos e outro de meninas. Talvez as professoras, separando os jornais por sexo, já estivessem preparando os meninos para “as leituras sérias”, assuntos próprios de homem, imagens introjetadas por elas, a partir dos valores produzidos nessa época. Para as meninas, os assuntos do jornal eram mais “amenos”, projetando representações de leitura próprias do ideário feminino da época de como ser uma moça “boa e educada”.

Dentre os benefícios do “mito empreendedor”, a impressão dos jornais do Grupo Escolar pela Imprensa Oficial do Estado foi um dos mais importantes. O número de tiragem

aumentou permitindo a sua distribuição para os pais de alunos. Assim, as práticas de leitura dos jornais, deslocadas do Grupo Escolar para os lares, revelaram o seu papel de formadoras de opinião sobre a representação da realidade social e suas múltiplas interpretações.

Nesse contexto, as instituições de leitura particulares e formais também representaram o seu papel, reeditando os mesmos valores através do seu discurso “didático-pedagógico”, como se verá adiante

Instituições de Leitura Particulares e Formais

As escolas particulares, laicas e confessionais, na cidade inventada, foram surgindo e se espalhando, incentivadas pelo governo – a partir do final da década de 1930 – que proclamava que não havia recursos suficientes para arcar sozinho com a educação de toda a população. Falácia que não fez parte dos discursos justificativos da mudança da capital. Vale dizer que as instituições particulares, com o seu objetivo de expansão, atenderam prontamente a essa solicitação, surgindo tanto escolas confessionais – Colégio Santa Clara (1922), Colégio Santo Agostinho (1939), Colégio Ateneu Dom Bosco (1941), Colégio Externato São José (1948), Colégio Assunção (1955), Instituto Maria Auxiliadora (1959) – como escolas laicas – Escola Santana (1936), Escola Maria Camargo (1939), Instituto Betânia (1953), Instituto Araguaia (1954), Instituto França (1959) e Educandário Goiás (1959).

Os leitores entrevistados evidenciam que, apesar das características comuns entre as escolas particulares, uma se sobressaiu na formação de leitores: o Colégio Santa Clara para moças. Instituição religiosa, mais do que nunca, ela representa no imaginário social a prática da “boa leitura” como norma de conduta para se viver numa sociedade em construção. Creio que adentrando essa instituição será possível compreender as relações imaginárias entre os leitores e as práticas de leitura aí desenvolvidas.

Pioneiro na educação em Goiás, o Colégio Santa Clara foi fundado em 1922, pelas irmãs alemãs da ordem franciscana, na cidade de Campinas, hoje bairro goianiense. Inicialmente, faziam parte do corpo docente somente as religiosas alemãs, em seguida, vieram as irmãs brasileiras e os professores leigos.

No início, o Colégio Santa Clara oferecia apenas o ensino primário, depois ampliou seu campo de ação, criando o Curso Normal em 1926, e o de Contabilidade em 1952 que aceitava homens como alunos e que foi fechado em 1955.

Menezes (1981: 102), no seu estudo sobre o Colégio Santa Clara, destaca que, no início da década de 1930, não havia ainda grupos escolares em Campinas, mas apenas uma “escola comum”, destinada somente a meninos, que funcionava em uma casa e cujos professores, na sua maioria, tinham apenas instrução elementar. Não havia preocupação por parte da família e do governo, com a instrução das meninas. Como nas escolas analisadas anteriormente, “sua sorte, geralmente, era traçada sobre os moldes da sorte de sua mãe: casar, cuidar da casa e do marido e criar os filhos”. Mais do que isso não era necessário: a mulher era educada para continuar no espaço doméstico.

Em regime de internato e externato, estudavam apenas meninas nos cursos, primário, ginásial e normal, que a escola oferecia. “O Santa Clara congregou as filhas dos grandes proprietários, das mais diversas regiões, bem como as dos letrados e dos políticos influentes, ao lado de vários elementos menos favorecidos financeiramente, que nele estudaram gratuitamente ou sob sistema de ‘bolsas’” (op. cit., p. 64-65).

Essas foram as informações que me foram dadas sobre o Colégio Santa Clara pela Irmã Áurea Cordeiro Menezes, religiosa e professora do Colégio, que escreveu o livro – *O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás*³³ (1981).

Meu encontro com a Irmã Áurea deu-se na primeira visita que fiz ao colégio. Logo após uma conversa informal e a visita às salas de aula, à biblioteca e ao pátio, Irmã Áurea apresentou-me com seu livro que situa o Colégio Santa Clara no cenário rígido e disciplinar das escolas católicas no Brasil e em todo o mundo. Dona Maria, ex-aluna, lembra-se do colégio com suas normas disciplinares.

O ensino e a disciplina eram rígidos, o que não impedia a leitura das alunas. Mas, ler apenas o que era selecionado pelas irmãs. Livros ou revistas que insurgissem contra a moral e a fé não faziam parte da sala de aula e nem da biblioteca. Na sala de aula, na maioria das vezes, todas líamos juntas como um jogral. A entonação da voz e a postura do corpo eram solicitadas como pontos marcantes na hora da leitura, sem haver preocupação com as idéias do texto. Depois é que procurávamos entender o texto. Perdíamos a noção do

³³ As fotografias do Colégio Santa Clara foram retiradas do livro citado.

assunto. Eu preferia ler sozinha e em silêncio. Isso fazíamos na biblioteca. A declamação de poesias era muito incentivada pelas professoras. Essas práticas aconteciam na sala de aula, nas festas oficiais da escola e até em inaugurações do governo. As poesias preferidas eram do romantismo, Raimundo Corrêa, Olavo Bilac. O livro didático era usado em todas as disciplinas. Era a base do estudo.

Dona Rilda, também ex-aluna do Colégio Santa Clara, lembra-se que era chamada para declamar em todas as festas, porque herdara “do pai o gosto de declamar. Ele fiscalizava a entonação, a pronúncia e o desembaraço. Além disso, selecionava as poesias que, normalmente, eram dos poetas românticos”, destaca ela.

Como se percebe, a seleção de livros faz parte do imaginário social do Colégio Santa Clara e de todas as escolas da cidade planejada. Mas, não só dessa cidade, porque a proibição de “más leituras”, num processo interdependente, povoa tanto o ideário católico como também o imaginário político e social das configurações autoritárias.

Dona Rilda refere-se a essas práticas de leituras proibidas recompondo-as como práticas exterior aos muros do colégio: “Nunca vi essas leituras dentro do colégio; eram leituras mais das externas que tinham oportunidade de sair sozinhas. Havia sanções, por parte do colégio, para esse tipo de pecado, tanto para as internas como para as externas”.

Por que Dona Rilda desloca as práticas de leitura para fora dos muros do Colégio – no domínio das alunas externas? Como aluna interna, ela não teria contatos com as alunas externas? Sua fala sugere que ela é personagem do teatro da moralização encenado pelo colégio. Nele, os olhos “vigilantes” apontam para o “pecado” que essas leituras representam. Então, se é “pecado” Dona Rilda não se percebe como “pecadora”.

Camufladas na memória seletiva de Dona Rilda, essas práticas de leitura proibidas, antigas ou modernas, sempre existiram, minando, sutilmente, “atitudes e conceitos” dos leitores (Darnton, 1992: 6). Nesse momento, entra em ação a maquinaria da repressão e da censura que se desdobra em várias linguagens e práticas que se reeditam e continuarão se reeditando enquanto houver a provocação das interdições.

Na minha busca por novos dados, encontrei-me novamente com a Irmã Áurea e perguntei-lhe pelos documentos desse período de 1933 a 1959. Ela respondeu-me que nos arquivos estavam os documentos relativos aos históricos escolares dos alunos e algumas atas de reuniões de professores. Analisando as atas não foi possível recriar outras práticas de

leitura além daquelas da sala de aula. Procurei pelo Regulamento da biblioteca dessa época. A funcionária respondeu que não sabia se existia, mas que iria procurá-lo. Voltei no dia seguinte e a funcionária forneceu-me o Regimento Interno de 1972 e um documento – “Crônicas do Colégio Santa Clara – 1921-1974”, que narra a história do Santa Clara em Goiânia. A partir dessas “Crônicas”, comparei os dados obtidos nas entrevistas, nos jornais e nos livros dos historiadores locais, entre eles o livro da Irmã Áurea, tendo por base também os estudos do referencial teórico sobre educação, cultura urbana e modernidade.

Percebe-se nos livros e documentos, o tom celebrativo da excelência do Colégio Santa Clara que se refaz na fala de Dona Maria:

Já naquela época, já havia aulas de Português todos os dias; redação, leitura, gramática, declamação, análise dos *Lusíadas*, de Camões. Os pesados exercícios de gramática levavam-nos a falar, a ler e a escrever muito bem a nossa língua. Se a nova capital era moderna, o ensino aqui também acompanhou a modernidade, procurando a pedagogia mais apropriada para as alunas (...) na sua formação pedagógica e moral. As irmãs franciscanas, na sua missão de formar a juventude, não atenderam somente ao espírito da época, tinham os olhos voltados para o futuro de Goiás e do Brasil.

A fala de Dona Maria, equilibrada entre palavras e imagens, reúne e desdobra os discursos das fontes citadas conclamativas da “missão” e competência do colégio e, também “do futuro de Goiás e do Brasil”. O cenário desses discursos revela, como no Liceu, na Escola Normal Oficial e no Grupo Escolar Modelo, que “o espaço social da escola é esquadrihado de maneira neutralizadora e envolvido por uma redoma defensiva do mundo externo, pleno de tensão e conflito. Lar, Escola e Pátria constituem as únicas referências geográficas utilizadas (...) por esses discursos” (Lenharo 1986: 49).

Nesse contexto, as práticas de leitura apontam para uma aprendizagem de repetição em que todas as leituras passam pelo olhar vigilante do professor.

Na década de 1940, segundo o Sr. Gildo, professor do colégio:

Na sala de aula havia uma mini-biblioteca que usávamos para consulta quando fazíamos trabalhos em grupo, ou, às vezes, eu deixava um período livre, nas minhas aulas, para as alunas lerem os livros selecionados pelas freiras. A maioria desses livros eram de fundo moral, formativos. Às vezes, duas alunas liam o mesmo livro, porque os livros eram poucos e, mesmo porque elas gostavam de retirar as frases bonitas para colocar nos trabalhos dos professores. Uma lia e a

outra copiava. Liam em voz baixa. Penso que essas mini-bibliotecas formaram a biblioteca do colégio, que era o lazer das internas nos feriados e domingos.

As alunas internas freqüentavam a biblioteca aos domingos entre as duas missas de que participavam. Essas práticas de leitura eram o lazer de quem não recebia visitas de parentes. Quase todos os livros eram de autores do século XIX.

Nos outros dias, tanto as alunas internas como as externas liam na biblioteca em silêncio seguindo a programação dos professores. “Sobrava pouco tempo para leitura livre, os trabalhos de pesquisa tomavam a maior parte do tempo na biblioteca. Os outros tipos de livros – aventuras, romances, poesias – tinham que ser lidos em casa, diz Dona Maria.

As falas desses leitores permitem-me dizer que o espaço da biblioteca do Colégio Santa Clara pertencia às práticas de leitura do “leitor escolarizado”, como destaca Silva (1984: 73) em sua pesquisa sobre a “realidade da leitura escolar”. Realidade que se recompõe no Colégio Santa Clara e também, como já viu, nas outras escolas analisadas, não só na nova capital, mas em tantas outras cidades brasileiras:

Lêem clássicos da nossa literatura, em sua grande parte extraídos do conjunto maior de romances românticos do século passado [XIX]; lêem obras de autores, brasileiros ou não, que de certa forma dão conta dos sentimentos e atitudes que a escola pretende consolidar (...): generosidade, otimismo, espírito de renúncia, piedade, obediência. (...) obras que se repetem ano após ano nas escolas, nos programas de curso (...). Os professores selecionam (...) autores, com os quais se habituaram por força da sua formação, da tradição, da profissão e da imposição e que para eles não significam risco algum. (Ibidem)

São, portanto, práticas de leituras, silenciosas ou não, individuais ou compartilhadas, cujos sentidos já estão predeterminados, muito distantes, das práticas de leitura polissêmicas de que fala Bakhtin (1986) e da leitura – prazer do texto – de Barthes, citado por Fraisse et al. (1997: 133): “A leitura implica, portanto, uma travessia feliz do texto, liberdade que vem a constituir o prazer do texto. O ‘prazer do texto’, evocado por Barthes (...) escapa ao controle social e ao controle lógico”.

O percurso das interdições marca, como se pode perceber, as práticas de leitura das escolas analisadas; a “liberdade vigiada”, as proibições, a disciplina, o controle são produzidos a partir dos valores idealizados que são repassados através dos elos de

interdependência que ligam essas instituições, formando uma cadeia que se sedimenta na cidade inventada.

Nessa cadeia, outras práticas de leitura em instituições formais são buscadas pelos leitores. Assim, vendedores ambulantes, livrarias, bancas de jornais e outros produzem os “lugares praticados” das várias leituras da cidade.

Os vendedores ambulantes de livros povoam as imagens de alguns leitores entrevistados:

O Sr. Monteiro ficou conhecido na cidade como o homem dos livros. Vendia livros sob encomendas; livros de todos os tipos: romances, coleções, dicionário, livros técnicos. Ele era um caixeiro-viajante que trazia livros difíceis de achar e eu comprava os livros dele porque não tinha tempo de ir às livrarias. Assim eu adquiria um livro novo e ajudava uma pessoa a ganhar a vida (...). Comecei a trabalhar e comprava os livros a prestações, que nunca acabavam, porque sempre comprava outro livro quando o Sr. Monteiro vinha receber o dinheiro. O Sr. Monteiro falava sobre todos os autores daquela época. Era um catálogo ambulante. Era também um leitor, sempre me recomendava essa ou aquela leitura que estava em voga no Rio e São Paulo. (Dona Lalá - n: 1925, professora)

Comprávamos livros também de vendedores ambulantes. Eles traziam os catálogos e a gente escolhia o livro. Vendiam também coleções. Eu comprei a coleção de Machado de Assis do Sr. Monteiro. Pagávamos a prestações. Os seus livros e revistas eram de alto valor moral e cultural. (Sr. Gildo-n: 1917, professor)

“Seu” Costinha, Manoel Bento Costa, era um caixeiro-viajante que vendia de tudo um pouco e, excepcionalmente, trazia sob encomenda, livros do tipo, *Como fazer*, *Como consertar*, ou revistas de corte e costura e de culinária. Eu comprei muitas revistas de corte e costura e também livros de vida de santos, porque eram baratos. Ele trazia tudo que a gente queria e os preços eram bons, ele dava prazos. (Dona Sebastiana-n:1917, empregada doméstica e benzedeira).

O “Seu” Costinha “vendia de tudo” como o vendedor ambulante, Noël Gille, citado por Darnton (1992:54). Talvez não tudo, porque o “Seu” Costinha assim como o Sr. Monteiro não vendiam livros proibidos. “Os livros e as revistas eram de alto valor moral e cultural”, destaca o Sr. Gildo. Já Gille, o vendedor ambulante da pesquisa de Darnton (op. cit., p. 66-67), ao lado dos livros permitidos, vendia também obras clandestinas, o que lhe assegurou um processo policial. A respeito de Gille, relata Darnton (Ibidem):

Estudando os fragmentos dessa vida passada à margem da censura, constata-se primeiro que Gille não é difícil em matéria de literatura. Vende de tudo. Mas visa, sobretudo, no mercado de “livros filosóficos”. Sua encomenda (...) mistura tipicamente obras irreligiosas, pornográficas e contestadoras.

Se o Sr. Costinha e o Sr. Monteiro vendiam ou não “livros filosóficos”, as falas dos leitores entrevistados sugerem total desconhecimento dessas vendas. O que fica revelado, no cenário de suas lembranças, é a possibilidade de ler os “últimos livros” do mercado editorial, leitura essa garantida pela entrega certa e rápida, e ainda com a vantagem das longas prestações que permitem tanto à Dona Lalá, de família abastada, como à Dona Sebastiana, de família pobre, a apropriação das leituras desejadas.

Esses intermediários do mercado literário, na cidade inventada, representam, portanto, a vanguarda das leituras modernas mais cobiçadas pelos leitores. Segundo Darnton (Ibidem), graças a homens como o vendedor ambulante Gille, “a oferta pôde suprir a procura e obras mais ousadas penetraram por capilaridade no mercado literário”, contribuindo para alimentar muitas “idéias” que derrubaram vários regimes autoritários.

Dona Lalá destaca que o Sr. Monteiro “era um catálogo ambulante: ele recomendava essa ou aquela leitura que estava em voga”. Portanto, Dona Lalá representa-se à altura dos “leitores modernos” das grandes cidades. Pode-se dizer que um dos meios utilizados para a sua “contemporaneidade” com as práticas de leitura dessas cidades é devido “a esses intermediários culturais, no mercado livreiro” – os vendedores ambulantes (Darnton, op. cit., p. 66-67).

É importante registrar que não encontrei, nesse período analisado, fontes escritas que me permitissem fazer o cotejo das informações. Os vendedores ambulantes são recriados no imaginário coletivo e individual dos leitores entrevistados pela cadeia de lembranças que eles vão evocando e selecionando.

Ao lado dos vendedores ambulantes, os leitores entrevistados dão também formas às imagens das livrarias da cidade. O Sr. Miro recorda-se de algumas:

Eram poucas: *Vanguarda*, de Lucas Freire, *Bazar Municipal*, do Scartezini. Essas, além de vender livros didáticos e de literatura, promoviam também lançamentos de livros de autores goianos. Movimentavam a cidade. Já, papelarias existiam muitas. A falta de livrarias, no entanto, pôde ser

compensada com o *Bazar Oió*, que de bazar nada tinha: vendia livros, literatura brasileira, goiana, estrangeira. Livros que ainda eram recentes nas livrarias de São Paulo ou do Rio de Janeiro, aqui também era possível encontrá-los. Fundado em 1952, por Olavo Tormim, o *Bazar Oió*, instalou-se inicialmente na Avenida Anhangüera nº 79, depois mudou-se para a Avenida Goiás. Era um grande centro cultural na época.

Olavo Tormim refere-se ao Bazar Oió,

como centro da intelectualidade. Fazíamos debates no Bazar sobre literatura, teatro, cinema, sobre o canal de Suez, doença de Chagas (...) Desses debates surgiu o Mural Oió (...), pregavam-se recortes de jornais do Rio e de São Paulo (...) as matérias mais interessantes, artigos de escritores e poesias.

O Mural Oió ficou pequeno para tantos assuntos e, assim, surgiu o “Jornal Oió”. Vários escritores lançaram seus livros nesse espaço de leitura: Bernardo Élis, Marilda Palínea, Cora Coralina. Por ele, passaram Pablo Neruda, Carlos Prestes, Jorge Amado, Paulo Dantas e muitos outros intelectuais e políticos da época. Era um espaço de leitura aberto tanto ao governador como ao gari. (Memória Cultural, 1985: 264)

O Bazar Oió não era só um lugar de lançamento de livros, mas uma verdadeira biblioteca, pois havia sempre um exemplar do último livro lançado disponível para os leitores que não podiam adquiri-lo. Era também um espaço de consulta bibliográfica aberta à população. Livros nacionais e estrangeiros faziam parte das prateleiras do Bazar Oió. (Sr. José-n:1934, professor e escritor)

Catálogos de livros eram publicados e distribuídos não só nas escolas, faculdades, mas também em alguns pontos estratégicos da cidade, onde as pessoas pudessem ter acesso. Vários catálogos: livros de literatura e também livros técnicos. O ambiente dessa livraria, pelos lançamentos e outras atividades literárias, como discussão sobre livros polêmicos com intelectuais e pessoas da comunidade – era de uma efervescência contaminante. (Sr. Gesco-n:1912, professor)

Os eventos aí ocorridos eram publicados no “Jornal Oió” e também em alguns jornais locais. Através dos 21 números do “Jornal Oió” da biblioteca do escritor Bariani Ortêncio e das lembranças dos leitores entrevistados, foi possível recriar o cenário do Bazar Oió. O “Jornal Oió” de março de 1957 noticia que:

Lançamento de Livros

Foi lançado ontem, à noite, o livro de Bernardo Élis – *Ermos e Gerais* – com a presença de vários intelectuais, políticos, estudantes e convidados especiais.

Após apresentação do livro, deu-se início aos autógrafos na companhia de um fino coquetel.

O “Jornal Oiô” de abril de 1957 estampa outra notícia da noite de autógrafos:

Autografará Livros dia 5 no Bazar Oiô

No próximo dia 5, às 16 horas, o escritor Eli Brasiense, autor de *Pium*, *Bom Jesus do Pontal*, *Chão Vermelho*, estará no Bazar Oiô para autografar aqueles livros aos seus leitores. O ato terá a cobertura radiofônica da Rádio Anhangüera dentro do programa “Mensagem de Vera Lúcia”, que irá oferecer aos ouvintes aspectos do acontecimento.

Nesse mesmo jornal, uma outra notícia movimentou a elite intelectual da cidade inventada:

Em Goiânia Redator-Chefe de “Para Todos”

Encontra-se nesta capital o jornalista Moacir Werneck de Castro, redator-chefe do quinzenário “Para Todos”, órgão especializado de cultura, que se edita na capital do país.

Referido confrade veio a Goiânia a fim de tratar da elaboração de um suplemento especial de “Para Todos”, dedicado ao movimento cultural de nosso Estado, complementando, assim, o trabalho iniciado com a recente visita da senhora Zélia Amado, esposa do diretor daquele órgão, escritor Jorge Amado.

No cumprimento de sua missão o jornalista Moacir Werneck já entrou em contacto com os nossos intelectuais.

Dona Julieta lembra-se, com muita emoção, de uma noite especial:

Essa livraria convidava os autores dos livros para comentarem suas obras. Eram seminários, como os de hoje, os de vocês na Universidade. Numa noite, lá esteve Pablo Neruda. Não contive as lágrimas quando ele autografou o meu livro. Jorge Amado, Cora Coralina, Maria Paula Fleury, Gilberto e José Mendonça Teles lançaram livros lá. Foram eventos relevantes que movimentaram a pouca opção de lazer. A cultura movimentava o lazer.

As imagens presentes nos discursos do “Jornal Oiô”, de Olavo Tormim e dos leitores entrevistados desenhavam o Bazar Oiô como o centro cultural e literário mais “relevante” na cidade. “Era um espaço aberto tanto ao governador como ao gari”, comenta Olavo Tormim. Desempenhava múltiplas funções: bazar (vendia artigos de papelaria), livraria,

espaço cultural para autógrafos e debates, diz Dona Julieta, que é complementada pelo Sr. José: “Uma verdadeira biblioteca (...) espaço de consulta aberto à população”. E ainda mais: “editava livros de autores goianos e publicava um jornal – o “Jornal Oiô”, lembra-se Dona Diná.

Os leitores entrevistados, de modo geral, celebram a “efervescência literária e cultural” do Bazar Oiô como se ele representasse um ambiente acadêmico igual aos das atuais Universidades. Tanto é que Dona Julieta, orgulhosamente reedita as imagens dos encontros com os autores de livros no Bazar Oiô: “Eram *seminários*, como os de hoje, os de vocês na Universidade”. As lembranças evocadas por Dona Julieta projetam sua figuração como uma leitora intelectual que também participava de seminários, nesse tempo, iguais aos da Universidade. A sua modernidade estaria, desse modo, em parte, garantida também por essas práticas de leitura no Bazar Oiô.

O discurso mais conclamativo desse espaço hiperbólico de leituras é o de Olavo Tormin que continua seu depoimento:

Goiânia era uma cidade de muitos leitores. Agora leitor aqui era fora de série, todo mundo lia demais. A vendagem de romances em 1957, 1958, não sei, poderia ser considerada a 8ª freguesia da “Globo”, “Edições Globo”, do Rio Grande do Sul. (Memória Cultural, p. 265)

É interessante lembrar que “todo mundo” que “lia demais” eram pessoas integrantes da elite intelectual e cultural da cidade inventada. Como já se viu nessa época, o índice de analfabetismo era grande, fato que excluía uma grande parcela de população das práticas de leituras dessas instituições citadas. Apesar de Tormim comentar que a sua livraria “era aberta tanto ao governador quanto ao gari”, acredito que as possibilidades do “gari” eram muito mais restritas devido à sua situação financeira.

Nesse contexto, Dona Sebastiana é um caso interessante. Com Curso Normal, mas pobre, não podendo comprar os “livros modernos”, os últimos lançamentos, frequenta o Bazar Oiô:

Sempre que saía do trabalho mais cedo, ou quando minha patroa viajava eu ia ao Bazar Oiô. Tinha todos os livros. Lá, eles deixavam um livro de cada lançamento sobre uma mesa. Quem quisesse podia ler esses livros lá. Eu

“futricava” e lia outros da prateleira. Lia em pé, diante da prateleira, não gostava de conversar para não perder tempo, porque eu tinha que pegar meus filhos na escola. Nem sentia as dores nas pernas. Nem sentia fome. Lia cada dia um pedaço do livro, e depois eu guardava bem no fundo da prateleira, com esperanças de que ele não ia ser vendido.

Dona Sebastiana revela lembranças de práticas de leitura inusitadas: lia o livro na livraria, “aos pedaços”, em pé, diante da estante. Vigia o livro, sugerindo que até o escondia para que não fosse vendido. O desejo de participar do mundo dos livros, anesthesiava suas pernas: não sentia as dores. Fome, muito menos, porque “abastece-se” nas suas leituras. E ainda fazia como Simone de Beauvoir, citada por Fraisse et al. (1997: 41) que, quando “lia nos jardins de Luxemburgo e alguém se sentava no meu banco e puxava conversa, me apressava em responder” para continuar a ler “o pedaço” que ainda faltava. No caso de Simone de Beauvoir, ela é proprietária do livro; no caso de Dona Sebastiana, ela detém a sua posse apenas momentaneamente; ela se apropria de uma leitura que pode ser interditada pela venda. Por isso, a pressa em ler os últimos lançamentos que a colocaria “par a par” com os discursos modernos da intelectualidade da cidade inventada.

O Bazar Oiό, com o “fervilhar” de tantos leitores e tantas leituras, chama a atenção de Hallewell (1985: 529) para o sertão civilizado: “E já em 1958, possuía um livreiro-editor digno de menção: Olavo Tormim que publicava obras de história e literatura locais com o sinete editorial ‘Oiό’, nome de sua livraria na praça dos Bandeirantes, em Goiânia”.

Há poucas fontes referenciais ao Bazar Oiό. Alguns livros locais referem-se a ele muito sucintamente, o que me levou a retomar as entrevistas várias vezes, cotejando-as com a coleção do “Jornal Oiό”, pertencente à biblioteca do escritor Bariani Ortêncio.

O Bazar Oiό funcionou até o início da década de 1960. Com a ditadura de 1964, fechou as portas e o seu fundador teve seus bens apreendidos, entre eles, a livraria.

Perto do Bazar Oiό, uma banca de jornais foi lembrada por todos os leitores entrevistados: a banca do Mannarino.

João Mannarino, um italiano, era um distribuidor de jornais e revistas do Rio, de São Paulo e também de outros estados do Brasil. Tinha uma banca para venda na Avenida Goiás, em frente ao Grande Hotel. Os leitores chegavam cedo, aglomerando-se nesse ponto, à espera dos jornais e das revistas. (Dona Belmira – n: 1930, professora)

A banca do Mannarino era um ponto de encontro de leitores de jornais da sociedade. Os jornais de fora começavam a ser lidos ali mesmo. Os assuntos de política, saúde eram motivos para discussão entre os compradores dos jornais. Uma pessoa fazia os pedidos dos jornais e das revistas com antecedência, outros precisavam chegar bem cedo para conseguir comprá-los na hora. Havia o perigo de não sobrar jornais e revistas. Esses jornais de outros estados eram repassados para outras pessoas no dia seguinte. Notícias de fora sempre são novas para quem mora tão distante do Rio e de São Paulo. Esses jornais chegavam de avião. (Dona Mena – n: 1909, funcionária pública)

A banca do Mannarino nasceu com a construção da cidade. Era lá que eu ia bem cedinho buscar os jornais. Sabíamos notícias do Brasil e do mundo todo por esses jornais. (Sr. Gesco – n: 1912, professor)

Me lembro muito do jornal “O Globo”, “Gazeta Esportiva”, “O Dia”, “O Estado de São Paulo”, “Jornal do Brasil”, “O País”. Esses jornais todos já veiculavam por aqui. Havia a banca de jornais do Mannarino que vendia esses jornais. (Sr. José – n: 1934, professor e escritor)

A banca do Mannarino é um dos referenciais de representação de modernidade selecionado pela memória dos leitores. Através dessa banca, a leitura moderna dos jornais se desdobra no espaço público, nas ruas, nas praças e em tantos outros lugares. As falas dos leitores revelam imagens de leitores inquietos, à espera dos jornais que os colocariam numa cadeia de informações sobre as novidades do Brasil e do mundo. Essa ponte letrada permite o equilíbrio das tensões, mesmo que momentaneamente, uma vez que os leitores se deslocam para as grandes cidades através das práticas de leitura desses jornais. Os jornais do litoral cujos nomes, “O Globo”, “Jornal do Brasil”, “O País”, numa encenação metafórica e metonímica, impõem representações de uma parte do Brasil para todo o território nacional, desenvolvendo, assim, “estratégias de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional” (Lenharo, op. cit., p. 40).

Os jornais começam a ser lidos “ali mesmo” na banca, diz Dona Mena. Jornais de dias anteriores provocam novas práticas de leitura em outros leitores, em outros lugares. Segundo Dona Mena, “notícias de fora sempre são novas” para quem mora no interior, “no sertão”. Nesse contexto, os jornais dão as medidas certas para o desenho da modernidade. Assim é que a banca também se moderniza, ao ser instalada, no final da década de 1950, pelo filho de João Mannarino, em frente ao Café Central, ponto de leitura e discussão de políticos, fazendeiros e comerciantes.

Pelas entrevistas, foi possível conhecer parte da história dessa banca de jornais que, segundo o Sr. Gesco “nasceu com a construção da cidade”. As idas e vindas aos leitores entrevistados levaram-me também a alguns livros de memórias que se referem à banca do Mannarino, de maneira bem aligeirada.

Entendo que essa banca de jornal projetou e desenvolveu múltiplas figurações das leituras modernas – revistas e jornais nacionais e estrangeiros – como símbolos do progresso e da urbanização. Leituras essas que alcançaram também aquelas instituições de leitura que considero como informais, porque congregaram leitoras e leitores em inusitados “lugares praticados”.

Instituições de Leitura Informais

Na década de 1940 e início da de 1950, a cidade planejada conviveu com práticas de leitura informais – aquelas não institucionalizadas – mas que, por força das imagens e representações de leitura dos leitores, exigiram o registro nesse trabalho. Assim, bibliotecas particulares, hotéis, bares, farmácia, alto falante, casas de família são evocados como “lugares praticados” informais de leitura.

A narração das práticas de leitura dos lugares informais foi alinhavada pelos fios da memória individual que, através dos elos de interdependência, trançaram os fios da memória coletiva. A cada provocação da memória, as lembranças moldavam as imagens que povoavam esses lugares. Das bibliotecas particulares, Dona Mena lembra-se de umas tantas nas quais chegou até “pegar” livros emprestados, como por exemplo, na biblioteca do Dr. Altamiro de Moura Pacheco:

Era uma biblioteca muito procurada pelos leitores, não só pela atualização bibliográfica, mas também pelo rico acervo de obras clássicas brasileiras e estrangeiras; os livros, normalmente, eram pesquisados na própria biblioteca. Quando era necessário, um funcionário do Dr. Altamiro fazia as devidas anotações para a liberação dos livros.

Outras bibliotecas particulares são reveladas pelas lembranças dos leitores entrevistados como as bibliotecas de: Bariani Ortêncio, Ático Vilas Boas, Manoel Madruga,

Colemar Natal e Silva, Venerando de Freitas Borges, Nelly Alves de Almeida, Rosarita Fleury, Gilberto Mendonça Teles, Professor Bretas, Professor Ferreira, Oscar Sabino Junior, Amália Hermano, Agnelo A. Fleury Curado, Marieta Machado Telles, Simão Carneiro, entre outras. Muitas delas eram abertas aos amigos, segundo Dona Julieta, “um destaque deve ser dado à biblioteca de Altamiro de Moura Pacheco com mais 10.000 livros e que, após a sua morte, foi doada à Academia Goiana de Letras. Livros raros faziam parte dessa biblioteca, assim como livros de literatura goiana, brasileira e estrangeira”.

Dona Julieta tenta lembrar-se de um hotel onde havia práticas de leitura; não o conseguindo, indica-me o Professor Egídio Turchi para uma entrevista, pois supunha que ele fizera parte do grupo de leitura. Professor Turchi realmente morara no Hotel Normando, na rua 16 nº 24, no centro, onde aconteciam esses encontros literários:

Como hóspede do hotel, juntava-me aos outros hóspedes – Bernardo Élis, José Décio Filho, José Godoy Garcia, Geraldo Paixão, Ary Demóstenes de Almeida, Hélio Lobo, Geraldo Araújo – para discutirmos as idéias modernistas que, timidamente, começaram a aportar em Goiás. Líamos também artigos e poemas que pretendíamos divulgar. O interessante nesses encontros é que outros hóspedes do hotel sentavam-se ao nosso redor para ouvir as nossas discussões. Desses encontros saíam indicações de livros, sugestões para artigos em jornais, resenhas de livros, etc. Era um espaço prazeroso. (Depoimento escrito, 2002)

De acordo com o Professor Egídio Turchi, essas práticas de leitura foram transpostas para o Marmo Hotel, na Avenida Anhangüera, para onde esse grupo mudou-se:

A maioria desse grupo mudou-se, tempos depois, para o Marmo Hotel, na Avenida Anhangüera, de propriedade de Durval Félix de Freitas, cuja esposa, Adelaide Félix de Freitas tomava parte, só nos finais de tarde, nas conversas informais sobre as leituras do momento. A turma desse hotel era: Antônio de Faria Filho, Bento Odilon Moreira, Afonso e Domingos Félix de Souza, Wilmar Guimarães, Ary D. de Almeida, Geraldo Paixão e eu. Muitas leituras foram discutidas noite a dentro ou nos finais de semana. (Ibidem)

Como se percebe, essas práticas de leitura se constituíram em lazer para esse grupo, por isso “muitas leituras foram discutidas noite a dentro ou nos finais de semana”. É interessante notar que o Professor Egídio Turchi fez questão de preservar a imagem de mulher honrada de Adelaide Félix de Freitas que “tomava parte, só nos finais de tarde, nas conversas

informais sobre as leituras do momento”. Ou seja, ela como uma senhora que prezava os valores morais da época não participava das práticas de leitura à noite, com os hóspedes do hotel. Professor Egídio Turchi sugere que ela conhecia os limites da sua participação nessas práticas de leitura, a partir dos valores disseminados na nova cidade.

Três bares sobressaíram-se, nesse período, como espaços de leitura. O Bar do Chico Lopes, em Campinas, que é lembrado pelo Professor Horieste Gomes (2000: 10) não só “pela cervejinha, discutia-se lá tudo que a gente lia”. “Tudo” significava leitura de jornais, livros modernistas, principalmente, Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade. Eram encontros informais com grupos variados, principalmente nos finais de semana.

O Bar Bambu é lembrado por Nelly Alves de Almeida: “fazendo coro às letras, o Bar Bambu, na rua 6, animava as noites, em dias especiais, com Erik Pipper, ao piano. Ali se reuniam artistas, escritores e cantores de então” (Teles, J. M. 1986: 132). Dona Julieta participava desse grupo e evoca lembranças prazerosas:

Muitas vezes, eu lia o livro ou o artigo indicado, às pressas, antes do encontro, para poder opinar sobre o assunto. Eu não escrevia textos, mas participava das discussões que se prolongavam noite a dentro. Esse grupo era maravilhoso. Era o espaço em que muitos escritores liam seus textos para a primeira crítica, a dos colegas. A poesia nunca faltava, era o gênero preferido. Poesia que já enveredava pelos caminhos do Modernismo.

Assim também o Bar Choupança do Lago das Rosas que, segundo o Sr. Geraldo, era um lugar das “tertúlias”:

Os locais prediletos das tertúlias eram no Bazar OiÓ (...) Bar Choupança do Lago das Rosas. Lugar preferido pelos estudantes da época e também pelos professores, escritores e jornalistas. Era um grupo mais de esquerda, sempre vigiado pela polícia pelas idéias avançadas.

Um lugar inusitado era a Farmácia Santana, situada na Rua 6, no centro; pertencia ao farmacêutico Agnelo Arlington Fleury que recebia almanaques que eram distribuídos para os leitores.

Aos poucos, ele começou também a vender não só remédios, vendia alguns livros ou os dava de presente para alguém. Sempre tinha na farmácia, livros e almanaques. O almanaque Biotônico Fontoura era disputado pelos freqüentadores da farmácia. Agnelo A. Fleury disponibiliza também a Coleção Terramarear, da Editora Nacional, que lançou a série sobre as histórias do Tarzã, muito popular entre os jovens, jornais estrangeiros como “La Prensa”, e muitos livros da Editora Globo. (Dona Mena-n: 1909, funcionária pública)

Nesse período, vários serões literários aconteceram nas residências da nova capital. Dona Belmira busca lembranças dessa época:

A falta de energia, em função do rompimento da Usina Jaó que abastecia a cidade, criou reuniões à luz de velas ou de lampiões. Os serões literários eram disputados: moças e rapazes, a partir de uma leitura prévia do livro (emprestado, de mão em mão) discutiam com arrebatamento emocionado o romance que acabavam de ler. Lembro-me de alguns livros, *Rebeca*, *Dom Casmurro*, alguns livros de Cronin, *As Vinhas da Ira*, de John Steinbeck, entre outros.

Dona Rilda assim como Dona Belmira lembram-se da Amplificadora Cultural, da Avenida Anhangüera com a Avenida Araguaia que, além de divulgar músicas e notícias, divulgava também a lista dos últimos livros chegados à cidade, às vezes, com comentários.

Era um ponto apreciado não só pela juventude, mas também, pelas pessoas mais velhas, pela variedade de informações, pelas músicas, pelas indicações dos últimos livros – romances e poesias. Algumas moças da sociedade eram declamadoras oficiais nesses eventos, havendo até cursos de declamação onde a postura do corpo e a impostação da voz eram de fundamental importância. Vários livros eram comprados de vendedores ambulantes por sugestão desse catálogo oral. (Dona Rilda - n: 1925, funcionária pública)

A Amplificadora Cultural criou novas sociabilidades e sensibilidades no cenário da cidade planejada. De acordo com Dona Belmira,

funcionava a partir das 18 horas, duas vezes por semana, normalmente às quintas-feiras e aos sábados. Essa atividade era uma iniciativa do professor Joaquim de Carvalho Ferreira, diretor do Departamento de Cultura, na época, e que contava com o apoio do poeta Inácio Xavier da Silva e da professora e escritora Maria Paula Fleury na divulgação da parte literária. Havia também a ajuda do professor Joaquim Edson Camargo que coordenava o fundo musical.

Era certo esse encontro dos moradores da nova capital que reeditavam imagens da modernidade e do progresso através das informações fornecidas pela Amplificadora Cultural: o último livro, a última moda, o último filme; ou seja, o último consumo que garantiria a igualdade de condições da nova capital com as “cidades civilizadas”.

A força dos valores divulgados pela Amplificadora Cultural de Goiânia rendeu-lhe uma nota no jornal, “O Popular”, de 18 de fevereiro de 1943, na coluna, “Do meu Cantinho”, da cronista social, Dorita:

Foi uma idéia feliz, a da instalação da Amplificadora Cultural de Goiânia. Estão pois de parabéns os “pais” da idéia. O alto-falante leva a toda Goiânia lindas músicas, notícias, divertimento, literatura e arte. E faz melhor ainda; provoca revelações magníficas, artísticas. No dia 25 de fevereiro próximo apresentará comentários sobre os livros de Machado de Assis. Portanto, é uma boa hora para se abastecer de Cultura e Literatura.

Próximo à Amplificadora Cultural havia um lugar, famoso na cidade – o Café Central. Segundo o Sr. Miro:

Era o ponto de encontro para os negócios, principalmente, de fazendeiros, políticos e comerciantes. A discussão no Café Central baseava-se nas práticas de leitura de jornais e revistas que davam informações sobre política, agricultura e pecuária. Os encontros aconteciam pela manhã e no final da tarde. Esses jornais e revistas eram comprados na década de 1940, na Banca do Mannarino e, no final da década de 1950, na Banca do filho do Mannarino, que se instalou em frente ao Café Central. Era um ponto de lazer e de leitura que se misturavam.

A rede de sentidos imaginários apreendida através das práticas de leitura informais reedita a rede de sentidos imaginários presentes nas práticas de leitura das instituições formais. A sequência dos discursos dos leitores entrevistados, dos jornais, das revistas e dos autores locais leva à celebração da cidade planejada como o teatro do prazer e da felicidade total. Nem a falta de energia elétrica, por muitos meses, rompe “o arrebatamento emocionado” de Dona Belmira ao discutir um romance. As práticas, imagens e representações de leitura inebriam a cidade com uma “felicidade extravagante”, como diz Borges (1983: 76), que fragiliza toda tentativa de eclosão de conflitos ou de desarmonia. Não há ruptura nos discursos. Os trabalhadores que não sabem ler e escrever não são representados nessas instituições.

Assim, a memória provocada dos leitores revela práticas de leitura não só em instituições formais, elas irrompem também em lugares mais inusitados: nos bares, nos hotéis, nas ruas e até na farmácia. Elas preenchem todos os espaços através das representações de leitores eufóricos, felizes que buscam a modernidade também produzida pelos impressos locais – jornais e revistas – que se espalham, assegurando os valores de pertencimento do sertão à Nação brasileira.

Leitura através dos vários impressos

Vários jornais e revistas apareceram no período de 1935 a 1959. No entanto, muitas dessas publicações tiveram vida curta, outras desapareceram e reapareceram anos depois, outras continuaram a circular até hoje (Anexo III). Remexendo a memória e os velhos guardados, esses impressos foram aparecendo.

Uma revista muito lembrada pelos leitores entrevistados, no período desse estudo, é a *Revista Oeste*, criada em 1942, pelo governo do Estado de Goiás, como parte das comemorações do Batismo Cultural de Goiânia. Essa revista já nasce comprometida com os valores políticos e sociais de Vargas e de seus representantes estaduais, que alimentam e realimentam o papel dos meios de comunicação como processos geradores de dispositivos de controle e de formação de opinião. Sodré (1999: 381) destaca que “no negro período de 1937-1945”, houve o fechamento de jornais, revistas e “vários jornalistas foram presos por delitos de imprensa”. Um órgão de censura e controle dos impressos – Departamento de Informação e Propaganda (DIP) – foi criado nessa época, “segundo o modelo nazista”:

O famigerado DIP controlava a imprensa e o rádio e baixava listas de assuntos proibidos. Nos Estados, foram instalados os Departamentos Estaduais de Imprensa, DEI, que faziam o mesmo serviço (...) Os jornais e revistas passaram, assim, por gosto ou a contragosto, a servir à ditadura (...) Exemplo típico do clima em que vivia o país, nessa primeira fase da guerra, foi a prisão de Monteiro Lobato (...) em 1941. (Ibidem)

Esse escritor até então considerado, de acordo com Barbosa (1994: 25), “autor-herói” passou a ser censurado nas escolas, onde antes representava um dos grandes mitos da nacionalidade brasileira. O motivo: crítica “à política do petróleo até então seguida pelo

governo”. (Sodré, 1997: 384) Mas o mito não foi esquecido, ele é recriado através de seus símbolos no imaginário das crianças. Lembranças de uma leitora vêm à tona com as imagens do fato:

Na escola, foram retirados da biblioteca todos os livros de Monteiro Lobato. Fiquei pesarosa, mas ele estava contra Getúlio e então levaram todos os livros. Mas, as crianças não se esqueciam de Narizinho, de Dona Benta e do Jeca Tatu. (Dona Julieta-n: 1909, professora)

Outro leitor recria o espaço da *Revista Oeste*:

Vários escritores que trabalhavam ou não no governo publicavam artigos na *Revista Oeste*: Bernardo Élis, Domingos Félix de Souza, Gerson de Castro, Marilda Palínea, Hugo de Carvalho Ramos, Nita F. Curado, Nelly Alves de Almeida, Coleman Natal e Silva e outros. A importância da *Revista Oeste* é que o grupo de intelectuais que se juntaram em torno dela enveredaram pelos caminhos do Modernismo, que aqui chegou muito tarde, apesar de a Semana de Arte Moderna ter acontecido em 1922. (Sr. Gildo-n: 1917, professor)

Na cidade construída, a *Revista Oeste* divulga os textos celebrativos do cenário político e social do período em estudo, cujos atores principais são os intelectuais políticos. Como já foi visto, esses intelectuais constituem “as painéis burocráticos” nas quais produzem discursos homogêneos que se desdobram no controle das áreas de Educação e Cultura (Miceli, 1979: 133).

A *Revista Oeste*, durante sua circulação, através dos programas políticos do governo, instituiu concursos literários, divulgou obras de escritores goianos e realizações culturais. Vale lembrar que nesse cenário existia o “olhar vigilante” da censura. Com a queda do Estado Novo em 1945, essa revista deixou de ser editada.

Outras revistas literárias foram criadas em Goiânia. Muitas delas viveram através da circulação de um ou dois números. Gilberto Mendonça Teles (op. cit., p.162) considera como as mais importantes, *Agora* (1946), fundada por Oscar Sabiano Júnior e *Seara* (1952), por Bernardo Élis.

Das entrevistas e dos documentos escritos, foi possível relacionar revistas direcionadas a determinados tipos de leitores: *Revista de Educação* (1937); *Revista Goiana de Economia* (1946); *Revista Cultural e de Assuntos Gerais* (1953); *Revista da Arquidiocese* (1957); *Revista da Academia Goiana de Letras* (1957), dentre outras.

Segundo Dona Rilda, “circulavam também revistas de outros estados: *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Seleções Reader's Digest*, *Vida Doméstica*, *Almanaque Biotônico Fontoura*, *O Malho*, etc”.

As práticas de leitura dessas revistas “se davam mais por empréstimos e trocas”, complementa Dona Diná, cujo marido, “mesmo doente, era leitor assíduo da revista *O Cruzeiro*; com ela, ele ficava dentro do mundo”.

“Ficar dentro do mundo” implica em leituras rápidas e objetivas que são produtos iguais aos das lojas de departamentos, que dão o tom eufórico ao consumo da modernidade na nova capital.

Essa ânsia de consumo atravessa também as instituições culturais que, através de figurações várias, produzem práticas de leitura, como se poderá ver a seguir.

Leitura nas Instituições Culturais Públicas e Privadas

A partir de 1935, com a mudança de Pedro Ludovico com sua família e também de vários órgãos oficiais para a cidade em construção, houve uma preocupação geral dos mudancistas com a área cultural. É bom lembrar que “a cidade decadente” precisava ser substituída e nada melhor que a divulgação dos modelos da modernidade para a reprodução da nova ordem instaurada.

Assim, várias providências foram tomadas no sentido de colocar os novos moradores frente ao imaginário cultural da *vitrine-modelo*: a Europa e os Estados Unidos. Vale perguntar: que papel as instituições culturais ocuparam na construção de uma cidade planejada? Para mim, há um entendimento na direção apontada por Ianni (1996: 143), de que:

A cultura não é inocente. Todas as expressões culturais, compreendendo valores e padrões, maneiras de pensar e dizer, modos de viver e trabalhar criam-se e recriam-se na trama das relações sociais. As diversidades e os antagonismos sociais, políticos e econômicos manifestam-se também no âmbito da cultura.

As instituições culturais, entre outras, portanto, disseminam “maneiras de pensar e dizer, modos de viver (...) valores e padrões” (Ibidem) que garantem a configuração do imaginário político e social requerido pelo poder. Vale dizer com Bourdieu (1989) que o imaginário cultural submete-se ao jogo do poder, recompondo-o o tempo todo.

Nessa direção, as instituições culturais foram sendo criadas na nova cidade, a exemplo de outras “cidades modernas”, a partir desse cenário, cuja existência implicaria na divulgação de valores políticos, sociais e culturais preconizados pelo espírito de modernidade. Assim, foi necessário apreender a validação das instituições culturais no contexto das muitas figurações das práticas de leitura. Os leitores entrevistados freqüentavam os espaços culturais da nova cidade e participavam de vários eventos que provocaram práticas múltiplas de leituras. É possível dizer que a leitura estava também à caça de leitores em lugares não convocados.

O Cine-Teatro Goiânia, criado em 1937, foi palco, não só de mostras cinematográficas, mas também de debates literários³⁴ que se faziam após os filmes. Dona Lalá lembra-se de:

João Bennio, autor de peças teatrais, após a encenação das suas peças discutia com a platéia questões para as quais ele havia escrito um texto. Muitas amigas minhas vinham conversar comigo para saberem algumas informações sobre a peça para não ficarem muito por fora do assunto. Eu lia muito sobre teatro e participava bastante desses debates.

Instituições como o Instituto Histórico Geográfico³⁵ (1933), a Academia Goiana de Letras (1929), e o Museu do Estado (1946) são lembrados pela maioria dos leitores. Todas essas instituições possuíam bibliotecas que eram abertas ao público para consultas nos livros, arquivos e periódicos. A Academia Goiana de Letras criou a *Revista da Academia*, em 1957. Nesses espaços culturais, “aconteceram muitos lançamentos de livros de autores goianos”, diz Dona Diná.

³⁴ Esses debates produziram críticas e artigos nos jornais locais que serão analisados no Capítulo III.

³⁵ Goianos que ingressaram no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Luís Maria da Silva Pinto – 1º de dezembro de 1838; Manuel de Assis Mascarenhas – 1º de janeiro de 1939; Antônio de Pádua Fleuri, em 1851; José Leopoldo de Bulhões Jardim, em 28 de abril de 1905; Colemar Natal e Silva, em 15 de dezembro de 1975; José Mendonça Teles, em 13 de setembro de 2000. Outros “sócios não-goianos, mas ligados à história de Goiás”, também ingressaram no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. São eles: Luiz Antônio da Silva e Sousa (1832), Raimundo José da Cunha Mattos (1839), José Martins Pereira de Alencastro (1873), José Vieira Couto de Magalhães (1862), Olegário Herculano de Aquino Castro (1871). (J. M. Teles. Discurso de posse, 13/09/2000 – Rio de Janeiro).

O historiador local, Joaquim Ferreira (1980: 169), através de um discurso celebrativo da cultura da nova capital, destaca:

O Museu do Estado (...) preencheu um claro reclamado pela mocidade estudiosa de Goiânia. Foi o primeiro espaço histórico-cultural da nova capital. Ao longo dos anos foi abrigando mais de 3 mil peças nas áreas de geologia, mineralogia, zoologia, etnologia, arte sacra, arte popular e folclore e também livros e documentos. O valor histórico e cultural dessas peças estão relatado em livros, revistas e documentos abertos à pesquisa. Centralizou toda a documentação das áreas citadas, já que era o único espaço cultural com essas características. A partir de sua fundação, o Museu foi colecionando também livros e anotações sobre a cultura goiana, formando uma biblioteca muito procurada por pesquisadores e estudantes.

O Sr. Gesco também evoca lembranças do Museu e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, como espaços de pesquisas escolares: “eu indicava o Museu e o Instituto Histórico e Geográfico para as pesquisas nas áreas de folclore e de história de Goiás. Graças a Deus, lá ainda está preservada essa parte cultural de Goiás”.

Um espaço cultural e literário lembrado por Dona Julieta que “movimentou a cidade foi o Grêmio Lítero-Teatral Carlos Gomes, fundado por José Neddermayer, Pedro Gomes, Vasco dos Reis e outros de quem não me lembro. Era um ambiente bem agitado pelos serões literários e encenações teatrais”.

Belkiss S. Carneiro Mendonça, pianista, corrobora a fala de Dona Julieta:

Neddermayer liderou um movimento na cidade junto com o pianista alemão Erik Pipper. Eles criaram uma sociedade, chamada Proarte. Dessa sociedade fizeram parte Maximiano, Amália Hermano e muitas outras pessoas (...), intelectuais da cidade e essa Proarte fez um trabalho muito importante. Eles faziam não só exposições de artes, como reuniões de literatura, promoções musicais, inclusive criou-se uma pequena orquestra da qual Erik Pipper era o regente e o pianista. (Memória Cultural, 1995: 224)

Se no imaginário social dos moradores, os espaços culturais e literários e a própria arquitetura davam ares de modernidade a Goiânia, essa modernidade permanecia desconhecida do resto do país. Goiânia estava com 9 anos e “nunca havia saído do Centro Oeste”. “Era preciso levar o Brasil até ela”. Essas eram as representações imaginárias dos intelectuais

políticos que assessoravam Pedro Ludovico. “Um grande evento foi idealizado – Batismo Cultural de Goiânia – pelo governo do Estado, com atividades culturais, literárias, artísticas e econômicas, com a finalidade de despertar a atenção do Brasil para Goiânia, como um dos grandes centros em desenvolvimento no Centro-Oeste brasileiro”, conta o Sr. Bráulio.

O objetivo desse evento era inaugurar a cidade – capital do “sertão civilizado” – para confirmar a “plenitude da domesticação” do espaço selvagem e inculto pelo espaço “humano-cultural” (Souza, 2000: 99).

Dona Sebastiana emociona-se ao buscar essas lembranças:

Eu me senti muito orgulhosa de participar dessa festa. Por isso queria comprar os jornais para guardar. É também a história da minha vida, da minha família.

Foi uma época de muitas leituras – leituras de jornais, revistas, de murais, de panfletos e outras coisas mais. Nas escolas, os alunos fizeram muitos trabalhos sobre Goiânia para serem apresentados durante a inauguração. Poesias foram escritas e a moda era declamar. Em todos os lugares, lá estavam as moças declamando. Umas faziam a gente até chorar.

Dona Sebastiana assim como os outros leitores entrevistados reproduzem os discursos propagandistas do ritual da inauguração da cidade inventada, confirmando esse ato simbólico como motivador de várias práticas de leitura. Jornais, escolas, revistas fizeram parte do cenário propagador desse evento.

O DIP (Departamento de Informação e Propaganda) foi o grande coordenador desse evento-ritual de passagem. A presença ostensiva do DIP justifica-se pela crença “no poderoso componente do poder – a máquina da propaganda”, que tem o ofício de “sacerdócio cívico”, na “formação da opinião pública” para que ela reproduza o discurso do poder (Lenharo, 1986: 39).

Escritores locais produziram discursos eufóricos do “engrandecimento patriótico” desse evento, simbolizado como “obra divina”. É o próprio “Espírito Sagrado” presente nesse ritual religioso que é a cerimônia do “Batismo”. A mistificação desse ato como “obra divina” é conclamada por Pimenta Netto, (1993: 20): “Outros órgãos da imprensa, das capitais e do interior, posteriormente recebidos, traziam vastos noticiários e artigos referentes às festividades e bem lançados editoriais, onde estudavam a obra realizada pelo Interventor de Goiás”.

O jornal, “O Popular”, de 5 de julho de 1942, revela o cenário “promissor” desse ato: “O Batismo Cultural foi um evento que não só inaugurou uma cidade, mas que também abriu novas perspectivas para o cenário cultural e literário da cidade inaugurada”.

Um evento que deveria ficar restrito ao âmbito das celebrações governamentais “é organizado para ser uma multiplicidade de atividades de ordem nacional convergentes para Goiânia. Os encontros e congressos chamariam, assim, a atenção do país para a nova capital do oeste” (Souza, 2000: 86).

As gráficas, as tipografias e a Imprensa Oficial ficaram sobrecarregadas de trabalhos que foram apresentados nos vários eventos programados, tais como: inauguração do Cine-Teatro Goiânia; instalação das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatísticas (IBGE), com conferências e grupos de trabalhos, resultando em uma publicação especial do IBGE sobre o Batismo Cultural; instalação do VIII Congresso Brasileiro de Educação, com a presença de educadores nacionais e estrangeiros; vários trabalhos foram apresentados e publicados nos Anais do Congresso; Exposição de Goiânia, “com um variado número de riquezas e possibilidades de todos os municípios goianos” (Pimenta Neto, op. cit., p. 21), havendo também em todos os “stands”, boletins explicativos sobre as atividades desenvolvidas em Goiás; Semana Ruralista “onde a professora Ofélia do Nascimento Monteiro, historiadora de Goiás que fizera curso com Alberto Torres, apresentou uma tese, cujo tema era: Escola Normal Rural, unanimemente aprovada” (Souza, 197: 43). A partir daí, “as escolas rurais, em Goiás, receberam incentivos para, entre outras atividades, montar bibliotecas em vários lugares do Estado”, completa Dona Julieta.

Como se pode perceber foi dado um grande destaque, nesse evento, aos trabalhos realizados na área do “saber geográfico como linguagem do poder (...) pela profusão de encontros, palestras e exposições de informação sobre o espaço brasileiro (...) (Souza, 2000: 95), uma vez o “sistema estatístico-geográfico-censitário” fazia parte do “controle qualitativo e quantitativo” da Nação brasileira (Pimenta Netto), 1969: 22). A unidade do Brasil seria viabilizada, portanto, pela demonstração da “pátria geográfica” (Souza, 1997).

Os escritores goianos, a partir daí, começaram a se movimentar para criar a Associação Brasileira de Escritores – Seção de Goiás – que foi fundada em 14 de abril de 1945 e sua primeira diretoria foi assim composta: Presidente – Cristiano Coutinho Cordeiro;

Vice-Presidente – Bernardo Élis; 1º. Secretário – Hélio de Araújo Lobo; 2º. Secretário – Domingos Félix; Tesoureira – Maria Paula Fleury de Godoy³⁶.

Por que criar uma associação? Gilberto Mendonça Teles (1964: 157) argumenta:

Por essa época, já os escritores goianos se sentiam mais ou menos inconformados com a situação política do Brasil e de Goiás e angustiando-se com os acontecimentos internacionais da segunda guerra mundial e cômicos de suas responsabilidades intelectuais, agora alargadas com a propaganda marxista, resolveram fundar uma entidade de classe – a Associação Brasileira de Escritores, Seção de Goiás – que passou a orientar as publicações da Bolsa Hugo de Carvalho Ramos. A associação, entre altos e baixos, representou para o meio literário goiano um ponto de intersecção das várias tendências literárias (aqui nascia um modernismo tardio) e também um incentivo para a publicação de livros e revistas.

A Bolsa Hugo de Carvalho Ramos, criada pelo decreto-lei municipal nº 475, de março de 1943, tinha como objetivo premiar, com publicação, trabalhos de escritores goianos. No período de 1944 a 1959, foram publicados 16 livros (romances, contos literários, poesia, folclore, diário de viagem) entre eles, “*Ermos e Gerais*”, (1944) de Bernardo Élis e “*Planície*” (1958), de Gilberto Mendonça Teles.

A Associação organizou o I Congresso Nacional de Intelectuais, realizado em Goiânia, em 1954. O Sr. Miro recria esse encontro: “marcou época no cenário intelectual nacional. Intelectuais brasileiros e estrangeiros com matizes ideológicos diferentes fizeram-se presentes nesse evento: Pablo Neruda, Hector Flores, Ascenso Ferreira, Estelinha Egg, Jorge Amado, Maria Della Costa, entre outros”.

Nessa mesma época, aconteceu a Exposição Nacional de Artes Plásticas, coordenada pelo Frei Nazareno Confaloni, intelectual e artista plástico que “influenciou toda uma geração de pessoas ligadas às artes plásticas”, lembra-se Dona Julieta.

Quando essas motivações culturais começaram a esmaecer, “surtiu a idéia de uma I Semana de Artes em Goiás, realizada em 1956, com o objetivo de movimentar o ambiente literário.” Escritores de vários estados estiveram presentes, destacando-se a presença de Homero Silveira que salientou “o anacronismo de linguagem em que se debatiam os nossos escritores” (G.M. Teles, op. cit., p. 200). É bom lembrar que o movimento modernista entrara

³⁶ A partir de 1962, passou a chamar-se União Brasileira dos Escritores de Goiás – U.B.E.

devagar no meio literário goiano com Bernardo Élis, José Décio Filho, José Godoy Garcia e Domingos Félix de Souza. Segundo Dona Diná:

os leitores da cidade se deliciavam com os debates que foram abertos a partir daí, entre os intelectuais goianos nos principais jornais. O “Jornal Oíó” foi o principal veículo dessa briga. Jarmund Nasser, Eli Brasiliense, Zecchi Abrahão foram os que mais apimentaram esses debates.

Gilberto Mendonça Teles (1964: 200-201) escreve que logo em seguida, outros grupos foram se aglutinando em torno das tendências modernistas que foram surgindo, como por exemplo, o grupo “Os Quinze”, criado em 1956. Foi o 1º grupo literário, segundo esse autor, “a publicar o seu manifesto em Goiás”. Representava a nova geração de escritores, que foram se distanciando da “Geração de 45, tendo como objetivo fazer revisões, inovações e estudos da cultura goiana”. Regina Lacerda, escritora e folclorista dirigiu, inicialmente, o grupo na sua fase de formação. Em seguida, Gilberto Mendonça Teles assumiu a direção. Em 1957, circulou o único número do jornal “Poesia” editado por esse grupo, que teve vida curta, dispersando-se em 1958.

O Sr. Gesco rememora esse tempo: “o Suplemento Literário da ‘Folha de Goiaz’ foi um espaço que acolheu esse movimento. Na minha cabeça, parece que todo mundo queria virar escritor. Vira e mexe tinha um escrevendo. Mas, escrever não é para qualquer um (...) Tem que ler Machado de Assis e outros”.

No imaginário simbólico do Sr. Gesco, os moradores da cidade inventada queriam ser escritores. Ele e os outros leitores entrevistados simbolizam uma cidade com uma movimentação efervescente de leitores nas instituições formais e informais de leitura. As relações, aí representadas, entre instituições e leitores, revelam um espaço matizado com os tons de “ilustração” harmoniosa. Se há conflitos eles não são desvelados. A memória individual e memória coletiva desses leitores selecionam as lembranças das práticas de leituras, encaminhando-as para um tempo em que eles se sentem produtivos, participantes da vida cultural e não “sobreviventes”, como diz Simone de Beauvoir, citada por Bosi (1995: 421). Eles se vêem como pessoas “inteiras”, “vivas” (Ibidem), por isso, sendo leitores “produtivos”, reafirmam os valores atribuídos à leitura na cidade planejada, o que poderá ser visto no capítulo III.

CAPÍTULO III

LEITORES: VALORES E REPRESENTAÇÕES

Cidade inventada, planejada e construída. Essas são as características da cidade dos leitores – Goiânia – que a integram às outras cidades como Aracaju, Belo Horizonte, no século XIX, Brasília e Palmas no século XX. Cada uma dessas capitais apresenta peculiaridades, fruto de trajetórias históricas próprias, o que remete sempre ao passado político, econômico, social e cultural de seus moradores (Botelho, 2002: 9).

Buscar os leitores significa, portanto, inseri-los nessa cidade planejada que produz valores que não só fundamentam a busca da modernidade, como a força propulsora do progresso, mas também criam as condições sociais de reprodução dessa nova ordem mundial.

Como já foi visto, uma cidade planejada e "plantada" longe da linha do litoral brasileiro, por si só, produz imagens e representações múltiplas. Nesse jogo de imagens e representações da cidade e de si mesmos, os leitores construíram e reconstruíram o passado através das suas lembranças. Ao se representarem como leitores dessa época, revelaram não só filiações às instituições de leitura que fizeram parte de suas vidas, como se pôde perceber, mas também aos valores atribuídos à leitura nessas instituições.

"Eu estudei no Liceu, o melhor colégio da cidade. Basicamente li todos os livros da biblioteca. Desde os clássicos, enciclopédias, até alguns modernos. Na biblioteca do Liceu e na Biblioteca Pública, eu passei um bom tempo da minha vida" (Sr. José).

"Eu fui aluna do Colégio Santa Clara, antes da mudança da capital. Gostava de ler. Eu era também a 'discurseira' da turma. Gostava de ler os discursos dos políticos. O Santa Clara era como o Colégio Sion, o Santa Marcelina e o Sacré Coeur" (D. Maria).

Bosi (1994: 54), na esteira de Halbwachs, que estuda os quadros sociais da memória, escreve que: "A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão: enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo." A memória dos leitores, portanto, trilhou os caminhos das relações interpessoais presentes nas instituições de leitura. Narrativas intensas sobre a cidade foram construídas e, nesse jogo das lembranças, os textos foram emergindo, esculpindo os leitores com suas práticas de leitura.

Para Derrida (1991: 7) "um texto só é um texto se ele oculta, ao primeiro olhar, ao primeiro contato, a lei de sua composição e a regra de seu jogo". Portanto, lidar com a regra do jogo é reconhecer que os sentidos das práticas de leitura mudam, construindo valores e representações historicamente datadas.

Nesse contexto histórico de Goiânia, no período de 1933 a 1959, algumas questões devem ser retomadas para a compreensão das práticas de leituras aí constituídas. Que representações os leitores tinham da leitura? Quais os valores atribuídos pelos leitores à leitura tendo em vista uma cidade simbolizada como moderna e civilizada?

A captura do imaginário individual e social dos leitores dessa época pressupõe, retomando as palavras Chartier (1990: 17-18), "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler." Para isso, os leitores começaram, no dizer de Bosi (1994: 480), a "trabalharem" a memória, recriando os espaços das representações e dos valores e, por que não dizer, os hábitos e as condutas que engendraram o imaginário social da época. Esses espaços das representações e dos valores foram lugares que acolheram os leitores com suas várias leituras:

Leitura, ilustração herdada da família:

Eu aprendi a ler vendo meu pai ensinar o meu irmão mais velho a ler. Ele viu meu interesse e me ensinou também. O ambiente da minha casa era de muita leitura (...) Tínhamos muitos livros em casa. Minha mãe escrevia em algumas revistas (...) Escrevia artigos para os jornais locais, principalmente, no jornal "O Popular". Meu pai gostava de escrever sobre a genealogia, assim ficávamos conhecendo a nossa família. Herdamos muitos livros do meu avô que morava na Cidade de Goiás. Ele tinha uma biblioteca linda e rica; muitos livros em francês porque já tinha ido a Paris com sua família. Aprendi a ler francês por causa disso; queira ler aqueles livros, cujas palavras eu fazia de conta que entendia. Era o meu mundo. Viemos para Goiânia em 1936 e os livros vieram juntos; livros lindos, capa vermelha, com friso dourado brilhante. Ficava encantada com a capa e a beleza e lógico com o conteúdo também. Minha mãe não deixava os livros ficarem sujos. Tínhamos que ter cuidado com eles. Esse ambiente favoreceu não só a mim, mas também aos meus irmãos e amigos que estudavam comigo. Sempre deixei de comprar roupas para comprar livros. Monteiro Lobato, Coleção "Terramarear", livros de Olavo Bilac, Machado de Assis, José de Alencar, "Tesouro da Juventude"; tínhamos esses e outros também. Meu pai recebia revistas de fora, "O Globo", do Rio de Janeiro, "La Prensa", revista Argentina e também "Fon-Fon" e "Noel", brasileiras. (Dona Lalá-n: 1925, professora e funcionária pública)

Vim da Cidade de Goiás com minha família em 1935. Basicamente, logo depois do Sr. Interventor Pedro Ludovico e sua família. A cidade nascia planejada e precisava de moradores. Os funcionários públicos foram os primeiros a serem transferidos para cá (...) Fiz parte do grupo de meninas cujos pais encontraram no Colégio Santa Clara condições de continuação dos

estudos das filhas (...). Vivi num ambiente intelectualizado. Meus pais eram grandes leitores e escreviam em jornais e minha mãe escreveu alguns livros de poesia. Líamos sempre depois do jantar, no escritório do meu pai, lá ficavam os livros. Aqui ainda não existia televisão. Às vezes, minha mãe lia para nós, outras vezes, cada um lia o seu livro. Herdei de meu pai, o gosto de declamar. Ele fiscalizava não só os poemas mas também a entonação, a pronúncia e o desembaraço. Tínhamos vários tipos de livros, dos clássicos aos românticos e também alguns modernos, como Graciliano Ramos. O livro sempre fez parte da minha vida. Não era um dever, era um prazer que fazia parte da minha vida. (Dona Rilda-n: 1926, funcionária pública)

Morávamos no interior. Minha família era grande: 5 mulheres e 4 homens. Meus pais tiveram pouco estudo, mas sabiam ler e escrever. Naquela época, era muito difícil estudar, principalmente, mulheres. Minha mãe queria que todos nós tivéssemos estudos, por isso viemos para Goiânia, cidade nova que poderia oferecer um futuro melhor para nós. Eles diziam que pessoa sem estudo é nada na vida. Mudamos para Goiânia, em busca dos estudos. Assistimos Goiânia ser construída. Fomos morar em Campinas e lá eu e minhas irmãs fomos estudar no Colégio Santa Clara que já existia desde 1922; as irmãs eram alemãs, não gostavam da França. Mas tinham que ensinar francês, porque fazia parte do currículo que elas tinham que seguir. Pegávamos livros na biblioteca do colégio e também em bibliotecas particulares dos amigos dos meus pais. Lá em casa, minha mãe punha todos nós para ler. Tínhamos uma estante para guardar os livros. Mesmo atarefada, ela cobrava a leitura, pedindo-nos que falássemos sobre os livros; líamos também a Bíblia após o jantar, desde quando morávamos no interior. A partir dessa época, minha vida foi entre os livros na família, como professora e mesmo depois de casada. Eu cheirava a livros, como diziam meus irmãos. (Dona Maria - n: 1921, professora)

Sartre, em um relato de suas recordações de infância em família, diz que começou a vida no meio de livros e que também desejava terminá-la assim: "no meio dos livros" (Fraisse et al., 1997: 17). Aqui no Brasil, José Mindlin (1997: 15) reitera Sartre, falando da sua relação com a leitura: "O amor ao livro e ao hábito da leitura vêm de muito longe e constituem um dos interesses centrais da minha vida". Guardadas as devidas diferenças culturais e geográficas, Dona Lalá, Dona Rilda e Dona Maria incorporam o discurso de Sartre e Mindlin. Eram leitoras e viviam no meio de livros em família. As duas primeiras, de famílias ricas, pertencentes à elite intelectual da antiga capital e, a última de família modesta, mas que se constitui leitora com a elite intelectual da cidade em construção.

A primeira relação dessas leitoras com o livro foi num ambiente familiar. Dona Lalá e Dona Rilda viviam entre pais leitores e escritores. "Vivi num ambiente intelectualizado", diz Dona Rilda. "O ambiente da minha casa era de muita leitura", diz Dona

Lalá. “A leitura sempre fez parte da minha vida, na família (...)”, afirma Dona Maria, enfatizando o desejo da mãe que “encomendava livros”, mesmo não possuindo muitos recursos financeiros. Dona Maria comenta ainda que o livro era prioridade também, dentre as outras prioridades da família.

A iniciação da leitura em família, no discurso de Dona Lalá é refigurado nos discursos de Dona Rilda e de Dona Maria. Esses discursos funcionam como uma rede imaginária em que são tecidos os valores que uma família burguesa deveria transmitir aos filhos para a consolidação da sociedade desejada – ilustração através da cultura letrada. Hébrard (In: Chartier, 1996: 36-37) enfatiza que para “a sociologia das práticas culturais, a leitura é uma arte de fazer que se herda mais do que se aprende”. Ela tem o valor “de enraizamento nos grupos sociais que praticam as formas dominantes de cultura”. É simbolizada mais como um processo de certificação cultural do que um motor de mobilidade social dentro desses mesmos grupos.

Lajolo e Zilberman (1999: 15) postulam que a valorização da família foi muito importante para a expansão “do projeto burguês”; nele, a leitura constitui-se como uma das práticas representativas dos valores disseminados:

Enquanto instituição a família é imprescindível ao projeto burguês, por constituir simultaneamente unidade e fragmento. Unidade porque apresenta laços internos sólidos, sustentados pela ideologia familista, que mitifica a maternidade, destaca o amor filial, invoca deveres entre pais e filhos e sublima o afeto entre seus membros; fragmentos, por resultar da desagregação dos grandes grupos a que outrora se integrou.

É, portanto no seio desse modelo moderno de família que a leitura encontra um campo aberto para as várias práticas. Compartilhadas ou individuais, como nas famílias de Dona Rilda, Dona Maria e Dona Lalá, invadem os leitores jogando com as suas representações imaginárias.

Assim, a leitura herdada engendra novos padrões de comportamento, novas práticas culturais. O berço familiar impõe-se. Para essas leitoras-herdeiras não há ritos de passagem para a escola. Essa lhes interessa na medida que certifica um futuro profissional como um dos valores da modernidade.

É importante lembrar que Dona Lalá e Dona Rilda que vieram da Cidade de Goiás, a cidade decadente, e Dona Maria do interior do sertão goiano, representam a "tradição" da velha capital confrontada com a "modernidade" da cidade planejada. Essa situação, no entanto, não lhes é desconfortável porque suas narrativas não sugerem reações antimudancistas. Pelo contrário, Dona Lalá, continuando a sua fala, confirma a nova capital: "no início foi muito difícil, ruas sem asfalto, luz deficitária. Mas as construções demonstravam que Goiânia seria uma cidade moderna igual às outras. Era isso que precisávamos." E é seguida por Dona Rilda: "O senhor Interventor foi muito feliz na escolha de seus assessores. Goiânia era uma cidade, em embrião, mas fortalecida pelo grupo primeiro que aqui, mesmo enfrentando toda a série de desconforto, amou e ajudou a construir essa abençoada cidade do progresso". E por Dona Maria: "Minha mãe queria que todos nós tivéssemos estudos por isso viemos para Goiânia, cidade que podia oferecer um futuro. Mudamos para Goiânia em busca de estudos (...) A partir dessa época, minha vida foi entre livros (...) eu cheirava a livros".

Parece-me que a vontade de ruptura com o passado é matizada na medida que a cidade vai se erguendo entre casas e prédios. Uma cidade não nasce do nada, portanto, é necessário preservar "o significado da memória histórica para a certificação da identidade da coletividade goiana" (Souza, 2002: 80). Essas leitoras têm um passado mas indiciam que querem alcançar um futuro de progresso, daí porque se rendem à nova cidade. Segundo Halbwachs (1990: 49), "para que a memória pessoal alcance a realidade histórica, será preciso que saia de si mesma, que se coloque do ponto de vista do grupo, que possa ver como tal fato marca uma data, porque penetrou num círculo dos interesses e das paixões nacionais."

Com efeito, os interesses convergem: as leitoras reproduzem na nova capital o imaginário do progresso como consequência natural da urbanização e da modernização. Durand (1989: 56) conceitua imaginário com um rol de imagens simbólicas, que sugerem idéias ou objetos aos integrantes de um grupo ou de uma comunidade. Essas sugestões não afloram "no nível da consciência clara, mas (...) no inconsciente que é o órgão de estruturação simbólica". Por isso, é importante perscrutar as idéias e os objetos lembrados nos momentos de emoções e lapsos que eles provocam.

Dona Lalá emociona-se ao lembrar-se dos "livros lindos de capa vermelha, com friso dourado brilhante. Ficava encantada com a capa e a beleza e lógico com o conteúdo também". O livro, sacralizado, e cuidadosamente limpo pela mãe, é um "tesouro" no

"Tesouro da Juventude" que ela tanto gostava de ler. O livro a atraía, não só pela leitura. Vai além. É ouro que brilha. É vermelho que inflama a sua curiosidade na infância e vida afora. "Sempre deixei de comprar roupas para comprar livros". Dona Lalá sugere uma paixão incontrolável pela posse do livro. Essa paixão de Dona Lalá encontra-se com o prazer que o livro causa em Dona Rilda e com cheiro de livros que Dona Maria exala. José Mindlin (op. cit., p.22) escreve que o livro lhe causa também um grande prazer sensitivo: "Além do conteúdo, edição, encadernação, diagramação, tipografia, ilustração ou papel, o livro exerce sobre mim uma atração física (...) Minha tese é que a gente deve poder tocar naquilo que gosta, sentir objetos e pessoas..."

Chartier (1994: 8) considera que o livro instaura uma ordem, que não consegue "anular a liberdade dos leitores" de capturar significados múltiplos. E que existe também um outro sentido na ordem do livro: a dos dispositivos tipográficos, a das formas materiais. "Manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis."

Fraisse (op. cit., p. 138), nessa mesma linha de pensamento, cita Valéry para quem a apreensão do livro dá-se de duas maneiras: pela leitura, pela "recepção da materialidade do livro e da página". Valéry compara os dispositivos tipográficos do livro a uma obra de arquitetura que produz significados e seduz o leitor. Assim como Valéry, Dona Lalá chama a atenção para a importância que ela dá, "lógico aos conteúdos também". Nesse momento, há uma pausa e ela ergue a voz como se quisesse me dizer: "eu leio o livro, não olho só a capa. Eu sei o que ele diz". E mesmo que ela não soubesse, quem sabe voltaria a ser criança para "ler aqueles livros cujas palavras [ela] fazia de conta que entendia". Sartre (1988: 57), na sua infância, também encenava as suas tentativas de leitura: "meu olhar trabalhava as palavras: era preciso experimentá-las, decidir sobre o seu sentido; a comédia da cultura já há tempos me cultivava".

Sensações, cores e cheiros, apropriados na materialidade do texto, são lembranças recriadas por essas leitoras. Lembranças evocadas pela memória individual e coletiva. Para Pollak (1989: 3), tanto a memória individual como a memória coletiva constituem-se de acontecimentos vividos, de pessoas e de lugares. Ou também podem relacionar-se a fenômenos de transferência, de sensações ou de projeções. Para ele, a memória é seletiva, é uma construção individual e social.

Bibliotecas, estantes, escritórios são o santuário da leitura e do livro representados no interior de uma casa burguesa. A casa representada irrompe em quartos e salas e uma sala é destinada à leitura: "Ele [meu avô] tinha uma biblioteca linda e rica", comenta Dona Lalá, seguida de Dona Rilda: "líamos no escritório, depois do jantar; lá ficavam os livros". Na casa de Dona Maria não havia escritório, mas um outro móvel representativo desse espaço: "uma estante para guardar os livros". As peças do mobiliário, como lugares da memória reconstruída, que encenam "a comédia da cultura que há tempos cultivava" Sartre, cultivam também essas leitoras-herdeiras.

O francês, como a língua da cultura civilizada está presente nas lembranças de Dona Lalá, Dona Rilda e Dona Maria. Para as duas primeiras, era herdado da família: em casa liam em francês; para a última, herdada da escola de origem alemã, onde o francês impunha-se na educação das alunas.

A influência da cultura francesa se faz sentir na vida brasileira, como já se viu no início desse trabalho, desde o século XIX e se estende até a primeira metade do século XX. A elite da Cidade de Goiás, mesmo isolada geograficamente, mantinha contatos com as "cidades civilizadas", Paris, Roma, Londres, através de estudos ou de viagens de férias. Esse comportamento foi transplantado para a nova capital, agora mais próxima da civilização pelos meios de transporte e de comunicação modernos.

Com efeito, todos esses dispositivos da vida moderna geram sociabilidades e sensibilidades que dão nova feição à goianidade, enquanto identidade cultural. Nesse sentido, os leitores goianienses continuam à procura de novos espaços na sustentação dos valores que a "urbs" exige. Por isso, buscam:

A leitura, ilustração herdada da escola

Fiz parte do primeiro grupo de meninas cujos pais encontraram no Colégio Santa Clara, condições de continuação dos estudos das filhas. O ensino era de bom nível e a disciplina austera. Depois, passei para o Colégio Normal Oficial, porque meus pais acharam que eu devia ser professora. O curso era pesado e inserido nele, gramática, literatura, declamação, música, trabalhos manuais, francês e educação física. Contamos com eficientes mestras. Todas concursadas e de excelente nível (...) O livro principal era o livro didático. Havia o grêmio literário que desenvolvia um programa lítero-musical: leitura, canto, declamação de poesias. Criamos um jornalzinho, "Mocidade", em que

eram publicados trabalhos das alunas, pequenas notícias sobre a escola e a nova cidade. Havia uma biblioteca, mas pouco a freqüentei, porque tínhamos muitos livros na nossa biblioteca. Bilac, Monteiro Lobato, clássicos da literatura universal, leituras selecionadas pelos meus pais. Eram quase as mesmas da escola. (Dona Rilda-n: 1924, funcionária pública)

Vimos para Goiânia, cidade nova que poderia oferecer um futuro melhor para nós (...) Estudei no Santa Clara, era um colégio como o Santa Marcelina (...). As irmãs eram franciscanas alemãs muito rígidas. Quase todas as moças de Goiânia passaram pelo Santa Clara. Era uma referência cultural na região Centro-Oeste, data de 1922. Aprendia-se música, piano, bordados, fazer flores, falar e escrever em francês. Elas eram alemãs, mas mesmo assim ensinavam francês porque era a língua da elite cultural, nacional e internacional. Naquela época, fizemos um trabalho muito interessante com a professora Amália Hermano sobre botânica e também ficamos conhecendo os clubes, agrícolas que ela coordenava sobre a orientação de Alberto Torres. Participei muito da vida da escola: fazia teatro, declamava poesia, fazia discursos. Sempre gostei de ler e escrever. Apesar do ensino pautado na gramática, lá eu encontrei a leitura começada na família e na biblioteca dos amigos dos meus pais (...) O Colégio possuía uma biblioteca com vários tipos de livros, Machado de Assis, José de Alencar, poesias de Olavo Bilac e muitos livros de Monteiro Lobato, previamente selecionados pelas freiras. Nossas famílias podiam retirar livros lá também. A literatura era usada não pelo prazer de ler, mas para os exercícios das disciplinas. Mas, mesmo assim, eu lia o livro todo, não só a parte indicada. Penso que no Santa Clara tive uma formação sólida porque me tornei uma professora alfabetizadora e até fundei uma escola, o que foi muito importante para minha vida profissional. (Dona Maria-n:1921, professora)

Fui diretora do Grupo Escolar Modelo de Goiânia. Todas professoras eram normalistas, concursadas (...) algumas tinham curso superior, porque com a mudança da lei exigia-se professora com formação em Psicologia Escolar e Didática. Tanto no curso normal ou primário. Aqui estudavam crianças ricas e pobres de Goiânia (...) Criamos uma biblioteca (...) através de doações de livros e festas (...) Só livros bons e selecionados; sempre fui atrás de verbas para minha escola e quando não as conseguia, promovia atividades culturais junto com as professoras e alunos. A escola tem que impulsionar a criança para a vida (...) o ensino no Grupo Escolar era rigoroso, todos tinham o livro didático. Falar, ler e escrever bem era a nossa meta. Lá estudaram muitas crianças que depois exerceram cargos importantes em Goiás e no Brasil. (Dona Julieta-n: 1909, diretora e professora)

Fiz o ginásio na Itália. Vim para o Brasil, entrei no Seminário para estudar. Eu fui para o Seminário, não por vocação, mas era o único jeito de um menino pobre estudar. Não tinha condições de pagar nem os livros didáticos. Naquele tempo, muitos jovens faziam isso para ser alguém na vida (...) Saí com o registro de professor. Lecionei no Colégio Santa Clara, no Ateneu Dom Bosco e no Liceu de Goiânia. Todas eram excelentes escolas. O Liceu de Goiânia era equiparado ao Colégio Pedro II. Nessas escolas, estudaram muitos jovens que depois conseguiram vagas em Universidades brasileiras

bem famosas, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo (...) A biblioteca do Liceu merece ser destacada. Só livros bons. Havia até livros clássicos de edição francesa (...) Machado de Assis era o paradigma para as aulas de Português, para o estudo, infelizmente, só de gramática. (Sr. Gildo - n: 1917, professor)

Meu 1º contato com o livro foi no Grupo Escolar (...) As professoras inculcavam na gente aquela idéia de leitura. Aquilo do livro didático. Um dia chegou lá um homem alto que falou bonito, para as minhas idéias daquele tempo (...) Perguntou-me o que eu queria ser quando crescesse e eu lhe disse que queria ser escritor (...) Esse homem era Malba Tahan (...) que encantou minha geração (...) O ambiente cultural do Liceu era intenso, coisa que eu não vejo hoje nem em Universidades. Lá existia o jornalzinho, "O Liceu", que circulava periodicamente. O Liceu fornecia uma visão ampliada do mundo aos alunos. Eu lia livros do meu irmão mais velho em casa, mas também li muito na biblioteca do Liceu (...) Minha família era muito simples: meus pais não tinham estudo nenhum. No Liceu, me enturmei com uma moçada rica que gostava de literatura e me dava oportunidade de participar da vida social, literária e cultural. Escrevendo no jornalzinho, passei a ser conhecido. Continuei meus estudos até me formar. Meus amigos hoje são políticos, juizes, profissionais liberais (...) Essas amizades vêm do Liceu (...) Fui para o Rio de Janeiro, onde alarguei os meus horizontes culturais (...): assisti a óperas no Teatro Municipal (...). Vivendo com dificuldade, até passei fome (...) mas muitos livros para ler. (Sr. José - n: 1934, professor e escritor)

A escola entra em cena como um lugar de ilustração que levaria à captura de outros valores necessários à consolidação da nova ordem imposta pela modernidade.

Para Dona Rilda e Dona Maria não há ritos de passagem da leitura familiar para a leitura escolar. Uma completa a outra. "Havia uma biblioteca, mas pouco a frequentei porque tínhamos muitos livros na nossa biblioteca, leituras selecionadas pelos meus pais. Eram quase as mesmas da escola", diz Dona Rilda; e Dona Maria integra-se também perfeitamente à escola alemã: "lá, eu encontrei a leitura começada na minha casa e nas bibliotecas dos amigos dos meus pais". A ruptura escola-família não faz parte das práticas de leitura dessas leitoras. Família e escola reproduzem os mesmos valores burgueses da leitura e dos estudos para a vida futura na cidade planejada.

Com efeito, Dona Rilda e Dona Maria buscam a escolaridade como um valor da cidade moderna. A ilustração deveria ser acompanhada de uma qualificação, mesmo elas sendo mulheres. A família é incentivadora dessas leitoras. Escola primária, secundária e magistério garantiriam a manutenção do *status* social dessas mulheres.

Se os lugares na sociedade são marcados pelas desigualdades sociais, econômicas e culturais, as pessoas vão pertencer também a esses lugares de modos diferenciados. Nesse sentido, as práticas de leitura aparecem na vida do Sr. Gildo e do Sr. José não como um prolongamento da família. Pelo contrário, é na escola que buscam, pela leitura, melhoria para suas vidas. O valor moderno de escolaridade estava arraigado nas suas famílias e neles mesmos. A leitura, pela escolaridade, representa a ascensão social e profissional.

O Sr. José apropria-se desse valor: a legitimação e certificação da leitura na escola é que tornariam possível seu sonho de menino pobre de ter uma profissão, "fazer carreira". Ele lê em casa e na Biblioteca Pública, mas quem certificaria essas leituras, senão a escola? Assim, o Sr. José, através das suas práticas de leitura, busca imagens que representam, no presente, os fatos do passado. Recria o encontro com Malba Tahan com muita emoção. Encontro que marcaria toda sua vida. Era seu escritor preferido e de seus amigos também. A figuração do autor, do mito das histórias sobre o Oriente, aprofunda no menino pobre a sedução pela leitura e pelo ato de escrever: ser escritor. Mitos operam em nível simbólico e representam uma das formas possíveis de um grupo ou pessoas expressarem emoções, medos, sonhos, resolverem conflitos, recriarem valores e significados. Existem mitos positivos cujos atributos são valorizados pelas pessoas ou pelos grupos. Outros são negativos, às vezes, usados como modelos para reafirmar valores morais, sadios, em contraposição àqueles negativos que esses mitos representam.

Malba Tahan é a figuração positiva do mito-escritor para o Sr. José que gosta de ler e escrever. É "dom" natural? Não sabe. Sabe que precisa ir para a escola para ler e ser escritor. Mas, a leitura lhe proporcionará também um outro caminho: o do trabalho de professor, essencial para sua sobrevivência.

A prática de leitura na escola possibilita ao Sr. José e ao Sr. Gildo a inserção social e profissional na cidade planejada e para isso, usam estratégias e táticas. Certeau (1994: 99-100) define estratégia como "lugar suscetível de ser inscrito como algo próprio e ser a base de onde podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e de ameaças". As estratégias possuem um tipo de saber que sustenta um tipo de poder "para conquistar um lugar próprio". Assim, a estratégia é formulada "pelo postulado do poder (...). A tática não tem por lugar senão o outro (...). a tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo (...). Dentro do campo controlado por ele. "É astúcia" (Ibidem, p. 101).

Nesse contexto, o Sr. Gildo arma uma estratégia: procura um lugar, nesse caso, o Seminário, para a confirmação dos valores que a escolaridade lhe traria. Para isso, usa táticas consideradas comuns em famílias pobres na época: representar-se como futuro sacerdote até o momento em que diz que “não tem vocação” e sai. Vai ser, então, professor nas escolas goianienses, apropriando-se cada vez mais das leituras, essenciais para sua sobrevivência. Lê por dever, lê por prazer.

Miceli (1979: 27), a esse respeito, explica que os intelectuais, considerados “primos pobres” da fração política e intelectual da classe dirigente, só conseguiam estudar devido “aos favores e ao amparo” que os parentes ricos lhes dispensavam, ou pelo ingresso no Seminário. Nessas condições, a carreira eclesiástica aparece aos olhos desses intelectuais não apenas como “escapar ao rebaixamento social, ou então, protelar a relegação de classe, mas também lhes proporciona oportunidade de acumular um tipo de capital cultural (...) (filosofia, filologia, etc.) particularmente difícil de aplicar em domínios leigos da produção cultural”. Além disso, Miceli enfatiza que a “iniciação literária e erudita” recebida no Seminário, latim e outras línguas clássicas, foram de fundamental importância para o futuro profissional desses intelectuais.

O Sr. Gildo segue esse mesmo percurso, se não é escritor, é pelo magistério que faz sua adesão à elite intelectual goianiense, tornando-se professor.

Já o Sr. José encena um campo estratégico que tem como lugar o Liceu onde “astutamente” joga com as táticas da convivência “com uma moçada rica” e com a escrita de artigos no jornalzinho para lhe dar notoriedade. Essa última estratégia, a certificação da leitura, é que torna possível a manutenção da outra. Ambos, o Sr. Gildo e o Sr. José, através das representações das suas práticas de leituras, munem-se de valores do imaginário burguês configurados na cidade moderna: a inserção social através da carreira profissional.

A escola, nesse contexto, simboliza a instituição que romperá com o tradicionalismo e impulsionará o progresso da cidade moderna. Em nível mundial e nacional, a escola representa um dos símbolos da modernidade desejada. Ortiz (1991: 39-40), analisando a França no final do século XIX, mostra o papel fundamental da escola como instituição de integração nacional: “Ao tornar obrigatório o ensino primário e difundir o sistema educacional em todo o país, o braço do Estado consegue chegar ao mais longínquo rincão”.

Aqui no Brasil e, especificamente, no sertão goiano, "ela traz a *civilização* às partes distantes do centro, iluminando o lado *obsuro*" (Ibidem) da tradição, permitindo que a cultura tradicional ceda lugar à cultura moderna, nos moldes europeus.

Com efeito, a construção de escolas é priorizada pelo governo de Goiás, atendendo às aspirações tanto dos "herdeiros da fortuna" como dos "herdeiros da sorte". Os símbolos burgueses – escola, família e nação – constituem-se lugares de ausência de conflitos e entrelaçam-se produzindo práticas de leitura, cujas representações dão à cidade o estatuto de contemporânea das cidades civilizadas. Fato assegurado, como já foi visto, tanto no período de Vargas, época do nacionalismo tutelado, como na era JK, do nacional-desenvolvimentismo. JK proclama que a escola é o motor "da marcha da industrialização e da tecnologia (...), a escola é o instrumento social mais capaz de realizar essa tarefa" (MEC/INEP. *A educação nos discursos presidenciais*.1987, p.29).

Os leitores entrevistados, portanto, buscam a escolaridade como um valor de positividade: leitura, competência e sucesso andam juntos. "Todos lêem", sugerem eles. Os professores são representados como leitores e incentivadores de leitura, mesmo quando usam a leitura como pretexto para o ensino da gramática. As dificuldades normais de uma escola – disciplina, relação professor-aluno, desenvolvimento do conteúdo, avaliação – são silenciadas. A força dos valores propagados não autoriza a ruptura desse silêncio. Para Sevcenko (2002: 9), "as pessoas não conseguem driblar os ardis da memória e promover o retorno do reprimido (...) as práticas culturais, em termo de memória, é um processo de seleção. É excluído o que é mais perturbador da nova ordem".

É por isso que Dona Maria ressignifica a sua escola: "O Santa Clara era como o Santa Marcelina". Na fala do Sr. José, "o ambiente cultural do Liceu era intenso, coisa que eu não vejo, hoje, nem em Universidades".

Às vezes, "a memória traída", no dizer de Sevcenko (Ibidem), nos seus intervalos, "expulsa" lembranças que são "naturalizadas" como fatos "normais" da ordem vigente. Por isso, as representações de leitura herdadas do ambiente familiar e escolar constroem outras representações que passam a integrar as relações de interdependência de leitores e leituras na cidade configurada. Assim surge:

A leitura de vida dupla

Os alunos tinham o livro de estudo, o livro didático (...) É claro que como ganhávamos alguns livros, revistas e gibis, através de doações, às vezes, selecionávamos, por exemplo, *as leituras mais pesadas* para não caírem nas mãos dos alunos. Essas leituras ficavam num armário trancado. As professoras liam primeiro para depois selecioná-las; alguns maridos, segundo as professoras, não gostavam que elas lessem esses livros: podiam *inculcar idéias indignas* nas professoras. Eu lia tudo quando tinha tempo. (Dona Julieta-n: 1909, professora e diretora do Grupo Escolar Modelo)

No Liceu, o ensino era baseado na leitura do livro didático. Mas eu sempre saía também à procura de outras leituras mais prazerosas. Coisas de homem. As moças liam romances, água com açúcar, almanaques, "Coleção Biblioteca das Moças", M. Delly. (...) *Leitura proibida* para mulheres havia muitas, "A Carne", de Júlio Ribeiro. Muitas liam *livros indecentes*. Jorge Amado era proibido porque era considerado comunista. (Sr. José-n: 1934, professor e escritor)

Os moços não falavam de leituras proibidas com as moças. Elas liam romances açucarados, M. Delly e Madame Sévigné. As madames liam Cronin, Madame Dupré. Havia romances proibidos, "A Carne", de Júlio Ribeiro, livros de Zola. As moças liam os livros proibidos, às escondidas. Na escola, só livros selecionados. Nada de livros comunistas. A gramática era o principal. (Sr Gildo-n: 1917, professor)

No Santa Clara (...) havia livros de todos os tipos. *Livros previamente aprovados pelas irmãs*. Líamos o que elas achavam que devíamos ler. Obras de José de Alencar, Machado de Assis, Victor Hugo, Camões, Shakespeare, Guerra Junqueiro, Castro Alves, Monteiro Lobato. Em casa, li todos os livros de M. Delly. A gente achava o mundo maravilhoso; as moças eram todas lindas (...) eram o modelo para o que queríamos ser na época. Líamos livros em francês (...) era a língua da elite cultural, nacional e internacional. Não tínhamos aula de puericultura. Isso era proibido. *Não se lia sobre sexo e outros assuntos proibidos nas escolas*. Outras alunas liam fora. Eu não lia porque tinha medo, era muito católica e minha mãe dizia que era pecado. Era muito severa. Depois comecei a ler tudo. Casei-me e lia tudo que via pela frente. A leitura tem muitas faces. Como professora, selecionava as leituras dos alunos da minha escola; as famílias exigiam que só lessem *bons livros*. (Dona Maria-n: 1921, professora)

Na escola, lembro-me de um livro, "Cantos Pátrios", de vários autores, Monteiro Lobato, Bilac e Rui Barbosa e, mais tarde, Graciliano Ramos, Mário de Andrade, de onde os professores tiravam as questões para as provas. Esse livro era uma espécie de antologia. Toda leitura era feita nele, principalmente para estudar gramática. Os almanaques, "Capivarol", "Biotônico Fontoura", eram os livros de sabedoria popular. Muita gente metida a intelectual lia e falava que não lia porque pegava mal. Ele ensinava tudo. Plantar, as fases da lua, receitas de remédios e de culinária, cortes de

cabelo, moda, conselhos para marido, mulher, namorados. Era uma pequena biblioteca, ou melhor, uma enciclopédia popular. Os livros permitidos e apreciados pelas moças eram de M. Delly, coleção água-com-açúcar, poesias românticas e outros romances. *As moças liam livros proibidos, às escondidas; os livros ficavam debaixo do colchão. Liam com vela para as mães não perceberem* (...) Havia na escola, o livro "Autores Contemporâneos", era uma antologia que tinha toda a matéria para o aluno estudar. Os professores tiravam dele as questões para as provas. Era uma chatura (...) Tem um livro sobre Goiás e Goiânia de Ofélia N. Monteiro, "Goiás Coração do Brasil". Ela o escreveu logo após a mudança da capital. Todas as escolas primárias o adotavam. Era o único que falava da mudança da capital, elogiando-a em todos os pontos (...) Coleção de "Tesouros", as famílias mais ricas compravam para seus filhos "Tesouro dos Meninos", das "Meninas", da "Juventude", *A moça que lia livros proibidos era mal vista até pelas colegas e principalmente pelos homens. Acho que todos liam e fingiam que não liam.* (Sr. Miro-n: 1921, professor e escritor)

Na biblioteca do *meu marido* não havia gibis, mas livros instrutivos para minhas filhas; *livros bons* como a coleção da Senhora Leandro Dupré, Condessa de Ségur, Monteiro Lobato, "Tesouro da Juventude". Até a Bíblia eu comprei para que elas ficassem a par dos assuntos morais e religiosos. *Romances leves*, livros bons. José de Alencar, Machado de Assis. Sempre fui uma leitora incansável. Comecei a escrever meus livros depois de velha. Meu marido dizia que mulher não devia se *salientar* em ficar escrevendo ou lendo tudo que lhe caía na mão. Coisas de homem. (...) Muitas mulheres usavam pseudônimo para publicarem seus artigos nos jornais ou revistas, principalmente, se o assunto era polêmico. As donas de casa sem muito tempo, liam os jornais e romances (...) Sinto-me orgulhosa de ter feito parte desse grupo de pioneiras que construíram essa cidade progressista que é Goiânia. (Dona Mena-n: 1915, funcionária pública)

"Eu li muito e leio ainda. Arranjar livros para mim era fácil, porque eu tinha muitos conhecidos e meu pai viajava demais. Aí ele comprava livros fora e levava para nós. Pegava emprestado dos conhecidos e amigos. Eu lia livros de oração, de histórias, almanaques. Lia também para minhas vizinhas (...) eu lia muito almanaque, tenho saudade desse tempo, dessa roda de conversas. (...) As professoras [dos filhos] só ensinavam leituras boas, de bons modos, gramática, matemática e ciências". (Dona Sebastiana-n: 1917, empregada doméstica e benzedeira)

As mulheres usavam pseudônimo, talvez para se esconderem. Sempre li e comprei livros para amigos e parentes. Eu lia "Tico-Tico", "Eu Sei Tudo", quando criança e, depois, "O Malho", "Fon-Fon". Meus irmãos liam a coleção "Terramarear", livros de aventuras (...) Havia uma revista "Pan", acho que era meio comunista na época, porque meu pai falava que não convinha ler não: trazia assuntos perigosos, chocantes. A leitura influenciava a convivência social na medida em que discutíamos com os rapazes os últimos livros chegados à cidade (...) Eu conversava sobre assuntos literários. *Assuntos como sexo, mulheres descasadas não podiam ser discutidos com rapazes. Falávamos sobre os artistas de Hollywood, viagens, trabalho* (...)

Apesar de estarmos longe do eixo Rio-São Paulo, tínhamos pessoas que liam. Goiânia influenciou muito culturalmente Brasília, preparou o campo para essa cidade. (Dona Lalá-n: 1925, professora e funcionária pública).

Minha professora me despertou para o mundo maravilhoso da leitura. Rigorosa no ensino da gramática e matemática. Eu lecionei a vida toda. Na minha escola, criamos uma biblioteca para os alunos e seus familiares. Tínhamos só *livros bons, clássicos e de autores renomados* (...) Pessoas comuns que eu conheço liam "best sellers" que não considero literatura. Para mim não é boa leitura. É leitura imoral. Goiânia forneceu pessoas qualificadas para Brasília, pessoas letradas. Houve participação cultural de Goiânia na construção de Brasília, não só dando terras, mas também levando a cultura letrada. (Sr. Bráulio-n: 1928, professor e escritor)

Permissões e censuras: essas são "as faces da leitura", segundo Dona Maria. Nessa cidade planejada e construída no sertão, os leitores também convivem com a leitura de vida dupla: livros perturbadores vão à captura dos leitores de livros autorizados.

Momentos de rupturas. O ritual da passagem do livro permitido ao livro proibido, atinge tanto os "herdeiros da fortuna", como os "herdeiros da sorte". A família e a escola não participam desse ritual; funcionam apenas como espaços, entre outros, da leitura da clandestinidade que se apresenta sob vários rótulos: leitura pornográfica, leitura imoral, leitura comunista, leitura proibida, leitura indecente e outras leituras mais...

Havia leitura proibida? Os leitores perturbam-se com essa questão. As suas representações de leitura enveredam, nesse momento, não para as leituras proibidas, mas para as leituras permitidas, valorizadas pelos professores e pelos pais. "Minha professora me despertou para o mundo maravilhoso da leitura. Rigorosa no ensino da gramática e matemática", comenta o Sr. Bráulio; e sua fala é seguida pela fala do Sr. José: "No Liceu, o ensino era baseado na leitura do livro didático"; e Dona Sebastiana complementa: "as professoras só ensinavam leituras boas, de modos bons, gramática, matemática e ciências". O Sr. Miro especifica um pouco mais a leitura da escola: *Cantos Pátrios*, *Autores Contemporâneos* são antologias e coletâneas de textos de autores como Monteiro Lobato, Bilac e Rui Barbosa e, mais tarde, Drummond, Graciliano Ramos, Mário de Andrade, "de onde os professores tiravam as questões para as provas".

O livro didático e as antologias são "matéria da literatura" como explicam Lajolo e Zilberman (1999:120-121). De acordo com essas autoras, o livro didático "primo-pobre da literatura" e "primo-rico das editoras" impera, "ostensivamente", na escola porque transmite os

valores idealizados de uma época, passando por todos os níveis escolares: "é cartilha quando da alfabetização; seleta quando da aprendizagem da tradição literária; manual, quando do conhecimento das ciências ou da profissionalização absoluta, na universidade".

Os governos do período de 1933 a 1959, em Goiás, também perceberam a importância das leituras do livro didático na escola na disseminação dos valores cívicos e morais. Nas falas dos leitores não há a presença de outros livros na sala de aula; essa leitura fica fora ou confinada às bibliotecas.

Lajolo e Zilberman (op. cit. p., 216) também confirmam a fala do Sr. Miro: "os alunos ficam expostos a seletas, antologias e manuais que nem sempre despertam o gosto". Essa leitura controlada do livro didático e das antologias são as imagens de leitura na escola que povoam a memória desses leitores entrevistados.

A imprensa também partilha com a escola e a família na veiculação dos valores da "boa leitura" e da "leitura moderna". O jornal "Folha de Goiaz" de 13 de outubro de 1942, traz as seguintes propagandas:

NÃO VOU À ESCOLA

É o que diz às vezes o seu filho. Exemplo mau de certos companheiros...
Companheiro certo, de bons exemplos é o Tico-Tico.
O TICO TICO ensina ao mesmo tempo que distrai. Instrue, enquanto diverte.
O TICO TICO é o melhor conselheiro da infância. Custa apenas \$600.

NÃO ! NÃO AFIRME

que o tempo lhe falta! Para o aprazimento do espírito, ha sempre algumas horas por semana! Vêja o Brasil, vêja o mundo inteiro nas estupendas páginas do O MALHO. Em poucos minutos o senhor tomará uma idéia dos acontecimentos universais, e apreciará magníficos trabalhos literários e gravuras artísticas. – Preço 1\$200

A revista "Tico-Tico", criada em 1905, é lembrada por Dona Julieta e por Dona Lalá, como uma leitura sadia e que divertia. Essa revista "tinha como um dos seus personagens a figura de Rui Barbosa. Tal fato é muito significativo para o entendimento da criação do autor-herói Rui Barbosa (...) herói civilista" (Barbosa, 1994: 52-142) cuja vida política e intelectual representa o amor à pátria, o respeito aos símbolos nacionais e aos valores morais e cívicos.

No sertão civilizado, a revista "Tico-Tico" e não só ela, mas também "Eu Sei Tudo", "O Malho" faziam parte das leituras de muitas famílias goianienses. Eram lidas e

emprestadas, passadas de mão em mão. Dona Julieta e Dona Lalá tinham assinatura anual e Dona Maria as pedia emprestadas às amigas. No dizer de Dona Lalá, Goiânia não tinha nada a perder para o "eixo Rio-São Paulo;" e ainda complementa: Goiânia influenciou muito culturalmente Brasília. O Sr. Bráulio concorda: "Goiânia forneceu pessoas qualificadas para Brasília, pessoas letradas (...) não só dando terra mas também levando a cultura letrada."

A força do imaginário de inferioridade do sertão goiano em relação ao litoral do Brasil produz novas imagens da cidade a partir da construção de Brasília no final da década de 1950. A cultura letrada "permitida e qualificada" do povo goianiense reconhece a cultura letrada da capital do Brasil, Brasília, que sai do litoral e é construída também no sertão. Agora, "civilizado" pela ação modernizadora da vizinha cidade planejada, Goiânia, que preparou o campo para tal fato. Na década de 1960, com a inauguração de Brasília, são construídas novas imagens que sugerem a neutralização da representação de inferioridade: as duas cidades planejadas do sertão complementam-se culturalmente, como indicia o Sr. Miro, que descarta qualquer estigma de inferioridade. Para ele, "há trocas de culturas," já que ambas estão no sertão. Os olhos do Brasil, inclusive os do litoral, estariam voltados para o sertão goiano.

Os jornais, como leitura permitida, dão também espaço à denúncia das leituras "impróprias", principalmente, para crianças e adolescentes. O "Jornal Oió" de julho de 1957, condena a revista em quadrinhos, os gibis, com o seguinte artigo:

(...) O quadrinho é mau por si mesmo, por ser forma de leitura desaconselhável. O quadrinho não desenvolve a sua imaginação, pois a parte do texto em cada história é mínima, predominando a gravura, que pouco apêlo faz à inteligência e à fantasia. (...) Não somos pelos remédios drásticos de controle policial, a não ser daqueles que apresentam temas imorais. Somos isto sim, pelo esclarecimento dos pais e educadores, no sentido de não deixarem entrar nos lares e nas escolas esta forma de leitura. Em cada grupo ou escola primária deveria ser criada uma biblioteca de leitura, com livros selecionados por grupos de idade, e com proibição expressa de ali não entrarem as revistas em quadrinhos. (...) Nossos meninos podem encontrar em bons livros brasileiros interesses, esperança, sadios ensinamentos e criar, por meio deles, o amor pela sua pátria, cujos destinos lhes serão entregues amanhã. A vida da leitura dos quadrinhos e dos folhetins de aventura, pelas crianças e pelos jovens, é ameaçada, em nível nacional, pela escola e pela imprensa que a representam como "leitura imprópria", porque atende unicamente à imaginação dos leitores. Os "ensinamentos" dessas revistas formam os "maus leitores". (Grifos meus)

É, por isso, que Lajolo e Zilberman (op. cit., p. 230) afirmam que "é no âmbito do não-consagrado e da literatura de massa, com aproximações à literatura infantil, que se constitui o acervo básico, ainda que clandestino, de leituras da mocidade brasileira (...). Essas leituras são clandestinas porque nada têm de pragmáticas". Ou seja, não ensinam o "saber científico" de aplicação prática, levam somente ao mundo da fantasia e do deleite nocivo à praticidade da cidade moderna. "Se a escola patrocinar leituras que atendam apenas à imaginação e ao gosto, rompe o pacto educacional; se evitá-las, torna-se detestável", não conseguindo evitar as leituras clandestinas. "A escola, num caso, torna-se incompetente; no outro, impopular" (Ibidem, p. 231).

Com efeito, há um vai-e-vem nas falas dos leitores sobre as leituras da cidade, da escola e da família. O silêncio sobre a leitura proibida somente é rompido depois que esses leitores "certificam" a leitura permitida. Dona Mena afirma que na biblioteca *do marido* não havia gibis, mas livros instrutivos. Romances leves, livros bons. "Até a Bíblia eu comprei para que elas [as filhas] ficassem a par dos assuntos morais e religiosos". É complementada por Dona Maria que lê "em casa, os romances de M. Delly (...) que eram o modelo para o que queríamos ser na época"; e por Dona Lalá cujo pai tem uma biblioteca com livros clássicos e modernos e ainda assina revistas e jornais que circulam na época. Motivos para "assuntos literários" com os rapazes.

Esse cenário de harmonia de leitores e leituras é perturbado pelas leituras impróprias que buscam os leitores. Elas os perseguem clandestinamente nos meandros da escola, da família, em todos os lugares, provocando novas formas de convivência na cidade moderna. Segundo Lajolo e Zilberman (1999: 230-231), "essa clandestinidade é a condição de a leitura poder se realizar a contento (...), formando também muitos leitores que fogem à regra dos cânones oficiais".

As falas dos leitores representam sempre as leituras clandestinas dos "outros". Eles não se mostram nesse mundo das proibições, porque a "literatura clandestina propõe opiniões, recusa as normas, suspeita da autoridade e reconstrói hierarquias" (Darnton, 1992: 11).

Dona Lalá diz que "conversava sobre assuntos literários", com os rapazes. "Assuntos como sexo, mulheres descasadas não podiam ser discutidos, com rapazes. Falávamos sobre os artistas de Hollywood". Dona Lalá usa estratégias e táticas astuciosas para representar as suas leituras dos livros, dos jornais e das revistas. Sua "memória traída",

lembrando Sevcenko, evoca lembranças das suas leituras sobre Hollywood e sobre os filmes da época que sugerem amores proibidos, lares destruídos. Das lembranças afloram pistas que indiciam uma atração de Dona Lalá pelo o que Hollywood representa, enquanto beleza, sedução e prazer, no "sertão civilizado". Sua fala sugere ainda uma dicotomia: há uma tentativa de convencimento para que as suas leituras a representem como uma leitora moderna e atualizada, mesmo morando no "sertão civilizado" e, ao mesmo tempo, como uma leitora que preza os valores morais, por isso não discute "assunto de sexo e mulheres descasadas com rapazes".

Dona Mena é mais rigorosa ainda. No seu mundo censurado pelo marido, ela diz que "na biblioteca do *meu marido* não havia gibis, mas livros instrutivos". Romances leves, Bíblia. Gostava de escrever, mas só o fez, a partir da velhice: "meu marido dizia que mulher não devia se salientar em ficar escrevendo ou lendo tudo que lhe caía na mão." E ainda acrescenta: "muitas mulheres usavam pseudônimo para publicar seus artigos, principalmente, se o assunto fosse polêmico". Perguntei-lhe se ela já usara algum pseudônimo. Ficou pensativa e não me respondeu. Ela teve esse desejo? Quem sabe? O eu dividido de Dona Mena deve ter seguido o percurso da censura masculina, tão presente na sua fala.

Dona Julieta e Dona Maria constroem esse mesmo imaginário individual e coletivo de Dona Mena e Dona Lalá. Também lêem as leituras selecionadas, mas se permitem comentar sobre "outras leituras". "Depois, comecei a ler tudo. Casei-me e lia tudo que via pela frente. A leitura tem muitas faces", enfatiza Dona Maria. Já Dona Julieta diz que "lia tudo" que ficava no armário trancado da escola.

Como se vê, a tensão cultural mostra as outras faces da leitura. Um novo repertório apresenta-se a essas mulheres diante de suas novas posições na cidade moderna. O casamento de Dona Maria simboliza a ruptura com as leituras de casa e do colégio. Sugere que não há interferência do marido. Dona Julieta, como diretora do Grupo Escolar Modelo, usa a autoridade de sua posição para "ler tudo" que havia no "armário trancado". Ela é a guardiã da chave das leituras perturbadoras.

É interessante notar que as representações de leitura dessas duas mulheres sugerem ambivalências: no seio dessas liberdades há, ao mesmo tempo, um processo de retorno aos valores das leituras permitidas configuradas. No Grupo Escolar, Dona Julieta, enquanto leitora dos "livros trancados", impõe a leitura escolarizada para os alunos. O que foge à regra é a

permissão para a leitura de gibis, previamente selecionados. Dona Maria, grande leitora, como proprietária de escola, direciona as leituras de seus alunos: "as famílias exigiam que só lessem livros bons".

Cabe uma questão: quais as qualidades para ser selecionador de leituras? Quem pode selecionar? Quando se faz a seleção, não se lêem livros proibidos também? Quem sabe os maridos das professoras do Grupo Escolar tenham razão: na seleção, os livros proibidos poderiam "inculcar idéias indignas nas professoras", minando o sistema de valores dessa época. Nesse jogo de representações, talvez essas leitoras não percebam as ambivalências presentes nas suas lembranças: a primeira condição para ser "selecionadora" de leituras é ser também leitora dessas leituras. Assim, sob o manto da proibição, a leitura de vida dupla tem residência fixa autorizada não só nas ruas, mas também nas casas de família e nas escolas, através da figura do "selecionador".

Nas suas andanças, as leituras clandestinas questionadoras do contexto histórico social tomam a forma de leituras "comunistas", "subversivas" porque, segundo Dona Lalá, trazem "assuntos perigosos, chocantes (...), que não convinha ler". O Sr. José corrobora a opinião de Dona Zilá: "Jorge Amado era proibido porque era considerado comunista". Livros "considerados comunistas" que ameaçassem, questionassem ou denunciassem a ordem instaurada, não faziam parte da "seleta" de livros das escolas e das famílias. É bom lembrar que, a partir de 1930, com a ditadura de Vargas, instaura-se no Brasil "o silêncio letrado" (Melo, 1997), provocando rupturas nos direitos de cidadania. A censura impera em todos os setores da vida brasileira, fato esse que se repetirá na década de 1960, com o regime militar. A leitura, através dos vários impressos, é tutelada pelo Estado.

Nesse contexto, vale lembrar que os valores políticos e sociais das práticas de leitura são veiculados através de livros (principalmente, os livros didáticos), jornais e revistas que passam a ser os depositários da nova ordem. Assim, há a construção, a difusão e o controle dos valores – trabalho, nação, patriotismo, família e educação – através de várias instituições e, principalmente, da escola. Subordina-se o campo cultural e intelectual ao campo do poder. Muitas práticas de leitura do início do século XX, representativas da idéia de progresso "vão adquirindo um caráter fundador de uma identidade nacional colocada acima dos conflitos sociais" (Barbosa, 1994: 18) e se reproduzem com bastante intensidade nas décadas seguintes. Os intelectuais políticos, como já foi dito, difundem a apropriação dos

valores da "boa leitura" e "amparam a mitificação de alguns valores cívicos e morais tidos como responsáveis pelo caminho para tal destino *grandioso*" (Ibidem). Jorge Amado e José Lins do Rego, autores considerados comunistas, tiveram vários de seus livros apreendidos e queimados. Para Paiva (1994: 46) "ser escritor, intelectual, tipógrafo, professor ou editor entre 1924-1983, tornou-se perigoso, principalmente se o cidadão fizesse profissão de fé comunista. E mais ainda se fosse judeu, russo ou lituano".

Os discursos de Dona Lalá e do Sr. Gildo indiciam um certo temor pelos "outros" - os comunistas. Eles sugerem nenhuma aproximação com essas idéias "perigosas", como diz Dona Lalá, aconselhada pelo seu pai.

Na cidade construída, os leitores representam-se pelas apropriações que fazem da leitura. Os grupos vão se formando pelas discussões, pela compra e pelo empréstimo de livros. Dona Lalá, Dona Rilda e Dona Maria trocam livros, compartilham leituras de romances, poesias e revistas. Dona Sebastiana e Dona Mena têm pontos em comum: freqüentam a mesma igreja católica e apropriam-se das leituras da Bíblia, da vida dos santos, repassando esses valores para seus filhos. Dona Sebastiana e o Sr. Miro lêem almanaques; "livros da sabedoria popular (...) Era uma pequena biblioteca particular", enfatiza o Sr. Miro. E ainda continua: "tem intelectual que lê o almanaque e finge que não lê." Na fala do Sr. Miro, há uma suposta relação dos intelectuais com a leitura dos almanaques. Leitura camuflada porque, nessa configuração, o homem urbano deve apropriar-se da leitura moderna dos jornais e das revistas. Fugir a essa regra é ficar à margem do progresso. É possível inferir que esses intelectuais ainda estejam arraigados à cultura do sertão em que os almanaques convivem com os livros mas que, em função da força dos valores da nova ordem mundial, neguem sua condição de leitores de almanaques.

A leitura do almanaque, nesse contexto, sugere uma "leitura menor". Ou seja, uma leitura "não científica", imprópria para os leitores intelectuais. As lembranças do Sr. Miro, escritor e professor e de Dona Sebastiana, empregada doméstica e benzedeira, contrariam a memória coletiva ao desvelarem suas leituras dos almanaques. Bosi (1994: 413), citando Halbwachs, chama a atenção para o fato de que "a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual".

Por que esses dois leitores chamam tanto a atenção para práticas de leitura dos almanaques?

Em um segundo momento, em que entrevistei novamente o Sr. Miro, Dona Sebastiana e também outros leitores, novas representações sobre as práticas de leitura afloraram enriquecendo os depoimentos. O Sr. Miro complementa:

Uma das chaves da porta do meu trabalho foi o almanaque; através dele, conheci as crendices, as rezas, a cura de doenças, as lendas, os costumes e as tradições do povo brasileiro e, assim comecei a pesquisar e a publicar sobre a cultura goiana. Muitos intelectuais procuram coisas nos almanaques, escrevem sobre elas e dizem que não lêem almanaques. É uma maneira de dizer que não lêem *coisa do povo*. Eu leio e escrevo muito.

Para o Sr. Miro, o almanaque, "uma das chaves" do seu trabalho, simboliza uma força paradigmática, na apropriação das percepções e práticas culturais que ele tanto deseja conhecer. Na contramão da intelectualidade, ele diz que lê os almanaques para suas pesquisas e, com muita astúcia, transforma a "tradição" do almanaque na "modernidade" dos seus livros sobre a cultura goiana. Livros, inclusive, que são adotados nas escolas goianienses, "locus" da ciência.

Há "outras visões de mundo" ou mesmo de "modernidade" inscritas nos almanaques, segundo Galzerani (1998: 220-221):

Registramos a presença de práticas medicinais, religiosas, captadas na leitura dos "almanaks", organizados por José Maria Lisboa, as quais expressam a articulação entre visões sociais e profanas. Essas visões têm sido (...) separadas pela modernidade (...) e aparecem muitas vezes ressignificadas no interior do discurso moderno republicano (...); por exemplo, no que diz respeito ao uso medicinal das plantas locais pelos indígenas (...), [o cientista] ao absorver este uso na sua visão, destitui-lhe o caráter sagrado e institui para si (...) o mérito. *Mérito científico*.

O "mérito científico" também é buscado pelo Sr. Miro que se representa como o pesquisador da cultura goiana. Conclui a sua fala: "Eu tenho uma das maiores bibliotecas sobre Goiás. Quem quiser, no futuro, saber sobre a cultura goiana, vai ter que ler minhas pesquisas". O Sr. Miro, no dizer de Certeau (1990: 269), "busca a própria sobrevivência" dentro dos valores configurados pelos seus pares.

Já Dona Sebastiana integra-se aos novos espaços urbanos de leitura, livrarias, escola particular para os filhos, de maneira restrita: são espaços pagos. A proximidade com a elite cultural, através do trabalho, como já foi dito, é que lhe abre essas portas: lê os livros dos patrões. O almanaque não faz parte desse universo profissional, mas está presente na sua família. Seu pai, em suas viagens, ganhava o almanaque das farmácias, que era lido por todos. Ela diz: "Minha mãe não sabia ler, mas sabia ouvir e recontar para os vizinhos o que tinha ouvido. Eu me acostumei com esses livros. Aprendi muitas orações de benção neles".

Os valores representativos na cidade moderna convivem com práticas de leitura alicerçadas na oralidade e nas crenças populares. Leituras compartilhadas dos almanaques e também narrações sobre a família, sobre o sertão goiano formam uma rede de interdependência cujos elos impedem a destruição dessas práticas, nos primeiros anos da cidade planejada. Park (1998: 180) escreve que: "No lar, a leitura do almanaque era o lazer, a socialização. Ler em voz alta o almanaque não é só uma necessidade, mas uma prática de sociabilidade, relacionada a circunstâncias e finalidades múltiplas". Os almanaques produzem práticas auditivas e escritas em muitos lares goianienses.

As ambivalências de Dona Sebastiana "empurram-na para um diálogo entre a escrita e a oralidade" (Ibidem, p.172). A primeira sobrepõe-se à última. Dona Sebastiana, aderindo às novas práticas de leituras gratuitas, na Biblioteca Pública Municipal de Goiânia, aos poucos, desliga-se da leitura dos almanaques. E mesmo seus filhos estudam na "escola paga" e só lêem "livros bons". É possível que Dona Sebastiana não esteja contrapondo "livros bons" aos almanaques, representando-os como "livros maus". As lembranças dos almanaques provocam sua memória afetiva, indo além do ler. Ela diz: "tenho saudade desse tempo, dessa roda de conversas".

Essas sociabilidades e sensibilidades são interditadas na nova capital. Nesse contexto, Dona Sebastiana, estando nos arredores da elite intelectual tem que se render "à leitura reservada aos intelectuais, a do trabalho intelectual, [que] é silenciosa". Interdição que é reconstruída na escola de seus filhos: "lá, a leitura oralizada irá servir para o controle do grupo, enquanto a silenciosa reveste-se de categorias morais" (Ibidem, p. 180).

Os valores projetados na cidade construída também exigem novas práticas de leitura que levem à qualificação do trabalho, impondo-se:

A leitura, “ilustração” técnica para o trabalho

Acredito que quem não lê não se forma e nem se informa. Para que aprender a ler e a escrever, se não se escreve e não se lê? (...) A escola tinha que buscar os livros e colocá-los nas mãos dessas crianças. (...) Os jornais "Tico-Tico" e "Branca de Neve", feitos pelos alunos (...) eram lidos também pelos pais. No Grupo Modelo havia crianças de pais analfabetos. As crianças liam para eles se inteirarem do mundo, progredir. (Dona Julieta - n: 1909, professora e diretora do Grupo Escolar)

Dona Julieta, de família tradicional da Cidade de Goiás, reconstrói o propagado discurso liberal de que pela leitura e pelos estudos, a pessoa, "se informa e se forma" e, "progredindo", alcança o sucesso que o processo de urbanização exige.

Na esteira de Dona Julieta, Dona Sebastiana, leitora voraz, com Curso Normal, mas que se torna empregada doméstica "por causa da doença de Chagas do marido pedreiro", paga a escola particular para seus filhos:

Meus filhos estudaram na escola paga. É preciso a leitura, o ensino para subir na vida. Eu levava cedo e buscava à tarde. Não tinha com quem deixar (...) Mesmo sendo de cor, meus filhos eram bem tratados pelas professoras (...) Às vezes, eles liam para o pai, enquanto eu trabalhava à noite. (Dona Sebastiana-n: 1917, empregada doméstica e benzedeira)

Observe-se que Dona Julieta e Dona Sebastiana usam estratégias e táticas para a penetração dos valores da escolaridade na família de baixa renda. Os jornais e livros da escola "eram também lidos pelos pais" e, para aqueles pais que não sabiam ler, "as crianças liam para eles se inteirarem do mundo, progredir", enfatiza Dona Julieta. Já Dona Sebastiana procura uma escola paga, apesar dos poucos recursos financeiros, para que seus filhos tenham um "ensino" para "subir na vida". Além disso, os filhos "ensinados" "liam para o pai" pedreiro, doente, acamado que deveria "se formar e informar", como diz Dona Julieta.

Essas falas me remetem a Donzelot (1980: 46), quando diz que a educação dos filhos tem sido usada para negar a cultura dos pais e introduzir a família no mundo da "civilização" e do "progresso". Rago (1985: 118) corrobora essa fala quando destaca que a criança é vista pelo poder "como elemento de integração, de socialização e de fixação indireta das famílias pobres, e isto antes mesmo de afirmar-se como necessidade econômica e

produtiva da nação”. Nesse mesmo sentido, Fraisse (op. cit., p. 27), ao analisar a história de leitura do escritor francês François Cavanna, percebe também a força dos valores da escola na “aculturação” da família: Cavanna criança lia para o pai que “nunca aprendeu a ler e a escrever”. Havia uma posição de “desequilíbrio entre o filho e o pai (...). Com ele, Cavanna não pode ter trocas a respeito dos livros, dos jornais, das atividades culturais. Ou melhor, nessas trocas, é o filho que inicia o pai, lê para ele, dá explicações”.

Fraisse (Ibidem) ainda acrescenta que nesse processo de “desaculturação” e “aculturação”, o jovem é o “elo mais fraco”, na medida em que se apropria rapidamente dos valores culturais e econômicos da “sociedade que o acolhe”, transportando-os para sua família.

A cidade planejada segue esse mesmo caminho: o espaço é restrito para o analfabeto; o progresso necessita do homem alfabetizado, qualificado, conhecedor da técnica. A ilustração herdada da família não reside nas casas da maioria da população brasileira e, nem tampouco, na maioria das famílias do sertão civilizado. É grande o número de pessoas analfabetas e “desqualificadas” para o trabalho que o progresso requer. Nesse sentido, como já se viu, os programas de alfabetização e de qualificação profissional de nível médio dos governos Vargas e JK são bem recebidos na nova capital; o espírito moderno é correlato à modernização da técnica e da produção. A família “herdeira da sorte” apropria-se desses valores e quer “subir na vida” através da leitura técnica. Busca a inserção social e econômica no trabalho concebido para homens e mulheres “sem cultura”.

Com efeito, os valores veiculados através das práticas de leitura transfiguram-se em outros valores além do próprio ler, como valor social do trabalho “técnico”. Se os “herdeiros da fortuna” buscam a “ilustração” via carreiras liberais “certificadas”, os “herdeiros da sorte” buscam-na na negação do trabalho manual, através dos cursos técnicos especializados, dentro da configuração de país tecnificado. Benjamin (2000 : 56) observa que: “O operário não especializado é o mais profundamente degradado pelo tirocínio da máquina”. A sua experiência e capacidade global do trabalho não contam nesse processo. “Ao lado da hierarquia aparece a simples distinção de operários especializados e não especializados. Esses são remetidos para o espaço de todos os tipos de exclusão. Aqueles “vivem uma vida de autômatos e assemelham-se aos seres imaginários de Bergson, que liquidaram, por completo, sua memória” (Ibidem, p. 55-57). Talvez o pior tipo de exclusão.

A valorização do trabalho técnico está assim, atrelada "à grandeza do país" tão decantada nesse período enfocado. O mito do progresso individual e coletivo endeusa a técnica, que é buscada por Dona Sebastiana:

Nossa renda familiar era pequena, minha patroa me dizia que meu marido e meu filho mais velho deviam fazer algum curso técnico. Em Goiânia, havia muita construção e estavam buscando operário em São Paulo para trabalhar aqui: serralheiro, marceneiro, pedreiro, mestre de obra. Eu queria que meu marido fizesse o curso para ser azulejista, mas com a doença, não teve jeito. O irmão dele estudou no SENAI e depois na Escola Técnica e arranhou um bom emprego na firma.

Dona Sebastiana está na encruzilhada do labirinto: "De um lado, a realidade social, a da casa, a do bairro, de outro, a escola, o lugar em que a vida é como nos livros, como no cinema, como nos cartazes. (...) A tensão cultural, portanto, tem duas faces: ela se manifesta nas relações com os outros; ela divide o sujeito" (Fraisse et al., op. cit., p. 36).

Essa clivagem faz parte da vida de Dona Sebastiana. Há dois "eus" que se digladiam. Ela compartilha a "ilustração" com a elite intelectual e adere aos seus valores. No entanto, o seu Curso Normal, a leitura de livros e jornais e a escola particular dos filhos não são suficientes para o desfrute dos valores do progresso. A "renda familiar é pequena" e ela vislumbra, a partir do discurso da patroa, o ensino técnico como a salvação, nesse momento, não só do marido, mas também do filho mais velho. Para esses, a leitura como "ilustração" ficaria para um outro momento.

Fraisse et al. (op. cit., p.27) a esse respeito, lembra que os jovens "abandonarão progressivamente o ofício de pedreiro exercido pelos pais" e mudarão de bairro. A busca de empregos cada vez mais graduados, tornar-se-á uma rotina sem fim.

Como se vê, a valorização do trabalho técnico veiculado em nível internacional e nacional é apropriado na nova capital pela elite intelectual, que se exime desse trabalho, e pelos trabalhadores que o idealizam como uma ponte a ser construída na estrada do progresso.

Desobrigados do trabalho técnico, pela "ilustração" herdada da família e complementada pela escola, os leitores intelectuais continuam a tecer a rede de valores atribuídos à leitura. Nesse momento é que se apresenta:

A leitura feminina, tarefa doméstico-pedagógica³⁷

A leitura se dava mais em trocas de livros. Havia muito cuidado com a leitura das jovens. Havia a "Coleção M. Delly" que arrancava do coração das moças, suspiros e também lágrimas. Verdadeira poção que nos enchia de ilusão do casamento, do príncipe encantado. Li romances de Xavier de Montepin, "Mulheres de Bronze", de que me lembro. Poesias de Bilac, Humberto de Campos e mais tarde, os modernistas, Drummond, Graciliano Ramos. Revistas e jornais me colocavam a par do Brasil e do mundo (...) passei para o Curso Normal, meus pais achavam que eu devia ser professora e mesmo porque era um curso próprio para mulher, para o casamento (...) Na minha época, não havia nenhum homem (...) Casei-me muito nova, com 18 anos e fui cuidar dos filhos. Depois da morte do meu marido, comecei a trabalhar no Museu. Aí sim, fiz o que eu gostava. (Dona Rilda-n: 1924, funcionária pública.).

Em 1941, terminei o curso normal e em 1951, me formei em Filosofia e Letras Neolatinas (...). De 1940 a 1950 houve uma grande circulação de livros, almanaques, revistas e jornais em Goiânia, igual em todos os lugares. Na década de 1940, eu me encantava com os livros de M. Delly que eram comprados pelos meus pais desde a minha adolescência. Li toda a coleção. Sonhava em encontrar o amor da minha vida. Um dia eu estava nos castelos da Áustria, outro dia, eu estava nas ruas de Paris. Fui professora do Grupo Escolar Modelo. Precisavam de professora com formação em Didática e Psicologia Educacional (...) o ensino estava se modernizando, saindo daquele ensino tradicional em que o aluno ficava calado. Retomei o meu trabalho, depois de viúva. Muita solidão. (Dona Lalá-n: 1925, funcionária pública)

Fui professora municipal e encontrei a leitura, principalmente com a ajuda da matéria Didática (...). Naquela época não havia muitos livros aqui para as crianças e, aí eu adotava o sistema de contar as histórias que minha tia me contava (...) Casei-me e fui cuidar da família. O meu tio, irmão do meu pai, tinha uma biblioteca muito boa. Eu lia muito. Pegava livros com ele. Li muito na década de 1940, livros de M. Delly: me seduziam, eram o que eu sonhava... Príncipes e princesas, final feliz. No início da década de 1950, depois da morte de meu marido, mesmo sendo católica, tornei-me uma leitora voraz de leitura espiritualista, (...) Lia muito a Bíblia e principalmente a obra de Humberto Rodhen. Eu comecei a ler esses livros, porque melhoram a maneira de a gente viver, enriquecem o espírito Aprendi a fazer meditação (...) Aceita-se a solidão, aceita-se mais as pessoas e as coisas que acontecem de bom ou ruim com a gente (...). (Dona Diná-n: 1924, professora)

Nessa época, depois da morte do meu marido, comecei a ler ainda mais os livros religiosos para entender mais as coisas de Deus. Eu rezava com as pessoas, fazia benzeção, e elas melhoravam. Eu tenho caixas de livros de oração que fui colecionando ao longo da minha vida. Eu comprava e muitos, eu

³⁷ Tomo emprestado de Lajolo e Zilberman (1999: 265) a expressão "tarefa doméstico-pedagógica".

ganhava. Os romances e revistas, eu pedia emprestados. Só romances de ensinamentos, de muito amor (...) A leitura melhora muito a vida da gente. Se a gente está angustiada, a gente pega um livro bom, por exemplo, a Bíblia, abre "em ciminha" daquilo que a gente está passando. A pobreza não me incomodava. Eu sempre tive as coisas para comer. A leitura alimenta o espírito. Gosto muito de horóscopo também e de notícias do povo. O povo gosta. Dá esperança. (Dona Sebastiana-n: 1917, empregada doméstica e benzedeira)

Fui e sou uma "devoradora de livros". Toda vida gostei muito de ler. Obra de José de Alencar, Machado de Assis, Monteiro Lobato, poesias de Bilac, Drummond, Manoel Bandeira. Na minha mocidade, li todos os livros de M. Delly. Era tudo maravilhoso, as moças eram todas lindas, os rapazes, príncipes encantados; eram o ideal que queríamos ser na época. Eu assinava a revista "Vida Doméstica" que trazia notícias do Brasil e do mundo inteiro, dos reis da Inglaterra, fotografias da família real espanhola, os Bourbons, também Eva Perón, de quem eu copiava os coques. Lia também os folhetins que vinham de fora. Eram semanais, muito interessantes, tipo essas novelas de TV, hoje, de final feliz. Aprendi a bordar e fazer flores pelas revistas que lia. Fiz o Curso Normal, dei aulas e depois casei-me. Por causa dos filhos, não pude trabalhar, nesse período, mas a minha fome de livros aumentava: eu lia quando amamentava; colocava a criança no peito e devorava o livro. As sensações do prazer que o livro me dava, tenho certeza de que passavam para a criança (...) Depois da morte do meu marido continuei a ler ainda mais. (Dona Maria-n: 1921, professora)

Fiz o Curso Normal na Cidade de Goiás. Alfabetizei muita gente. Vim para Goiânia na época da construção. Aqui trabalhei como funcionária pública mas nunca descuidei da casa e das minhas filhas. Romances de M. Delly e da Senhora Leandro Dupré eram romances bons que podíamos ler. Líamos também livros religiosos, principalmente, depois da morte do meu marido. Essas leituras dão força para gente. (...). Eu comprei a Bíblia para que elas [as filhas] ficassem a par dos assuntos religiosos. Às vezes, elas se reuniam para ler, liam em voz alta e depois eu comentava o que elas não entendiam. (Dona Mena - n: 1909, funcionária pública)

Múltiplas representações de leituras são evocadas pela lembranças dessas leitoras. Na sedução dos romances de M. Delly, elas marcam um encontro. Cada uma, com suas táticas, produz relações de interdependência que formam os valores projetados pela leitura desses romances.

Dona Rilda diz que M. Delly "arrancava do coração das moças, suspiros e também lágrimas. Verdadeira poção que nos enchia de ilusão (...)". M. Delly não só arrancava "suspiros e lágrimas" de Dona Rilda, mas também de Dona Diná, Dona Sebastiana, Dona Lalá, Dona Mena engendrando nessas leitoras um imaginário próprio, fruto do cenário da cidade planejada que se construía à imagem das outras cidades consideradas modernas.

Por que um imaginário próprio, peculiar? No Brasil e em várias partes do mundo, no período enfocado por essa pesquisa, os romances não só de M. Delly, mas também de Madame Sévigné e Madame Ségur constituem um tipo de leitura popular, de evasão, apropriada pelas mulheres, provocando uma identificação das leitoras com os personagens dessas narrativas. Assim, trabalhos como de Rosane Manhães Prado (1981), Maria Tereza S. Cunha (1999), entre outros, são referências para o estudo das representações e dos valores atribuídos à leitura desses romances pelas mulheres brasileiras.

Com efeito, a intenção normatizadora dos livros de M. Delly encontra um campo fértil e peculiar para se desenvolver na cidade construída, devido à sua posição geográfica e cultural de "periferia do litoral" brasileiro. Mais do que nunca, essas leitoras do sertão constroem um imaginário que as identifique não só com as representações que elas fazem das elites brasileiras, mas também das elites européias. Ou seja, as mulheres goianienses possuem dupla referência para os valores idealizados na época: têm que passar pelo "eixo Rio-São Paulo", como diz Dona Lalá, para alcançar uma outra etapa da civilização, os modelos europeus. É, nesse sentido, que Dona Lalá afirma que a leitura desses romances a levava também para a Europa: "Sonhava em encontrar o amor da minha vida (...) Um dia, eu estava nos castelos da Áustria, outro dia, eu estava nas ruas de Paris"; e esta fala é corroborada por Dona Maria: "Eu assinava a revista, "Vida Doméstica", que trazia notícias do Brasil e do mundo inteiro, dos reis da Inglaterra, fotografias da família real espanhola, os Bourbons, também de Eva Perón, de quem eu copiava os 'coques'".

Comparando os elos de interdependência, Dona Sebastiana atribui aos romances de M. Delly "ensinamentos de muito amor (...) que melhoram a vida da gente". A fala de Dona Sebastiana refigura a fala de Dona Diná: "(...) me seduziam, era o que eu sonhava, príncipe, princesa, felicidade eterna"; que refigura a fala de Dona Maria: "era tudo maravilhoso (...) era o ideal que queríamos ser na época".

Essas leitoras recompõem, pelas leituras dos romances de M. Delly, o imaginário romântico que, adquirindo um sentido pedagógico, molda a sua educação e a sua vida social. Todas representam para si, o mito da heroína, da princesa em busca "do amor" que lhes garanta a "felicidade eterna". "Era tudo maravilhoso", lembra-se Dona Maria, o que confirma a sociedade representada sem conflitos, sem problemas. Há, assim a naturalização da estrutura sócio-econômica desigual, bem como o ocultamento dos conflitos das classes sociais.

Qualquer moça pobre poderia ter o "destino" de ficar rica e famosa, desde que assumisse o papel social vigente na época: mulher sensível, bondosa, mãe zelosa e esposa dedicada. Também mulher religiosa, católica, cumpridora dos seus deveres morais, preceitos que lhe assegurariam as virtudes necessárias para "despertar" o príncipe encantado.

Essas leitoras conservam e reconstroem as imagens de homem representadas nesses romances: rico, forte, bonito, romântico e protetor que as levaria ao altar, jurando-lhes amor eterno. As narrativas "privilegiam os valores e comportamentos da aristocracia européia vagamente situada entre os finais do século XIX e inícios do século XX" (Cunha, 1998: 102-103). O romance moderno, já no final do século XVIII, segundo Augusti (1998: 89-91), instaura entre os moralistas e os defensores do romance, uma

polêmica em torno dos efeitos que sua leitura poderia provocar (...). ao contrário da literatura religiosa que se pautava pelo exemplo positivo da vida dos santos e dos tratados de moral e maneiras de conduta que prescreviam comportamentos considerados adequados, o romance moderno apresentava ao leitor modelos de conduta virtuosos e viciosos.

Essa é a grande preocupação desses moralistas. Se os romances apresentam comportamentos virtuosos e viciosos, apesar de o "bem" sempre vencer o "mal", um leitor desavisado, incauto poderia fazer uma má escolha provocando abalos na estrutura dos valores configurados. O trabalho de Darnton (In: Chartier, 1996: 157), sobre a leitura rousseauiana, mostra um leitor voraz que cria representações de leitura em que pautava sua conduta pelos valores apropriados nos romances. Assim, ao longo da história da leitura, livros são proibidos e queimados em função de que "eu sou o que eu leio". Ou seja, eu represento os valores dos livros que eu leio.

Há evidências de que as imagens de leitura dessas leitoras revelam uma intimidade entre suas leituras de romances e suas vidas cotidianas. Como nos romances, essas leitoras representam-se desempenhando as funções de esposas, mães e professoras abnegadas. Nesse contexto, exercer a função de "professora primária era uma extensão do 'ser mãe', era uma forma de exercer maternagem simbólica" (Cunha 1999: 72). Dona Diná e Dona Sebastiana, de famílias modestas, refiguram os mesmos valores em relação à profissão considerada feminina – o magistério – que Dona Lalá, Dona Rilda, Dona Maria e Dona Mena de famílias abastadas. As relações de interdependência asseguram essa cadeia de valores de tal maneira que é difícil

se furtar a eles. Lajolo e Zilberman (op. cit., p. 265) afirmam que as mulheres, nesse espaço, assumem a sua "tarefa doméstico-pedagógica". Ou seja, a sociedade usando de estratégias e táticas controladoras:

converteu o magistério numa extensão da tarefa doméstica e maternal e desqualificou o trabalho delas aos olhos masculinos; desvalorizou suas leituras, embora não deixasse de fornecê-las em quantidades substanciais e crescentes; condicionou a recepção de obras às necessidades de doutrinação desse público, que reabsorveu valores familistas e patriarcais, traduzidos agora na linguagem da idealização da mulher e de sua tarefa doméstico-pedagógica.

Dona Rilda lembra-se que se tornou normalista porque "meus pais achavam que eu devia ser professora e mesmo porque era um curso próprio para mulher, para o casamento". Ela se recorda ainda que, na sua época de Curso Normal, "não havia nenhum homem" como aluno. A representação do magistério como carreira feminina afasta os homens desse espaço "próprio para mulher". Aos homens, a representação do espaço público da carreira profissional, da política e dos "assuntos sérios".

Dona Sebastiana, apesar do Curso Normal, não conseguiu ser professora. Ela sugere a "naturalização" do racismo quando se lembra da educação dos filhos que "mesmo sendo de cor, meus filhos eram bem tratados pelas professoras". Essa fala indicia uma afirmação do racismo a que Dona Sebastiana se submeteu e que ela quer deixar reprimido. Professoras negras não eram bem aceitas pelas famílias. As mulheres representadas nas leituras são brancas. As morenas, segundo Cunha (1999: 16), já são "trigueiras", quase sempre vilãs. As negras são excluídas, representações imaginárias de "branqueamento" da sociedade, nessa época.

Mas, Dona Sebastiana não lê só romances; ela também procura refúgio no horóscopo. "Eu gosto muito de horóscopo também", diz ela. "Dá esperança". Esperança, talvez, para a concretização dos valores que ela atribui às suas leituras. Quem sabe, um dia, o horóscopo de Dona Sebastiana preverá a realização dos seus sonhos, tão presentes nas suas lembranças, que não foram ainda espoliadas pela opressão econômica que atingia a maioria dos trabalhadores não-leitores dessa cidade?

Dona Maria, Dona Diná, Dona Lalá, Dona Mena, Dona Sebastiana e Dona Rilda, todas elas normalistas; todas elas se casaram. Umas, viúvas no final da década de 1950, Dona

Sebastiana, Dona Diná e Dona Rilda; outras, Dona Lalá e Dona Maria perderam seus maridos na década de 1980. Como se vê, esses fatos sugerem que os valores dessa época foram "bem apropriados" por essas leitoras através de suas leituras, constituindo suas sensibilidades e sociabilidades: professoras, esposas, mães, todas elas foram.

Mas, e as lembranças dos relatos da solidão? "É preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela [a solidão] é um ponto de encontro de vários caminhos; é um complexo de convergência de muitos planos do (...) passado" (Bosi, 1999: 443). Lembranças evocadas. Passado recriado. Memória traída.

Nesse processo, imagens dos maridos são trazidas à tona. Cada leitora, com sua singularidade, esculpe as lembranças. Lembranças, à primeira vista, opacas, perdidas na nebulosidade do tempo. Delas, essas leitoras perpetuam uma face: a viuvez. Talvez a mágoa da perda, da solidão ou a saudade de um passado que não se completou. Nos seus relatos de solidão de Dona Sebastiana e Dona Diná, há lembranças comuns: os maridos ficaram doentes e elas tiveram que assumir a casa. Mas nem por isso deixaram de ler. Sugerem que a tranquilidade de suas vidas com os maridos é rompida por longas doenças e mortes prematuras. Dona Maria, Dona Lalá, Dona Rilda e Dona Mena trançam os fios das lembranças com convergência na proteção e posição social que os maridos lhes dispensavam. O trabalho veio não como necessidade financeira, mas como consequência da solidão. Dona Rilda, bastante enfática, diz: "casei-me, fui cuidar dos filhos. Depois da morte do meu marido, comecei a trabalhar no Museu. Aí sim, fiz o que eu gostava". Essa fala sugere que Dona Rilda, casando-se cedo, aos 18 anos, nunca pudera ter um emprego, no entanto, "a memória traída" desvela lembranças reprimidas: "Aí sim, fiz o que eu gostava". A ambivalência desse discurso desvela sentimentos de saudade, de solidão e também de uma certa liberdade para fazer o que gostava.

É evidente que essas leitoras percebem que os "tempos mudaram". Tanto é que dizem "no meu tempo", ou então, "na minha época" aconteceu isso ou aquilo; "não se lia Jorge Amado, mas minhas filhas já liam", como enfatiza Dona Rilda. No entanto, é inegável também que a apropriação dessas leituras pelas leitoras sedimentam-se, conservando imagens e representações que elas recriam, através das lembranças, a partir do presente. Imagens de uma vida maravilhosa, imagens que "acenavam para um modelo de homem e de mulher e, de certa forma, ajudavam a construir uma sensibilidade romântica impossível de ser concretizada na vida cotidiana" (Cunha, 1998: 107). Mesmo porque, lembrando (Chartier, 1990: 136), a leitura

é uma prática criadora e, por isso, nem sempre os sentidos se reduzem às intenções do autor ou do editor. Assim, sentidos outros não autorizados escapam, "traindo a memória" e as intenções do autor.

Mas é certo que, quando essas leitoras dizem "no meu tempo" ou "na minha época", as lembranças evocam as representações e os valores refigurados "nesse tempo" e "nessa época". Esse fato me remete a Bosi (1999: 421-422):

Curiosa é a expressão *meu tempo* usada pelos que recordam. Qual é o *meu tempo*, se ainda estou vivo e não tomei emprestada minha época a ninguém, pois ela me pertence tanto quanto a outros, meus coetâneos? (...) a idéia de uma apreensão do tempo dependente da ação passada e da presente, é diversa em cada pessoa. Um tempo que fosse abstrato e a-social nunca poderia abarcar lembranças (...). É esse, que ouvimos, tempo represado e cheio de conteúdo que forma a substância da memória.

As lembranças das práticas de leitura das leitoras persistem, são matizadas de maneira singular e "constituem uma memória ao mesmo tempo, una e diferenciada", tecendo fios difíceis de separar (Ibidem). Assim, Dona Mena, Dona Diná e Dona Sebastiana, a partir dos vínculos produzidos na cidade moderna, buscam "esperança" e "soluções" para suas vidas nas leituras religiosas, práticas essas idealizadas para a boa mãe e esposa abnegada. "Até a Bíblia eu comprei para que elas [filhas] ficassem a par dos assuntos religiosos", enfatiza Dona Mena. É complementada por Dona Diná: "tornei-me uma leitora voraz da leitura espiritualista. Esses livros melhoram a vida da gente".

Para Dona Sebastiana, as leituras religiosas tinham dois objetivos: "alimentar o espírito" e "curar" as pessoas através da benzeção. Como toda mãe que preza as virtudes da época, incentivava os filhos a lerem os livros de santos e a Bíblia porque essas leituras são simbolizadas não só como informação e descanso, mas também como uma busca de Deus. Além disso, começou a rezar com os doentes e "as pessoas melhoravam". A partir daí, década de 1950, estudou cada vez mais "as coisas de Deus" para benzer as pessoas. Desse modo, tornou-se apta para "interpretar" as doenças do mundo, por isso é respeitada como a "guardiã" das crenças populares. Esse saber, fruto da tradição local, dribla o saber científico moderno, certificando à Dona Sebastiana a posição social e profissional que tanto perseguiu. Nunca houve cobrança para esse trabalho, mas as pessoas lhe retribuem com presentes.

É certo que as leituras religiosas fazem parte não só do imaginário da cidade planejada, mas também de qualquer outra cidade. Inserem-se no projeto educacional das famílias e das escolas que, através do acesso a essas leituras, propiciam a apropriação de valores já sacramentados pela tradição e que, na modernidade, ganham força, aliados aos valores políticos, como instrumento controlador da ordem vigente. Essas leitoras, na tradição de suas famílias, foram educadas para aceitar "as coisas boas e ruins", sendo recatadas, obedientes e piedosas e quando chegam ao casamento, tendem a reforçar, nas suas próprias famílias, esses valores religiosos. Assim:

O saber ler, principalmente, para os grupos religiosos (...) passou a ser considerado habilidade necessária à formação moral das pessoas. Atitude individual ou praxe coletiva, silenciosa ou em voz alta, a leitura do folhetim semanal ou das Sagradas Escrituras invade o lar burguês, integrando-se ao cotidiano familiar e passando a constar das representações imaginárias da classe média. (Lajolo e Zilberman, op. cit., p. 16)

A leitura religiosa, segundo Certeau (1994: 264), produz uma passividade no leitor diante do texto. A cultura moderna "hierarquiza" as duas atividades: escrever é produzir o texto; ler é recebê-lo, sem questioná-lo. A recepção do texto pelos "fiéis" implica em "reproduzir os modelos elaborados pelos manipuladores da linguagem", assim como acontece com a "leitura da televisão".

Com efeito, essas leitoras procuram "o alimento do espírito" através dos "discursos manipuladores da linguagem", sejam textos escritos ou orais. Dona Mena, católica rígida, inicia suas filhas na leitura inquestionável da Bíblia, explicando-a segundo os valores da igreja católica. Dona Diná, apesar de católica, simboliza, na linguagem espírita, a leitura como "o alimento da alma" que cessa os questionamentos e ajuda a "aceitar as coisas boas e ruins". Nessa ordem instaurada, Dona Sebastiana também "alimenta o espírito" não só pela leitura da Bíblia mas também pela representação mística da cura de doenças pela benzeção. É necessário seguir os modelos da vida dos santos, mesmo que o saber científico não valide essas práticas.

Assim, a aceitação da inquestionável "linguagem manipulada", segundo Certeau (Ibidem), traduz-se, nesse momento, na paciência e abnegação dessas leitoras diante da solidão e das doenças que não permitem que o seu mundo imaginário se concretize. O "alimento espiritual" reproduz, assim, novas representações através de discursos que,

travestidos com outra roupagem, são sempre os mesmos da antiga e eterna leitura religiosa que indicia para essas mulheres que ainda há possibilidade de realização dos seus sonhos. Talvez em um outro nível, não terreno. É como diz Certeau (Ibidem, p. 265) que há sempre "vãos imaginários ou meditativos a partir de algumas palavras..."

No entanto, a leitura não é só uma prática do espírito, mas do corpo também. Dona Maria representa-se como "devoradora" de livros, um atrás do outro. Ela lê enquanto amamenta e a leitura passa também a ser o "alimento" da criança. Retoma-se aqui a "leitura herdada da família". Essa prática de leitura como alimento do espírito vem desde o século XVIII:

Ninguém questionava a idéia de que havia um elemento físico, porque ninguém traçava uma distinção nítida entre o mundo físico e o mundo moral. Nos séculos XVIII e XIX, os leitores tentavam "digerir" os livros, absorvê-los em sua totalidade, corpo e alma. Alguns extremistas interpretavam a leitura como digestão, de maneira literal: o caso de uma mulher em Hampshire, Inglaterra, que comeu um Novo Testamento (...) como remédio para suas convulsões. (Darnton, 1990: 160)

Em todos esses casos, as imagens do livro representam-no como um objeto sedutor e/ou sagrado, que deve ser "cultuado", "digerido", "devorado" para a "ilustração" do corpo e da alma. Nesse processo, os discursos manipuladores e os dispositivos tipográficos, capas, letras e títulos funcionam como uma maquinaria para chamar a atenção dos leitores que se deseja atingir.

Mourão, na "Introdução" do livro, *Sobre Leitura*, de Marcel Proust (1998), cita as palavras de Proust quando esse autor lê seu próprio artigo, publicado num jornal de Paris: "Não era apenas o que eu tinha escrito, era o símbolo da encarnação em tantos espíritos (...) O pão espiritual que é um jornal, ainda quente e úmido da imprensa recente e do nevoeiro da manhã". Ou seja, o escrito vai além do escrito. Incorporado ao pão, deve ser comido, produzindo múltiplos sentidos, para que "a palavra, substância do autor, torne-se, através do escrito, pão miraculoso, multiplicável, que é simultaneamente um e dez mil e continua a ser o mesmo para cada um...." (Mourão, In: Proust, 1998: 16).

As leitoras de Goiânia, que se representam como "devoradoras de livros", simbolizados como o "pão da felicidade terrena e celestial", reconstroem esse processo multiplicador das *leituras-alimento*, sejam elas, individuais ou compartilhadas, através dos valores disseminados na cidade. Fato que confirma as palavras de Elias (1980: 144-145),

quando afirma que as representações e os comportamentos das pessoas "enredam-se de modo a formar estruturas entrelaçadas" que são multiplicadas pelas práticas culturais.

Nessa cidade de tantas leituras e leitoras, os homens mostram também a face das suas leituras, construindo:

A leitura masculina

Meu marido não era favorável a que eu publicasse o que eu escrevia; comecei a escrever depois de velha, depois da morte do meu marido. Espírito bom mas meio machista. Coisa de homem. Espírito da época. Meu marido lia os jornais da cidade e muitos livros de assuntos jurídicos, necessários ao seu trabalho. Às vezes, escrevia artigos sobre Goiânia que saíam nos jornais. Só assuntos sérios. (Dona Mena-n: 1915, funcionária pública)

Meu marido lia os jornais, a revista "O Cruzeiro" e também revistas relacionadas ao seu trabalho. (Dona Maria-n: 1921, professora)

Meu marido era advogado. Na nossa biblioteca, além dos livros herdados do meu avô, tínhamos também livros jurídicos, livros variados: romances, crônicas e poesias. No seu escritório, ele tinha uma biblioteca também com livros jurídicos. Meu marido lia tudo, até os livros que eu lia. Meu pai também foi uma grande leitor. Lia jornais da cidade e encomendava os do Rio e São Paulo também. Comprava, como já disse, livros para nós mulheres, e também para meus irmãos. Eles adoravam "Terramarear". Meu marido também escrevia nos jornais. Entendia muito de política. Meu pai e meu marido várias vezes participaram de "serões intelectuais" no palácio com Dr. Pedro. Depois articulavam um artigo nos jornais da cidade. (Dona Lalá-n: 1924, funcionária pública)

Eu lia a revista "O Cruzeiro": a coluna do David Nasser, da Rachel de Queiroz e adorava o "Amigo da Onça", do Péricles. Lia jornais e almanaques (...) escrevia e ainda escrevo artigos, crônicas nos jornais. Na minha profissão é muito importante a leitura de jornais e revistas, principalmente da cidade. Ou seja, eu sempre li de tudo. Havia gente que comprava livros por metro, principalmente, os políticos sem cultura: mandavam fazer as prateleiras de 95cm e encomendavam 95cm de livros. Cada prateleira tinha uma encadernação de livros de cores diferentes para ficar bonita a biblioteca. Compravam os livros para decoração (...) e nunca para serem lidos. Pelo jeito, o saber decorava e também dava *status*. (Sr. Miro-n: 1921, professor e escritor)

Meu marido era uma boa alma, mas muito rígido. Lia os jornais e algumas revistas relacionadas ao seu trabalho. Nem tudo que ele lia, eu e minhas filhas líamos, porque ele dizia que era perda de tempo, problemas de homem. Assunto de política e do trabalho, leitura própria para homens experientes. Minha mãe escrevia nos jornais e revistas, usando pseudônimo masculino. (Dona Rilda-n: 1924, funcionária pública)

Meu marido era advogado e só era visto com o livro na mão. Homem culto, não só se dedicava à literatura, mas também à Filosofia, Matemática e Lógica. Tinha o hábito de ir diariamente à banca do Manarinno para adquirir os jornais do Rio e São Paulo. Sua biblioteca era uma das melhores da cidade. Escrevia também artigos em revistas e jornais. Era um grande admirador de Pedro Ludovico. (Dona Belmira-n: 1930, professora)

Na minha casa tinha os livros do meu marido. Os meus ficavam no Grupo Escolar. Ele lia jornais e livros jurídicos, pelos quais eu não me interessava. (Dona Julieta-n: 1909, professora e diretora do Grupo Escolar Modelo)

Eu lia muitos livros: literatura, livros jurídicos e jornais. Eu escrevia sempre nos jornais. Eu lia também leituras mais prazerosas. Os pontos de encontros das leituras dos homens eram o Café Central, alguns bares, livrarias, banca do Manarinno, na Avenida Goiás. Formávamos grupos para discutir esses assuntos. (Sr. José-n: 1934, professor e escritor)

Os locais prediletos das tertúlias eram o Bazar Oiô, Bar Choupança do Lago das Rosas. Gostava muito de ler. E ainda gosto. Li Joyce, Elliot, Camus, Érico Veríssimo, Bernardo Élis. Sempre comprava os jornais e os lia ali mesmo, na rua. Lia até caminhando. Lia os livros jurídicos por causa da minha profissão. (Sr. Geraldo-n: 1909, professor e advogado)

A imagem do livro como símbolo do poder social ou intelectual atravessa os séculos. "Na pintura e na fotografia, o livro dá sua chancela à personalidade representada" (Fraisie et al., op. cit., p. 62). Assim é que a fala do Sr. Miro sugere as representações de leitura de alguns moradores da cidade, "principalmente, dos políticos sem cultura, que compravam livros por metro" encadernado-os de acordo com a decoração das suas casas. São livros para "nunca serem lidos". São práticas de não-leituras. Representações e imagens de livros e leituras que certificariam o *status* social e a cultura letrada dos seus possuidores.

Como se percebe, a figura masculina, na modernidade, tem sido sempre representada em espaços literários e culturais como, diante de suas bibliotecas, nas livrarias ou lendo jornais e revistas. "A imagem nascente (...) seria então de um leitor (...) diante da maré de livros, ou de uma leitura devoradora" (Ibidem, p. 78) porque, diferentemente das leituras femininas, a leitura do homem é "leitura séria", como afirma Dona Mena. Tomar decisões, fazer escolhas, competir na cidade moderna, são regras do jogo das práticas de leitura masculinas. À sombra dessas, as leituras femininas abrigam-se. Qualquer tentativa de ruptura é controlada: "comecei a escrever depois de velha, depois da morte do meu marido", diz Dona Mena, ao que responde Dona Rilda: "minha mãe escrevia nos jornais e nas revistas usando

pseudônimo masculino”. O homem, protetor da família, livra a figura feminina dessas “leituras sérias”. “Coisas de homem”. “Espírito da época”, aceita Dona Mena.

A rua é, assim, um espaço de leitura destacado para o homem – representação de sua posição social e profissional. Nas cidades modernas, lê-se nos bares, nos cafés, nas bancas de jornais, nos bancos de jardins, nas livrarias, por isso, aqui também, na cidade planejada, “os pontos de encontro das leituras dos homens são o Café Central, alguns bares, livrarias, banca do Manarinno, na Avenida Goiás”, confirma o Sr. José. Já o Sr. Geraldo lê desde os clássicos até os jornais cuja leitura começa na rua. Participa também das “tertúlias do Bazar Oiô”. No Rio de Janeiro, essa mesma situação é relatada por Sevcenko (1983:94) nas primeiras décadas do século XX: “Os cafés, as confeitarias e as livrarias da cidade pululavam de múltiplos conventículos literários privados, compostos de confrarias vaidosas que se digladiavam continuamente pelos pasquins esporádicos da rua do Ouvidor”.

Os homens apropriam-se de todos os tipos de leitura: jornais, revistas, livros, folhetins, formando grupos para comentarem as “leituras sérias” e as “leituras prazerosas”. Essas não ocupam os espaços da leitura feminina. As primeiras porque representam “problemas de homens” para os quais as mulheres ainda não estavam preparadas. As segundas, porque fazem parte da vida do “homem experiente”, como alerta o Sr. José. Isso me remete à Dona Rilda quando narra que: “Nem tudo que ele [o marido] lia, eu e minhas filhas líamos, porque ele dizia que era perda de tempo. Problemas de homem. Assuntos da política e do trabalho.”

Política, carreira profissional e, especialmente, o jornalismo são espaços das práticas de leitura masculinas. Os maridos de Dona Rilda, Dona Lalá, Dona Mena e Dona Belmira ocupam cargos importantes no governo, nas décadas de 1940 e 1950. São profissionais liberais e adeptos da política de Pedro Ludovico. Escrevem nos jornais locais dentro dos valores socialmente aceitos.

Dona Belmira diz que seu marido “escrevia também artigos em revistas e jornais. Homem culto. Era um grande admirador de Pedro Ludovico.” Dona Lalá corrobora essa intimidade – profissional liberal, político e jornalista – presente na sua família: “Meu marido escrevia nos jornais. Entendia muito de política. Ele e meu pai, várias vezes, participaram de ‘serões de intelectuais’ no palácio, com Dr. Pedro. Depois articulavam artigos nos jornais da cidade”.

Paulo Augusto de Figueiredo, da equipe de governo de Pedro Ludovico, afirma que no Palácio das Esmeraldas, o então governador preocupava-se não só em realizar reuniões

políticas e sociais, mas também abria espaços para os “serões literários” com intelectuais e jornalistas da época (J. M. Teles, 1986: 23-91). Esse cenário harmonioso de intimidade entre política e “homens de letras” é bem lembrado por Sevckenko (op. cit., p. 98-99), quando analisa “o exercício intelectual como atitude política” no Rio de Janeiro, durante a Primeira República:

A nova grande força que absorveu quase toda a atividade intelectual nesse período, foi sem dúvida o jornalismo. Crescendo emparelhado com o processo de mercantilização na cidade, o jornalismo invadiu impassível territórios até então intocados e zelosamente defendidos. Os jornalistas, ditadores das novas modas e dos novos hábitos chegavam a desafiar e a vencer a própria Igreja na disputa pelo controle das consciências.

Esse autor ainda continua enfatizando que esses intelectuais “emergiram como um atavio necessário, na medida em que contribuíram para consolidar a imagem austera de uma sociedade ilustre e elevada, merecedora da atenção e do crédito europeu incondicional”.

Aqui, no sertão civilizado, é bom lembrar que esses maridos intelectuais não fazem por menos: ocupam cargos no governo, escrevem “assuntos sérios e políticos” em jornais e na “Revista Oeste,” do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Reafirma-se, portanto, a configuração da cidade moderna, harmoniosa e ordeira que tem nas práticas de leitura “sua força e sua ação, quer sobre as classes conservadoras, quer sobre a massa de caixeiros, aventureiros e funcionários de toda espécie (...) As campanhas contra os velhos hábitos e pela implantação dos novos costumes (...)” (Ibidem, p. 100) e dos novos valores são representadas pela “manipulação das consciências” que aderem ao projeto de civilização e de progresso.

Os valores dessa leitura “séria e política”, de “homem para homem”, são recebidos no espaço público e penetra na família, que também lê os jornais e as revistas. Assim, Dona Lalá lê somente “a parte social e cultural”, passando rapidamente pela “parte política.” Já Dona Sebastiana, como já foi dito, gosta de “horóscopo” e de “notícias do povo”.

Percebe-se que a simbolização das práticas de leitura masculinas revela uma intimidade desses leitores-escritores-jornalistas-profissionais liberais com os valores da cidade planejada. Fato justificado, como já foi visto, pelo surgimento de vários jornais e revistas no período pesquisado.

Nesse cenário, vale lembrar que os valores apropriados pelas leituras masculinas mitificam a figura de Pedro Ludovico como homem cordial e corajoso, capaz de “desbravar o sertão”, assim como os bandeirantes, construindo o progresso e a modernidade. Essa imagem do mito “desbravador”, como se viu, transfigura-se através dos vários discursos manipuladores, ressignificando a permanência do mito por muitas décadas, “porque o oposto do mito não é a história, é o esquecimento”, diz Janaína Amado (1995: 58).

As leituras masculinas promovem também a recepção e apropriação de outras representações de leitura que não se fecham só nesse espaço, alcançam também as leituras femininas. Assim, revela-se:

A leitura, consumo da modernidade

De 1940 a 1960, houve uma grande circulação de livros, almanaques, jornais e revistas. Eu lia de tudo: romances de amor, revistas, livros de crônicas, jornais, principalmente, a crônica social que saía no jornal “O Popular”. (Dona Lalá – n: 1924, professora e funcionária pública)

A leitura dos jornais da cidade e de outros Estados era fundamental para mim. Revistas, folhetins, livros faziam parte da minha vida. As informações chegavam rapidamente pelos jornais e revistas e a gente tinha que se informar para ficar por dentro das novidades. No meu caso, eu tinha sempre que estudar para minhas aulas. O progresso trazia inovações que eram necessárias na escola. (Sr. José – n: 1934, professor e escritor)

Eu dava 12 horas de aula por dia; lia no ônibus ou de madrugada (...) Lia os jornais, os livros dos cursos e as revistas. Sobrava pouco tempo para a leitura de romances ou de crônicas. A crônica que eu lia era a crônica social que saía nos jornais, falando sobre as “fofocas” das cidades: festas, inaugurações, modas, “vernissage”, lançamentos de livros. (Sr. Gildo – 1917, professor)

Como se vê, a imprensa foi a grande motivadora dessas leituras, tanto a goianiense (“O Popular”, “A Folha de Goiaz”, “Jornal do Povo”, “Jornal OIO”, “Revista Oeste”), quanto a mineira (“Estado de Minas”, “O Diário”, “Alterosa”) e a carioca (“Gazeta de Notícias”, “A Imprensa”, “Jornal do Brasil”, “A Noite”, “Fon-Fon”, “O Malho”) (...). O Goiás moderno sempre foi aquela idéia galopando nas sagradas madrugadas verbais e jornalísticas (...). (Sr. Geraldo – n: 1908, professor e advogado)

Crepes, sedas, “chiffon” eram tecidos da moda. Chapéus se usavam muito na Europa. Eu me casei de chapéu e não de véu e grinalda. Foi à tardinha o meu casamento. Foi lindo, parecia um cenário de um filme. (Dona Maria – n: 1921, professora)

Eu lia os jornais do meu marido, para conhecer as últimas notícias sobre moda. Eu costurava para minhas filhas e meus filhos. Elas iam muito a *soirées* dançantes e festas de 15 anos. Na crônica social do jornal “O Popular”, assinada por uma escritora que usava o pseudônimo de “Dorita”, a gente ficava sabendo da vida social de Goiânia e também das novas revistas que aqui chegavam (...) Além dos romances, líamos também jornais, revistas e folhetins. (Dona Mena – n: 1909, funcionária pública)

Os leitores da cidade planejada na sua ânsia de se livrarem dos estigmas que o “sertão” lhes impunha, buscam “o desejo de ser estrangeiros” (Sevcenko op. cit., p. 36). As práticas de leituras “modernas” consolidam-se, portanto, como um dos valores fundamentais na concretização desse imaginário “sertanejo”.

E os navios europeus, principalmente, franceses, não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças teatrais e os livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio. (Ibidem)

Essa visão cosmopolita européia vigora no Rio de Janeiro por muitas décadas e é apropriada pelo imaginário dos leitores do sertão. Mesmo na época do nacionalismo exacerbado de Vargas, a convivência de modelos é pacífica, uma vez que a elite goianiense continua com os olhos voltados para “o estrangeiro”. Nesse contexto, para as práticas de leituras meditativas, contemplativas, o tempo livre é bastante reduzido. As inovações técnicas na área de comunicação e transporte modificam o modo de vida em todo o mundo, atingindo também o sertão goiano, produzindo novos valores para as práticas e os modos de leitura. Segundo o Sr. José: “as informações pelos jornais e pelas revistas chegavam rapidamente e a gente tinha que se informar para ficar por dentro das novidades (...). O progresso trazia inovações que eram necessárias na escola”. Já o Sr. Gildo diz que trabalhava 12 horas por dia: “lia no ônibus ou de madrugada; os jornais, os livros dos cursos e as revistas”. Gostava de ler também a crônica social.

Oliveira (1990: 111) destaca que os novos hábitos do consumo e da moda formam um crescente público consumidor do jornalismo e da crônica social. Assim, os leitores da cidade planejada tornam-se consumidores das rápidas leituras modernas: livros cosmopolitas, jornais de vários tipos e revistas ilustradas alimentam as suas leituras. “Eu lia de tudo:

romances de amor, revistas, livros de crônicas, jornais, principalmente, a crônica social (...)", afirma Dona Lalá. Sevcenko (op. cit., p. 97) observa que os novos hábitos de consumo levam a "um rigoroso processo de seleção e exclusão, no que diz respeito à leitura". A ampla difusão da imprensa mergulha os leitores numa leitura desvairada que "estreita o papel da literatura", fazendo com que as leituras urbanas se sobreponham aos outros tipos de leitura. Ler significa ter acesso não só aos livros, mas também aos jornais e revistas ilustradas e científicas.

É bom lembrar que a banca de jornais do Sr. João Manarinno na Avenida Goiás e depois, a do seu filho na Avenida Anhangüera, são pontos de encontros desses leitores modernos, principalmente, os homens. O Bazar OIÓ, segundo o seu proprietário, Olavo Tormim, vendia os "últimos livros lançados" no mercado editorial. Essa configuração dos novos hábitos de consumo, principalmente a moda, encontra eco na crônica social de "Dorita", jornalista do jornal, "O Popular", no período de 1938 a 1955. Na sua coluna, "Do Meu Cantinho", ela escreve:

Na noite de sábado, o salão do Automóvel Clube tinha aspecto de rara beleza e distinção. E para realce, havia a presença dos ilustres hóspedes de Goiânia. Todo o nosso *grand monde* lá se encontrava. Lindas *toilettes* de seda, veludo, tule, *faille*, organza, crepe tornavam as mulheres mais lindas ainda, se possível (...) As senhoritas, quais sacerdotisas do *Belo*, formavam um centro de atração dos *smokings* e das fardas. Madame Pedro Ludovico, com o charme que lhe é peculiar, foi pródiga em atenções aos convivas. Trajava formoso vestido de cetim branco bordado, encomenda internacional (...). ("O Popular" n.º 385 – Ano V – 16-7-1942)

Mas, Dorita não fala só de moda e "soirées" do "grand monde", indica livros, autores e compositores, valorizados pela cultura letrada.

Estava um domingo típico de "cidades mortas" (...) De repente o *speaker*, emocionado berra: "Morreu Monteiro Lobato!" (...) Monteiro Lobato, o escritor cem por cento brasileiro, o escritor que trouxe a figura estóica do Jeca-Tatu para as metrópoles (...). Grande escritor que soube amar a pátria. (O Popular – 11-7-1948)

Na noite de 30, ao ver Belkiss Spenciere surgir dentre a cortina de veludo *grenat*, no Cine-Teatro Goiânia, no seu lindo vestido de cetim branco, atravessando, elegantemente, o palco, dentro de um halo de luz, a poeira do tempo foi soprada e revi mentalmente as figuras do livro de contos de fadas da minha infância, da *Bibliothèque Illustrée*. Quando as mãos da pianista feriram o teclado, fechei os olhos para sentir Bach no seu estilo polifônico ou Rachmaninov, cujo "Prelúdio", composto 150 anos após Bach, seguem os

mesmos motivos deste; Debussy, francês da Escola Impressionista; Chopin, o músico de alma torturada; Weber, o fundador da Ópera Romântica ou grande húngaro Liszt. (...) Nós, goianos, estamos de parabéns e podemos nos orgulhar da exímia “*virtuose*” que é Belkiss. (“O Popular” – 4-6-1950)

Fui assistir ao filme “Vendaval Maravilhoso”. Vida de Castro Alves. Nem poderia deixar de ir: sou “fan” n.º 1 do poeta baiano. Personagens bem caracterizadas, encenação magnífica e, acima de tudo filme nosso, brasileiro. (“O Popular” – 5-11-1950)

No momento em que vivemos, época do utilitarismo (...) a oferta de um livro demonstra superioridade de alma, principalmente quando esse livro é um ramallete de versos suaves e quando a ofertante é a musa inspiradora do poeta. (...) Abri com ansiedade o livro, *Meditações*, de Kosciusco Barbosa Leão, intelectual espírito-santense, nome consagrado pela crítica nacional (...) O livro, *Meditações*, revela profundidade de sentimentos, a par de idéias estéticas e merece ser lido pelos poetas da terra de Anhangüera. (“O Popular” n.º 1399 – Ano XV – 14-6-1952)

É interessante notar que Dorita, na sua coluna, esculpe uma cidade condizente com o imaginário civilizado. A moda atualizada masculina e feminina e a leitura definem a posição social e intelectual do leitor, por isso, a cronista dá sugestões não só de roupas, mas também de livros. Ao lado das palavras francesas e inglesas que povoam os seus artigos, há, ao mesmo tempo, a refiguração de valores patrióticos, como nacionalismo e pátria, quando comenta o filme de Castro Alves, “acima de tudo filme nosso, brasileiro”, e quando lamenta a morte de Monteiro Lobato, “grande escritor que soube amar a pátria”. Essas ambivalências demonstram que a escrita registra a marca da geração a que pertencem os autores e leitores, criando novas configurações. Barbosa (op. cit., p. 17) enfatiza veementemente em seu trabalho sobre os “autores-heróis” da cidade de Assis, que “foi possível perceber configurações de valores sobre o nacionalismo, por exemplo, presentes nas décadas de 1940 e 1950, que remeteram à configuração desses valores nas primeiras décadas do século XX, em especial desde os anos de 1920”.

Portanto, as práticas de leitura dos leitores entrevistados também revelam representações que entrelaçam valores sociais presentes em décadas diferentes e distantes. Umas são suportes das outras no jogo de interdependência que elas formam, enredando interesses diversificados.

A crônica social tem, assim, um papel importante na imposição de barreiras aos “aventureiros” e na fixação de posições sociais e distribuição das “glórias” e dos “sucessos”.

“No entanto, (...) como era de se prever, a eficiência dessas crônicas como um instrumento para fixação de uma ordem social estável era bastante restrita. Nem poderia ser de outra forma em uma sociedade em que a estabilidade das posições dependia da mais volátil das formas de riquezas” (Sevcenko op. cit., p.39). Assim, na cidade moderna, seguir o curso da “escalada escorregadia” tem sido a sina da crônica social que tem no “sobe e desce” político-social, a garantia de sua certificação nos jornais da cidades. No jogo das representações sociais, ela tem enredado laços de interdependência que têm garantido a sua sobrevivência ao longo das décadas estudadas.

As leituras da modernidade, principalmente, os jornais, têm um papel importante na produção dos valores de uma determinada sociedade, na formação da opinião pública. O jornal, para Ortiz (1991: 245), assemelha-se às modernas lojas de departamento, onde se compra tudo, em pouco tempo.

Ler o jornal é viver uma vida universal, a vida da capital, de todas as cidades (...) de todas as nações (...) O jornal se caracteriza como um texto no interior do qual todas as informações cabem (...) o que pressupõe a existência de agências internacionais de notícias que possam alimentá-los com fatos que se passam nos lugares distantes.

É bom lembrar que a imprensa goianiense tinha uma intimidade muito grande com o poder político local e nacional, o que pressupõe a certificação e veiculação dos valores políticos e sociais pela maioria dos jornais da época.

A força desses valores é que vai determinar a apropriação ou não da leitura de jornais ou de outros impressos pelos leitores. Somente a “memória traída”, evocando lembranças represadas, é que poderá produzir outros valores não condizentes com o imaginário da cidade. “E muitas vezes, o que foi reprimido é mais revelador do que aquilo que foi lembrado”, (Sevcenko, 2002). Daí, porque acredito que ainda devo provocar essas lembranças nos meandros das representações imaginárias.

Com efeito, a cidade planejada busca também os valores culturais consumidos pela modernidade nos espaços do cinema, do teatro, da rádio, da fotografia e, mais tarde, da televisão. E, nesse sentido, os cartazes são eficientes para a publicidade desses espaços porque eles criam desejos de tal modo que os leitores aceitam o sistema de valores representados. Poulain (1997:91) afirma que:

Quanto mais preciso é o público visado, tanto mais simplificado e limitado será o sentido (...) os cartazes oferecem a seus leitores só uma imagem possível, só um tipo de atitude de leitura (...) Sua leitura será patriótica, didática ou mundana, útil ou fútil, e contribuirá nesse sentido para o fortalecimento dos valores sociais.

Circulam, cada vez mais, outros impressos, ao lado dos cartazes, como folhetos, anúncios e críticas nos jornais sobre filmes, peças teatrais e outros eventos. O Cine-Teatro Goiânia, como palco de atividades que, muitas vezes, produzem debates, ao final da noite, incentiva práticas de leitura de jornais e revistas.

“A Folha de Goiaz”, de 23 de outubro de 1953, traz a seguinte notícia:

TEATRO-CIA. CICI PINHEIRO

Alcançaram o mais amplo sucesso as exhibições da Cia. Cici Pinheiro composta de atores locais e que se apresentaram nas noites de ante-onTEM e ontem no Cine-Teatro Goiânia. Encenando a peça de Pedro Bloch, “Morre um gato na China”, os três intérpretes, Cici Pinheiro, Luís Carlos e Gilberto Volpon, arrancaram, da numerosa assistência que ocorreu à nossa melhor casa de espetáculos, repetidos aplausos que os fizeram voltar várias vezes ao palco (...) *As peças teatrais têm motivado debates e elaboração de artigos críticos nos jornais e nas revistas*, o que vem comprovar o alto nível cultural e intelectual da nossa gente, que tem o teatro não só como lazer, mas também como espaço para o exercício intelectual. (grifos meus)

Outras peças também foram encenadas no Cine-Teatro Goiânia, provocando informes e artigos críticos nos jornais da nova capital. O “Diário da Tarde” de 31 de julho de 1956 introduz o leitor na peça teatral, *O Zebuzeiro*, através do artigo de Lincoln Paiva:

Teatro

Lincoln Paiva

O Zebuzeiro, peça de fundo regional escrito pelo notável autor mineiro, Waldir de Luna, será encenado no Cine-Teatro Goiânia. De fundo regionalista, sátira ferina aos áureos dias do Zebu no Brasil retrata bem aquela época fabulosa dos grandes financiamentos e da valorização inacreditável. Bezerra, encarnando um fazendeiro criador, de cérebro turbado pelos preços altíssimos do seu gado, e pela abundância de bens, é responsável pelo lado cômico. Neurastênico, irritável, sistemático, tem verdadeira mania pelo Policarpo, seu boi de raça e menina dos seus olhos. O enredo se desenrola numa pequena cidade do interior de Minas Gerais, onde o Coronel Bezerra é dono de um Jornal. Peripécias, após peripécias, a peça decorre num

ambiente de hilaridade e bom humor, culminando com um desfêcho admirável e realmente original. Como se sabe, o elenco será constituído quase todo de novos, de calouros, e agiu com prudência o Sr. João Nedder optando por essa escolha.

Textos como esses, segundo Dona Lalá, provocavam “leituras porque as pessoas se interessavam pela cultura como parte de sua formação intelectual e social”. Ou seja, a frequência ao teatro, aliada à discussão das peças teatrais (quando acontecia) contavam pontos “na escalada social” dos leitores. A crônica social não deixava passar em branco essas figurações culturais, noticiando também atividades culturais do Rio e de São Paulo. No mesmo jornal, “Diário da Tarde”, de 31 de julho de 1956, Rio e São Paulo estão presentes na capital do “sertão civilizado”:

Teatro – Eixo Rio-São Paulo

“Aconteceu Naquela Noite”, sob a direção de Graça Melo, não tem sido bem recebida pelo público no **Teatro Copacabana** do Rio. O elenco, que conta com Laura Suarez, Iracema de Alencar, Antônio Vitor e Paulo Padilha, não tem correspondido, motivando severas críticas da crônica especializada.

Continua obtendo invulgar sucesso a apresentação de Hamlet, em São Paulo, por Sérgio Cardoso, talentoso ator Paulista.

Se os leitores goianienses não puderam assistir a essas peças, pelo menos, saberiam falar sobre ela, não ficando, portanto, à margem da cultura do “eixo Rio-São Paulo”. Esse fato me remete à pesquisa de Barbosa (1994: 60) quando destaca que os escritores mitificados como “autores-heróis” pela população da cidade de Assis, às vezes, nunca tinham sido lidos, mas eram citados pela força dos valores que eles difundiam nessa configuração. Portanto, ser citado, de boca em boca, valida não só a posição social e cultural de quem faz a citação, mas também os valores atribuídos aos autores de peças teatrais ou de livros citados.

As rádios da cidade também são representadas como motivadoras de leitura. Dona Diná lembra-se que:

A Rádio Clube de Goiânia tinha um programa de leitura de poesias e de crônicas ao final da tarde. Muitas vezes, eu comprava o livro de poesias, tão encantada eu ficava com a mensagem de amor e de paz que essas poesias passavam para gente. Era como os contos de fadas. Outras eram mais

moralistas: amor do pai pelo filho, mulheres sofredoras à espera dos maridos.

Também o Sr. Bráulio evoca lembranças sobre as bandas de música, muito famosas naquele tempo, e que foram motivadoras de leituras:

Há um estudo sobre Bandas de Música de Basileu Toledo França que foi apresentado na Rádio Anhangüera e fez tanto sucesso entre o público ouvinte que o jornal, “Folha de Goiaz”, resolveu publicá-lo como folhetim, duas vezes por semana. O povo comprava o jornal para conhecer alguma coisa sobre as bandas de músicas.

O jornal “Diário da Tarde”, de 06 de agosto de 1956, noticia, na sua coluna, “Atrás dos Bastidores”, de Lincoln Paiva, o seguinte:

ATRÁS DOS BASTIDORES

Lincoln Paiva

Hoje temos a satisfação de transcrever esta fabulosa crônica escrita pelo conceituado cronista Jávier Godinho, que foi lida pela voz bonita de Antônio Gregório na Rádio Anhangüera.
Com sua permissão, Jávier (...)

As imagens das práticas de leituras, a partir da frequência dos leitores ao teatro e do acesso ao rádio sugerem, no artigo do jornalista da “Folha de Goiaz” que essa cidade nada tem a perder para o eixo Rio-São Paulo. “O alto nível cultural e intelectual da nossa gente” permite a inclusão da elite intelectual e cultural nos parâmetros das cidades consideradas civilizadas. As leitoras e os leitores modernos, apressados, consumidores da “mercadoria” livro, (Galzerani, 1998: 224) não só lêem leituras “sérias”, profissionais (para carreira e/ou magistério), mas também buscam lazer em outras leituras de que se apropriam. Lazer representado nas leituras na intimidade das famílias (nas bibliotecas, nos jardins, nas varandas, nos quartos e nas salas) ou no espaço público (nas ruas, nas esquinas, nas praças, nas livrarias, nas bibliotecas públicas, nos bares, nos cafés).

Como se percebe, vários matizes dão a imagem do lazer moderno, voltado para a mulher e o homem, “sadios de corpo e alma”. Nesse sentido, as leituras modernas, rápidas e objetivas livram os leitores das leituras improdutivas que levam à indolência deixando espaço

para os maus pensamentos. “Estimulantes”, as leituras modernas sugerem representações de felicidade, conforto e sucesso. Para Poulain (1997: 94) o leitor moderno

que lê no meio dos outros, está em perfeita osmose com seu meio ambiente: ele não está mais sozinho na imensidão do mundo. Seu ler está ancorado num reconhecido social (...) Ele é de todas as condições sociais, todas as origens, todas as idades. Para além dos leitores, permanecem as leituras. A leitura dissolveu-se na multiplicidade do ler. A letra invadiu a vida.

Se todos lêem, como explicar a outra margem da leitura, o seu contraponto, a não-leitura. “O uso do jornal não se limita só à leitura: ele pode ser o colchão de quem dorme”, o guarda-chuva, o papel para o fogo ou ainda o embrulho para coisas. “Com certeza o usuário nem sempre é leitor, proprietário desse jornal” (Ibidem). Nesse contexto, é possível outras representações da leitura. Entre elas:

A outra margem da leitura. Ou da “leitura sem leitores”.

Na chácara, eu alfabetizei mais de 100 crianças e adolescentes, de graça (...) A sala de aula era na minha sala de costura. Crianças pobres. Não tinha escolas perto. Não podia deixar essas crianças analfabetas, ficariam perdidas por aí. Esse trabalho foi gratificante. Uns continuaram e outros só ficaram com o que eu ensinei: (Dona Maria – n: 1921, professora)

Sempre incentivei as pessoas a ler. Minhas empregadas foram alfabetizadas por mim. Meu pai era operário, sem estudo e sem carteira de trabalho. Por isso, estudei. (Dona Diná – n: 1924, professora)

Na minha família, sempre houve um envolvimento com a literatura (...) Alfabetizei 8 empregadas minhas que não sabiam anotar um recado. Entraram para minha casa sem saber ler e aprenderam a ler comigo. (Dona Mena – n: 1909, funcionária pública)

Muitas crianças, a maioria, não tinham livro, só os conseguiam através da escola. (...) Muitos pais não sabiam ler; as crianças liam para os pais. (Dona Julieta – n: 1909, professora)

Eu lia para minhas vizinhas. Porque muitas não sabiam ler e não tinham livros, mas se interessavam pela leitura, lutavam para que seus filhos aprendessem a ler e a escrever (...) Muitos trabalhadores liam, principalmente, os almanaques passados de um para outro, os jornais velhos jogados fora que eles usavam para fazer fogo. Eles não podiam comprar (...) Todos gostavam de ler o horóscopo. Mesmo que seja o do jornal velho. A

vida dos operários era muito dura. Tinha que pensar primeiro em comer. Engraçado, o jornal ou outro papel usado pelos operários para acender o fogo para fazer comida era primeiro lido e, segundo meu marido, pedreiro nessa época, queimado com muita tristeza para fazer a comida. Conheci, nessa época, “Seu” Benedito Gomes, (...) que aprendeu as primeiras letras nesses jornais velhos e depois, disparou a ler tudo: letreiros na rua, bulas de remédios, cartas e almanaques. Não tenho mais informações sobre ele. Acho que ele se mudou daqui. (Dona Sebastiana – n: 1917, empregada doméstica e benzedeira)

Dona Maria, Dona Diná, Dona Mena, Dona Julieta e Dona Sebastiana, mulheres leitoras, “expulsam” lembranças, traídas ou não pela memória, que indiciam uma outra história das práticas de leitura: a maioria da população não tinha acesso a livros; uma grande maioria não sabia ler, por isso lutava para que seus filhos aprendessem a ler e a escrever, como explica Dona Sebastiana.

É verdade que a “modernidade capitalista ao produzir homens na sua utilidade máxima como força econômica e politicamente dóceis” (Galzerani, 1998: 255), exclui esses mesmos homens de muitos valores da cidade moderna porque a leitura para o trabalho “pesado”, não é necessária ainda. Se há leitura, essa é fragmentada, levando apenas ao entendimento das normas e das regras do trabalho contratado. Osakabe (1982: 150) enfatiza que para o processo de modernização e urbanização:

Alfabetiza-se o indivíduo para que ele seja mais produtivo ao sistema; por exemplo, para que leia e compreenda ordens e mandamentos que zelam a todo canto para a manutenção da Ordem. Para além disso, alfabetização não parece tão necessária.

Infringir a lei pela ignorância, não é mais aceitável. O homem moderno, pelo código escrito, torna-se responsável por seus atos. Assinar o próprio nome já representa isentar os poderes da modernidade de qualquer culpa em relação à ignorância do indivíduo.

Na cidade planejada, mesmo a leitura “em migalhas”, fornecida pelos escassos programas de alfabetização do governo, exclui muitas famílias, pela negação do acesso à escola e pelas práticas de leitura pobres e estereotipadas que engrossam as estatísticas da evasão escolar (Melo, 1997: 34). Cria-se de acordo com Hoggart (1973: 46-48), um “novo analfabetismo”, próprio do progresso, fruto da indústria cultural:

Agora que o movimento operário espera tudo da educação gratuita e obrigatória, o uso que os membros das classes populares são levados a fazer de suas novas possibilidades os constringe a regredir culturalmente a um ponto aquém daquele em que se achavam, na época em que a maioria não sabia ler.

Essa situação de exclusão faz parte das representações sociais e políticas que ligam as cidades modernas, já que a “civilização é um complexo sociocultural que contém no seu interior um conjunto de fenômenos sociais comuns a diversas sociedades”. (Ortiz, 1991: 245). Não há fronteiras para o espaço e o tempo da modernidade: os valores são assim espalhados em redes de interdependência, o que garante a sua força. No entanto, o alcance dos valores nos países periféricos dá-se de maneira desigual e excludente. Os bens culturais, intelectuais e econômicos são distribuídos a uma pequena parcela de moradores da cidade – a elite – em detrimento da maioria.

No caso da cidade inventada, as leitoras sugerem uma situação de exclusão construída por representações imaginárias múltiplas que elas recriam no presente. Dona Mena alfabetiza muitas empregadas porque “não sabiam escrever um recado”. Tarefa importante numa casa de leitores. Dona Maria, na sua chácara, alfabetiza “mais de 100 crianças e adolescentes”, e Dona Diná, de família modesta, sempre alfabetiza as pessoas que trabalham na sua casa. A configuração dessas práticas de leituras sugere muitas pistas. É caridade? É preenchimento de tempo? É indignação? É ruptura nessa rede de valores?

Nota-se que dentre os valores configurados para as mulheres, a caridade se sobressai. É uma sensibilidade de cunho pessoal, mas também de cunho político. Talvez a montagem de um cenário para o exercício da dominação sobre as classes desprestigiadas – representação de perigo para as elites. Cunha (op. cit., p. 104) lembra que a caridade é representada como uma estratégia dos maridos que reservam “gastos especiais para que suas esposas pudessem ser caridosas para com os pobres” e assim acalmarem os ânimos exaltados. Elimina-se, portanto, o perigo da rebeldia.

A representação dessas práticas de leitura sugerem vários caminhos que só as leitoras poderão indicar. Quem sabe através da “memória traída”, “memória roubada”?

Leitores trabalhadores são lembrados por Dona Sebastiana: lêem jornais velhos, até horóscopos de dias passados. Jornais e revistas que deveriam ir para o fogo são primeiro lidos, “comidos” e as notícias espalham-se no local de trabalho. São leituras compartilhadas,

aceitas, negadas, ressignificadas. O horóscopo traz esperança para todos. Dias melhores virão. O Sr. Benedito aprendeu a ler nesses jornais, diz Dona Sebastiana, e “depois disparou a ler tudo” que o seu mundo excludente lhe permitia chegar às mãos: jornais velhos, letreiros na rua, bulas de remédios que ele usava, cartas e almanaques. A queima de jornais e de outros impressos achados representa para esses trabalhadores um cenário não das “Luzes” do Iluminismo, mas a negação dessas “Luzes” que provocam a “escuridão” das precárias condições de trabalho e de educação dos trabalhadores que ainda não utilizam as técnicas da modernidade. O trabalho manual convive com o trabalho técnico, reservado a poucos.

Caridade ou não, essas mulheres leitoras produziram novas expectativas para as crianças e os trabalhadores alfabetizados. Mais do que nunca, eles percebem que a leitura representa um “código da promoção sócio-econômica que domina, controla e seleciona, segundo suas normas, todos aqueles que não possuem esse domínio, o da linguagem” (Certeau, 1996: 230). Por isso, as vizinhas de Dona Sebastiana lutam para que seus filhos aprendam a ler e a escrever.

De acordo com Melo (1997), os trabalhadores também escolhem as cartas para o jogo das práticas de leitura. Descubrem que os sentidos são múltiplos e podem ser ressignificados, por isso, é preciso fazer a travessia do texto pela leitura. Leitura que é simbolizada “como ato de criação, de liberdade, único a fazer a obra vir ao mundo e ressuscitá-la” (Fraisse et al., 1997: 143), aceitando ou negando os valores imaginários.

Leitores e leitoras impregnam a cidade planejada com suas leituras de mil faces. Lembranças evocadas pela memória individual, pela memória coletiva, pela memória afetiva e, por que não pela “memória traída” que, para Sevcenko (2002), revela “lembranças represadas”, na encruzilhada de tantas lembranças refiguradas.

É então pela “memória traída” que devo procurar essas lembranças represadas. Lembranças que darão pistas e indícios de outros valores atribuídos às práticas de leitura desses leitores e dessas leitoras na cidade moderna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso desse trabalho, os leitores entrevistados reconstruíram as suas práticas, imagens e representações de leitura numa cidade configurada como moderna e progressista no período de 1933 a 1959. Eles recriaram o passado com idéias e imagens do hoje (Halbwachs, 1990: 80) – uma vez que o fato acontecido é irrecuperável – através das representações imaginárias configuradas na época.

Essa recriação foi suscitada pela trama do jogo concebido por eles, a partir das questões elaboradas no início desse trabalho: por onde circulava a leitura nesse período? quem lia? como lia? o que lia? quando lia? em que medida o material impresso (livros, revistas, jornais, almanaques, folhetins) influenciava o imaginário social e o processo educativo da época? que representações e imagens os leitores tinham da leitura? quais os valores atribuídos à leitura e às instituições de leitura, em uma cidade planejada de acordo com os preceitos da modernidade, do progresso e da cultura urbana?

A partir dessas questões, considerei importante retomar a metáfora do jogo de cartas, proposto por Elias (1980: 142), uma vez que os leitores escolheram as cartas das práticas de leitura para representá-los e “certificá-los” no meio intelectual. Pelas representações imaginárias dos leitores, deveria haver, portanto, um equilíbrio intelectual entre os jogadores. Para isso, durante as entrevistas, muitos deles conceberam relações imaginárias em que um “intelectual” falava para “outro intelectual”, garantindo a cadeia de dependências recíprocas. Eles jogavam conforme a carta escolhida. Acredito que se eu tivesse feito outras perguntas, sobre “moda”, por exemplo, eles também teriam ido buscar essa relação de equilíbrio – pesquisador e pesquisado – para falarem dos valores atribuídos à moda, como consumo de modernidade. Eles não se permitiriam ficar à margem da civilização porque, como moradores da cidade moderna, representaram-se todo o tempo como mulheres e homens informados sobre “todos os assuntos” que a cultura urbana requeria.

Nesse contexto, esses leitores, e não só eles, mas também os intelectuais políticos ligados a Pedro Ludovico, refigurado como o “novo Anhangüera”, como “mito empreendedor”, selecionaram os acontecimentos para montagem do cenário das práticas de leitura na cidade inventada.

Esse processo produziu múltiplas figurações dos leitores e das suas práticas de leitura. A cidade inventada “fervilhava” com as leituras em serões em casas de família, escolas, bibliotecas, teatro, hotéis, bares, cujos “consumidores de livros” eram, em sua

maioria, pessoas da elite cultural e intelectual. Como explicar esse fato? Onde se localizavam os alunos pobres de Dona Julieta, os operários, amigos de Dona Sebastiana, as empregadas domésticas de Dona Mena e Dona Diná, as crianças e os jovens que Dona Maria alfabetizou, os pobres para quem “as senhoras da sociedade” faziam “festas beneficentes”? Eles liam? O que? Como? Onde? Quando? Será que ainda existem, na cidade inventada, práticas de leitura desconhecidas? Silva (op. cit. p. 250-251) remetendo-se a Benjamin, destaca que:

é necessário resgatar do esquecimento aquilo que poderia fazer da nossa história uma outra história. É necessário que tomemos a memória e o que foi esquecido como armas na luta para tirar do silêncio um passado que a ‘história oficial’ enterrou, fez questão de escamotear.

A partir daí, percebi que, na “memória escondida”, existiam fatos que ainda não estavam perdidos mas que, por força dos valores configurados, continuavam submersos. Vale lembrar com Sevcenko (2002: 9) que as pessoas excluem de suas lembranças tudo aquilo que contraria seus valores e normas de condutas. Mas, ao mesmo tempo, revelam imagens e representações que, de lances em lances, produzem outros cenários. Pode-se dizer que a “memória traída” remete à recriação de uma “outra cidade”, cuja realidade, com suas diversas representações, desvela o lado negativo da modernidade e do progresso. Nesse sentido, os questionamentos de Ianni (op. cit., p. 45-111) enveredam por esse caminho:

Mas sempre se revela o fascínio pela modernidade como idéia, forma ou ilusão, sem questionar de onde vem, para onde vai (...). A mesma fábrica do progresso fabrica a questão social (...). A mesma nação industrializada, moderna, conta com situações sociais, políticas e culturais desencontradas.

Assim, as contradições engendradas pela modernidade e pelo progresso foram capturadas pela “memória traída”, desvelando um outro percurso da história da leitura na cidade inventada – o da não-leitura e dos não-leitores.

É importante lembrar que o índice de analfabetismo era muito grande no período em estudo, significando que uma grande parcela da população ficava à margem do processo educacional, numa época em que a escolaridade era representada como um valor de “ilustração” e “produtividade”. Nas lembranças de Dona Sebastiana escapam relatos sobre a difícil vida dos operários, a maioria analfabetos, com salários atrasados, morando em

acampamentos inadequados e longe das escolas. Mas mesmo assim, ela diz que: “o jornal ou outro papel usado pelos operários para acender o fogo para fazer comida, era primeiro lido (...) e queimado com muita tristeza (...)”. Percebe-se que práticas de leituras não autorizadas e compartilhadas foram apropriadas pelos leitores-trabalhadores que tinham na “leitura ouvida”, informações sobre “a modernidade e o progresso” da cidade que eles estavam construindo.

Dona Maria, Dona Diná, Dona Mena desvelam essas práticas; todas elas foram alfabetizadoras de suas empregadas “que não sabiam anotar um recado”, como diz Dona Mena. Dona Sebastiana foi leitora para suas vizinhas pobres e humildes. Acrescente-se que várias “senhoras da sociedade” promoviam “festas beneficentes” para “manter escolas gratuitas para os pobres” (Memória Cultural, 1985: 166).

Por que essas leitoras entrevistadas revelaram, pouco a pouco, o reprimido, “o olhar negro” da “cidade moderna”, representada como a capital progressista do “sertão civilizado”? Vale lembrar Chartier (1990: 136) para quem a leitura produz sentidos outros, diferentes daqueles imaginados pelos autores. Assim, não se pode afirmar a eficiência do poder aculturante dos textos lidos por essas leitoras. Por isso, elas não conseguem apagar totalmente de suas memórias as diferenças e os conflitos, reconstruindo “duas cidades” com suas figurações: a cidade inventada pela memória seletiva, harmoniosa, que “fervilha” em leituras, e a cidade inventada pela “memória traída”, com restrição de práticas de leitura. Cidades contraditórias imaginadas como uma só. Silva (op. cit., p. 248) alerta que:

Parecem contraditórias essas ‘duas cidades’: a que diz recuperar o seu passado para preservar sua memória e a que diz que cada um deve arcar com o ônus de sua situação (...). contraditórias porque, quando se pensa em memória, fala-se de uma cidade única, com um só interesse, com uma só história, sem conflitos. Quando se fala da solução dos problemas (...) pensa-se na cidade fragmentada, seletiva, com cada um em seu lugar.

Com efeito, no âmbito das políticas públicas governamentais, principalmente das políticas de educação e cultura, a “memória oficial” tem recorrido à “memória seletiva” para recompor os acontecimentos de acordo com interesses do imaginário político e social da época. Por isso, os bens educacionais e culturais têm sido distribuídos para poucos, enquanto os discursos que os celebram, têm sido espalhados – pelo poder da maquinaria da propaganda – para muitos. Dona Diná, capturada pelas lembranças submersas, desconstrói as

representações imaginárias desses discursos políticos sobre educação e cultura. Ela lembra-se que:

O governo do Estado em 1946 mais ou menos, num discurso na praça Joaquim Lúcio, alardeia que Campinas ia ter uma biblioteca pública e uma escola de alfabetização de adultos. Mas, nos anos que morei em Campinas, essas promessas nunca foram cumpridas.

Dona Sebastiana tem uma história igual para contar:

Eu ouvi um discurso de um político lá da Vila Operária, onde morava minha irmã, que o governo ia construir uma biblioteca para o povo de lá. Se ela existiu ou existe, foi em outro lugar. Só promessa. Eu fiquei muito feliz. Ia fazer minha ficha lá porque sempre visitava minha irmã no final de semana.

Essas mulheres têm razão. O discurso político produziu até decretos de criação dessas bibliotecas. Encontrei-os em uma de minhas pesquisas nos arquivos da Biblioteca Pública Municipal de Goiânia. Realmente há uma lei de nº 740, de 22 de outubro de 1956, que cria a Biblioteca Municipal, no bairro de Campinas. No entanto, essa biblioteca, hoje chamada Biblioteca Municipal Cora Coralina, só foi instalada pela lei 2.586 de 7 de janeiro de 1964. Há também uma referência à biblioteca da Vila Operária – Biblioteca Pública Monteiro Lobato – que foi autorizada a sua instalação pela Lei Municipal nº 1768 de 14 de dezembro de 1942. Essa biblioteca nunca existiu, como já afirmou Dona Sebastiana.

Acredito que esses leitores e essas leitoras, que revelaram lembranças reprimidas de conflitos e tensões na rede de interdependência da cidade construída, talvez quisessem dizer muito mais, para além dos valores simbolizados. Talvez quisessem provocar rupturas dentro dos próprios valores. Talvez quisessem dizer com Mário de Andrade (1942): “O meu passado não é mais meu companheiro. Eu desconfio do meu passado”.

E a partir dessa “desconfiança”, acredito também que muitos estudos e pesquisas poderiam ser desenvolvidos pelo trabalho de rememoração da história local, adentrando um espaço lacunar, entre outros, da outra face da cidade inventada: a história das práticas e representações de leitura dos trabalhadores-construtores da nova capital. Há outros campos de pesquisa que seriam também pertinentes ao trabalho de rememoração, entre eles, história de escolas públicas e privadas e de suas práticas educativas, história da formação dos seus

professores, história das bibliotecas escolares e de seus deslocamentos. O caminho sugere vários lugares. É preciso descobri-los porque, como já disse Certeau (1994: 265), “apesar de tudo, a história das andanças do homem através de seus textos está ainda, em boa parte, por descobrir”.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil. São Paulo: Fapesp, 1999.

_____. “Diferença e desigualdade: preconceito em leitura”. In: MARINHO, M. (org). *Ler e navegar: espaços e percursos da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2001.

ALBERNAZ, Ondina de Bastos. *Reminiscências*. Goiânia: KELPS, 1991.

AMADO, Janaína e PIMENTEL, S. V. (orgs.). *Passando dos limites*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

AMADO, Janaína. “Região, sertão, nação”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 8. n. 15, 1995.

ANDRADE, G. Mariza. *A educação exilada. Colégio do Caraça*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ARDF. *Catálogo de depoimentos orais*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1994.

ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA. *Depoimentos para a sua história*. Goiânia: Gráfica de Goiás – CERNE, 1980.

AUGUSTI, V. “O romance como guia de conduta: a Moreninha e os dois amores”. Dissertação (Mestrado). IEL / UNICAMP, 1998.

_____. “O caráter pedagógico-moral do romance moderno”. In: *Cadernos Cedes 51*. Campinas, 2000.

BAKHTIN, M. (Volochnikov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 2a. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARBOSA, R. L. L. “A mitificação da leitura - a construção do herói”. Tese (Doutorado), FE/UNICAMP. 1994.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1989.

BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

_____. *Magia e técnica, arte e política*. 4ª. ed. Obras Escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERNARDES, G. D. *Goiânia, cidade planejada, cidade vivida: discurso e cultura da modernidade*. Tese (Doutorado), UnB, 1998.
- BERTUCCI, Liane M. *Saúde: arma revolucionária*. São Paulo. 1891/1925. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.
- BIBLIOTECA MUNICIPAL MARIETA TELLES MACHADO. "Boletim informativo". Goiânia, 2002.
- BOIXADÓS, Roxana "Fundaciones de ciudades como rituales. Analisis de tres casos en el contexto de la conquista del Tucumán colonial". *Anuário Antropológico* 92. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- BORGES, Jorge Luís. *A biblioteca de Babel*. Lisboa: Terra-mar, 1983.
- _____. *Cinco visões pessoais*. Trad. de Maria Rosinda R. da Silva. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operários*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Memória e sociedade – lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOTELHO, T. R. (org.). *Cidade pensada*. Goiânia: Editora da UFG, 2002.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRAGANÇA, Aníbal. *Livraria Ideal – do cordel à bibliofilia..* Niterói: Edições Pasárgada: EDUFF, 1999.
- BRANDÃO, Carlos R. (org.). *As faces da memória*. Centro de Memória UNICAMP (CMU). Coleção Seminários-2, 1993.
- BRESCIANI, M. Stella M. *Imagens da cidade – séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH/FAPESP, 1994.
- BRETAS, Genesco F. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1991.
- BRITO, Célia C. Seixo de. *A mulher, a história de Goiás*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1974.

- BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia*. Tradução: Nilo Odala. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- CALVINO, Ítalo. *Se um viajante numa noite de inverno*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.
- CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1973.
- CAMPOS, Francisco Itami. “*Mudança da capital: uma estratégia do poder*”. In: Cadernos INDUR, nº2. Goiânia: 1980.
- _____. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1977.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- CANESIN, M. Teresa e LOUREIRO, Walderês Nunes. *A escola normal em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *O imaginário da ditadura no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.
- CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Anne Marie e HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura. (1880-1980)*. São Paulo: Ática, 1995
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S/A, 1990.
- _____. “Textos, impressos, leituras”. In: HUNT, Lynn. *A Nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *A ordem dos livros: autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XIII*. Brasília: Editora da UNB, 1994.
- _____. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

CHARTIER, R., CAVALLO, G. (orgs). *História da leitura no mundo ocidental*. Vol. I e II. São Paulo: Ática, 1999.

CHAUÍ, Marilena S.. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1982.

_____. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHAUL, Nasr F. Fayad. *A construção de Goiânia e transferência da capital*. Goiânia: CEGRAF – UFG, 1988.

_____. *Caminhos de Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2001.

COELHO, G. N. “O art déco e a política de modernização”. In: BOTELHO, T.R. (org.). *Cidade pensada*. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

COSTA, Castro. *Goiânia, a metrópole do Oeste*. Goiânia: Prefeitura Municipal / Assessoria Especial de Cultura, 1985.

CUNHA, M. Tereza S. *As armadilhas da sedução*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CUNHA, M. V. da. *Indivíduo e sociedade no ideário escolanovista*. (Brasil 1930-1960). São Paulo. FE/USP. Tese (Doutorado em Educação). 1992.

DARNTON, Robert. *Edição e sedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *O beijo de Lamourette – mídia, cultura e revolução*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.

DEMARTINI, Zeila B.F. “Memória de velhos mestres da cidade de São Paulo e seus arredores”. Relatório final apresentado à Finep. São Paulo: CERU, (mimeo), 1988.

DERRIDA, Jacques. *Farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 1991.

DONZELOT, Jacques. *A polícia da família*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DUBY, Georges. *Para uma história das mentalidades*. Lisboa: Terra-mar, 1999.

DURAN, Gilbert. *L'imagination symbolique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FABRIS, Annateresa (org.). *Modernidade e modernismo no Brasil*. Campinas – S.P.: Mercado das Letras, 1999.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e governadores de Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1980.

FILHO, Luciano M. de Faria (org.). *Modos de ler, formas de escrever*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento das prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *História da sexualidade 2; o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *Microfísica do poder*. Org. e trad. de Roberto Machado. 6a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *A ordem do discurso*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRAISSE, E., POMPOUGNAC, Jean-Claude e POULAIN, Martine. *Representações e imagens da leitura*. São Paulo: Ática, 1997.

FREITAS, Lena C. B. F. (org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP; Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994.

GALZERANI, M. Carolina B.. “O almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1879 e 1880.” Campinas, SP. Tese (Doutorado em História). IFCH/UNICAMP, 1998.

GEERTZ, Clifford. *The interpretation of cultures*. Nova York: Basic Book Inc. 1973.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GOIÂNIA, PREFEITURA MUNICIPAL. *Memória Cultural*. Assessoria Especial de Cultura. 1985.

GOMES, Horieste. *Memórias da Campininha*. Goiânia: Kelps, 2000.

- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da USP, 1985.
- HOBBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*. Vol. 1 e 2, Lisboa, 1973.
- HOLSTOW, J. *A cidade modernista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- I CONGRESSO DE HISTÓRIA DA LEITURA E DO LIVRO NO BRASIL. (Anais...) Campinas: UNICAMP, 1998.
- IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- IBGE – Goiânia. *Coletânea especial sobre o batismo cultural*. Rio de Janeiro, 1942.
- IBGE – *Recenseamento geral ao Brasil (01/09/1940)*. Série regional, parte XXI – Goiás, 1952.
- IBGE – *VI Recenseamento geral do Brasil – 1950 – Estado de Goiás*. V. XXX, tomo I, Rio de Janeiro, 1956.
- IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. V. XXXVI. Rio de Janeiro, 1958.
- KENSKI, Vani M. “Memória e Prática Docente”. In: BRANDÃO, Carlos R. (org). *As faces da Memória*. Coleções Seminários 2. Campinas: CMU, 1993.
- LAJOLO, M. e ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.
- LANG, Alice B. da S. Gordo et al. *História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU*. São Paulo: Humanitas/FFCH/USP, 1988.
- LANG, Alice B. da S. Gordo. “Trabalhando com história oral – reflexões sobre procedimentos de pesquisa”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS. São Paulo: CERU. São Paulo, 1999.
- LAPA, J. R. do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. São Paulo: EDUSP, 1996.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. Tradução: Reginaldo Carmello C. de Moraes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

LE VEN, Michel et al.. “História oral de vida: o instante da entrevista”. In: SIMSON, O. R. de M. Von. *Os desafios da história oral*. Campinas: Editora da UNICAMP, CMU, 1997.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa: Perspectiva do Homem/Edições 70, 1955.

LUCENA, Célia. “História oral, tempo e espaço”. In: SIMSON, O. R. de Moraes Von. *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Editora da UNICAMP, CMU, 1997.

MACHADO, M. C. T. . *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Editora da UFG, 1990.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Primeira Viagem ao Araguaia*. 1863.

MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARINHO, Marildes (org.). *Ler e navegar*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura no Brasil – ALB, 2001.

MARQUES, Vera R. Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MEC/INEP. *A educação nos discursos presidenciais*. Vols. I e II. Brasília: 1987.

MELLO, Márcia Metran. “Moderno e Modernismo: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia”. São Paulo. Dissertação (Mestrado). FAU/USP, 1996.

MELO, Orlinda Carrijo. *Alfabetização e trabalhadores: o contraponto do discurso oficial*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP; Goiânia/GO: Editora da UFG, 1997.

_____. Orlinda Carrijo. “Um começo de conversa”. In: *Revista de Educação da AEC*. Brasília. Janeiro de 1999.

MENDONÇA, Belkiss S. Carneiro. *A música em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1981.

MENEZES, Áurea Cordeiro. *O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás*. Goiânia: Gráfica O Popular, 1981.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1930-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.

MINDLIN, José. 1997.

MOLIÈRE. *Escola de mulheres*. Rio de Janeiro: Pás e Terra, 1997.

MONTEIRO, Ofélia S. do Nascimento. *Goiáz, Coração do Brasil*. Goiânia, 1934.

_____. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

MORAIS, Arisnete C. de. "Leituras femininas no século XIX – (1850-1900)". Campinas, SP. Tese (Doutorado em Educação), UNICAMP, 1996.

MORAIS, Regis (org). *As razões do mito*. Campinas: Papyrus, 1988.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.

MOURÃO, José Augusto. "Introdução". In: PROUST, M.. *Sobre Leitura*. Lisboa: Vega – Passagens, 1998.

MOYSÉS, Sarita M.A. "Literatura e história: imagens de leitura e de leitores no Brasil no século XIX". In: *Revista Brasileira de Educação*. ANPED, nº 0, set/out/nov/dez, 1995.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote – mulher, família e mudança social em São Paulo – Brasil – 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical – sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia da Letras. 1993.

NEPOMUCENO, M. de A. *A ilusão pedagógica – 1930-1945: estado, sociedade e educação em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

NETTO, Pimenta. *Anais do Batismo Cultural de Goiânia (1942) – (decretos, relatórios, discursos e acontecimentos) 1942*: SMC – Goiânia: Gráfica e Editora Luzes, 1993.

NÓVOA, A. (org). *Vida de professores*. Portugal: Porto Editora, 1995.

OLIVEIRA, E. C. . "Imagens e mudança cultural de Goiânia". Dissertação (Mestrado em História). Goiânia. UFG, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OSAKABE, H. "Considerações em torno do acesso ao mundo da escrita". In: ZILBERMAN, R. *Leitura em crise na escola*. Porto Alegre: Mercado das Letras, 1982.

PACHECO, R. de A. . *O cidadão está nas ruas. (1889-1991)*. Porto Alegre: Edda URGs, 2001.

PAIVA, Aparecida. "A leitura censurada". In: ABREU, M. (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil: FAPESP, 1999.

PAIXÃO, F. (org.). *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.

PALACÍN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.

PARK, Margareth Brandini. *Memória, educação e cidadania: tecendo o cotidiano de creches e pré-escolas em Itupeva-SP*. Campinas, SP.: Áreas de publicações CMU/UNICAMP, 1996.

_____. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Campinas, SP.: Mercado de Letras, 2001.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso – estrutura ou acontecimento*. Campinas, S.P.: Pontes, 1990.

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. "Goiânia, filha mais moça e bonita do Brasil". In: BOTELHO, T. R. (org). *Goiânia, cidade pensada*. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Mulheres públicas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

POLAK, Michel. "Memória, esquecimento, silêncio". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, 1989.

POULAIN, Martine. "Cenas de leitura na pintura, na fotografia, no cartaz, de 1881 a 1989". In: FRAISSE, E., POMPOUGNAC, Jean-Claude e POULAIN, Martine. *Representações e imagens da leitura*. São Paulo: Ática, 1997.

PRIORE, M. Del. (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

QUEIROZ, J. G. *Evolução cultural de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1969.

QUEIROZ, M. Isaura Pereira de. (org). *O imaginário em terra conquistada*. São Paulo: CERU, 1993.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

_____. "A nova historiografia brasileira". Campinas, UNICAMP, Depto. de História, IFCH, 1997.

REBELLO P. Xavier. *Usos e costumes de Goiás – estudo e interpretação. 1900-1980*. Goiânia: Gráfica e Editora Líder, 1987.

RIBEIRO, Adalberto Mário. "A Fundação do Brasil Central". *Separata da Revista do Serviço Público*. Ano VIII, V. III, nº 3, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

ROCHA, Heloisa H. P. "Imagens do analfabetismo: a educação na perspectiva do olhar médico no Brasil dos anos 20". Dissertação (Mestrado em História de Educação). Campinas, FE/UNICAMP, 1995.

ROSA, Maria Luiza Araújo. *Dos bulhões aos Caiados*. Goiânia: UCG, 1984.

SABINO, Oscar Junior. *Goiânia documentada*. Serviço de Documentação do Museu Estadual. São Paulo, SP: Gráfica e Editora EDIGRAF Ltda., 1960.

_____. *Goiânia Global*. Goiânia: Editora Oriente, 1980.

SALGUEIRO, H. Angiotti (org.). *Cidades e capitais do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1999.

SANT'ANNA, J. C. S. "A mítica do progresso (1955-1958)". São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação), PUC, 1992.

SANTOS, Edígenes A. e MONTEIRO, M. R. . "O Brasil de Olavo Bilac e Manoel Bonfim: a construção política de uma identidade nacional através do ensino". In: *Pro-Posições*. Revista da FE/UNICAMP. Campinas, SP, v.13, nº 2, maio/agosto, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. *As palavras*. Lisboa: DIFEL, 1988.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1980.

SCHAPOCHNIK, Nelson. "Os jardins da delícia: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial". São Paulo. Tese (Doutorado em História). Depto. de História, USP, 1999.

SERPA, F. *Miguel Couto, uma vida exemplar*. Rio de Janeiro: Gráfica Sauer, 1943.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. "O cosmopolitismo pacifista da Belle Époque, uma utopia liberal". In: *Revista de História*. São Paulo, n. 114, jan-jun, 1985.

_____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. "Memória traída: a estranha ciência do esquecimento". Palestra. Universidade Estadual de Goiás. Goiânia, 2002.

SILVA, Ana Lúcia. "A revolução de 30 em Goiás". São Paulo. Tese (Doutorado em História), USP, 1982.

SILVA, Ezequiel T. da. *Leitura na escola e na biblioteca*. Campinas: Papirus, 1986.

_____. *De olhos abertos: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

SILVA, Ezequiel T. da. *A produção da leitura na escola*. São Paulo: Ática, 1995.

SILVA, Lílían L. M. da. “Às vezes, ela mandava ler dois ou três livros por ano”. In: GERALDI, J. W. (org). *O texto na sala de aula*. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

_____. *Entre leitores: alunos, professores*. Campinas, SP: Komedi; Arte Escrita, 2001.

SILVA, Regina H. Alves. “A construção da memória e as lembranças de moradores. In: SIMSON, O. de M. Von. (org.). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: CMU, 1997.

SIMSON, Olga R. de Moraes Von. “Reflexões de uma socióloga sobre o uso do método biográfico”. In: MEIHY, J. C. S. *Reintroduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

SOUZA, Armênia P. de. *A Saga dos Pioneiros*. Goiânia: Grafopel, 1997.

SOUZA, C. V. e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

_____. “Batismo Cultural de Goiânia: um ritual de nacionalidade em tempo de Marcha para Oeste”. In: Botelho, T. R. (org) *Cidade pensada*. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

SOUZA, Nelson Mello. *Modernidade – desacerto de um consenso*. Campinas,: Editora da UNICAMP, 1994.

SOUZA, Rosa F. “Inovação educacional no final do século XIX. A construção do currículo da escola primária no Brasil”. In: *Cadernos Cedes*, 51. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, SP, 2000.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. “Mensagem ao Brasil” – 05.07.1942. Rio de Janeiro, IBGE, 1942.

_____. *Memórias*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1973.

TELES, Gilberto Mendonça. *A poesia em Goiás*. Goiânia: Imprensa Universitária da UFG, 1964.

_____. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *A crítica e o princípio do prazer*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

TELES, José Mendonça. *Memórias Goianienses*. Goiânia: UCG / SUDECO, 1986.

TELES, José Mendonça. *A Imprensa Matutina*. Goiânia: CERNE, 1989.

_____. "Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", 13/09/2000, Rio de Janeiro.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

UNES, Woney. *Identidade art déco de Goiânia*. São Paulo: Ateliê Editorial; Goiânia: Editora da UFG, 2001.

WEBER, Max. "O conceito de cidade". In: VELHO, Otávio G.. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

JORNAIS E REVISTAS

A TARDE, de 12 de fevereiro de 1937 – Ribeirão Preto.

CINCO DE MARÇO, 24 de outubro de 1973. Goiânia.

CORREIO DA NOITE, 1 de novembro de 1933. Rio de Janeiro.

CORREIO OFICIAL, 13 de agosto de 1936 – Goiânia.

CORREIO OFICIAL, 27 de outubro 1933 – Goiânia.

CORREIO OFICIAL – 1935 a 1940. Cidade de Goiás e Goiânia.

DIÁRIO DA TARDE, 31 de julho de 1956 – Goiânia.

FOLHA DE GOYAZ – 12.03.1948; 07.11.1955. Goiânia.

JORNAL OÍÓ – 1957 a 1958, números 1 ao 21. Goiânia.

O ARAGUARI, de 20 de novembro de 1935 – Araguari

O POPULAR, vários números. Goiânia.

O SOCIAL, de 5 e 19 de outubro de 1933. Cidade de Goiás.

REVISTA DO ARQUIVO HISTÓRICO. n.º 2. Goiânia, 1980.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO – n.º 2, 1973.

REVISTA OESTE – 1942 a 1944 – CD-ROM – AGEPEL, Goiânia, 2002.

ANEXOS

ANEXO I

INSTITUIÇÕES DE LEITURA

1. Instituições de leitura públicas e formais.

1935 – Jardim da Infância.

1936 – Grupo Escolar Pedro Ludovico Teixeira.

Biblioteca Pública de Goiânia.

1937 – Faculdade de Direito de Goiás.

Imprensa Oficial.

Liceu de Goiânia.

Escola Normal Oficial.

Escola Complementar.

Jardim da Infância.

Grêmio Lítero – Teatral Félix de Bulhões.

1938 – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Grupo Escolar Modelo.

1942 – Batismo Cultural de Goiânia.

Escola Técnica Federal de Goiás.

1943 – Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos.

1946 – Museu do Estado.

Departamento Estadual de Cultura.

1949 – Grêmio Lítero-Teatral Carlos Gomes.

Grêmio Literário da Escola Normal Oficial.

1950 – Colégio Estadual Professor Pedro Gomes.

2. Instituições de leitura privadas e formais.

1922 – Colégio Santa Clara.

1935 – Banca do João Mannarino.

Tipografia Germano Roriz.

- Oficinas Gráficas “O Popular”.
- Escola Primária Sant’Ana.
- 1936 – Tipografia Leônidas Schwinot.
- 1937 – Colégio Santo Agostinho.
- Curso de Madureza Americano do Brasil.
- Associação Goiana de Imprensa.
- 1939 – Academia Goiana de Letras.
- 1940 – Vendedores ambulantes: “Seu” Costinha e Sr. Monteiro, a partir da década de 1940.
- 1942 – Escola de Enfermagem de São Vicente de Paula.
- 1945 – Associação Brasileira de Escritores – Seção de Goiás.
- 1946 – SENAC.
- SESC.
- 1947 – Livraria Vanguarda.
- 1948 – Bazar do Ipanema.
- Colégio Ateneu Dom Bosco.
- Externato São José.
- Escola Técnica de Comércio da Associação Comercial de Goiás.
- 1949 – Associação Goiana de Teatro.
- Faculdade de Filosofia de Goiás.
- 1950 – Escola Técnica de Comércio de Campinas.
- Bazar Municipal.
- 1951 – Educandário Goiás.
- 1952 – SESI.
- SENAL.
- Bazar Oió.
- 1953 – Indústrias Gráficas Ingra.
- 1954 – I Congresso Nacional de Intelectuais.
- Instituto Betânia.
- Exposição Nacional de Artes Plásticas.
- Instituto Araguaia.
- 1955 – Colégio Assunção.

Conservatório Goiano de Música.

1956 – Editora Brasil Central.

Grupo “Os Quinze”.

I Semana de Arte em Goiás.

Gráfica e Editora Talento.

1957 – Livraria e Papelaria Ritz.

I Exposição do Livro Goiano.

1958 – Editora Artes Gráficas.

Técnica Gráfica de Goiás.

Instituto França.

1959 – Instituto Maria Auxiliadora.

Companhia Editora Social, Indústria e Comércio.

Universidade Católica de Goiás.

3. Instituições de leitura informais.

- Bibliotecas particulares.
- Amplificadora cultural da avenida Anhangüera com a avenida Araguaia.
- Bar do Chico Lopes, em Campinas.
- Bar Bambu, na rua 7, centro.
- Café Central, na avenida Anhangüera com a rua 6.
- Bar Choupança, no lago das Rosas.
- Hotel Normando, na rua 16 nº 24, centro.
- Marmo Hotel, na avenida Anhangüera.
- Farmácia Santana.
- Serões em casas de famílias para comentários de livros e jornais.

ANEXO II
RELAÇÃO DE LIVROS DO LICEU DE GOIÂNIA SELECIONADOS PELA
DIREÇÃO – 1951

Nome do livro	Autor
01. As pupilas do Sr. Reitor	Diniz, Júlio.
02. Maria	Isaac, Jorge.
03. O barqueiro do Tibre	La Gange - A. Klistche.
04. Uma família inglesa	Diniz, Júlio.
05. O poço é fundo	Ragazzi, Maria.
06. A morgadinha dos canaviais	Diniz, Júlio.
07. A vestal	La Gange - A. Klistche.
08. A porta aberta	Glori-Cristina.
09. Geneviére	Lamartine-Alphonse.
10. A mulher do condenado	Navery Raoril de.
11. A França de Robespierre	D'Hagerue-Bengny.
12. Lúcia de Lamermoor	Scott, Walter.
13. Heitor Fieramosca	D'Azeglio, Massino
14. A cega de Sorrento	Mastriani, Francisco.
15. O perdão do artista	Nawery, Raoul.
16. A corrida para a felicidade	D'Erceville, Marie S.
17. Graziela	Lamartine, Alphonse.
18. Mulherzinhas	Alcott, Louise May.
19. As mulherzinhas crescem	Alcott, Louise May.
20. O príncipe e o mendigo	Twain, Mark
21. O romance de um moço pobre	Fenillet-Octave.
22. Hania	Sienkiewiez-Henryk.
23. As duas orfãzinhas	D'Ennery-Adolphe P.
24. O Incompreendido	Montgomery – Florence.
25. Rosa em flor	Alcott, Louise May.

26. O pequeno Lord	Burnett, F. H.
27. Bombey e Filho	Dickens-Chales
28. Os Patins de Prata	Dodge, Mary Mepes.
29. A pequena Douvit	Dickens, Charles.
30. A Galeria do Antiquário	Dickens, Charles.
31. O moinho sobre o Floss	Heliot George.
32. Os oito primos	Alcoott, Louise May.
33. A rapaziada de Jó	Alcoott, Louise May.
34. O carrilhão	Dickens, Charles.
35. Fique sempre jovem e viva mais tempo	Varenne, Dr.
36. Dominei o medo	Courberive, J. de.
37. Como obter uma personalidade perfeita	Courberive, J. de.
38. O domínio de si mesmo	Courberive, J. de.
39. O sentido do amor	Marcozzi, V.
40. Os estupefacientes	Grupo de especialistas.
41. De mulher, o que você entende	Defrance
42. Os dez mandamentos dos pais	Vérins
43. A Psicologia do rapaz	Mendousse
44. Saúde física e vigor espiritual	Lockington
45. Você conhece suas Tendências?	Camberive, J. de.
46. A educação do pudor e do sentimento	Viollet
47. O Ciúme	Delpierre
48. A arte de viver e pensar	Guitton, J.
49. Medicina e Vocação	Gérard, J.
50. Pio XII e a educação da juventude	Fernessele
51. O adolescente e o trabalho	Rousselet
52. Código da vida feliz	Rivet, C.
53. As faces do amor	Barbeau, Henri
54. A educação pelo exemplo	Pradel, Henri
55. Os lazeres, meios de formação	Pradel, Henri

- | | |
|---|------------------------|
| 56. Psicologia do tédio | Rivers, J. |
| 57. Como obter êxito nos meus estudos | Ricon, P. |
| 58. As pequenas virtudes do educador | Pradel, H. |
| 59. Grafologia, ciência do caráter | Poix |
| 60. Educação religiosa, liturgia e método | Cavaletti, S. |
| Montessori | |
| 61. A formação do espírito social | Pradel, H. |
| 62. Ele e tu (às moças) | Honoré, L. S. J. |
| 63. Ela e tu (aos moços) | Honoré, L. S. J. |
| 64. O amor humano | Charmont, F. |
| 65. 25 erros na educação da criança | Rivière, A. La. |
| 66. A idade difícil | Guarnero, L. |
| 67. A felicidade está aqui | Biot, René. |
| 68. Tu e teus filhos | Schneider, F. |
| 69. O amor multiplicado | Templer |
| 70. O pequeno tratado de Pedagogia | Viollet, J. |
| 71. O encontro da vida | Martins, J. L. |
| 72. Minha querida mãe | França, Maria. |
| 73. Meu jovem amigo | Atanásio, Sr. Emílio. |
| 74. Pecado e Inocência | Sorgato, Ângela. |
| 75. Aurora Nupcial | Sorgato, Ângela. |
| 76. Para nós dois | Sorgato, Ângela. |
| 77. Sinfonia de Vozes | Sorgato, Ângela. |
| 78. Sonhos de amor | Sorgato, Ângela. |
| 79. O futuro te espera | Sorgato, Ângela. |
| 80. Canta, é primavera | Sorgato, Ângela. |
| 81. Conhece-te | Sorgato, Ângela. |
| 82. Lares autênticos não se improvisam | Garibaldi, Ricardo de. |
| 83. Entre um sim e um não | Fellissier, M. |
| 84. Realiza-te | Delza, Carlos. |

- | | |
|---|------------------------------|
| 85. Uma delícia por dia | Massa, Clotilde. |
| 86. Construção do homem | Uberaba, de M. Franscisco. |
| 87. Juventude que sorri | Menossi, L. |
| 88. Tempestade Juvenil | Borrano, A.P./F.S.P. |
| 89. O despertar religioso da criança | Boyer, Cônego. |
| 90. Martenidade Cristã | Gaspardo, Pe. Humberto. |
| 91. Código familiar | Mercier, Cardeal. |
| 92. S. Tarcísio, o portador de Deus | Marinho, T. S. S. P. |
| 93. Henri Ford, os princípios da prosperidade | Ford, Henri. |
| 94. A Literatura Infantil para crianças | Lobato, Monteiro. |
| 95. O pequeno Lord | Bunnet, Francês H. |
| 96. Eles fizeram a história do Brasil | Macêdo, Roberto. |
| 97. A retirada dos dez mil | Macedo Sérgio D. T. |
| 98. A ilha do Tesouro | Stevenson, R. L. |
| 99. Ivanhoé | Scott, Walter. |
| 100. O homem sem pátria | Souza, J. B. Mello e Callodi |
| 101. As aventuras de Pinóquio | Souza, J. B. Mello e Callodi |
| 102. O fazedor de Gaiolas | Ribeiro, Jaunart Martinho. |
| 103. Proezas na roça | Fleury, Renato Sêneca. |
| 104. O último moicano | Cooper, James Feuinore. |
| 105. O príncipe e o mendigo | Twain, Mark. |
| 106. Siriri no país das castanhas | Souza, Antonietta de Paula. |
| 107. Contos de Schmid | Schimid, Cônego. |
| 108. Contos de Fadas (Russos) | Ramon Hespanha (tradução). |
| 109. Novos contos de Andersen | Lobato, Monteiro. |
| 110. Geografia de Dona Benta | Lobato, Monteiro. |
| 111. Peter Pan | Lobato, Monteiro. |
| 112. Beau Saffeur | Wren, P. C. |
| 113. História dum quebra-nozes | Dumas, Alexandre. |
| 114. Ricardo, o coroinha peralta | Rodinoff, M. Th. |

- | | |
|---|------------------------------------|
| 115. Os três amigos | Raupp, Sérgio A. |
| 116. Mensagem de Sal (Poemas) | Silva, José. F. de A.Silva. |
| 117. Guerra dos Mascates | Alencar, José. |
| 118. Contos sem data | Assis, Machado de. |
| 119. Rio, querido Rio | Monteiro, Ofélia S. do Nascimento. |
| 120. A realidade dos discos voadores | Neto, Paulo Coelho. |
| 121. Plataforma Espacial | Gunn, James. |
| 122. Introdução à Pesquisa Psicológica | Bachach, A. J. |
| 123. Teorias da Personalidade | Hall, Calvin S. |
| 124. Dicionário da Psicologia | Pieron, Henri. |
| 125. Seis estudos da Psicologia | Piaget, Jean. |
| 126. Psicologia Moderna | Teles, Antônio Xavier. |
| 127. Elementos de Psicologia | Bonow, Iva Waisberg. |
| 128. Métodos em Pesquisa Social | Goode, William Paul K. |
| 129. Dinâmica de Grupo | Cartwright e Zander. |
| 130. O Trabalho de Grupo | Cartwright e Zander. |
| 131. Testes Psicológicos | Anastasi, Anne. |
| 132. Dinâmica de Grupo | Lima, Lamode Oliveira. |
| 133. Psicologia da Inteligência | Piaget, Jean. |
| 134. Professores do Amanhã | Gouveia, Aparecida Joly. |
| 135. Ensino Médio e Desenvolvim. | Gouveia, A. J. e Havignurst. |
| 136. Liberdade sem medo | Neill, A. S. |
| 137. Liberdade sem excesso | Neill, A. S. |
| 138. Liberdade na Escola | Neill, A. S. |
| 139. Liberdade, Escola Amor e Juventude | Neill, A. S. |
| 140. A Educação pela Confiança | Carmon, Dr. Louis. |
| 141. Os defeitos dos pais | Berge, André. |
| 142. Os defeitos da criança | Berge, André. |
| 143. Como estudar pais e filhos | Berge, André. |
| 144. A Liberdade na educação | Berge, André. |

- | | |
|---|-------------------------------------|
| 145. Pais desajustados, filhos difíceis | Berge, André. |
| 146. Juventude em perigo | Jabrel, Henri. |
| 147. Conversas com pais e mestres | Lane, Homer. |
| 148. Também os pais vão à Escola | Schmidt, M. ^a Junqueira. |
| 149. Educar pela recreação | Schmidt, M. ^a Junqueira. |
| 150. Educar para a responsabilidade | Schmidt, M. ^a Junqueira. |
| 151. A Educação no mundo moderno | Schmidt, M. ^a Junqueira. |
| 152. Como estudar e/ou aprender | Lopez, Emílio Mirax. |
| 153. Como estudar | Madalox, Harry. |
| 154. Como estudar | Deese, J. e Moragan, C. F. |
| 155. Juventude e tempo presente | Furter, Pierre. |
| 156. Educação e Reflexão | Furter, Pierre. |
| 157. Educação e vida | Furter, Pierre. |
| 158. Conflitos no Lar e na Escola | Lima, Lauro de Oliveira. |
| 159. A Escola Secundária Moderna | Lima, Lauro de Oliveira. |
| 160. Problemas da Infância | Cardoso, Ofélio B. |
| 161. Problemas da Adolescência | Cardoso, Ofélio B. |
| 162. Problema da Família | Cardoso, Ofélio B. |
| 163. Problemas da Mocidade | Cardoso, Ofélio B. |
| 164. Não basta amar os filhos | Cardoso, Ofélio B. |
| 165. O livro do Adolescente | Cardoso, Ofélio B. |
| 166. Noivado | Charbonneau, P. Eugene. |
| 167. Amor e Liberdade | Charbonneau, P. Eugene. |
| 168. Moral conjugal no século XX | Charbonneau, P. Eugene. |
| 169. Sofrer e Amar | Mohama, João. |
| 170. Construir o homem e o mundo | Quinost, Michel. |
| 171. O diário de Dany | Quinost, Michel. |
| 172. A mulher na construção do mundo futuro | Mucaro, Rose Marie. |
| 173. O Profeta | Kalil, Gilvan Kalil. |
| 174. Aconselhamento Psicológico | Sheefer, Ruth. |

- | | |
|---------------------------------|--------------------------------------|
| 175. Orientação Educacional | Schimidt, M. ^a Junqueira. |
| 176. Orientação Educacional | Baquero, Godeardo. |
| 177. Dinâmica de O. Educacional | Siqueira, O. e Neves Ilka. |
| 178. Orientação Profissional | Gemelli, Dr Agostinho. |
| 179. O Pequeno Príncipe | Exupéry, Antoine de Saint. |
| 180. Cartas do pequeno príncipe | Exupéry, Antoine de Saint. |
| 181. Vôo Noturno | Exupéry, Antoine de Saint. |
| 182. Piloto de Guerra | Exupéry, Antoine de Saint. |
| 183. Um sentido para a vida | Exupéry, Antoine de Saint. |
| 184. O velho e o mar | Hemingway, Ernest. |
| 185. Paris é uma festa | Hemingway, Ernest. |
| 186. Conjuntos de Hemingway | Hemingway, Ernest. |
| 187. Tempos de viver | Hemingway, Ernest. |
| 188. Sidarta | Hess, Herman. |
| 189. Narciso e Goldmund | Hess, Herman. |
| 190. Contos de H. Hess | Hess, Herman. |
| 191. Demian | Hess, Herman. |
| 192. O jogo das contas de vidro | Hess, Herman. |
| 193. O Embaixador | West, Morris. |
| 194. A Concumbina | West, Morris. |
| 195. O Advogado do Diabo | West, Morris. |
| 196. A Torre de Babel | West, Morris. |
| 197. Filhos das Trevas | West, Morris. |
| 198. Tôda a Verdade | West, Morris. |
| 199. A Segunda Vitória | West, Morris. |
| 200. D. Quixote das crianças | Lobato, Monteiro. |
| 201. Vidas Secas | Ramos, Graciliano. |
| 202. Insônia | Ramos, Graciliano. |

ANEXO III

JORNAIS E REVISTAS QUE CIRCULARAM EM GOIÂNIA, DE 1935 A 1959.

Esses dados foram obtidos através de entrevistas, arquivos, jornais, revistas e de livros, principalmente: *Imprensa Goiana*, da Associação Goiana de Imprensa (1980), *Goiânia Global*, de Oscar Sabino Júnior (1980), *A Imprensa Matutina*, de J. M. Teles (1989).

1935 – **Nova Goiaz** – 1º. jornal de Goiânia sob a direção de Baltazar dos Reis. Era impresso na tipografia de Germano Roriz.

Que me Importa – jornal fundado por Rosarita Fleury, Virgínia e Tuniche Vieira, Dolly Félix de Souza, Maria das Graças Fleury.

O Acadêmico – jornal do Centro XI de Maio, da Faculdade de Direito de Goiás.

O Juvenil – 27 de junho – jornal

Goiânia – 20 de novembro – jornal dirigido por Oscar Pierucetti.

1936 – **Correio Oficial** – (hoje, Diário Oficial), em 8 de abril circulou pela primeira vez em Goiânia, sob a direção de Celso Hermínio Teixeira. De início, a redação se instalou em uma casa de madeira na Avenida Anhangüera, próxima ao córrego Botafogo e as oficinas ocuparam o prédio do português Alípio Mendes Ferreiro. O **Correio Oficial** circulou pela última vez, na Cidade de Goiás, em 16 de março de 1936.

Seara – 16 de setembro – jornal.

Legislação goiana – 5 de setembro – jornal fundado por Joaquim Taveira e Segismundo de Melo.

Jornal de Goiânia – 3 de outubro – dirigido por Venerando de Freitas Borges e Vasco dos Reis. Era impresso na Tipografia Leônidas Schwinot, na avenida Bahia, nº 88, em Campinas. Deixou de circular no mesmo ano.

Revista de Educação – setembro – diretor: Vasco dos Reis Gonçalves. Órgão da Secretaria de Educação do Estado.

1938 – **O Popular** – 03 de abril – fundado por Joaquim Câmara Filho e Irmãos. Semanário e depois passou a ser diário. Continua sendo um dos importantes jornais da cidade.

Goiás Jornal – direção de Albatênio Caiado de Godoy e Vasco dos Reis.

Revista Fazendária – direção de Germano Roriz.

- Jornal dos Sports** – 20 de novembro – direção de Edson Hermano.
- Álbum de Goiás** – 20 de novembro – direção de Orlando Barbosa.
- 1939 – **Folha de Goiás** – jornal semanário, fundado por Gerson de Castro. Em 1943, foi adquirida pelos Diários Associados, passando a ter circulação diária, marcando a história de Goiás.
- Revista Goiana de Jurisprudência e Legislação** – direção de Dário Délio Cardoso.
- Álbum de Goiânia** – jornal sob a direção de Deuse Araújo.
- A Desordem** – 10 de junho – dirigido por Antônio Caldas.
- Voz dos Sargentos** – 23 de julho – jornal dirigido por Clementino Gomes.
- A Mocidade** – 31 de agosto – direção de Gremilda Hermano.
- 1940 – **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás** - maio. Redatores: Alfredo de Castro, Joaquim Ferreira e Alcides Celso Ramos Jubé.
- 1942 – **Revista Oeste** – julho – revista de difusão cultural. Suas últimas publicações saíram em 1944. Os primeiros diretores foram: Gerson de Castro Costa e Paulo A. Figueiredo.
- 1945 – **Em Marcha** – novembro – jornal – direção de Jonas da Matta Teixeira.
- O Observador** – direção de Ovídio Carneiro.
- 1946 – **Revista Goiana de Economia** – maio – órgão da Associação Comercial do Estado de Goiás – direção de Hélio Lobo e Vicente Umbelino de Souza.
- Agora** – agosto – direção de Oscar Sabino Junior. Revista literária de tendência modernista.
- O Amanhecer** – agosto – jornal dirigido por Léo Lynce Júnior e Osni Vieira.
- Jornal do Povo** – órgão oficial da UDN – direção de Alfredo Nasser.
- O Estado de Goyaz** – direção de Isaac Neto e Alberto Xavier de Almeida. Órgão do Partido Comunista do Brasil.
- O Araguatins** – 7 de fevereiro – jornal – direção de Maximiano da Matta Teixeira.
- 1947 – **Goyaz-Espírita** – jornal sob a direção de A.C. Bastos, C.A. Bastos e João Nicolau.
- O Unificador** – jornal estudantil.
- O Araguaia** – jornal sob a direção de Waldemar Gomes; reapareceu, em segunda fase, em 1953.

- O Debate** – 25 de setembro – direção de Domingos Velasco. Jornal do Partido Socialista Brasileiro.
- Revista Goiana** - 1ª. Fase: editada no Rio de Janeiro, sob a direção de M. Leite de Santana; 2ª. fase: 1957.
- 1948 – **Goiáz Moço** – junho – direção de Isorico Barbosa de Godoy, Edson de Castro e Cassimiro Lima. Jornal Literário e noticioso.
- O Universitário** – direção de J. Prates de Oliveira; mensário oficial do Centro Acadêmico da Faculdade de Odontologia e Farmácia.
- Goiânia** – novembro – direção de Jed Jabur Bittar; jornal mensal da ala jovem do Partido Social Democrata.
- 1949 – **Brasil Central** – 19 de março – dirigido pelo Padre Adolfo Serra.
- O Tempo** – 19 de março – direção de Paulo Malheiro e Oscar Sabino Júnior. Órgão político.
- 1950 – **Goiás Desportivo** – direção de Irorê Gomes de Oliveira.
- Jornal de Goiás** – fundado por Altamiro de Moura Pacheco, em 1º. de agosto.
- 1951 – **Palavra-Livre** – direção de Pedro Viggiano de M. Mendonça Júnior.
- 1952 – **Seara** – janeiro – direção de Bernardo Élis. Revista Literária.
- Jornal de Notícias** – órgão do Partido Social Progressista. Circulou pela primeira vez em 12 de julho, sob a direção de Alfredo Nasser.
- Tribuna Acadêmica** – agosto – direção de Messias Tavares – jornal mensal da União Estadual dos Estudantes Goianos.
- 1953 – **Jóquei Clube de Goiás** – janeiro – jornal sob a direção de Waldir Castro Quinta. Depois passou a chamar **Chic**, dirigido por Lena Castelo Branco.
- Goiás Industrial** – junho – Jornal da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, dirigido por Gerson Alves de Castro.
- O Momento** – jornal de oposição ao governo de Pedro Ludovico Teixeira.
- Nova Capital** – revista dirigida por Clotário Mena Barreto, com assessoria dos jornalistas Geraldo Valle, Jacy Siqueira e Américo Fernandes.
- Uyara** – julho – revista cultural e de assuntos gerais, dirigida por João Francisco de Faria.
- Goiás Informa** – jornal criado em 23 de agosto, dirigido por Munir Calixto e Luiz de Carvalho.

1954 – **Gazeta Trabalhista** – em 14 de janeiro circulou seu primeiro número, sob a direção de Antônio Gomes Barbosa.

Oeste Evangélico – dirigido por Antônio Cardoso Filho.

O Bancário – circulou em abril – jornal dos empregados do Banco do Estado de Goiás.

1955 – **Tribuna do Povo** – de 5 de junho, jornal dirigido por Oscar Sabino Júnior e Pedro Viggiano.

Vera Cruz – revista de assuntos gerais que circulou em 1955, sob a direção de Walter Friedmann.

1956 – **O Festival** – setembro – jornal – direção de Paterson Gomes Figueiredo.

Jornal de Notícias – de 5 de fevereiro (2ª. fase) dirigido por Alfredo Nasser.

Planalto – jornal, direção de Itabaiana de Moura.

A Conferência – boletim da III Conferência Nacional de Jornalistas, realizada em Goiânia, em outubro.

Diário da Tarde – de 24 de julho, sob a direção de Eli Brasiliense.

1957 – **Jornal Oiô** – mensário da cultura goiana, sob a direção de Olavo Tormim, proprietário da Livraria e Bazar Oiô.

Poesia – jornal editado pelo Grupo “Os Quinze”.

Revista da Academia Goiana de Letras – revista cultural que passou a circular em julho, sob a direção de Xavier Junior e Bernardo Élis.

Diário do Oeste – dirigido por Waldemar Gomes de Melo.

Reportagem – agosto – direção de Luiz Contart.

Revista da Arquidiocese – agosto – direção do Padre Adolfo Serra.

1958 – **Reportagem Esportiva** – de 24 de março – sob a direção de Luiz Contart.

O Educador – março – jornal dirigido por Jovelina Barbosa das Neves, Hilma C. Limongi e Wilma Silva.

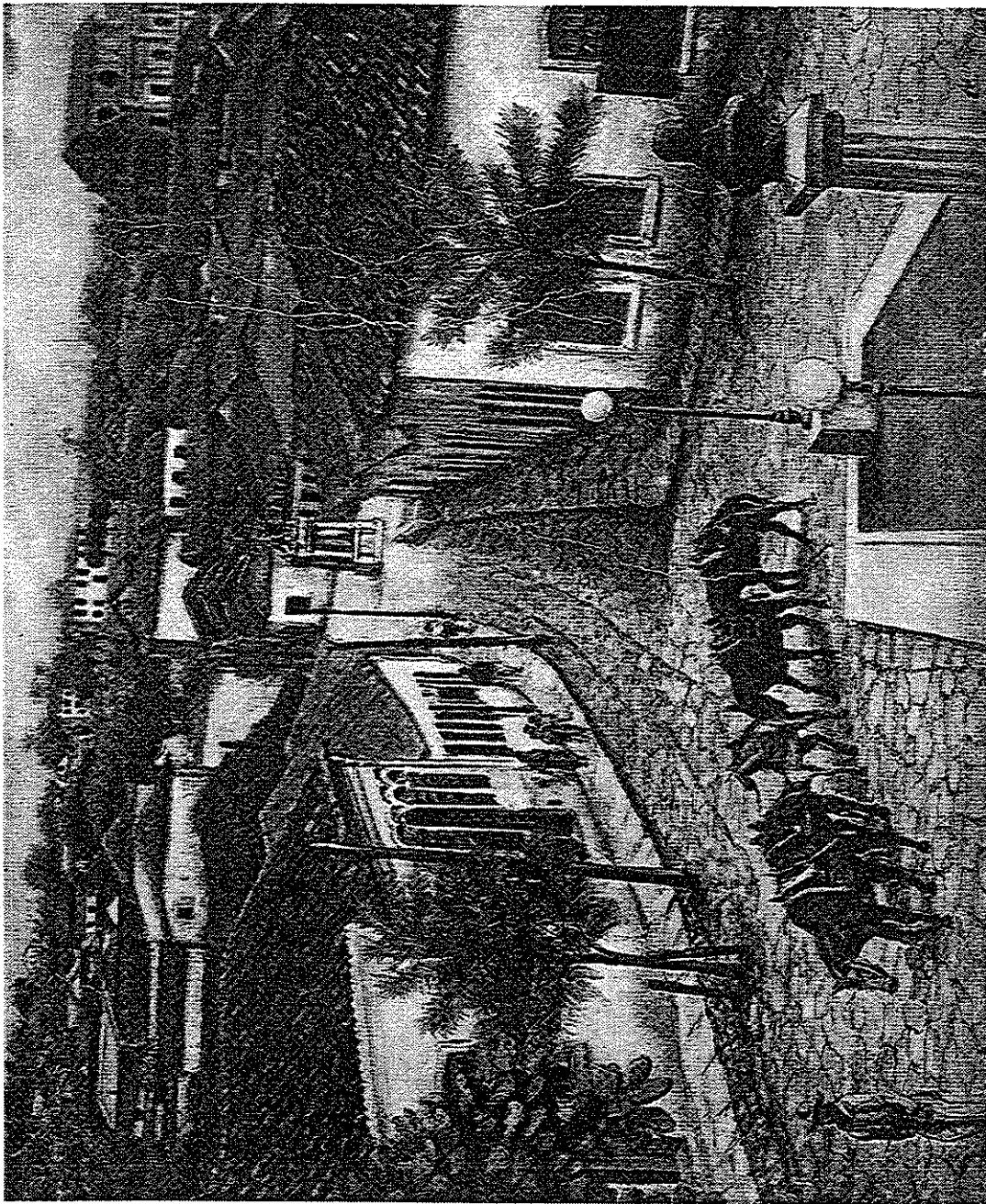
Jornal Fleguiano – órgão da Frente Legalista dos Estudante Goianos, fundado em 22 de março e dirigido por José César Filho.

1959 – **O Cinco de Março** – Semanário fundado por Batista Custódio e Telmo de Faria.

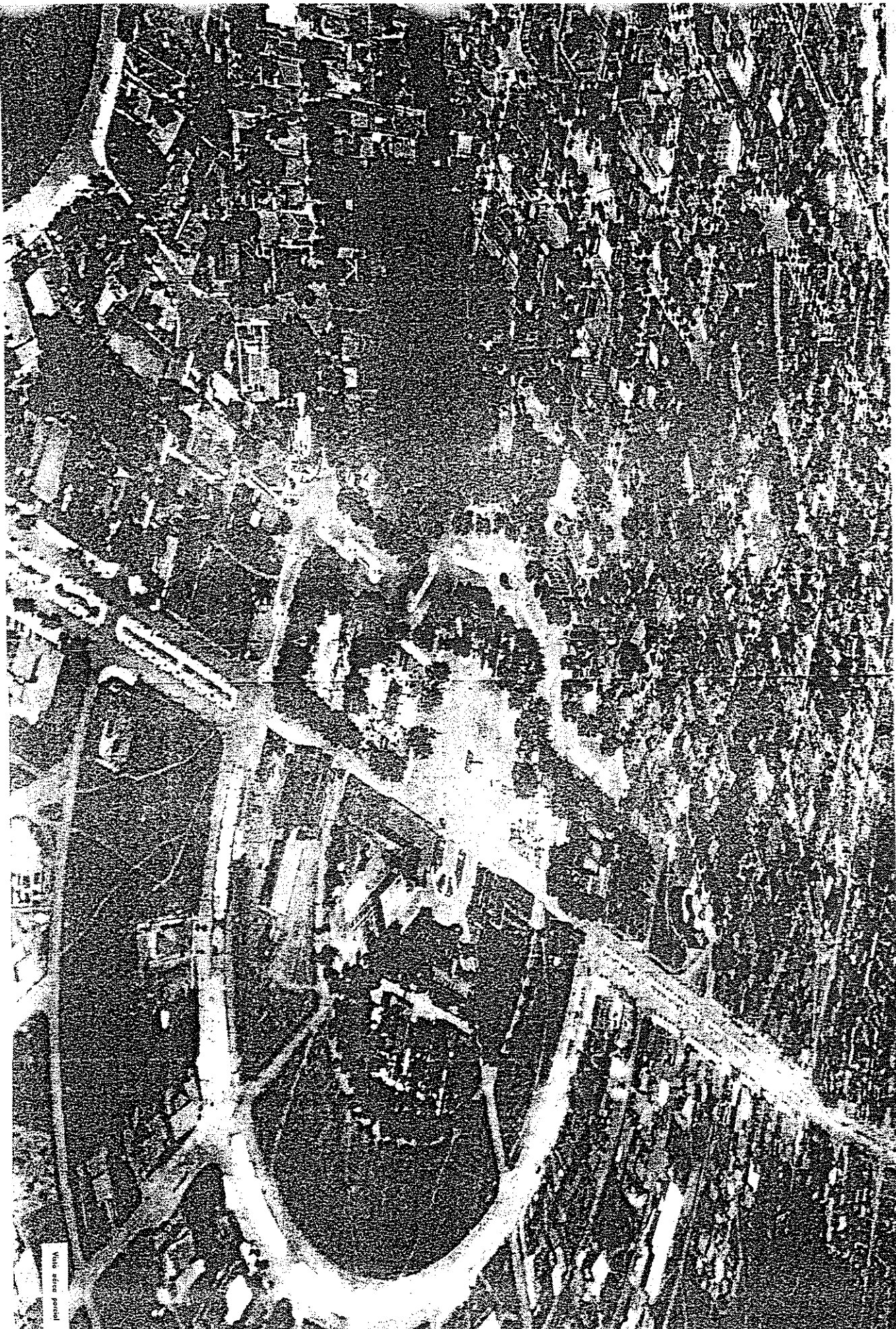
CADERNO FOTOGRÁFICO
A CIDADE E A LEITURA



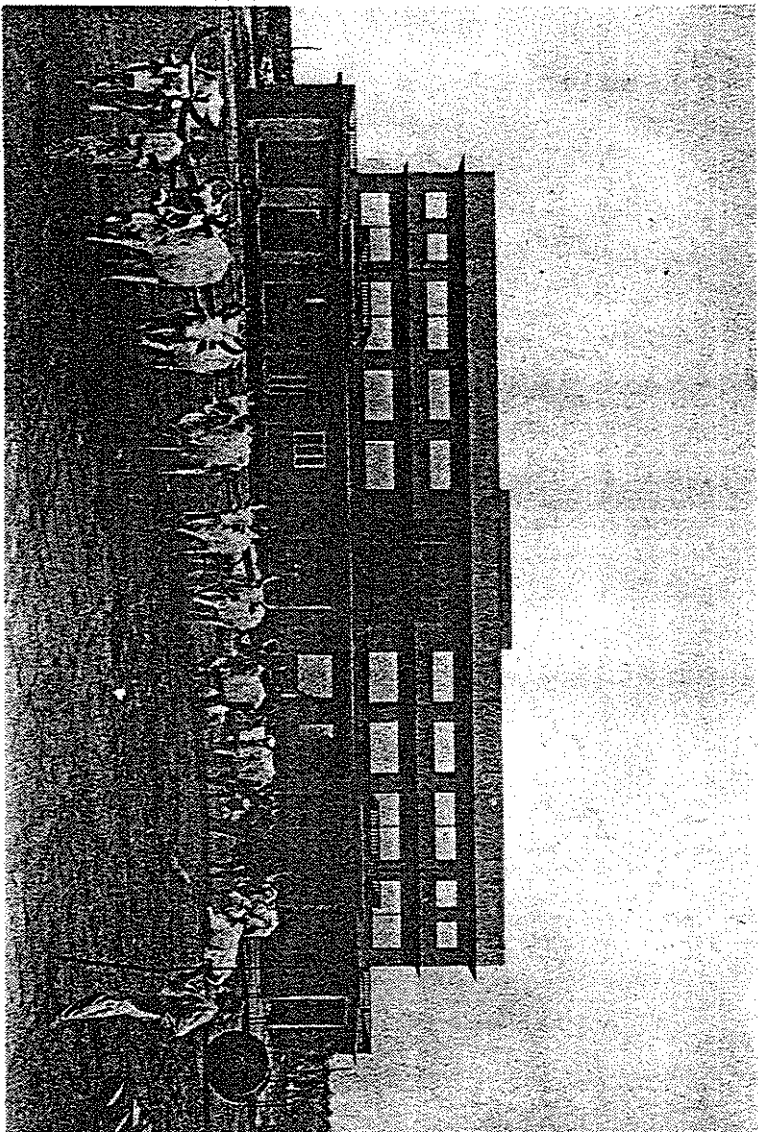
PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, fundador de Goiânia



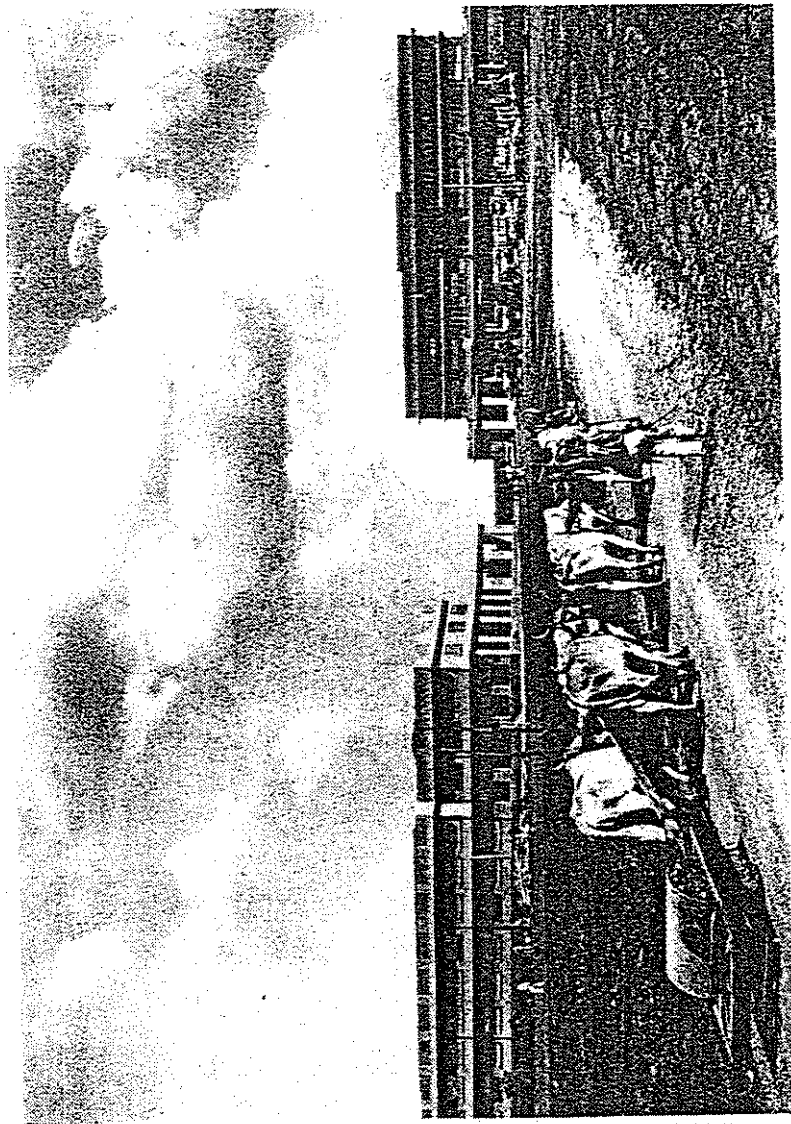
Cidade de Goiás-1936



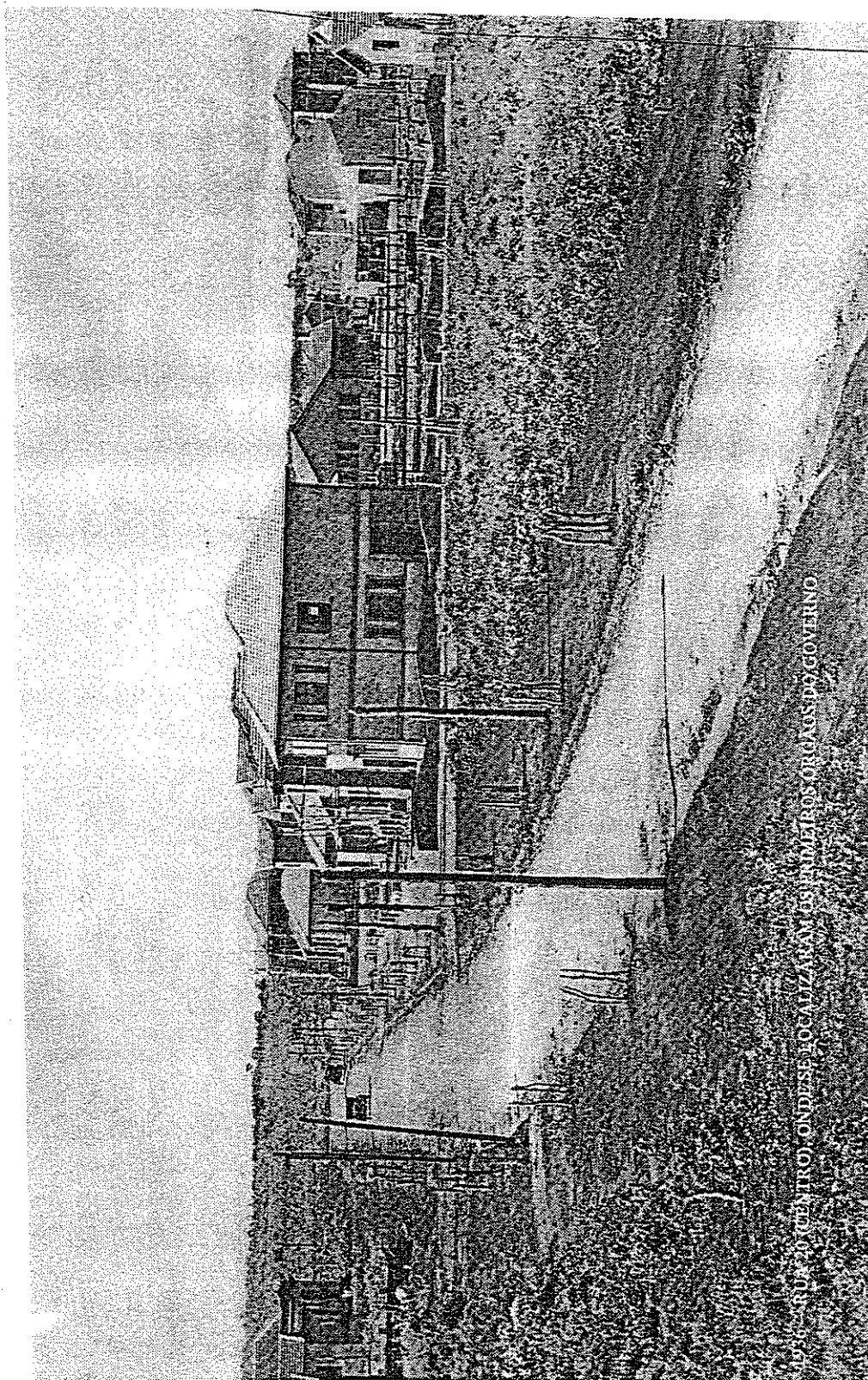
Final da década 1950 - IRGE



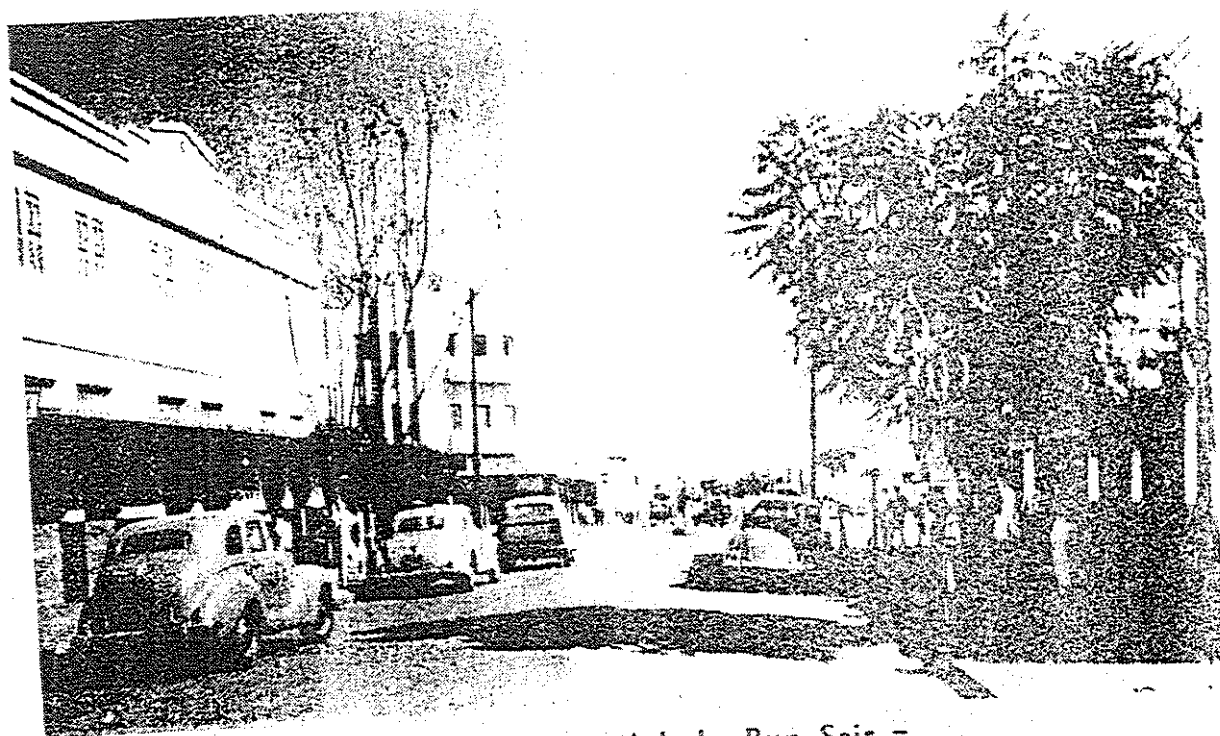
Ao fundo: o Palácio das Esmeraldas e as Juntas de bois que transportavam madeira para a construção de Goiânia, no sentido de se fazerem andaimas. (1936)



Construção da Avenida Goiás. (1936)



1936 - RUA 10 (CENTRO) ONDE SE LOCALIZAVAM OS PRIMEIROS ORGANOS DO GOVERNO



Trecho comercial da Rua Seis - Década 1940

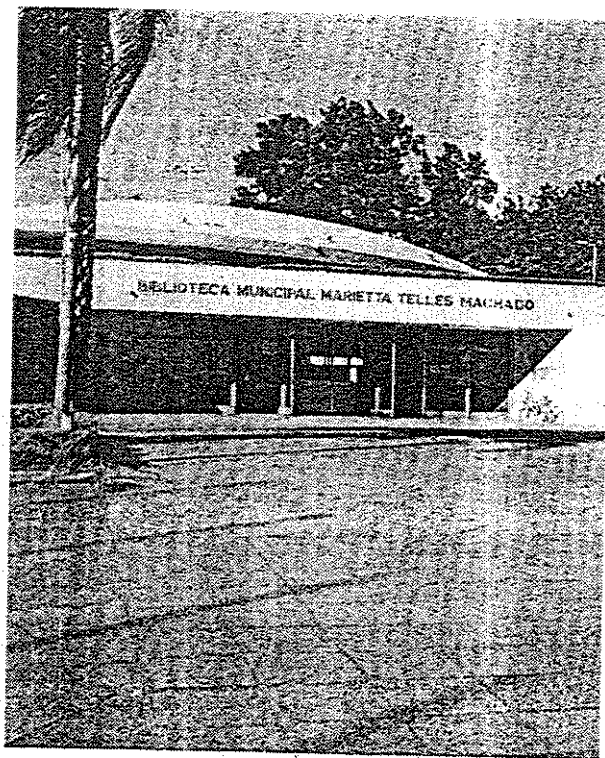
- o art déco em goiânia - W. Unes





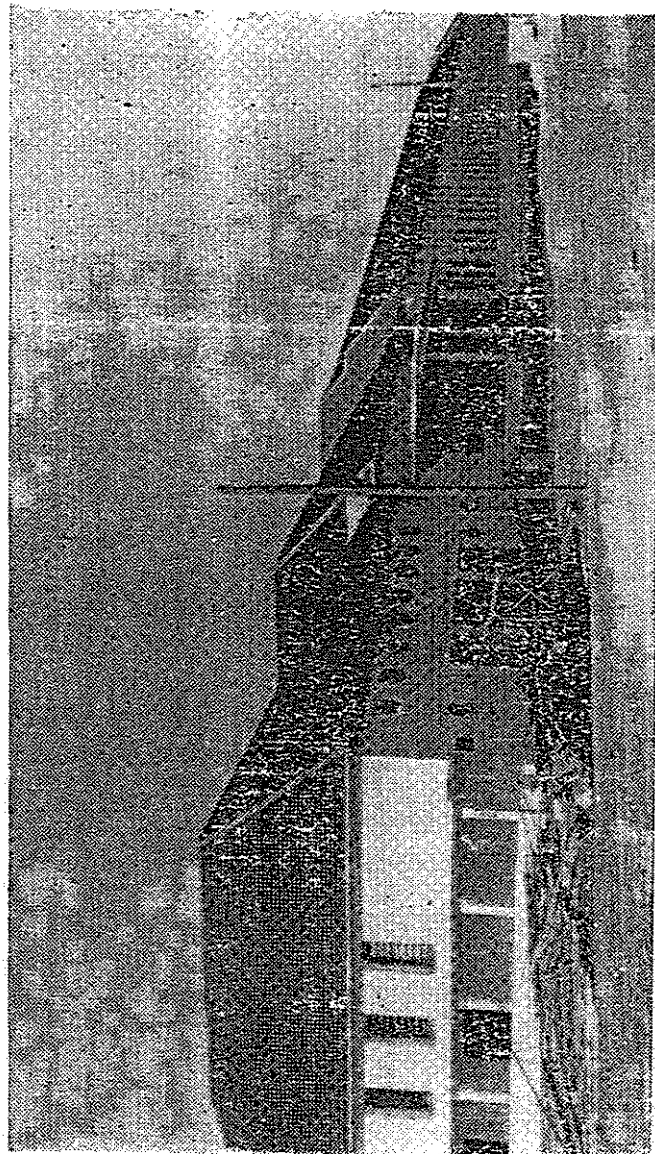
Chegada de Gênilto para inaugurar Goiânia.

Biblioteca Municipal
MARIETTA
TELLES
MACHADO

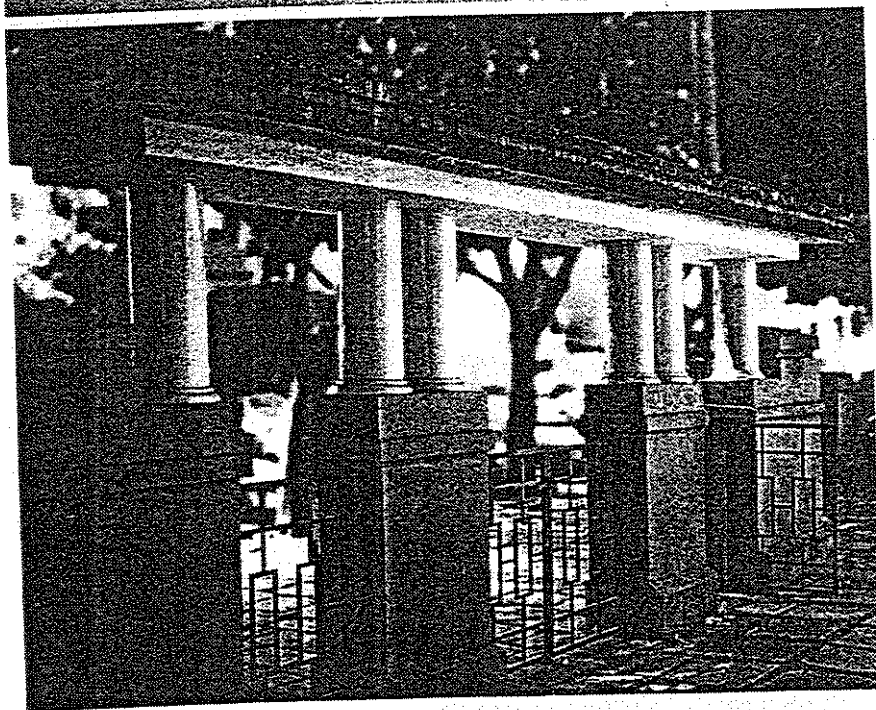
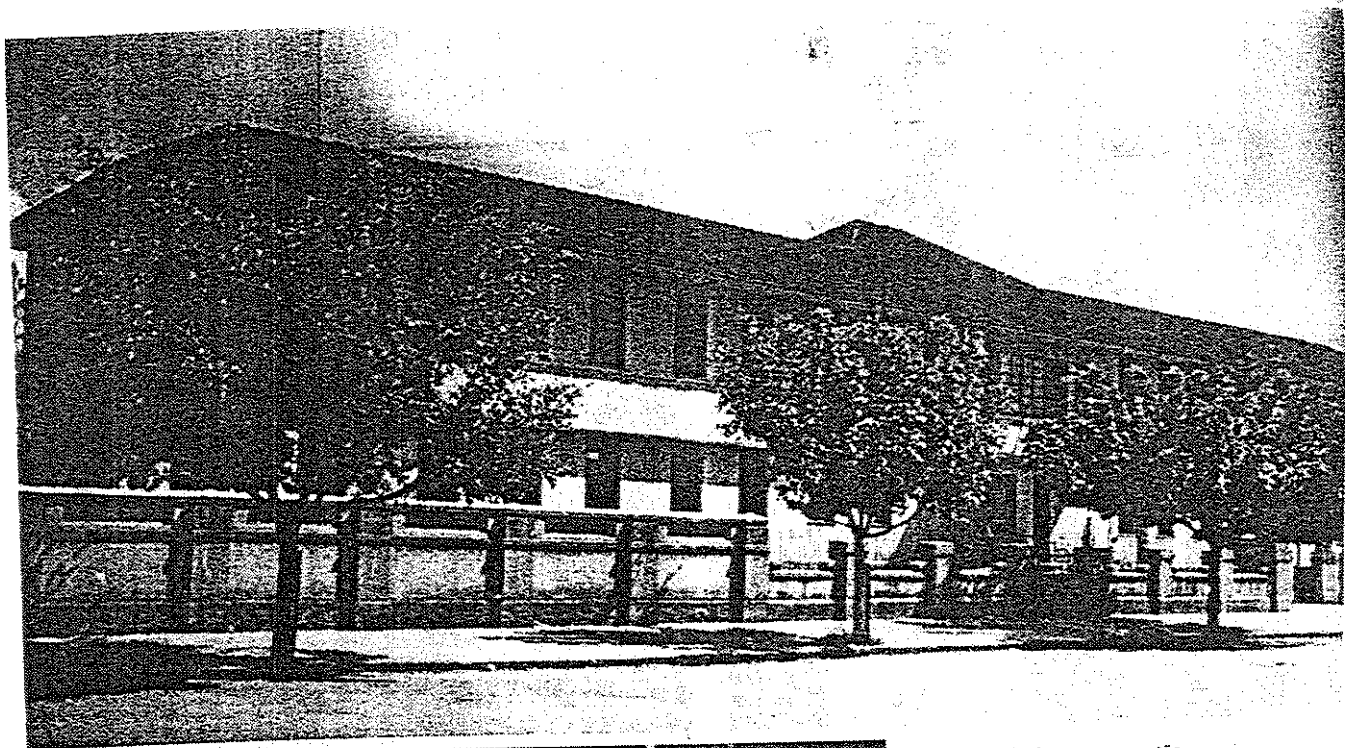




Sebastiana E. dos Santos 1989



N. 7 - Frente do edificio principal do I. E. G.



Liceu de Goiânia, com o portão da entrada norte

OLYCEU

CONSELHO DE DEFENSA	CONSELHO DE CENSURA
IRACLIEN CORDEIRO E ILIOPEN RODRIGUES	BENEDITO L. DIAS E O. KONT

NUMBER 22

ELIAN F. PEREIRA

Quêta revêdo q' segredo de
tal magia?



1992年12月15日 星期三

2024. 2. 28

Aquella pedra energiosa pro-
cedentes para que fizesse, de re-
stantes lides e quaisquer pro-
cedimentos contra nós. E lida-
rem com hypotheca ampla e a
recomendação da mesma. A-
nos, 1500, de 1500 e 1500.

nao desistiamos aos direitos
Alf. da Rosa e Estanislau
N. da Almeida, que tem
compreendido o estado a-
gilado por que passava mis-
são. Não se esqueça de fazer
honras de guerra.

União para o prazer de trabalhar, por alguns dias, este pequeno português e depois ao especial do Ministério da Educação junto aos transformações jurídicas deste Estado.

A sua biblioteca tem por
objetos principais a literatura, de
matemática e estatística, e a de
as seguintes: a lista de
biblioteca. Compreensões, gra-

VERSO

de transarar e não algramente
 (chama no entanto o meu livro de veras,
 que em ti pensando ha duramente)

16. 25.18

e que os discursos não foram preparados. Em parte ela tem razão, pois não estava fazendo festa para abalar a cidade, o que cumpriria um dever do Ordeão. E para mostrar que sabemos fazer festas, perguntamos o que a "Variosa" contaria sobre as "NOTÍCIAS VI-



"Em 1946 a Biblioteca, do Grupo Escolar Modelo, contava com 1.300 obras e um saldo no Banco do Brasil de Cr\$ 618.000 cruzeiros, cujo comprovante está em meu poder"

OFÉLIA SOCRATES DO NASCIMENTO MONTEIRO

Diretora do Grupo Escolar da Capital, comissionada na cadeira de
Didática da Escola Normal Oficial

José de Faria Ribeiro
Botucatu
José de Faria Ribeiro

GOIAZ CORAÇÃO DO BRASIL

Livro de leitura para as classes de 3.º e 4.º anos
dos Grupos Escolares
do
Estado de Goiaz

As Caríssimas Amigas
Valdomira Bariani Ortêncio
Cláudia e as filhas
José de Faria Ribeiro
Goiania 1963

GOIAZ, MAIO DE 1933

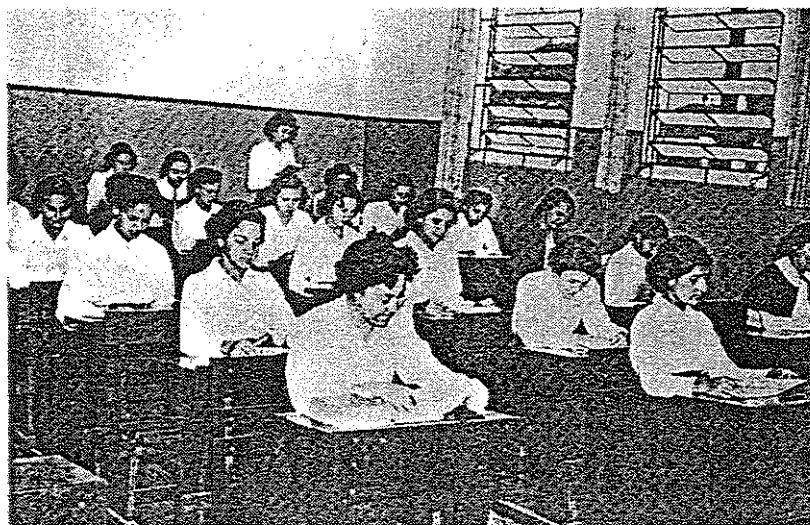


COLÉGIO SANTA CLARA-1941



A BIBLIOTECA DO "SANTA CLARA" ERA SEMPRE UMA SALA ABERTA ÀS ALUNAS, UMA VEZ POR DIA, APÓS AS AULAS DA MANHÃ. NO PERÍODO DA TARDE, PODIAM-SE FAZER PESQUISAS E, TAMBÉM, AOS SÁBADOS E FERIADOS. OS LIVROS, CATALOGADOS POR ASSUNTOS, FORAM SEMPRE NUMEROSOS.

AULA DE LEITURA, TODAS JUNTAS, COMO NUM JOGRAL — 1953



AS PROVAS ESCRITAS: UM ALUNO EM CADA CARTEIRA: FISCAL, AUTORIDADES E CONVIDADOS, ASSISTINDO. — ASSIM, TAMBÉM, OS EXAMES ORAIS. MUITAS VEZES, ALÉM DO PREFEITO, DO FISCAL, DAS MESTRAS E DE OUTRAS AUTORIDADES CIVIS E ECLESIASTICAS, APARECIA, ÀS VEZES, D. EMANUEL OU D. ABEL.



ZENAIDES BORGES foi uma das grandes inteligências e das grandes oradoras que já passaram pelo "Santa Clara", entre tantas outras!

Uma aluna declamando



JORNAL OIÓ

Mensário da Cultura Goiana

Redação e Administração, Av. Anhangüera, 79
Telefone: 2347

Diretor: Olavo Tormin

Secretário: Eliezer Penna

Colaboradores: Diversos

A Redação não devolve originais, nem se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

Preço do exemplar: Cr\$ 5,00

Rumos do Jornal Oiô

Eis o primeiro número do JORNAL OIÓ, órgão que se intitula o mensário da cultura goiana e que tudo fará, durante a sua existência, para justificar essa legenda. No seu programa de atividades, trabalhará no sentido de retratar o movimento literário em Goiás. Abrigará em suas páginas as produções dos homens de letras do Estado, evitando, porém, a formação das chamadas e odiosas "igrejinhas literárias". Nesse sentido, receberá indistintamente colaborações de todos, desde que respeitem as normas que norteiam a nossa conduta de ação e a apresentem indispensável valor literário.

O JORNAL OIÓ, urge o que se diga, é produto do entusiasmo de Olavo Tormin, esse moço dinâmico que tanto tem feito pelo progresso cultural de Goiás. Proprietário de uma das mais movimentadas livrarias de nossa cidade, não se limitou apenas ao seu comércio. Foi bem mais longe. Tornou-se o amigo número um dos intelectuais goianos, estimulando-os por todos os meios. Para se ter uma idéia da contribuição de Tormin ao desenvolvimento intelectual basta que mencionemos dois fatos: primeiro, a instituição dos debates culturais em seu estabelecimento; segundo, o lançamento deste jornal, às suas expensas e com prejuízos certos, unicamente para servir à cultura do Estado. Mas, os intelectuais goianos já compreendem esse esforço e, numa demonstração disso, transformaram o Bazar Oiô no ponto de reunião dos poetas, escritores, jornalistas e artistas de nosso Estado. Ao fazermos este registro, cumprimos um dever linear de justiça.

Trabalhamos para que o JORNAL OIÓ apresentasse, sobretudo, uma agradável feição gráfica. O técnico José Campos seguiu à risca os nossos "espelhos de páginação". Várias colaborações ficaram de fora em virtude do eterno problema da imprensa — a falta de espaço. Foram guardadas e deverão sair no próximo número. Se o JORNAL OIÓ deixou a desejar, peçam-nos. Isso se deve à necessidade material com que lutamos: nós boa



"Ele foi descendo a Goiás e virou a Anhanguera, quando chegou em frente ao Bazar Oiô, disse:
— Conheço isto aqui, vou entrar".

Luiz Carlos Prestes-1957

Jornal OIO

MENSÁRIO DA CULTURA GOIANA

Diretor: Olavo Tormin

NOSSO PRIMEIRO ANIVERSARIO

Com este número, JORNAL OIO completa seu primeiro ano de existência.

O acontecimento constitui motivo de grande júbilo para todos nós que o criamos e o mantemos com o único objetivo de servir à cultura goiana, oferecendo-lhe este instrumento de expansão e de afirmação de sua atividade quotidiana.

Um ano de vida ininterrupta já representa para nós alguma coisa, principalmente quando se trata de iniciativa de caráter cultural, pois o mais comum é a morte de semelhantes empreendimentos, logo após seus passos iniciais.

Tendo aparecido para preencher um vazio na vida jornalística de Goiás, onde a ausência de revistas e suplementos literários satisfatórios, nos órgãos mais representativos de nossa imprensa, favoreciam a estagnação intelectual, JORNAL OIO, bem ou mal, tem a sua função definida no desenvolvimento geral de nossa terra.

Devemos reconhecer, entretanto, que a continuidade deste mensário significa, antes de mais nada, uma prova da vitalidade das letras goianas, sem falar na simpática e confortadora aceitação que alcançou, não só entre o público leitor de Goiás, como em importantes centros culturais do país, onde logrou interessar e despertar entusiasmos dos mais exigentes leitores.

Tais palavras poderiam significar imodéstia se o nosso jornal tivesse realmente dono, o que não ocorre, porque pertence a todos os escritores goianos.

res recrutados entre os mais diversos representantes da vida cultural do Estado.

Essas demonstrações de regosio não correspondem, porém, a qualquer sentimento de suficiência ou de auto-exaltação. Sabemos que JORNAL OIO precisa de progredir e de aperfeiçoar-se, a fim de se tornar, de fato, aquilo que idealizamos para ele, desde a sua fundação. Mas não nos temos descuidado desse aspecto. Com os recursos com que contamos, fazemos o que é possível, não só procurando melhorar, gradativamente a apresentação das matérias, a seleção dos assuntos ventilados, bem como, aumentar o número de páginas. Por outro lado, não temos a preocupação de fazer a política de compadrio ou de "igrejinhas". A nossa única política é a de colaborar com a evolução cultural do Estado, dando acolhimento às produções de valores já conhecidos e revelando os novos que vão surgindo, a fim de abrir melhores perspectivas para o futuro.

JORNAL OIO, que hoje aniversaria pela primeira vez, entra em seu segundo período de existência com a mesma disposição de luta pela sua sobrevivência e interesse crescente pela cultura de nossa terra.

Para isso conta com a colaboração de todos.



"Não há arte
sem cultura"



Jarmund Nasser

7.ª Página

LEIA NA
ULTIMA
PÁGINA

JORNAL OÍÓ

MENSÁRIO DA CULTURA GOIANA

Diretor: Olavo Tormin

Secretário: Eliezer Penna

Dois Poemas
de "Planície"

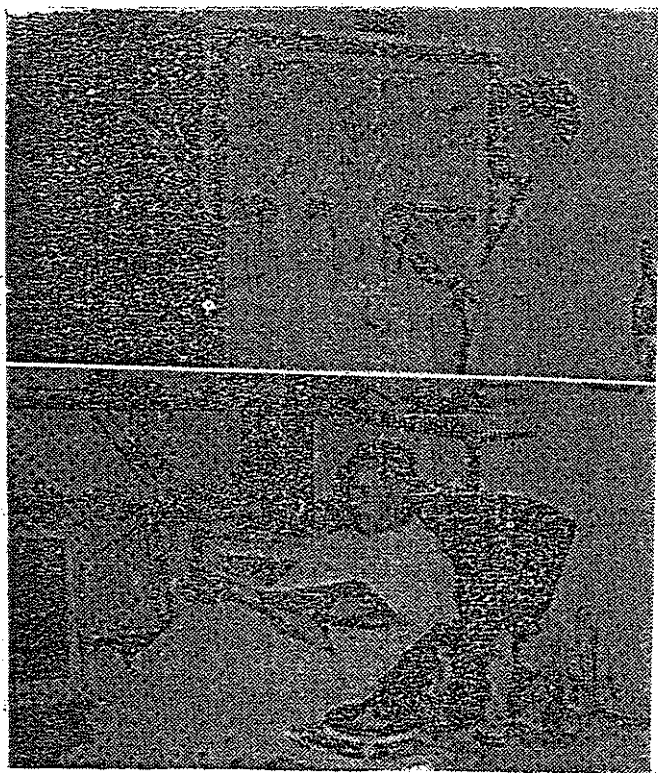
ANO I

Goiania, abril de 1.957

NÚMERO 3

O Brasil na Vanguarda da Arquitetura Mundial

Elder Rocha Lima dá o seu depoimento sobre
o plano-piloto de Brasília — Lúcio Costa, uma
garantia para o plano urbanístico da nova
capital — (Leia texto na quinta página) —



Confalonieri discute com o representante do JORNAL OÍÓ aspectos das artes plásticas.

Autografará Livros dia 5 no Bazar Oíó

No próximo dia 5, às 16 hs., o escritor Eli Brasiense, autor de "Pium" "Bom Jesus do Pontal" e "Chão Vermelho", estará no Bazar Oíó para autografar aqueles livros aos seus leitores.

O ato terá a cobertura radiofônica da Rádio Anhanguera, dentro do programa "Mensagem de Vera Lúcia", que irá oferecer aos ouvintes aspectos do acontecimento.

Em Goiânia Redator-Chefe de 'Para Todos'

Encontra-se nesta capital o jornalista Moacir Werneck da Castro, redator-chefe do quinzenário "Para Todos", órgão especializado de cultura, que se edita na capital do país.

Referido confrade veio a Goiânia a fim de tratar da elaboração de um suplemento especial de "Para Todos" dedicado ao movimento cultural de nosso Estado, complementando, assim, o trabalho iniciado com a recente visita da senhora Zélia Amado, esposa do diretor daquele órgão, escritor Jorge Amado.

No cumprimento de sua missão, o jornalista Moacir Werneck já entrou em contato com os nossos intelectuais.

Página

Confalonieri fala de sua Viagem

"DESDE QUE NASCI ME ACHEI COM O LAPIS NA MÃO". AFIRMA EM DECLARAÇÕES AO JORNAL OÍÓ
— OS PRIMEIROS TEMPOS NA ITÁLIA — A SUA
VINDA PARA GOIÂNIA

NESTE NÚMERO:

IMPRESSÕES DE LEITURA,
de Xavier Jr., na 2ª. página
«O MÁRIO PALMERIO
QUE EU CONHEÇO»

de Raimundo Rodrigues, na 2ª. página
O PANORAMA ARTISTICO DE 1.956,
por Armando C. Silva, na última página



CAFE CENTRAL

OESTE

REVISTA MENSAL

Ano II

Goiânia, Julho de 1943

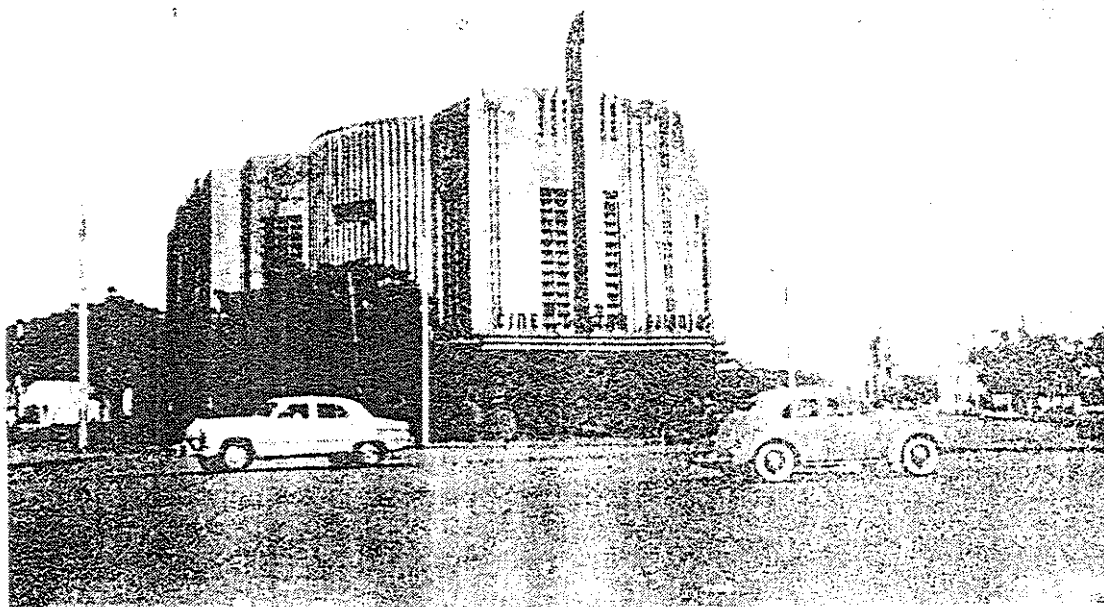
Núm. 6

O Governo Nacional, no propósito de impulsionar o Brasil como um todo orgânico e equilibrado, continuará a prestar-vos amplo auxílio, principalmente no que se refere ao desenvolvimento das comunicações e transportes ferroviários, fluviais e aéreos. Os benefícios resultantes dessa transformação em vossa existência econômica e política são evidentes e não constituem, por certo, obra do acaso ou efeito de circunstâncias fortuitas. É preciso reconhecer, e desejo fazê-lo aqui, que, para alcançá-los, foi necessário colocar à frente do governo um homem da inteligência realizadora do dr. Pedro Ludovico Teixeira, devotado, desde 1930, ao bem público e ao serviço de seu povo. GETÚLIO VARGAS.

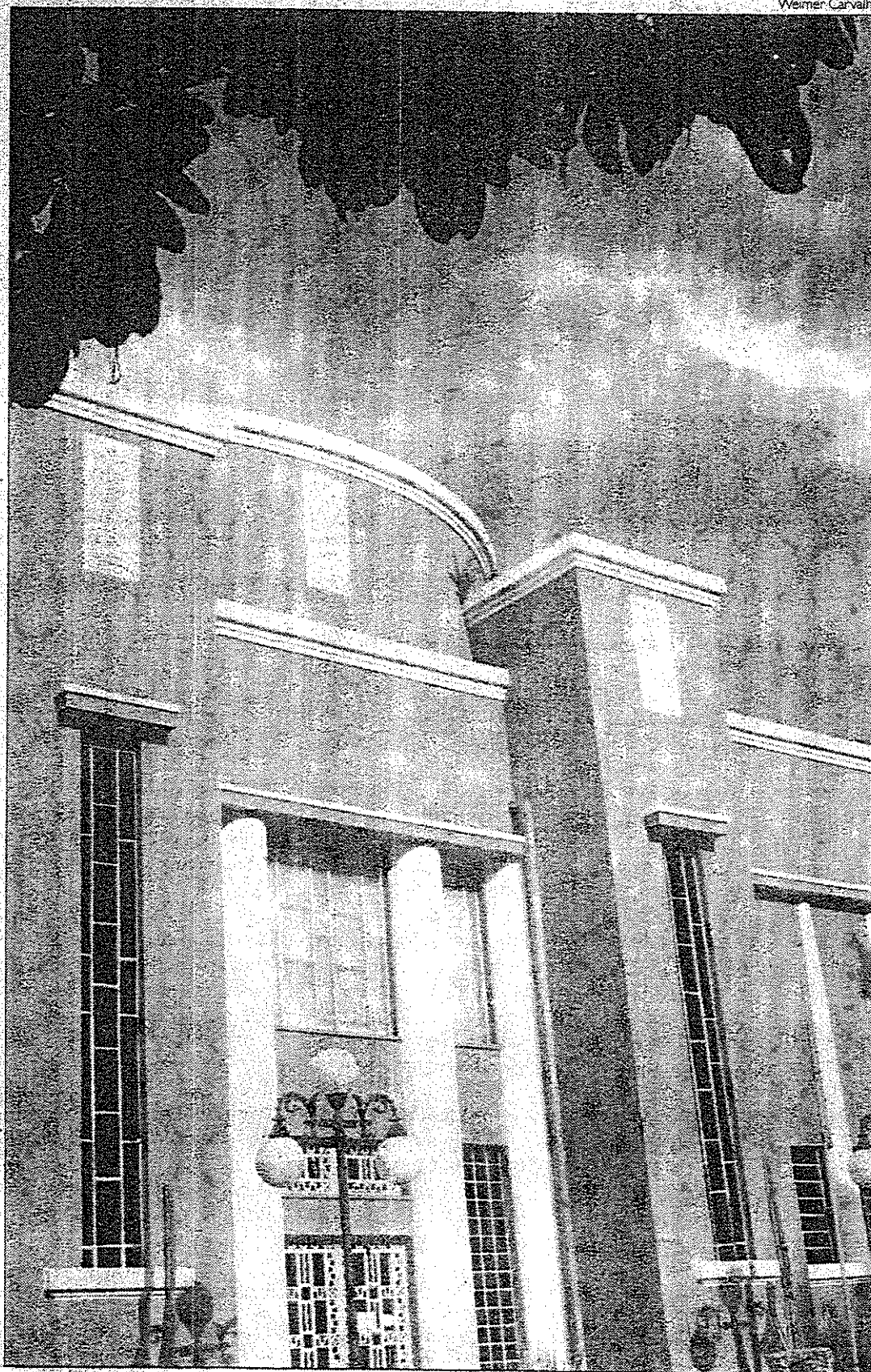


Goiânia apareceu com um objetivo de oxigenamento e progresso para Goiás. Surgiu como farol para iluminar o Estado. A velha terra de Anhangüera precisava de ser abalada por qualquer acontecimento que a fizesse lembrada e que a fizesse vibrar. Vivia sob tal modorra, sob tal apatia, que dava a impressão de que vivia de cócoras. "Tudo pequeno, vazio, rotina, burocracia", como dizia Benedito Silva. Goiânia foi o estímulo, o excitante, o choque que obrigou o nabo-besco paquiderme a levantar-se. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA.

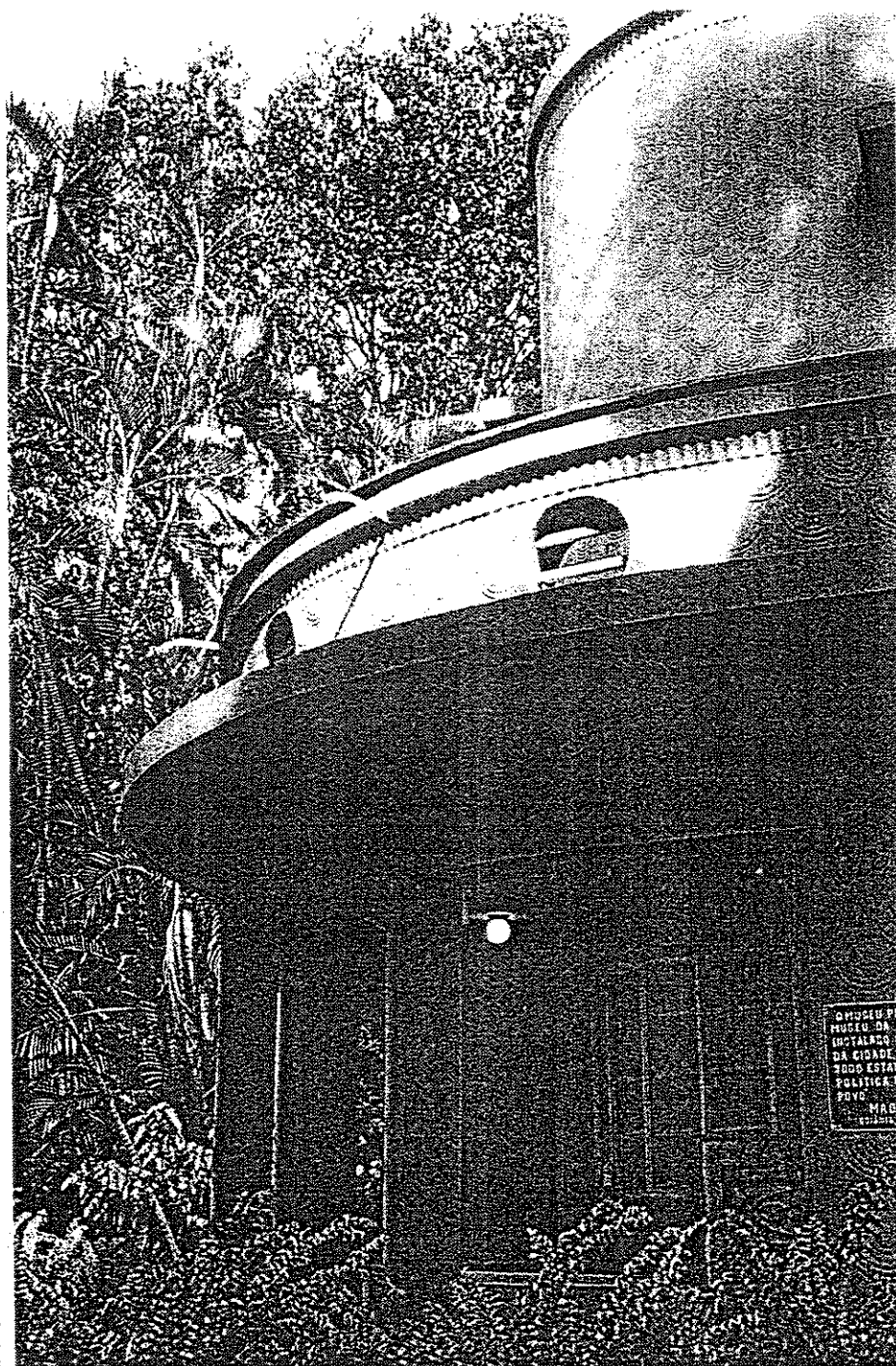
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE GOIAS
SEÇÃO INDUSTRIAL



Cine-Teatro Goiânia, principal cinema da cidade- 1950



Museu Zoroastro Artiga: exemplo da arquitetura que predominou no início de Goiânia



Detalhe da casa
de Pedro Ludovico,
hoje museu

Redacção e Administração:
Rua Mem de Sá, 261 - 2.º
Rio de Janeiro

Boa Nova

REVISTA MENSAL ILLUSTRADA

Propriedade da Empresa Graphica "BOA NOVA"
Director — SAMUEL LIMA ROCHA

Assignatura annual
para o Brasil. \$5000
Numero avulso. \$500

Rio, 5 de julho, 1939.

Exma. Sra.
Maria Paula Fleuri Godoi
Goiania - Estado de Goiaz

Attenciosos cumprimentos.

UM BEBÊ

É com a maior satisfação que trazemos ao seu conhecimento que a comissão julgadora do nosso Concurso do Pequeno Conto, composta dos escriptores Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Augusto Meyer e Alvaro Moreyra, classificou o trabalho com que V.S. correu, mencionado á margem, como MUITO BOM.

Congratulamo-nos com V.S. pela merecida distincção que lhe conferiu o jury. A imparcialidade deste foi completa, e ponto de só ter tomado conhecimento dos nomes dos concorrentes depois de distribuidas as classificações, quando foram abertos os respectivos envelopes.

Manifestando a V.S. o nosso agrado pelo interesse demonstrado pelo Concurso e pela classificação nelle obtida, resolvemos oferecer-lhe uma recordação do mesmo, que está sendo enviada nesta data, sob registo postal. Esperamos que seja do seu agrado.

Ao mesmo tempo, sciificamos ao distincto amigo que o seu trabalho será publicado, opportunamente, nas paginas de BOA NOVA.

Certos de que contaremos no futuro sempre com a sympathia de V.S., rogamos-lhe recomendar a leitura de BOA NOVA aos seus innumeros amigos, e dispor dos prestimos destes seus

amos. patros. attos.

REVISTA BOA NOVA

Mostrado - 816-650

VERA CRUZ

050

GOIÂNIA. DEZEMBRO DE 1955

ANO 1

NUMERO 2

CR. \$ 8,00

Prêmio Prêmio Literário de WRD

*Posta por posta
Cantos do Sertão
W. Barroso
Ourense*

H-59

REVISTA MENSAL

DEZEMBRO — 1948

Diretor: ELI BRASILIENSE

047

BOLIDE



COLABORADORES

NESTE NÚMERO: Bernardo Elis * Cilenéo de Araújo
(Léo Lynce) * Cecílio Rocha * Domingos Felix de Souza * Gu-
mercindo Ferreira * Hélio Lôbo * J. Lopes Rodrigues * Jeová
de Paula Rezende * José Godoi Garcia * Oscar Sabino Junior
* Pedro Viggiano * Régio Teixeira * Ulisses Costa



Pitadas frias de pó branco

